

Universidade Federal de Pernambuco | Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Psicologia | Curso de Doutorado em Psicologia

Yuri Sá Oliveira Sousa

DROGAS E NORMALIZAÇÃO

UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DESDE A PERSPECTIVA
DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Recife, 2017



YURI SÁ OLIVEIRA SOUSA

**DROGAS E NORMALIZAÇÃO:
UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DESDE A PERSPECTIVA DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Orientação: Profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos

Coorientação: Prof. Dr. Thémis Apostolidis

RECIFE

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S725d Sousa, Yuri Sá Oliveira.
 Drogas e normalização : uma análise psicossocial desde a
 perspectiva das representações sociais / Yuri Sá Oliveira Sousa. – 2017.
 242 f. : il. ; 30 cm.

 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima de Souza Santos.
 Orientador: Prof. Dr. Thémis Apostolidis.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2017.
 Inclui Referências, apêndices e anexos.

 1. Psicologia. 2. Drogas. 3. Normas sociais. 4. Representações
 sociais. I. Santos, Maria de Fátima de Souza (Orientadora). II.
 Apostolidis, Thémis (Coorientador). III. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-030)

YURI SÁ OLIVEIRA SOUSA

**DROGAS E NORMALIZAÇÃO:
UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DESDE A PERSPECTIVA DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Aprovada em: 06/02/2017

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. José Arturo Costa Escobar (Examinador Externo)
Faculdade de Ciências Humanas - ESUDA

Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Renata Lira dos Santos Aléssio (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia pelo apoio institucional necessário à realização desse trabalho.

Agradeço à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pela bolsa de doutorado concedida, que possibilitou a realização desse trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado sanduíche no exterior.

Agradeço à professora Fátima Santos pela orientação atenciosa, interessada e transformadora, mas também – e principalmente – pelos últimos dez anos de trabalho, que, com seriedade e afeto, moldaram a minha trajetória profissional.

Agradeço às/os professoras/es do departamento de Pós-Graduação em Psicologia pelos encontros e contribuições, diretas e indiretas, à realização desta tese. Renata, Bel, Jaileila, Pedro estão aqui presentes de algum modo.

Agradeço ao professor Thémis Apostolidis pela instigante orientação durante o período de estágio doutoral na Aix-Marseille Université.

Agradeço, por fim, às/os amigas/os do Labint e da turma do doutorado, que potencializaram muitas das reflexões aqui presentes.

RESUMO

O chamado “mundo das drogas” pode ser entendido como um campo heterogêneo e polissêmico, a partir do qual se constroem diferentes objetos, discursos, identidades e práticas sociais, repercutindo nas esferas da saúde, política, economia, direito, educação, entre outros. A tese apresentada analisou a construção sócio-simbólica do campo das drogas psicoativas à luz da teoria das representações sociais, entendidas como formas de pensamento social, construídas a partir de interações comunicativas cotidianas, que produzem a própria realidade social da droga, seus usos e usuários. Fez-se uso da noção de normalização com vistas a considerar, especificamente, o nível normativo-ideológico do processo de construção de representações sociais: por um lado, normalizar significa tornar familiar a realidade e, por outro, refere-se ao processo de construção e aplicação de normas sociais. Foram realizadas duas operações de pesquisa para responder aos objetivos. A primeira analisou 4516 matérias publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo e seus resultados evidenciaram três dimensões do fenômeno: a regulação sociopolítica do uso, produção e circulação das drogas; a relação entre uso de drogas, dependência e saúde; e a atuação da polícia na guerra às drogas. A segunda baseou-se nas respostas a 169 questionários de evocação livre sobre o termo “drogas” em três contextos: um na perspectiva do respondente e outros dois nos quais os participantes realizavam a tarefa conforme imaginavam que responderiam “a maioria das pessoas” e os “usuários de drogas”. Os resultados evidenciaram a antinomia entre drogas lícitas e ilícitas; a dependência e outros prejuízos decorrentes do uso; a violência e criminalidade associadas ao tráfico de drogas; e o prazer associado ao consumo. O contexto ligado à “maioria das pessoas” atualizou elementos marcadamente negativos e de cunho moral; e naquele sobre os “usuários de drogas” destacaram-se menções ao prazer, diversão e fuga da realidade. Os resultados das duas pesquisas são discutidos a partir de dois aspectos: a ancoragem simbólica das drogas em sistemas de saber/poder médico-jurídicos que atuam na normalização do campo e a influência de normas proibicionistas, antidrogas e de abstinência, que, quando aplicadas, findam por estigmatizar o usuário.

Palavras-chave: drogas. representações sociais. normas sociais.

ABSTRACT

The so-called "world of drugs" can be understood as a heterogeneous and polysemic field, from which different objects, discourses, identities and social practices are built, repercussions in the spheres of health, politics, economics, law, education, among others. The thesis presented analyzed the socio-symbolic construction of the field of psychoactive drugs in the light of the theory of social representations, understood as ways of social thought, created from daily communicative interactions that produce the social reality of the drug itself, its uses and users. The notion of normalization was used in order to specifically consider the normative-ideological level of the process of constructing social representations: on one hand, normalizing means making reality familiar and, on the other hand, referring to the construction process and application of social norms. Two research operations were carried out to answer the objectives. The first analyzed 4516 articles published by the newspaper Folha de S. Paulo and its results showed three dimensions of the phenomenon: the sociopolitical regulation of the use, production and circulation of drugs; the relationship between drug use, dependence and health; and police action in the drug war. The second was based on the responses to 169 free recall questionnaires about the term "drugs" in three contexts: one in the respondent's perspective and two in which participants performed the task as they thought they would respond "most people" and the "drug users". The results evidenced the antinomy between licit and illicit drugs; dependence and other damages arising from use; violence and criminality associated with drug trafficking; and the pleasure associated with consumption. The context linked to "most people" has updated markedly negative and moral contents; and in the one about the "drug users", mention was made of pleasure, fun and escape from reality. The results of the two surveys are discussed in two aspects: the symbolic anchoring of drugs in medical/legal systems of knowledge and power that work in the normalization of the field and the influence of prohibitionist, antidrug and abstinence norms that, when applied, end up stigmatizing the user.

Keywords: drugs. social representations. social norms.

LISTA DE QUADROS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Esquema de operações de pesquisa e objetivos.....	80
Gráfico 1 – distribuição, por ano, do número de matérias selecionadas em duas etapas de coleta.....	93
Tabela 1 – Distribuição do número de matérias por seção e ano de publicação. * $p < 0,05$ ** $< 0,01$ (Anexo A).....	97
Tabela 2 - Distribuição do número de matérias por tipo de droga e ano de publicação * $p < 0,05$ ** $< 0,01$ (Anexo B).....	101
Figura 1 – Dendrograma de classes e formas encontradas ao final da CHD.....	105
Tabela 3 - Distribuição de palavras significativamente associadas a matérias que especificam ou não alguma substância.....	143
Quadro 2 – Síntese dos resultados do estudo sobre o campo das drogas em comunicações jornalísticas.....	162
Tabela 4 - Ranking das drogas mais frequentes em matérias de jornal e questionários.....	174
Tabela 5 - Conteúdos salientes e relativamente salientes: o que eu penso?.....	175
Tabela 6 - Conteúdos salientes e relativamente salientes: o que pensa a maioria das pessoas?	179
Tabela 7 - Conteúdos salientes e relativamente salientes: o que pensam os usuários de drogas?	182
Figura 2 - Dendrograma de classes e formas encontradas ao final da CHD (Evocações)	186

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
ALCESTE	Analyse de Lexèmes Concurrent dans les Enoncés Simples d'un Texte
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBD	Canabidiol
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
EUA	Estados Unidos da América
IRAMUTEQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
LABINT	Laboratório de Interação Social humana
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEPSIC	Periódicos Eletrônicos de Psicologia
PF	Polícia Federal
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RD	Redução de Danos
RS	Representações Sociais
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SDA	Síndrome de Dependência Alcoólica
SNC	Sistema Nervoso Central
ST	Segmento de Texto
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TALP	Teste de Associação Livre de Palavras
THC	Delta-9-tetrahydrocannabinol
TRS	Teoria das Representações Sociais
UC	Unidade de Contexto
UCE	Unidade de Contexto Elementar
UCI	Unidade de Contexto Inicial
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UR	Unidade de Registro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1 A PERSPECTIVA PSICOSSOCIOLÓGICA COMO PONTO DE PARTIDA	15
2 AS DROGAS COMO CAMPO DE CONHECIMENTO.....	23
2.1 A dimensão simbólica do objeto.....	30
3 A CONSTRUÇÃO DO “PROBLEMA” DAS DROGAS	41
3.1 Uso de drogas, saber e poder	45
3.2 Proibicionismo, norma antidrogas e desvio	51
3.3 O “mundo das drogas” como um campo de tensões normativas	59
4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O CAMPO DAS DROGAS	64
4.1 Representações Sociais e campo representacional	70
4.2 Síntese do problema: representações sociais e normalização no campo das drogas	76
4.3 Objetivos	80
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	81
5.1 A análise lexical como estratégia metodológica	82
6 AS DROGAS NOS JORNAIS	87
6.1 Material e método	90
6.1.1 Fontes.....	90
6.1.2 Procedimentos de coleta.....	91
6.1.3 Procedimentos de análise	94
6.2 Contextualização dos resultados	96
6.3 Campos léxicos estruturantes do mundo das drogas em matérias de jornal	103

6.3.1 Classe 1: o narcotráfico mexicano e o circuito da droga nas Américas	106
6.3.2 Classe 2: formas de regulação da droga e políticas alternativas ao proibicionismo	108
6.3.3 Classe 3: a marcha da maconha.....	112
6.3.4 Classe 4: as “cracolândias” e a polêmica da internação compulsória	114
6.3.5 Classe 5: substâncias, riscos, danos e usos terapêuticos	119
6.3.6 Classe 8: a droga, celebridades, relações interpessoais e histórias de vida	126
6.3.7 Classe 6: operações policiais e a guerra às drogas no Rio de Janeiro	133
6.3.8 Classe 7: a apreensão de drogas e armas no Brasil	139
6.4 Especificidades linguísticas relacionadas à droga e a substâncias específicas	141
6.4.1 A Droga.....	143
6.4.2 Maconha.....	145
6.4.3 Cocaína	146
6.4.4 Crack.....	147
6.4.5 Álcool.....	148
6.4.6 Tabaco.....	149
6.4.7 A droga e as drogas em pauta.....	150
6.5 Sistemas simbólicos de oposição e o “mundo das drogas” nos jornais	153
6.6 Síntese e considerações finais: as drogas nos jornais	161
7 O CAMPO REPRESENTACIONAL DA DROGA E O OUTRO.....	164
7.1 Material e método	168
7.1.1 Participantes	168
7.1.2 Instrumento e procedimentos de coleta.....	169
7.1.3 Procedimentos de análise:	170
7.2 A(s) droga(s) e o seu campo representacional.....	172
7.2.1 Primeiro contexto de evocação: o que eu penso?.....	175
7.2.2 Segundo contexto de evocação: o que pensa a maioria das pessoas?.....	178
7.2.3 Terceiro contexto de evocação: o que pensam os usuários de drogas?	182
7.2.4 Identificação de campos léxicos estruturantes	185
7.3 Síntese e considerações finais: as drogas, a norma e o outro	189
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
9 REFERÊNCIAS.....	199

APÊNDICES	220
APÊNDICE A – Fluxograma para inclusão e exclusão de matérias de jornal	221
APÊNDICE B – Descritivo: revistas e campos de conhecimento	222
APÊNDICE C – Modelo de questionário exploratório sobre drogas	223
APÊNDICE D - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	228
ANEXOS	230
ANEXO A – Teste χ^2 entre número de matérias por seção e ano.....	231
ANEXO B – Teste χ^2 entre número de matérias por tipo de droga e ano	232
ANEXO C – Detalhamento estatístico da CHD com matérias de jornal.....	233
ANEXO D – Teste de especificidades associadas a tipos de drogas em matérias de jornal	238
ANEXO E – Ranking das drogas mais salientes em jornais e evocações	240
ANEXO F – Detalhamento estatístico da CHD aplicada a evocações livres	241

APRESENTAÇÃO

A tese apresentada teve o objetivo de analisar a construção sócio-simbólica do campo das drogas psicoativas, seus usos e usuários, em diálogo com a Teoria das Representações Sociais. As discussões desenvolvidas se interessam não apenas pelo pensamento social sobre o chamado “mundo das drogas”¹, mas também sobre posicionamentos normativos culturalmente salientes a respeito de como esse “mundo” deve ser organizado, gerido, regulado. É uma discussão interessada pelas relações entre os saberes sociais aí produzidos e a gestão da vida do eu e do outro. Nesse ponto, os fenômenos psicossociais do campo das drogas são particularmente estratégicos, pois constituem um terreno de investigação que é, necessariamente, sociopolítico, uma vez que: são vividos cotidianamente; são significados de diferentes formas na história; integram dimensões da experiência individual, grupal e cultural; e constituem objeto de tensões políticas nas formas de se lidar com o outro e com as típicas categorias de alteridade que emergem do campo: os “usuários” e “traficantes”.

Para tanto, fez-se uso da noção de normalização, tomada a partir de um duplo entendimento: em primeiro lugar, normalizar significa tornar normal, familiar e inteligível a realidade – incluindo o desvio e a anormalidade –, viabilizando a comunicação e práticas sociais, que podem, inclusive, modificá-la. Em um segundo sentido, normalizar é entendido como o processo de construção e legitimação de normas sociais, bem como a sua aplicação através de técnicas de controle social. Note-se que em ambos os sentidos é possível identificar uma dimensão descritiva – dado que o processo demanda e implica a produção de conhecimento sobre o mundo – e outra prescritiva – uma vez que esses saberes possuem finalidades práticas na avaliação, organização e justificação de condutas desenvolvidas para a vida em sociedade com base em sentidos de adequação, valor e desejabilidade social. Tal forma de compreender o processo de normalização permite a sua utilização na pesquisa psicossocial com vistas a analisar a própria construção social da realidade das drogas.

É correto afirmar que, pela sua potencial amplitude, a ideia de normalização pode ser utilizada em diferentes disciplinas e tradições teórico-epistemológicas, ainda que a breve

¹ A expressão “mundo das drogas” foi discutida por Gilberto Velho (1994) como uma metáfora que produz um sentido de cisão social entre um suposto mundo comum e o mundo das drogas, o qual seria marcado, sobretudo, pelo grupo das substâncias ilícitas. Concorda-se com a crítica do autor sobre o fato de que não há um recorte sociológico capaz de conferir homogeneidade cultural aos fenômenos de uso de drogas ou, ainda, que justifique a sua consideração como um domínio separado da realidade. No entanto, essa expressão é aqui utilizada como uma metáfora do senso comum que evidencia a objetivação linguística do campo das drogas como um domínio socialmente reconhecido, que não se reduz ao agrupamento de substâncias isoladas, mas que pode ser entendido como um sistema de representações e ações sociais organizado.

elucidação dos seus sentidos, realizada no parágrafo anterior, já permita inferir determinados posicionamentos quanto ao uso do termo. Por essa razão, se faz necessário assinalar que a ideia de normalização foi utilizada com o propósito de contribuir diretamente para o campo da psicologia social e, mais especificamente, à tradição teórica dos estudos sobre representações sociais. Apesar dessa intenção – ou, talvez, justamente por conta dela –, o desenvolvimento teórico que viabilizou a sua utilização nesta tese buscou considerar a contribuição de outros campos e abordagens.

Esses “empréstimos” teórico-reflexivos não tiveram, entretanto, o objetivo de descaracterizar suas especificidades epistemológicas ou de construir uma amálgama interpretativa, mas, antes, foram utilizados com vistas a facilitar a colocação do problema da normalização nos termos e modos de compreender praticados no campo das representações sociais. Isso significa dizer que as análises realizadas são ancoradas nessa perspectiva, mas também não se furtam de considerar, de modo não canônico e direcionado ao sectarismo, formas interpretativas praticadas em outros territórios das ciências humanas. Desse modo, é possível dizer que o trabalho realizado buscou produzir contribuições tanto empíricas – no que se refere ao aprofundamento sobre sistemas de saber-poder que constroem o campo das drogas –, quanto teóricas – dada a possibilidade de operar a noção de normalização a partir de ferramentas utilizadas em estudos sobre representações sociais.

Há que se lembrar, para efeito de apresentação, que esta é uma tese que carrega marcas de autoria. Pretende-se enfatizar, com isso, que as discussões realizadas não se separam de posicionamentos políticos diante do objeto de estudo. Ao contrário, os problemas de pesquisa e questionamentos teóricos aqui apresentados só foram possíveis de ser elaborados em meio a interpretações contranormativas – apropriadas pelo autor ao longo do seu aprofundamento profissional e acadêmico – a respeito dos fenômenos de uso de drogas. Em outras palavras, esta é uma tese escrita por alguém que, com o passar dos anos, se distanciou do então hegemônico discurso antidrogas – facilmente convertido em um discurso de ódio aos usuários de substâncias ilícitas – e passou a questionar os fundamentos científicos, éticos, políticos e legais da proibição e criminalização seletiva de drogas psicoativas.

Em que pese tal consideração, o trabalho não faz do proibicionismo o seu objeto – ainda que tenha sido influenciado por produções que o fazem (BURGIERMAN, 2011; CARNEIRO, 2002; KARAM, 2009; RODRIGUES, 2002, 2008; ZACCONE, 2011). De outro modo, trata-se de um empreendimento de pesquisa que busca não ignorar, mas sim evidenciar, a sua influência em processos de normalização sócio-simbólica do campo representacional das drogas. Evidenciar esses posicionamentos não teria utilidade alguma não

fosse a sua relação estreita com o modelo de análise praticado. Isso porque se é possível identificar a existência de tensões a respeito da regulação dos usos e usuários de drogas, é preciso admitir que a criação e institucionalização de determinadas normas – como a proibição das drogas tornadas ilícitas – não se separam dos processos de construção social do campo e, portanto, repercutem diretamente nos significados que o caracterizam. Feitas essas considerações, cumpre apresentar brevemente as seções que compõem o documento de modo que seja possível ter em consideração uma prévia da organização do seu todo argumentativo.

Inicialmente, discutir-se-á a consideração do problema de pesquisa a partir de um olhar psicossocial, entendido como aquele que se interessa pela articulação entre sujeito, objeto e o outro. Em seguida, o campo das drogas será apresentado como um domínio interdisciplinar de conhecimento em que diferentes formas de saber e problemas de pesquisa são produzidos a depender das dimensões consideradas. Diante da consideração do outro e do contexto cultural, será apresentada uma revisão dos estudos publicados no Brasil que se dedicam à análise de aspectos simbólicos das drogas de modo a explicitar determinadas realidades que são colocadas em evidência pelas pesquisas acadêmicas.

Em seguida, a tese apresentará alguns processos de construção social do chamado “mundo das drogas” com vistas a considerar que a sua construção foi historicamente acompanhada pela apropriação e normalização do campo por sistemas de saber-poder, representados por uma aliança médico-jurídica, que inscrevem o “problema das drogas” e seus fenômenos em temas da saúde e segurança. Discute-se, ainda, que essa aliança simultaneamente fundamenta e é orientada por uma norma antidrogas que, entre outras repercussões, estabeleceu o proibicionismo no âmbito geopolítico como forma típica de controle social relacionado às substâncias psicoativas. Essa discussão é sintetizada por dois argumentos complementares, a saber, de que é possível identificar uma aliança médico-jurídica de normalização do campo e uma norma antidrogas seletivamente orientada a substâncias tornadas ilícitas. Tais argumentos são, então, recolocados na perspectiva teórica das representações sociais com vistas a analisar a construção sócio-simbólica das drogas, desenvolvendo, mais especificamente, as seguintes hipóteses: (1) os fenômenos relacionados ao uso de drogas são ancorados simbolicamente em saberes e práticas sociais da aliança médico-jurídica; (2) a norma antidrogas é objetivada por discursos de periculosidade baseados na violência, criminalidade e dependência química; (3) a partir dessa norma, o “usuário de drogas” é construído como categoria de alteridade e desvio.

Nas seções seguintes, serão apresentados os resultados de duas operações complementares de pesquisa que analisaram, respectivamente, comunicações midiáticas e

evocações livres sobre drogas. Cada um desses estudos foi realizado com objetivos específicos, mas possuem em comum o fato de empregarem uma análise do tipo societal – marcada pelos níveis posicional e ideológico² (DOISE, 2002) – e de serem direcionados à reflexão sobre as hipóteses empíricas citadas. De modo específico, o primeiro estudo buscou identificar e analisar os significados associados à “droga” e suas formas de objetivação; identificar e discutir os principais contextos de ancoragem dos fenômenos relacionados ao uso de drogas; e analisar os sistemas simbólicos de oposição que estruturam o campo e são atualizados nessas comunicações. No segundo, buscou-se identificar quais são as substâncias tipicamente classificadas como drogas; caracterizar e analisar os conteúdos que estruturam o campo representacional das drogas, evidenciando relações entre diferentes conteúdos e contextos de produção ligados ao outro; e identificar e analisar formas de organização simbólica subjacentes à expressão dos conteúdos de representação evocados, bem como a sua regulação por princípios normativos do campo. Por fim, o texto retomará alguns dos resultados encontrados nos dois estudos realizados e sintetizará as contribuições teóricas, empíricas e metodológicas da tese e oferecerá algumas hipóteses a ser aprofundadas em pesquisas futuras.

² Ao discutir as tradições de pesquisa na psicologia social, Doise (1982, 2002) apresenta um sistema de classificação a partir de quatro níveis de explicação e análise. O primeiro nível, chamado de intra-individual, seria centrado nas formas como os indivíduos organizam suas experiências face ao ambiente social em que estão inseridos; o segundo, chamado de nível interindividual e situacional, estaria interessado nos processos interacionais que se desenvolvem entre indivíduos; o terceiro nível, chamado de posicional, seria focado na análise das diferentes posições sociais que os sujeitos ocupam, contemplando ainda as relações intergrupais; o quarto, chamado de nível cultural e ideológico, se debruçaria sobre os sistemas de crenças, representações, valores e normas sociais presentes em uma sociedade.

1 A PERSPECTIVA PSICOSSOCIOLÓGICA COMO PONTO DE PARTIDA

As discussões e observações desenvolvidas nessa pesquisa poderiam ser situadas no campo da psicologia social sem que esse endereçamento disciplinar demandasse maiores explicações. Isso ocorre, principalmente, pelo fato de aqui se trabalhar com uma perspectiva teórica – a das representações sociais – que se desenvolveu historicamente a partir dessa disciplina. Ainda que essa classificação não esteja equivocada, é desejável, e até necessário, que se discutam as bases epistemológicas que permitem realizar tal localização no interior das ciências humanas. É necessário enfatizar, entretanto, que essa reflexão não pretende postular a existência de uma “verdadeira” psicologia social, muito menos produzir distanciamentos disciplinares entre a psicologia e ciências afins. Antes, pretende-se indicar alguns pontos de partida que possibilitam distinguir e localizar a presente tese no campo da psicologia social para, então, considerar as implicações da apropriação de um olhar psicossocial como quadro interpretativo no tocante aos fenômenos relacionados ao uso de drogas.

Adverte-se que aspectos importantes que poderiam ser incluídos na discussão são inevitavelmente negligenciados em vista de uma linha argumentativa centrada em pontos específicos, assim como das limitações próprias ao trabalho realizado. Com isso, apenas três argumentos serão brevemente abordados: o reconhecimento do binômio indivíduo-sociedade como ponto de tensão que acompanha o desenvolvimento da psicologia social; a coexistência de objetos, princípios epistemológicos e teorias – e a impossibilidade de aí se instaurar um projeto hegemônico da disciplina sem a conseqüente perda de complexidade que a interação humana demanda; e, por fim, a caracterização desta tese como pertencente ao campo da psicologia social não pelo seu objeto, teoria ou métodos utilizados, mas pelo tipo de problematização despendida – psicossocial, porque integra o outro como instância constituinte dos fenômenos abordados.

Um primeiro ponto a ser discutido diz respeito ao reconhecimento da experiência humana como objeto de conhecimento científico, pois essa apropriação produziu não apenas as condições de possibilidade de surgimento da própria psicologia, como também das suas tensões internas. Conforme Ferreira (2007) explica, a constituição do plano da subjetividade foi um ponto fundamental para o desenvolvimento e demarcação do escopo das ciências humanas. Nesse processo, a separação entre público e privado, característica dos Estados modernos, bem como o reconhecimento de uma experiência de individualidade a partir do século XVI, marcam o surgimento de uma necessidade de conhecimento sobre o ser humano. A experiência de uma interioridade, ainda que presente na antiguidade, por exemplo, fundava-

se em projetos ético-estéticos, nos quais o conhecimento de si buscava o que há de bem e de mal no ser humano, mas é a partir do século XVII que esse conhecimento passa a ter como meta o acesso à verdade (FERREIRA, 2007). Esses processos indicam a produção de um humano que, além de ser sujeito conhecedor, passa a ser também objeto de conhecimento.

Na história da psicologia, a fundação do laboratório de Leipzig por Wundt, em 1879, é registrada como marco fundador da psicologia experimental (GOODWIN, 2010). Esse evento costuma ser tratado, de forma ainda mais ampla, como a própria fundação da psicologia como uma ciência, ao mesmo tempo em que Wundt passa a ser considerado o seu fundador. Nesse cenário de institucionalização, havia um debate sobre a natureza e o valor do conhecimento produzido e, assim como outras disciplinas, a psicologia do século XIX buscava demarcar a sua legitimidade e independência (ALVARO; GARRIDO, 2006), o que implicou, necessariamente, uma disputa sobre a definição do seu objeto de estudo.

Wundt, em seu projeto experimental, situou o campo da psicologia nos fenômenos da mente humana, entendidos como passíveis de serem explicados pelo estudo da consciência individual. Curiosamente, Wundt não se limitou à psicologia experimental, chegando inclusive a propor uma *Völkerpsychologie*, ou “psicologia dos povos”³, em que dedicou grande parte da sua obra (FARR, 2008). Nesse projeto menos conhecido, o autor abordou fenômenos coletivos como a linguagem, os mitos, costumes, religião, entre outros, justificando, ainda, a divisão dessas duas formas de psicologia a partir de um argumento ontológico – a natureza dos fenômenos abordados – e de um argumento metodológico.

O primeiro argumento defendia que os objetos da *Völkerpsychologie* (linguagem, religião, mitos, costumes, entre outros) não podiam ser explicados em termos de consciência individual, pois eram simultaneamente individuais e sociais (FARR, 2008). O segundo dizia que, dada a complexidade dos fenômenos mentais coletivos, não era possível submetê-los ao método experimental. No entanto, como se sabe, a psicologia de Wundt ficou marcada no debate epistemológico pelo estudo dos processos mentais elementares a partir de uma perspectiva experimental. Essa observação sobre a adoção de determinada tradição metodológica em detrimento de outras não é por acaso. Como discute Kuhn (2011), na história das ciências não são eleitos apenas objetos e teorias, mas também métodos considerados legítimos na produção do conhecimento. O estabelecimento da psicologia como uma ciência experimental em 1879, mais do que apontar para o seu suposto nascimento, é

³ Esse projeto de Wundt é considerado por Farr (2008) como pertencente ao campo da psicologia social.

capaz de nos remeter à sua possibilidade de reconhecimento e valorização sob a hegemonia do positivismo.

Segundo Álvaro e Garrido (2006), ideias positivistas como as de Auguste Comte exerceram grande influência na forma de se compreender as ciências modernas. Para esses autores, apesar de Comte não apresentar uma filosofia da ciência propriamente dita, suas concepções serviram de base para o positivismo lógico, corrente de pensamento que predominou na filosofia da ciência da primeira metade do século XX. Um dos principais aspectos salientados nessas correntes é o princípio da unidade da ciência, segundo o qual existe somente um método científico e todas as disciplinas devem segui-lo. Por outro lado, ainda que concepções positivistas tenham ganhado força já desde o século XIX, a defesa de uma unidade da ciência findava por transpor os métodos das ciências naturais para as ciências humanas e sociais, o que não foi um argumento plenamente aceito. Dilthey (2002), por exemplo, questionava a unidade científica propondo a existência de diferenças ontológicas e metodológicas entre as ciências humanas – ou ciências do espírito⁴ – e as ciências naturais.

Para Dilthey, "a diferença entre esses dois tipos de ciência não se devia somente ao fato de abordarem objetos de estudo diferentes, mas também, e fundamentalmente, à relação diferente que o cientista estabelece com o objeto de estudo" (ALVARO; GARRIDO, 2006, p. 20). Enquanto nas ciências da natureza o cientista se ocupa de uma realidade dita externa, nas ciências do espírito trata-se de uma realidade da qual ele faz parte. Nesse processo, a percepção da vida psíquica seria resultado da própria vida anímica. A partir dessa distinção trazida, Dilthey (2002) argumentava em favor da autonomia dos métodos das ciências do espírito em relação às ciências naturais, apontando possibilidades de ruptura com a tese da unidade científica. Apesar desses argumentos, a psicologia, na ânsia de ser legitimada como ciência, acabou por encontrar na filosofia positivista das ciências naturais o seu terreno de fundação. Nessa direção, Foucault (2006), ao tratar dos desenvolvimentos das psicologias sob uma perspectiva histórica, descreve o seu início de forma atrelada às ciências naturais, das quais tomou emprestado o estilo retórico e seus esquemas de análise.

Apesar dos marcos iniciais, a história do desenvolvimento do campo da psicologia se constituiu, desde a sua fundação como ciência, como um saber diverso e plural. Sobre esse desenvolvimento, até a década de 1950, Foucault (2006) afirma que existiu uma coexistência de métodos, objetos e objetivos que não permite traçar uma narrativa linearmente organizada, de modo que o aparecimento de uma nova corrente de pensamento não implicou,

⁴ Tradução aproximada do vocábulo em alemão *Geisteswissenschaften*.

necessariamente, o abandono de formas preexistentes. Como assinala Foucault (2006), essa heterogeneidade apresentou o desafio de buscar fundamentos capazes de lidar com as contradições internas, não sendo, necessariamente, como afirmou Canguilhem (1973), uma ameaça à legitimidade da psicologia como campo saber.

Os desenvolvimentos teóricos tocantes à tensão entre indivíduo e sociedade, por sua vez, podem ser compreendidos de modo paralelo à construção do campo da psicologia como um todo. Conforme já citado, ainda que Wundt tenha dedicado grande parte da sua obra ao estudo dos fenômenos mentais coletivos, considerando objetos como linguagem e cultura, restou à psicologia a expectativa sobre o estudo dos processos mentais elementares e individuais, ao passo em que a sociologia, ao se separar da filosofia, estabelecia o seu objeto nos fatos sociais, nos fenômenos coletivos. Nesse sentido, institucionaliza-se uma dicotomia entre individual e coletivo que se materializava nos projetos disciplinares tanto da sociologia como da psicologia. Além disso, como assinalam Álvaro e Garrido (2006), era complicado definir as relações entre essas duas disciplinas, sob uma ameaça de perda de objetividade científica.

Em que pese a possibilidade de uma suposta perda de identidade disciplinar, a psicologia social emerge justamente da articulação entre esses campos de saberes – que passam a ser tomados como psicossociológicos – e, assim como a psicologia de forma geral, abrigou diferentes orientações e perspectivas. Nesse sentido, é comum – ainda que não seja suficiente – demarcar a existência de duas formas de psicologia social: uma de orientação psicológica e outra sociológica (ALVARO; GARRIDO, 2006; FARR, 2008; RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2010; SANTOS et al., 2013). Segundo Farr (2008), a psicologia social tem o seu nascimento no interior tanto da psicologia quanto da sociologia e, por razões históricas e culturais, esse duplo florescimento repercutiu nas duas orientações citadas.

De acordo com Rodrigues, Assmar e Jablonski (2010), a diferença fundamental entre as duas perspectivas reside nos níveis de análise abordados. Para esses autores, se por um lado a psicologia social psicológica – identificada como eminentemente norte-americana – se dedica aos níveis pessoais e interpessoais; por outro, a chamada psicologia social sociológica – identificada como caracteristicamente europeia – tende a dar mais atenção aos níveis intergrupais e coletivos. Nesse sentido, o próprio modo de definir o escopo da disciplina é capaz de revelar posicionamentos implícitos a respeito do tipo de ênfase explicativa empregada. Por exemplo, Rodrigues, Assmar e Jablonski (2010) afirmam categoricamente que a psicologia social é uma ciência cujo interesse é o comportamento do indivíduo em situação social, cujos métodos mais adequados seriam experimentais. Essa orientação, que

coloca o indivíduo e o experimentalismo como critérios definidores da psicologia social, é característica da tradição psicológica marcada pela influência de Floyd Allport nos EUA (CAMINO; TORRES, 2011). Isso não significa, entretanto, que orientações sociológicas tenham rejeitado o método experimental ou mesmo a participação dos indivíduos na definição dos fenômenos sociais. Por exemplo, Tajfel (1982) reconhece a importância de se considerar o comportamento individual em situações sociais, mas critica tradições experimentais que não incluam reflexões a respeito do contexto social que dá condições de possibilidade para a sua emergência. Além disso, as relações entre grupos não poderiam ser explicadas em termos puramente individuais, pois ocorrem em meio a estruturas sociais e sistemas de interpretação coletivamente compartilhados (TAJFEL, 1982).

No Brasil, mais especificamente, o início do desenvolvimento da psicologia social foi marcado pela ênfase dada aos níveis intra e interindividual, característicos de uma orientação psicológica, e pelo uso predominante de métodos experimentais (SANTOS et al., 2013), conforme defendiam Rodrigues, Assmar e Jablonski (2010). Por outro lado, a partir do final da década de 1970, tomou forma um movimento que argumentava em favor do desenvolvimento de produções em psicologia social capazes de incluir o contexto sócio-histórico de produção dos fenômenos analisados em suas explicações (SANTOS et al., 2013). Além disso, no bojo desse movimento, defendia-se um maior engajamento por parte da psicologia social, que passava a ser entendida como um exercício de consciência crítica dirigida à mudança social (LANE, 1980), o que foi acompanhado por uma tendência a adotar delineamentos baseados na pesquisa-ação e pesquisa participante (SANTOS et al., 2013).

É importante ressaltar que as críticas realizadas a perspectivas individualistas da psicologia social não implicam a rejeição de explicações individuais e interindividuais. De outro modo, a crítica, em sua dimensão epistemológica, dirige-se à individualização da disciplina, notavelmente em sua tradição norte-americana (FARR, 2008), que reduzia suas explicações sobre o comportamento social a princípios psicológicos. Conforme salienta Asch (1977), a tese individualista foi empregada na psicologia social de modo a extrapolar o estudo do funcionamento psicológico individual a situações sociais. Além disso, quando se parte da compreensão de que os fenômenos coletivos e o comportamento social não podem ser reduzidos à soma de indivíduos (TAJFEL, 1982), como também argumentou Durkheim (2009), a própria ideia de comportamento individual precisa ser reelaborada.

Nessa direção, George Mead (1982) afirmava que o comportamento humano é eminentemente social na medida em que é constituído e regulado pelo outro. Para ele, os gestos – incluindo o comportamento verbal – adquirem o caráter de símbolos significantes,

portanto podem representar ideias que não se limitam ao ato em si, mas que são capazes de provocar efeitos simbólicos no outro participante de um mesmo ambiente social. O projeto de Mead, dessa forma, é abordado em favor de uma compreensão da experiência individual, bem como da mente humana, como um produto de relações sociais, aspecto esse que o afastou de concepções individualistas do ser humano e o situou em uma perspectiva eminentemente interacionista (ALVARO; GARRIDO, 2006). A partir dessa orientação se produz um conjunto de fenômenos que não compreendem o contexto social como mera variável situacional, mas como condição de constituição do sujeito. Indivíduo e sociedade estão, desse modo, entrelaçados e, portanto, o papel da cultura na compreensão da realidade humana é enfatizado. Decorrente dessa postura, parece pouco proveitoso considerar o comportamento social como a-histórico e possuindo princípios universais, como propuseram Rodrigues, Assmar e Jablonski (2010).

De forma distinta, argumenta-se, como realizou Tajfel (1982), em favor de um projeto de psicologia social que inclua necessariamente as relações grupais, intergrupais e ideológicas na explicação dos fenômenos psicossociais. Essa postura caracteriza a indissociabilidade entre indivíduo e sociedade característica, por exemplo, da orientação epistemológica de Serge Moscovici, tanto na Teoria das Representações Sociais (2009, 2012a, 2013), como na Teoria das Minorias Ativas (2011). Além disso, o desenvolvimento da chamada psicologia social sociológica foi acompanhado por uma ênfase no papel dado à comunicação nos processos e fenômenos sociais, ao passo em que as orientações psicológicas tenderam a retirar a importância e o caráter social da linguagem (FARR, 2008). Por fim, é preciso reiterar que as divisões entre psicologia social de orientação psicológica e sociológica não são suficientes para explicar a heterogeneidade do campo. Não obstante, embora tal divisão seja simplista, abordá-la se faz útil no sentido de esclarecer e situar, em meio a pressupostos divergentes, algumas das perspectivas teóricas aqui adotadas. Nesse sentido, entende-se que a principal potência da psicologia social, por sua vez, reside precisamente na capacidade de articular explicações de ordem individual e social (DOISE, 2002).

Conforme é possível depreender até aqui, a psicologia social não pode ser definida pelo seu objeto – que pode contemplar, de modo muito amplo, fenômenos do pensamento, influência e comportamentos sociais (MYERS, 2014) – e, muito menos, pode ser caracterizada pelas teorias ou abordagens que se utiliza⁵. Diante disso, Moscovici (1984)

⁵ Apesar disso, é possível identificar determinadas orientações paradigmáticas no campo da psicologia social. Uma delas, de acordo com Vala (1993), aproxima a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2009,

afirma que o que define o campo da psicologia social é o modo como se interpretam os fenômenos por ela estudados, a saber, a utilização do olhar psicossocial. Se, por um lado, a psicologia geral se legitimou a partir de relações binárias entre um sujeito individual (o organismo) e um objeto (o ambiente ou estímulo), se, ainda, a sociologia se apropriou das relações entre um sujeito coletivo (grupo, classe, estrato, Estado) e um objeto (interesses, instituições, outros grupos), a psicologia social, ao seu turno, seria caracterizada por empregar um olhar ternário, capaz de incluir o sujeito, objeto e o outro em seus esquemas interpretativos (MOSCOVICI, 1984).

Certamente essa caracterização simplifica a complexidade interna tanto da psicologia como da sociologia, no entanto, ela é pertinente no sentido de que é capaz de vincular ao campo da psicologia social o interesse pela mediação constante do outro na compreensão da relação dos sujeitos com o mundo. Conforme aborda Apostolidis (2006), esse tipo de sistema analítico permite aproximar o olhar psicossocial da perspectiva fenomenológica, que postula a interdependência entre eu, outro e o mundo, de maneira tal que não há lugar para dicotomias ou oposições entre sujeito-objeto e indivíduo-sociedade.

Entretanto, é preciso notar, como discute Apostolidis (2006), que a articulação entre as dimensões constituintes do olhar psicossocial pode se realizar a partir de diferentes direções epistemológicas – e mesmo antagônicas –, o que faz com que o esquema ternário não seja, por si só, suficiente para caracterizar uma perspectiva psicossocial de análise. Nessa direção, o autor desenvolve quatro aspectos a ser levados em conta nesse tipo de caracterização: a integração necessária entre diferentes níveis de análise psicossocial; a compreensão de um sujeito ativo, criador da realidade, permitindo aproximar a perspectiva de uma orientação construtivista; a impossibilidade de separação entre realidade subjetiva e realidade objetiva, cujas repercussões permitem distanciar o olhar psicossocial de uma ontologia objetivista, assim como de princípios positivistas sobre o fazer científico; e, por fim, essa orientação permite ultrapassar reducionismos e limitações disciplinares na medida em que demanda uma postura de transversalidade teórica e pluralidade metodológica necessária à reflexão entre conhecimento, ação e participação social.

De modo pertinente à presente tese, partir de um olhar psicossocial no contexto da Teoria das Representações Sociais significa analisar a construção do pensamento social de maneira implicada aos processos interativos que o produzem na cultura. Ao menos duas

2012a), a Teoria das Minorias Ativas (MOSCOVICI, 2011) e a Teoria da Identidade Social (TAJFEL, 1982) pelo fato de compartilharem de uma noção de sujeito tido como ativo e indissociável do seu contexto social.

implicações decorrem dessa afirmação, tornando-se útil abordá-las. Em primeiro lugar, a utilização de um esquema triádico de análise, que considera o outro como instância fundamental na compreensão da relação entre sujeito e objeto, marca uma perspectiva dialógica (MARKOVÁ, 2006), segundo a qual o conhecimento é produzido na relação simultânea com o objeto e com o outro, o que a distancia da concepção de um sujeito solipsista (ALAYA, 2011). Além disso, a própria ordem de objetos da realidade é socialmente determinada e organizada (BERGER; LUCKMANN, 2011), de modo que a atividade representacional não pode ser compreendida como relação independente entre sujeito e objeto, uma vez que o próprio objeto constitui uma realidade intersubjetiva (JOVCHELOVITCH, 2008). Em segundo lugar, o conhecimento social não é produto de mera apropriação cognitiva diante do mundo, posto que representações sociais possuem finalidades práticas para a comunicação e ação social (MOSCOVICI, 2012a). Ademais, os sistemas de pensamento social não operam num vazio relacional, ao contrário, são regulados por normas sociais que interferem diretamente nas operações cognitivas (DOISE, 2011).

Feitas essas considerações, é necessário salientar algumas das implicações decorrentes da adoção de uma perspectiva psicossocial no campo das drogas psicoativas com o interesse de se analisar a sua construção sócio-simbólica. Entende-se que esses aspectos podem ser ilustrados com a realização de uma discussão a respeito de diferentes modos de apropriação do campo de conhecimento sobre os fenômenos relacionados ao uso drogas.

2 AS DROGAS COMO CAMPO DE CONHECIMENTO

Os fenômenos relacionados ao uso de drogas são apreendidos por diferentes sistemas de conhecimento tanto no campo científico como no senso comum. Isso ocorre pela sua saliência social e cultural – uma vez que tais fenômenos repercutem diretamente na vida cotidiana dos indivíduos, grupos, instituições e sociedade como um todo –, e também pela sua inscrição em diferentes níveis de realidade, cuja complexidade possibilita a participação de diferentes disciplinas no campo científico.

Nesse último, o interesse pelas substâncias psicoativas pode ser identificado na química, biologia, medicina, direito, economia, história, sociologia, antropologia, psicologia, entre outros, de modo que resultaria impossível sistematizar nesta tese as contribuições dessas áreas para o entendimento contemporâneo a respeito das drogas. Apesar disso, é possível mencionar algumas das linhas temáticas que orientam a produção de conhecimento científico sobre o campo de forma que se possa melhor situar as contribuições teórico-empíricas desta tese. Conforme aborda Nowlis (1982), todo e qualquer fenômeno de uso de drogas demanda a consideração de três elementos interdependentes: a substância utilizada; o consumidor; e o contexto social e cultural em que ocorre. Nessa perspectiva, a não consideração de todos esses elementos pode resultar em concepções reducionistas que superestimam o papel explicativo da substância, do usuário ou do contexto histórico-social. Ainda que essa articulação interdimensional seja necessária, é possível observar que diferentes problemas de pesquisa tendem a colocar em evidência determinados aspectos em detrimento de outros. Desse modo, as dimensões constituintes do olhar psicossocial (sujeito, objeto e outro), aplicadas ao campo do uso de drogas pelas relações entre os consumidores, as substâncias e o contexto, se fazem úteis para a circunscrição de algumas formas de produção de saber e apropriação dos seus fenômenos.

Os conhecimentos que colocam a dimensão da substância em evidência incluem em seu espectro de interesses as características farmacológicas, mecanismos de ação, metabolização, toxicidade, possibilidades de utilização medicamentosa, entre outros. Grosso modo, pergunta-se sobre o que caracteriza uma substância psicoativa, o que a difere ou a aproxima de outras substâncias conhecidas, como elas agem e o que são capazes de produzir. Uma das classificações decorrentes dessa dimensão diz respeito ao tipo de ação no Sistema Nervoso Central (SNC), que permite categorizar diferentes substâncias como depressoras, estimulantes e perturbadoras. De acordo com essa forma de classificar, proposta por Chaloult

(1971), ao falar das chamadas drogas toxicomanógenas, as depressoras são aquelas que diminuem a atividade do SNC, como, por exemplo, álcool, opiáceos, inalantes e benzodiazepínicos; as estimulantes atuam aumentando a atividade do SNC, como a nicotina e a cocaína; e as perturbadoras produzem mudanças qualitativas no funcionamento do SNC sem, necessariamente, aumentar ou diminuir a sua atividade, tais como o THC (da maconha), LSD, psilocibina e mescalina (CARLINI et al., 2001; CEBRID, 2003). Outras classificações também são realizadas, como a divisão técnica entre drogas naturais, sintéticas e semissintéticas (ARAUJO, 2012), e entre substâncias de alto ou baixo risco de desenvolvimento da dependência (IVERSEN, 2012). Ademais, por se tratar de um campo de conhecimento social não restrito ao contexto científico, as substâncias psicoativas são usualmente classificadas pelo senso comum segundo outros critérios, como a divisão entre drogas leves e pesadas (ARAUJO, 2012), inofensivas e perigosas (NOWLIS, 1982).

Observa-se que esses temas envolvem, de algum modo, a interação entre a substância e o corpo de um consumidor, real ou potencial, ainda que o objeto epistêmico não seja necessariamente o sujeito. Semelhante situação pode ser observada na interação entre substância e cultura que, diante da focalização da primeira dessas dimensões, classificações e sistematizações sobre o objeto são produzidas em função do contexto sem que, entretanto, este último seja colocado em evidência. A principal dessas classificações é a divisão entre substâncias lícitas, ilícitas e controladas, que finda por produzir um sentido de periculosidade social inerente à substância pela sua inscrição em uma classe juridicamente delimitada. Apesar disso, o conhecimento científico produzido sobre as substâncias específicas muitas vezes termina por apontar as contradições desse tipo de classificação, como é o caso de um conhecido estudo realizado no Reino Unido a respeito dos danos relacionados ao uso de diferentes drogas (NUTT; KING; PHILLIPS, 2010). Esse estudo contou com a participação de um comitê científico independente e teve o objetivo de identificar, a partir de múltiplos critérios, o nível de risco das substâncias para o indivíduo e terceiros. Os resultados evidenciaram que as classificações legais atuais não se baseiam em considerações sobre os danos das substâncias, visto que, por exemplo, o álcool ocupou a primeira posição do ranking e o tabaco a sexta, à frente de drogas como cannabis, ecstasy e LSD.

Quando é o sujeito consumidor que se constitui como objeto de saber, podem ser identificados interesses a respeito dos diferentes padrões de consumo, especialmente a dependência, fatores de risco e proteção associados a problemas decorrentes do uso de drogas, características comuns a determinados grupos de consumidores e diagnósticos populacionais de cunho epidemiológico. Nesse contexto, os diferentes problemas de pesquisa no âmbito

científico partem de perguntas sobre quem são as pessoas que usam drogas e como se relacionam com elas.

Tomado como um sujeito individualizado, o usuário na relação com a droga é apreendido a partir dos seus padrões de comportamento e usualmente localizado em um *continuum* de frequência ou intensidade de consumo, que vai desde a experimentação de uma droga, passa pelo uso esporádico e uso frequente, até chegar no chamado uso pesado. Note-se que, apesar da ideia de linearidade cronológica, sistemas de classificação como esse referem-se a padrões comportamentais que são caracterizados por critérios de conveniência bastante variáveis e não definem, portanto, estágios de consumo, muito embora isso não signifique que as práticas de uso de drogas não sejam assim representadas.

Além da frequência ou intensidade do consumo, a relação do sujeito com a droga tem sido marcada pela sua localização em categorias de uso problemático, notadamente o abuso e a dependência. De acordo com Bordin et al. (2010), embora não haja fronteiras claras entre essas categorias, a ideia de abuso ou uso nocivo remete a algum tipo de prejuízo associado ao consumo da droga – seja ele biológico, psicológico ou social – ao passo que a dependência pode ser entendida como um padrão de consumo que, além de problemático, ocorre de modo descontrolado. Essas noções, por sua vez, são trabalhadas por esses autores a partir de uma lógica de evolução no consumo, onde a dependência representaria o estágio final (BORDIN et al., 2010). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2006), esta última categoria, a dependência, diz respeito a um “agrupamento de sintomas cognitivos, comportamentais e fisiológicos indicando que o indivíduo continua o uso da substância apesar de problemas significativos relacionados à substância” (p. 45).

Observa-se que, diferente de uma classificação baseada na frequência de uso, as noções de abuso e dependência envolvem tanto os problemas decorrentes do consumo, quanto o tipo de relação estabelecida entre o sujeito e o objeto, que é, conforme apreendido, marcada pela falta de controle. As dimensões dos problemas associados ao consumo e do grau de dependência da relação com a droga são aspectos estruturantes do conceito de Síndrome de Dependência Alcoólica (SDA), elaborado em 1976, conforme explicitam Bordin et al. (2010). Destaca-se que o próprio conceito de dependência foi profundamente inspirado nas noções desenvolvidas a respeito do alcoolismo. Esse último tem a sua história marcada por diferentes modos de compreendê-lo, passando pelo pecado, crime e doença, até se chegar à noção de síndrome de dependência do álcool, no final do século XX (SOUZA; MENANDRO; MENANDRO, 2015).

Apesar de se manter em um espectro patológico, a ideia de dependência como síndrome difere de uma caracterização restrita do conceito como uma doença, que, como abordam Pillon e Luis (2004) no contexto do alcoolismo, designava uma entidade nosológica clara, de caráter progressivo e incurável. Tal forma de objetivação repercute atualmente na ideia de adição (*addiction*), quando definida como uma doença cerebral, equiparando-a a patologias orgânicas como, por exemplo, disfunções cardíacas (NIDA, 2014). Cumpre ressaltar que o conceito de adição surgiu formalmente no século XIX, mas já se falava, muito antes, de uma “embriaguez crônica” e, mesmo, dos fenômenos de habituação às drogas (MERCANTE, 2013).

Os desenvolvimentos históricos da ideia de dependência no contexto do alcoolismo levaram, ainda, a se falar de um amplo espectro de problemas relacionados ao álcool, incluindo a noção de uso nocivo, não mais restringindo-se à ideia de doença ou síndrome (SOUZA; MENANDRO; MENANDRO, 2015). De acordo com Mercante (2013), a ampliação do conceito de dependência para a ideia de “problemas relacionados ao álcool” constituiu uma resposta à hegemonia da medicina, uma vez que este último retira a ênfase dada a intervenções hospitalares e contempla alternativas de cuidado de baixo custo ou baseadas em recursos fora do âmbito médico. Em que pese essa ampliação, a dependência de substâncias psicoativas é, no contexto das sociedades ocidentais contemporâneas, preponderantemente inscrita no âmbito da medicina, seja essa categoria entendida como uma síndrome ou como padrão de consumo disfuncional e inadaptado.

A síndrome de dependência alcoólica foi, assim, alargada para outros objetos, servindo de base para a construção dos sistemas diagnósticos vigentes, tais como a CID-10 – Classificação Estatística Internacional de Doenças (WHO, 1992) e o DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Guardadas as peculiaridades de cada um desses sistemas de diagnóstico, alguns critérios podem ser destacados: a presença de sintomas físicos decorrentes da interrupção ou redução do consumo da droga; a necessidade de administrar doses cada vez maiores para obter os mesmos efeitos anteriormente obtidos por doses menores; a presença de uma sensação de compulsão ou desejo intenso em consumir a substância, bem como da dificuldade em reduzir ou controlar o seu uso em termos de tempo e quantidade; estreitamento do repertório comportamental do sujeito e abandono progressivo de outras atividades em função do consumo da droga, entre outros (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014; BORDIN et al., 2010; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2006; WHO, 1992)

A inscrição de um usuário em dada categoria de frequência de uso ou de consumo problemático tem fundamentado a construção de alguns indicadores que permitem considerar um sujeito consumidor coletivo, conforme pode-se observar em estudos dessa natureza (CARLINI et al., 2006, 2010). Por conseguinte, enquanto as práticas do sujeito individual são comparadas àquelas de outras pessoas em função do modo como consome determinada droga, o sujeito coletivo que resulta desse processo passa, então, a ser descrito por critérios similares e comparados com outras coletividades. Esse processo pode ser ilustrado pela revisão epidemiológica apresentada por Galduróz, Sanchez e Noto (2011), que discutem a prevalência do uso e dependência de diferentes substâncias em populações gerais e específicas brasileiras, de modo a comparar com as realidades de outros países. Em outras palavras, trata-se de um processo de comparação entre coletividades de usuários, cujas repercussões não se restringem à produção de saberes epidemiológicos, mas que também atualizam dinâmicas identitárias que permitem construir uma ideia de realidade das drogas no Brasil em comparação com o outro.

Por sua vez, o contexto sociocultural e o outro têm sido abordados como dimensão saliente no tocante ao uso de drogas de diferentes maneiras. Por exemplo, Zinberg (1986) insiste no papel dos rituais de consumo e do contexto social e cultural onde eles se inscrevem para a explicação da emergência e manutenção de relações entre o sujeito e a substância. Para o autor, que também parte de um modelo teórico triádico, os fenômenos de uso de drogas devem ser considerados na relação entre substância, o *set* – motivações, expectativas e personalidade do consumidor – e o *setting* – as condições físicas e simbólicas onde ocorrem o consumo (ZINBERG, 1986). Em perspectiva similar, Becker (2008) destaca que inclusive os efeitos psicoativos experimentados e percebidos por usuários encontram-se articulados a significados compartilhados na cultura e em subgrupos de consumidores. Além disso, a análise de condições socioeconômicas, condições de moradia, discriminação contra o usuário e a própria construção do desvio podem ser incluídos no conjunto de interesses motivados pela saliência do contexto (NOWLIS, 1982).

No presente trabalho, que parte do olhar psicossocial como modelo interpretativo aplicado ao estudo das representações sociais, o contexto cultural é operado de modo a permitir analisar a construção sócio-simbólica das drogas, seus usos e usuários. Isso significa tomar a droga não de forma estrita como uma substância psicoativa, mas sim como um objeto social – entendido como qualquer entidade material ou imaginária, inserida nas comunicações, que as pessoas nomeiam, atribuem características e valores (WAGNER, 1998). A droga é social não apenas porque a sua existência é coletivamente reconhecida, mas também porque é capaz de mediar relações interpessoais e intergrupais, que repercutem

diretamente nos modos de significá-la. Nessa perspectiva, os questionamentos sobre o que fazem as drogas às pessoas e o que fazem as pessoas com as drogas podem ser dialogicamente recolocados a partir de duas novas perguntas. Primeiramente, o que fazem as pessoas com as drogas a partir da relação com o outro? E, em seguida, o que fazem as pessoas umas às outras em nome e através da droga? A recolocação desses problemas, com vistas a contemplar a construção social do objeto, permite, entre outras coisas, compreender o estabelecimento e manutenção de certas relações assimétricas de poder que são socialmente legitimadas pelo apelo à(s) droga(s).

Por exemplo, o alcoolismo no início do século XX foi associado aos homens de classe popular ao ser enquadrado como elemento de degenerescência moral (SOUZA; MENANDRO; MENANDRO, 2015). Segundo Campos (2005), a associação entre o uso de álcool e as massas trabalhadoras tinham como efeito o estabelecimento de formas de controle social dirigidas a essa população. A maconha, por sua vez, teve a sua proibição no Brasil precedida de campanhas que a colocavam como ameaça africana à raça brasileira (MACRAE; SIMÕES, 2004) e, ainda, como o “ópio do pobre” (FRANÇA, 2015). Nos Estados Unidos, foram os imigrantes mexicanos (FERNANDES, 2009) que constituíram o grupo de acusação vinculado à chamada marijuana – a erva da loucura (BASTOS, 1999). No mesmo país, o consumo de ópio, representado como uma ameaça aos americanos, foi associado aos chineses e seus “fumódromos” no final do século XIX (ESCOHOTADO, 2008). Mais tarde, a partir da década de 1980, o consumo e o tráfico de crack foram relacionados à população negra de bairros periféricos, intensificando o quadro de segregação racial do contexto norte-americano (HART, 2014).

Conforme se depreende desses exemplos, os significados produzidos sobre as drogas não são fruto de um vazio relacional, mas, ao contrário, estão articulados à demarcação da identidade e diferença, de tal modo que a droga cumpre funções psicossociais que extrapolam as dinâmicas de consumo individual ou coletivo. Por essa razão, não é possível desvincular a construção de representações antidrogas do processo de estigmatização dos seus usuários. Conforme apontam Bucher e Oliveira (1994), a droga passou a assumir a função de “bode expiatório”, sendo responsabilizada por diferentes flagelos sociais, ao mesmo tempo em que o drogado e o viciado passaram a ser categorias de desqualificação moral.

Além disso, abordar o contexto e o outro como instâncias pertinentes à compreensão dos fenômenos relacionados à droga como um objeto social significa compreender o seu campo – incluindo seus usos e usuários – como realidade simbólica. Nessa direção, as condições de existência do objeto, bem como a sua inserção em práticas sociais concretas, são

inseparáveis das maneiras como os grupos e a cultura o concebem, percebem e experimentam. Por conseguinte, o próprio conhecimento social – entendido como qualquer corpo de conhecimento socialmente estabelecido como realidade (BERGER; LUCKMANN, 2011) – constitui objeto relevante de investigação para o campo das ciências humanas. O interesse não é, entretanto, de averiguar a veracidade dos saberes do senso comum, mas, de outro modo, de analisá-los a partir da racionalidade coletiva que institui o próprio real (MOSCOVICI, 2012b).

É sobre esse aspecto da realidade – isto é, as formas de pensamento social que constroem os fenômenos de uso de drogas – que a presente tese se interessa, o que permite aproximá-la de um conjunto de produções acadêmicas dedicadas à análise da dimensão simbólica do objeto social em questão. Esse recorte diz respeito a um conjunto específico de interesses, isto é, ao universo dos significados, valores, crenças e atitudes que engendram a realidade social (MINAYO, 2012) e, portanto, constroem o campo das drogas, seus usos e usuários. Ademais, pode-se dizer, com relação à presente pesquisa, que se trata de um empreendimento de análise sociocognitiva, compreendida especificamente como uma perspectiva interessada pelo conhecimento social produzido a partir de dinâmicas sociointerativas, conforme sentido empregado por Apostolidis (2006).

Há que se considerar, ainda, que o pensamento social sobre drogas, entendido como realidade simbólica intersubjetiva (JOVCHELOVITCH, 2008), não pode ser homogêneo em seus conteúdos e modos de expressão, uma vez que o próprio conhecimento é socialmente distribuído em função dos posicionamentos que ocupam indivíduos e grupos numa sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2011). Por essa razão, os estudos dedicados à dimensão simbólica do campo das drogas direcionam suas análises a diferentes fenômenos, objetos, atores e contextos sociais envolvidos na apropriação do campo de acordo com interesses específicos de investigação. Desse modo, considera-se oportuno apresentar um breve panorama dos estudos publicados no Brasil dedicados à análise da dimensão simbólica do uso de drogas, uma vez que a discussão pode favorecer a identificação de zonas de interesse produzidas pela apropriação acadêmica da questão. Para tanto foi realizada uma revisão da literatura brasileira dedicada à investigação do campo das drogas em relação a percepções, discursos, significados, sentidos, crenças, representações e outros conceitos.

Além disso, a própria produção científica pode ser compreendida como um conjunto de práticas sociais que seleciona determinados problemas e objetos de acordo com demandas próprias ao contexto cultural de produção. Esse argumento vai ao encontro da reflexão realizada por Jodelet (2011), que, ao falar sobre o desenvolvimento dos estudos sobre

representações sociais no Brasil, ressaltou a necessidade de se ir além das avaliações sobre os progressos empíricos, ou “estados da arte” do campo, e promover reflexões sobre as realidades sociais que são colocadas em evidência através das pesquisas. Naturalmente, o argumento da autora foi desenvolvido em outro contexto de discussão, mas a sua pertinência persiste diante da necessidade de se considerar, no campo das drogas, quais são as realidades simbólicas tornadas visíveis pelas produções acadêmicas. Em outras palavras, o panorama de estudos sobre os aspectos simbólicos do uso de drogas, apresentado a seguir, não teve o objetivo de constituir uma revisão exaustiva de caracterização teórico-metodológica. De outro modo, a discussão foi realizada com a finalidade de apresentar algumas das realidades colocadas em evidência por esses trabalhos e, ao mesmo tempo, permitir contextualizar alguns dos interesses subjacentes à presente tese.

2.1 A dimensão simbólica do objeto

Os aspectos simbólicos relacionados ao uso de drogas constituem objeto de interesse em diferentes áreas do conhecimento, o que significa que a sua abordagem em pesquisa não necessariamente indica uma reflexão psicossociológica. Apesar disso, os trabalhos desenvolvidos nesse âmbito guardam relação entre si pela atenção dada a aspectos comunicacionais envolvidos com o fenômeno e/ou à interdependência entre conhecimento social e ação. Com a finalidade de reunir um material suficientemente pertinente aos propósitos da discussão, foram realizadas buscas em bases eletrônicas de dados (SciELO e PePSIC), permitindo contemplar artigos de diferentes áreas, ainda que a inclusão específica da segunda base mencionada implique maior visibilidade a trabalhos publicados na psicologia.

Foram considerados todos os artigos com texto completo disponível, escritos em português, cujos autores fossem vinculados a instituições brasileiras, que continham no título pelo menos um descritor temático⁶ e um descritor teórico⁷. Ademais, foram excluídos os artigos que, embora satisfizessem os critérios anteriores, não possuíam como mote de

⁶ Foi utilizada a seguinte linha de comando: drog\$ OR psicoativ\$ OR psicotrópic\$ OR alucinógen\$ OR álcool\$ OR cigarr\$ OR tabac\$ OR tabagis\$ OR maconh\$ OR cannabi\$ OR cocaín\$ OR crack OR dependênci\$ OR dependend\$ OR narcotráfic\$. O símbolo “\$” permite considerar quaisquer terminações possíveis para o descritor utilizado. Por exemplo, “tabagis\$” contempla simultaneamente “tabagismo” e “tabagista(s)”.

⁷ Foi utilizada a seguinte linha de comando: discours\$ OR significa\$ OR sentid\$ OR crenç\$ OR representaç\$ OR percepç\$ OR atitud\$ OR opini\$. O símbolo “\$” permite considerar quaisquer terminações possíveis para o descritor utilizado. Por exemplo, “significa\$” contempla simultaneamente “significado(s)” e “significações”.

pesquisa um fenômeno relacionado ao uso de drogas psicoativas ou, ainda, que o conceito utilizado não designava um aspecto simbólico da realidade – por exemplo, pela menção a atitudes para tratar de comportamentos ou dos estudos sobre percepção sensorial. O levantamento foi realizado ao longo do período de escrita da tese e a sua última atualização ocorreu no início de dezembro de 2016. Até essa data, a busca pelos descritores permitiu identificar 152 artigos vinculados à base SciELO e 45 à base PePSIC, totalizando 197 referências. Após a triagem dos resultados de acordo com os critérios de seleção e inclusão mencionados, trabalhou-se com 119 artigos distintos, sendo 86 oriundos da base SciELO, 30 da PePSIC, e 3 de ambas.

Os dois primeiros artigos publicados e identificados pelos critérios utilizados datam da década de 1990. No primeiro deles, foram abordados aspectos ideológicos do campo das drogas em discursos institucionais e midiáticos (BUCHER; OLIVEIRA, 1994), enquanto o segundo realizou uma revisão da literatura sobre crenças e atitudes relacionadas ao uso e usuário de álcool por profissionais de enfermagem, sob o argumento de que tais aspectos influenciam relações de cuidado desenvolvidas no contexto da saúde (DINIZ; RUFFINO, 1996). Esses dois trabalhos apresentam características distintas que, uma vez salientadas, tornam-se identificáveis em outras publicações, o que pode facilitar a organização da discussão sobre pontos de interesse característicos. Enquanto um deles é dedicado a analisar processos simbólico-comunicativos que constroem o campo das drogas em meio a tensões e tomadas de posição; o outro dedica-se à relação entre conhecimento e ação a partir de uma discussão contextualizada que envolve um grupo, uma substância em particular e um ambiente circunscrito ao contexto da saúde. Características como as citadas podem ser refletidas sob diferentes argumentos, mas, grosso modo, permitem distinguir as produções pelos seus objetos, campos de conhecimento e fontes, ou atores sociais considerados.

A partir do exemplo citado, cumpre discutir algumas dessas características, que podem ser observadas não apenas nos primeiros artigos publicados, mas no conjunto de produções identificadas pelos critérios mencionados. Inicialmente, caberia realizar uma distinção quanto ao objeto, contrastando as pesquisas interessadas no fenômeno das drogas como um todo àquelas que se ocupam das realidades específicas a uma ou mais substâncias. A primeira categoria concentrou cerca da metade dos artigos analisados ($n = 54$) e abordou tanto fenômenos relacionados ao campo das drogas em si – destacando-se o uso, abuso, dependência e cuidado – quanto suas interfaces com outros objetos, como a violência (LOURENÇO et al., 2007), sexualidade (BARROS; COLAÇO, 2013) e doenças sexualmente transmissíveis (GIACOMOZZI, 2011; PAULILO; JEOLÁS, 2005). Quanto às publicações

que mencionaram uma ou mais substâncias específicas no problema de pesquisa, houve predominância na abordagem de fenômenos relacionados ao uso de álcool (n = 41), ainda que outras drogas, como o crack (n = 11), tabaco (n = 9), maconha (n = 5) e cocaína (n = 1) tenham sido consideradas.

A grande concentração de estudos que tomam o álcool como objeto reflete tanto a sua saliência cultural, como suas peculiaridades constitutivas em relação a outras substâncias. Aspectos como a prevalência do seu consumo, a amplitude dos seus danos no contexto da saúde pública e a sua ambiguidade normativa – que valoriza o seu uso, mas rechaça o consumidor dependente –, são alguns pontos que merecem ser mencionados (SANTOS; VELÔSO, 2008). Nesse contexto temático, destaca-se a expressividade de estudos sobre atitudes frente ao uso de álcool, ao alcoolismo e ao indivíduo alcoolista (CAIXETA; PEDROSA; HAAS, 2016; SOARES; VARGAS; OLIVEIRA, 2011; VARGAS, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b, 2014; VARGAS; BITTENCOURT, 2013; VARGAS; LABATE, 2006; VARGAS; LUIS, 2008). Algumas pesquisas desse eixo enfatizam a importância de se investigar tais atitudes no contexto da saúde pelo fato de que os instrumentos de coleta utilizados podem ser utilizados como ferramenta diagnóstica de previsão da qualidade do atendimento prestado aos consumidores de álcool (VARGAS, 2014). O interesse com relação a essa questão é salientado uma vez que atitudes negativas direcionadas a alcoolistas constituem um obstáculo ao seu tratamento por profissionais de saúde (VARGAS, 2011b). Em que pese tal predominância temática, é possível identificar pesquisas sobre atitudes com outros objetos, como a maconha (PIMENTEL; LISLE COELHO; ARAGÃO, 2009) e o próprio uso de drogas em geral (GOUVEIA et al., 2007).

Dentre os trabalhos que focalizaram o crack como objeto, destaca-se a sua abordagem em análises de comunicações de massa e produções midiáticas (CHAGAS; SEEGER, 2013; ESPÍNDULA et al., 2015; RODRIGUES; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015; ROMANINI; ROSO, 2013; SANTOS; ACIOLI NETO; SOUSA, 2012). Esse interesse é justificado pela observação de que as comunicações cotidianas privilegiam abordagens alarmistas no tratamento dos fenômenos relacionados ao uso de crack, de modo que o objeto é construído na mídia como uma substância de propriedades devastadoras (ESPÍNDULA et al., 2015), marcada por um cenário de flagelo social (RODRIGUES; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015). Pode-se dizer, então, que a análise de produções midiáticas nesse contexto se interessa pelo modo como essas comunicações reforçam a produção de um pânico moral (DOMANICO, 2006) relacionado a essa droga, produzindo um movimento de espetacularização do fenômeno (CUNDA; SILVA, 2014).

Apesar de a análise dos aspectos simbólicos relacionados ao uso de drogas e comunicações midiáticas serem bastante pertinentes para a compreensão dessa realidade social, esse interesse parece restringir-se à problemática do crack. A exemplo disso, é possível notar que, além dos cinco trabalhos citados, apenas um estudo dedicou-se à análise da questão a partir de outro objeto, a saber, a internação compulsória de usuários de drogas (WURDIG; MOTTA, 2014), que, por sua vez, adquiriu relevância pública justamente após a utilização da estratégia junto a usuários de crack. Importa ressaltar que não se pretende dizer que não há estudos dedicados à relação entre drogas e mídia, uma vez que trabalhos nessa direção podem ser identificados (LACERDA; MASTROIANNI; NOTO, 2010; NOTO et al., 2003; OLIVEIRA et al., 2015; RONZANI et al., 2009; SOUZA; OLIVEIRA, 2008). No entanto, quando a ênfase é colocada em aspectos simbólicos de construção dos fenômenos do campo, parece haver maior interesse pelo crack, ao passo que outros objetos e processos simbólicos apresentam-se como territórios temáticos menos explorados.

Em seguida, estudos que focalizaram o tabaco como objeto de pesquisa dedicaram-se a questões como os sentidos produzidos por imagens aversivas veiculadas em maços de cigarro (RENOVATO et al., 2009; SOUZA; CAMPOS, 2011), o uso de tabaco por mulheres gestantes (FONTANELLA; SECCO, 2012; POSSATO; PARADA; TONETE, 2007), o tabagismo passivo de crianças na perspectiva de pais com o hábito de fumar (RIBEIRO et al., 2015a), o significado do tabagismo para pacientes com câncer de laringe (HORTENSE; CARMAGNANI; BRÊTAS, 2008), entre outros. É possível observar que, de modo subjacente aos últimos estudos citados, parece haver um interesse em se investigar os aspectos simbólicos relacionados à manutenção do consumo da droga mesmo diante da possibilidade ou constatação da ocorrência de consequências adversas. Mais especificamente às pesquisas realizadas com mulheres gestantes e pais tabagistas, fala-se de danos que podem afetar um outro – um feto ou uma criança – pelo comportamento de um usuário que, a partir da relação constituída, é socialmente julgado e/ou culpabilizado. Pesquisas realizadas com gestantes, por exemplo, salientam os riscos do desenvolvimento de agravos permanentes à saúde do feto pelos comportamentos de consumo de psicoativos. Nesse contexto de interesse, não apenas o tabaco foi abordado como objeto de problematização, mas também o álcool (COSTA et al., 2010), substâncias ilícitas (PORTELA et al., 2013) ou drogas em geral (KASSADA; MARCON; WAIDMAN, 2014).

Além do álcool, crack e tabaco, outros artigos, também contemplaram substâncias específicas, como a maconha (ARAÚJO et al., 2006; COUTINHO; ARAÚJO; GONTIÈS, 2004; FONSECA et al., 2007; LANDIM-ALMEIDA et al., 2016; PIMENTEL; LISLE

COELHO; ARAGÃO, 2009) e a cocaína (ARAÚJO; GONTIÉS; NUNES JUNIOR, 2007). Dentre esses, é possível destacar a abordagem do tema da legalização da maconha em um artigo que discutiu alguns dos fatores associados a tomadas de posição nesse sentido (LANDIM-ALMEIDA et al., 2016). Ainda que outros artigos tenham refletido sobre aspectos simbólicos associados ao proibicionismo e discursos contranormativos, esse trabalho, junto àquele de Bucher e Oliveira (1994), foram os únicos que analisaram diretamente a questão.

Uma segunda forma de caracterizar e discutir as produções desse levantamento diz respeito à identificação dos campos de conhecimento nos quais elas se inserem, tomando, para isso, a área vinculada aos periódicos de publicação como indicador (Apêndice B). Nesse âmbito, destacam-se as publicações de revistas da área da enfermagem (n = 43) e psicologia (n = 31), seguidas de revistas com escopo dedicado à saúde, ou saúde coletiva (n = 17), saúde mental, álcool e outras drogas (n = 15), a conhecimentos interdisciplinares (n = 6) e psiquiatria (n = 5). Ainda que não seja possível caracterizar a inscrição epistemológica dos aspectos simbólicos do uso de drogas apenas pela área de publicação, é possível notar que essa dimensão adquire notável condição de expressão a partir do campo da saúde e, em particular, da enfermagem e saúde mental. Importa lembrar que a inclusão da base de dados PePSIC favoreceu maior ênfase a publicações provenientes da psicologia, entretanto, ainda assim, a observação permanece pertinente quando cotejada com o restante dos dados.

Como uma questão pertinente ao campo da saúde, os aspectos simbólicos do fenômeno são considerados em diferentes níveis e reúnem uma diversidade de problemas de pesquisa que podem ser sintetizados nos seguintes temas: danos específicos decorrentes do uso de drogas, como a cirrose alcoólica (ROCHA; PEREIRA, 2007), ou o tabagismo na perspectiva de pacientes com câncer de laringe (HORTENSE; CARMAGNANI; BRÊTAS, 2008), questões ligadas ao cuidado, tratamento e reabilitação, como representações sobre adoecimento e cura (HALPERN; LEITE, 2012), tratamento e recaída (REZENDE; PELICIA, 2013), participação da família no processo terapêutico (HERZOG; WENDLING, 2013), modelos de atenção ao usuário (ALVES, 2009), sentidos sobre adesão e motivações para o tratamento (FERREIRA et al., 2015; SCADUTO; BARBIERI, 2009; VASTERS; PILLON, 2011), atendimento prestado a usuários de drogas em geral (CARRARO; RASSOOL; LUIS, 2005; LOPES; LUIS, 2005; MARTINS; CORRÊA, 2004; ROCHA et al., 2013), ou, especificamente, usuários de comunidades indígenas (MACIEL; OLIVEIRA; MELO, 2012), consumidores de crack (SOUZA; MELO, 2015) e de álcool (VARGAS; OLIVEIRA; LUÍS, 2010). De modo geral, esses estudos constroem os fenômenos de uso de drogas como um campo de saber e intervenção próprio à saúde, que, apesar de se fundamentar em

conhecimentos especializados da medicina, enfermagem, psicologia, entre outros, não deixa de levar em conta os saberes cotidianos produzidos tanto pelos profissionais quanto pelas pessoas que usam drogas.

Esse movimento de contextualização pode ser notadamente observado nos estudos realizados no âmbito da atenção primária em saúde (AMATO et al., 2008; CARDOSO et al., 2014; LAPORT et al., 2016; MEIRA; ARCOVERDE, 2010, 2010; VARGAS; LUIS, 2008; VARGAS; OLIVEIRA; LUÍS, 2010), os quais reconhecem a necessidade de apreender as realidades culturais vinculadas às práticas de saúde coletiva, uma vez que o funcionamento da própria atenção primária deve ser baseado em ações inseridas na comunidade (LAPORT et al., 2016). Em consonância a esse argumento, Oliveira, Mccallum e Costa (2010) salientam a participação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), visto que a sua inserção na equipe multiprofissional permite considerar as especificidades de cada território para o desenvolvimento de ações educativas e preventivas em saúde, incluindo aquelas direcionadas ao tema do uso de drogas. Por essa razão, esses atores têm constituído uma categoria profissional de interesse no contexto de pesquisa sobre os aspectos simbólicos relacionados ao tema do uso de drogas, conforme é possível observar em algumas pesquisas (ARAÚJO et al., 2006; CASTANHA; ARAÚJO, 2006; OLIVEIRA; MCCALLUM; COSTA, 2010).

Não obstante, a partir da articulação com o campo temático da saúde e seus fenômenos, é possível identificar a relação do tema do uso de drogas e seus aspectos simbólicos com temas específicos. Por exemplo, a dimensão do trabalho foi visibilizada em estudos interessados nos impactos da dependência de álcool no ambiente laboral, tais como o absenteísmo, afastamento por doença (DONATO; ZEITOUNE, 2006) e acidentes (FONSECA, 2007). Além de os problemas vinculados ao consumo de álcool e outras drogas serem apresentados a partir dos seus impactos na vida profissional do usuário, na dinâmica organizacional ou nas relações interpessoais dos trabalhadores, algumas condições de trabalho foram trazidas como fator de risco para o desenvolvimento de padrões prejudiciais do consumo de álcool, conforme abordado na pesquisa de Halpern e Leite (2012).

Outra maneira de se discutir aspectos de interesse sobre o fenômeno abordado diz respeito à busca pelo reconhecimento de possíveis tendências na escolha pela participação de atores sociais específicos. De modo subjacente a essa questão, entende-se que a seleção de fontes, ou a escolha de um grupo participantes de uma pesquisa, significa não apenas uma operacionalização metodológica, mas uma prática social de visibilização de realidades simbólicas específicas ao fenômeno de uso de drogas.

Um primeiro ponto a ser salientado, que pode ser refletido de modo consonante aos parágrafos anteriores, é a própria predominância em se abordar os fenômenos de uso de drogas a partir do contexto da saúde, conforme evidenciado pelos trabalhos que têm em conta as atitudes e representações partilhadas por trabalhadores da área. Dentre esses profissionais, é notável o interesse em analisar o fenômeno junto a profissionais de enfermagem, apontados como uma categoria que se engaja cotidianamente em práticas de atenção e cuidado a pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas (ROCHA et al., 2013). Tendência similar foi encontrada em um estudo de revisão da literatura nacional e internacional, que se ocupou especificamente das atitudes e conhecimentos de profissionais da saúde sobre o uso, dependência e o usuário de álcool (SOARES; VARGAS; OLIVEIRA, 2011), onde foi identificada a participação de enfermeiros/as em aproximadamente 52% dos trabalhos analisados.

Ademais, pode-se inferir que as pesquisas realizadas com profissionais de saúde se assemelham não apenas pelo grupo considerado, mas, sobretudo, pelo interesse sobre a relação entre processos simbólicos e representacionais com as práticas profissionais desenvolvidas, uma vez que essas são orientadas não apenas por saberes técnico-científicos, mas pela própria realidade sociocultural (SOUZA; MENANDRO; MENANDRO, 2015). Em continuidade a esse interesse, é possível identificar trabalhos que ressaltam a necessidade de aprofundamento teórico sobre o fenômeno do uso de drogas durante a formação acadêmica desses profissionais (CARRARO; RASSOOL; LUIS, 2005; LOPES; LUIS, 2005; ROCHA et al., 2013; VARGAS, 2010a, 2011a; VARGAS; BITTENCOURT, 2013). Conforme argumenta Laport (2016), uma formação insuficiente sobre o tema pode favorecer práticas embasadas no modelo biomédico-curativo, dificultando estratégias preventivas e promocionais de saúde.

Além do contexto da saúde, a relação entre práticas profissionais e aspectos simbólicos de construção do objeto foi abordada em pesquisas como a de Araldi et al. (2012), que analisaram representações compartilhadas por professores do ensino fundamental sobre o abuso de drogas, justificando o seu interesse pela relação estabelecida entre os educadores e os estudantes. A relação entre representações, percepções, crenças, atitudes e práticas profissionais é um aspecto também evidenciado em pesquisas com estudantes universitários de diferentes áreas (ARAÚJO; GONTIÉS; NUNES JUNIOR, 2007; COUTINHO; ARAÚJO; GONTIÉS, 2004; FONSECA et al., 2007; ROCHA et al., 2013; VARGAS, 2011a).

Ainda que boa parte dos trabalhos realizados tenha considerado a participação de profissionais ou estudantes universitários, outros grupos de atores sociais também

encontraram expressividade no conjunto de artigos analisado. Estudos com adolescentes, por exemplo, destacam peculiaridades do desenvolvimento (SILVA; PADILHA, 2011; VASTERS; PILLON, 2011) e ressaltam a condição de vulnerabilidade dessa população quanto aos danos da experimentação precoce de substâncias psicoativas (LOPES et al., 2014; SILVA; PADILHA, 2013; SOUZA et al., 2010; VASTERS; PILLON, 2011). Além disso, há a preocupação acerca do padrão de uso abusivo de álcool, conhecido por *binge drinking*, entre os adolescentes (SOUZA et al., 2010). Essa linha de interesse, que argumenta em favor da proteção ao uso de drogas por parte de crianças e adolescentes, parece encontrar continuidade em estudos realizados com professores sobre o campo, sobretudo face à compreensão da escola como um espaço potencial para ações de prevenção (CAVALCANTE et al., 2005; FERREIRA et al., 2010; MARTINI; FUREGATO, 2008).

Além dos profissionais de saúde, estudantes universitários, adolescentes e professores, outra população especificamente destacada é identificada a partir dos trabalhos realizados com mulheres em diferentes condições. De modo geral, esses trabalhos argumentam em favor de se analisar o fenômeno em suas especificidades nessa população, bem como a sua relação com normas e construções de gênero, que não apenas têm transformado os padrões de consumo e estilo de vida das mulheres (MEDEIROS et al., 2015), como repercutem nos sentidos associados às próprias usuárias. Por exemplo, Campos e Reis (2010), que analisaram representações e uso abusivo de álcool entre mulheres, chamam a atenção para os efeitos de estigmatização particulares a essas pessoas, que são percebidas como transgressoras quanto aos papéis normativos de “mãe” e “trabalhadora”. Oliveira, Paiva e Valente (2006), por sua vez, destacam a necessidade de desenvolvimento de estratégias culturalmente adequadas à realidade dessa categoria, uma vez que, apesar de se reconhecer suas especificidades, ainda há nos discursos de profissionais de saúde a presença de estereótipos de submissão das mulheres aos homens. Embora os estudos sobre uso de drogas e gênero tenham considerado, sobretudo, populações femininas, um artigo também abordou normas e outras construções culturais relacionadas ao universo da masculinidade, ressaltando as condições de vulnerabilidade e uso de drogas associadas a consumidores homens (ROSA; NASCIMENTO, 2015).

De maneira menos expressiva, é possível encontrar, ainda, estudos que construídos com a participação de outros atores sociais, tomados em suas especificidades, tais como: pessoas em situação de pobreza extrema (MARTINS; SANTOS; PILLON, 2008) e, conseqüentemente, sobre as condições de risco e vulnerabilidade que aí intervêm; cegos e cegas (PAGLIUCA; CEZARIO; MARIANO, 2009); e representantes de instituições ligadas à execução de projetos políticos ligados ao tema (BRAVO, 2002). Além desses, cumpre

destacar a abordagem de documentos como fontes de pesquisa, que visibilizam aspectos relacionados à mídia e comunicação de massa (CHAGAS; SEEGER, 2013; CUNDA; SILVA, 2014; ESPÍNDULA et al., 2015; RODRIGUES; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015; SANTOS; ACIOLI NETO; SOUSA, 2012; WURDIG; MOTTA, 2014), bem como aos discursos e significados subjacentes a outros documentos, como leis e políticas (ALVES, 2009), ou, ainda, imagens de advertência ao uso de cigarro presentes nas embalagens do produto (RENOVATO et al., 2009).

Por fim, é importante refletir sobre algumas características presentes em estudos cujos dados são produzidos por pessoas categorizadas como usuárias ou dependentes de drogas. Nesse caso, a participação dos sujeitos não decorre de inserções sociais específicas ou contingências outras além do fato de serem consumidores de drogas. Isso não significa que tais estudos não apresentem as características dos participantes ou que não explicitem as condições de produção dos materiais simbólicos analisados. Significa, de outro modo, que é possível inferir, em grande parte dos estudos, que o principal critério de escolha dos participantes é a sua relação com a substância, seja ela presente ou passada, através do seu consumo. Por sua vez, a escolha desses participantes deve também ser entendida como um processo de focalização sobre aspectos específicos da realidade, sobretudo diante da compreensão de que, para além do comportamento de consumo de um psicoativo – já bastante amplo diante da multiplicidade de substâncias e formas de uso –, não há qualquer característica que possa ser generalizada à categoria dos “usuários de drogas” (LIMA, 2008).

Mas o que significa, nesse contexto, analisar a dimensão simbólica do campo na perspectiva de pessoas classificadas como usuárias de drogas? A resposta a essa pergunta pode ser elaborada de diferentes formas, mas é possível inferir que há um interesse comum subjacente a essas pesquisas em compreender determinados fenômenos a partir do modo como os sujeitos os experimentam. No entanto, quando se observa o conjunto de produções que têm se dedicado à questão, chega-se à conclusão de que não é todo e qualquer tipo de fenômeno que é colocado como objeto de interesse, mas sobretudo aqueles que são marcados pelo consumo problemático e, especificamente, pela dependência. No tocante ao uso de drogas ilícitas uma tendência similar foi apontada por Cruz e Machado (2010), que afirmam que a maioria das investigações científicas tem sido orientada pelos aspectos problemáticos do fenômeno, ao passo em que as dimensões do consumo vinculadas ao prazer têm sido negligenciadas. Para as autoras, pouca atenção tem sido dada a consumidores funcionais, suas escolhas e capacidade de controle, em favor da abordagem de aspectos patológicos do consumo (CRUZ; MACHADO, 2010).

No conjunto de artigos analisados, essa questão é evidenciada pela participação em pesquisa de usuários vinculados a instituições, programas ou grupos de tratamento para problemas associados ao uso de álcool e outras drogas (CAMPOS, 2004, 2005; CASSOL et al., 2012; CRIVES; DIMENSTEIN, 2003; FONTANELLA et al., 2008; GABATZ et al., 2013a, 2013b; GIACOMOZZI, 2011; HALPERN; LEITE, 2012; LIMA, 2008; MELO; MACIEL, 2016; REZENDE; PELICIA, 2013; ROMANINI; ROSO, 2013; SANTOS; ALMEIDA, 2013; SANTOS; VELÔSO, 2008). Adverte-se que essa constatação não deve ser entendida como uma crítica aos trabalhos citados, mas sim como uma evidência de que um tipo muito específico de usuário tem sido levado em consideração, a saber, aquele que, na sua relação com a droga, desenvolveu algum problema que o levou a ser inserido em algum contexto terapêutico.

Esse tipo de focalização, somada à tendência em se analisar discursos e representações de profissionais de saúde, favorece, na situação de pesquisa, a emergência de conteúdos marcados por normas e expectativas atreladas às posições sociais dos sujeitos participantes. Em outras palavras, ao ser interpelados a partir de contextos terapêuticos, é possível que os participantes privilegiem a abordagem de conteúdos consonantes com expectativas normativas associadas à busca pela abstinência. Desse modo, pode-se privilegiar uma ideia de que o uso de drogas é necessariamente um problema que precisa ser evitado, tratado, sanado, ocultando dimensões outras que também são constitutivas do fenômeno. Dentre essas, destaca-se, por exemplo, os elementos de prazer, socialização, diversão, curiosidade e desejo, que são costumeiramente citados por pessoas que fazem uso não problemático de álcool e outras drogas (CRUZ; MACHADO, 2010). O reconhecimento desses elementos pode ser extremamente útil para o desenvolvimento de abordagens não reducionistas do campo, que podem, inclusive, contribuir na elaboração de estratégias de cuidado, prevenção e redução de danos mais comprometidas com a realidade simbólica das pessoas que fazem uso – nocivo ou não – de substâncias psicoativas.

A revisão apresentada nas páginas anteriores foi realizada com o objetivo de discutir alguns pontos de interesse identificáveis nas pesquisas que têm se debruçado sobre aspectos simbólicos relacionados ao uso de drogas. Os trabalhos analisados contemplaram uma grande diversidade de atores sociais, campos temáticos e disciplinares. Apesar dessa heterogeneidade, foi possível destacar alguns interesses frequentes e realidades que são colocadas em evidência através dessas investigações, caracterizando, grosso modo, a apropriação do campo das drogas como um problema próprio ao âmbito da saúde. Esse modo de inscrever os fenômenos de uso de substâncias psicoativas não deve ser entendido como

restrito ao material analisado, uma vez que a própria construção histórica da droga como objeto social pode ser pensada de modo similar. Nesse sentido, a seção seguinte discutirá a construção social da droga e a sua emergência como um problema específico de saber e práticas sociais. Para tanto, desenvolve-se o argumento de que a droga foi caracteristicamente apropriada pelo campo da medicina, que, em articulação com o direito, legitimou a proibição das drogas tornadas ilícitas, bem como a desqualificação dos seus usos e usuários sob um argumento de proteção à saúde individual e coletiva.

3 A CONSTRUÇÃO DO “PROBLEMA” DAS DROGAS

Nas produções científicas atuais existe o consenso de que o uso de substâncias psicoativas é uma prática que acompanhou a história da humanidade, havendo evidências arqueológicas de que esses usos existem desde a pré-história (ARAUJO, 2012; BERGERON, 2012; ESCOHOTADO, 2008; MACRAE, 2010). Sabe-se, ainda, que tanto as práticas e finalidades de uso, quanto as drogas produzidas têm mudado ao longo do tempo. Por exemplo, as experiências de consumo de drogas mais remotas denotam uma relação com recursos naturais mais simples, como plantas, cogumelos e animais (CARNEIRO, 2010), ao passo que a partir do século XIX os meios de extração dos princípios ativos passam a ser mais refinados, assim como começam a serem criadas as drogas semissintéticas e sintéticas em laboratório (BERGERON, 2012).

A própria evolução do conceito de droga ilustra parte dessas transformações. Segundo Reghelin (2002), o termo droga em português deriva etimologicamente do francês “*drogue*” e este, por sua vez, do termo “*droog*”, palavra oriunda do holandês antigo. *Droog* seria uma designação genérica para folhas secas, o que faz referência à matéria prima de diferentes remédios e outros materiais. Já na acepção contemporânea, a palavra droga apresenta, de um lado, uma conotação diretamente relacionada à farmacologia e, de outro, um sentido de substância a ser regulada juridicamente, sendo igualada a “entorpecente” (ARAUJO, 2012; BERGERON, 2012). Como bem resume Bergeron (2012), ainda que existam fronteiras simbólicas claras entre as drogas lícitas e ilícitas, de forma geral “o consumo de drogas é, há muito tempo, moralmente reprovado, medicinalmente apreendido e juridicamente sancionado” (p. 18).

Embora não seja difícil considerar a droga como uma categoria unificadora na abordagem de diferentes substâncias, é preciso lembrar que os seus exemplares – bem como suas práticas de consumo e formas de apropriação simbólica – tiveram trajetórias específicas, e, portanto, nem sempre foram considerados como pertencentes a uma mesma categoria ou campo comum. Não obstante, algumas dessas trajetórias particulares podem ser brevemente abordadas uma vez que exemplificam alguns dos processos que contribuíram para a construção contemporânea do “mundo das drogas”.

O uso de álcool, uma das drogas mais antigas que se tem conhecimento, provavelmente se iniciou pelo consumo acidental de frutas fermentadas que, posteriormente, passaram a ser consumidas de forma intencional. Na Grécia e Roma da Antiguidade, por exemplo, o álcool ganhou grande importância cultural ao mesmo tempo em que existiam

regras bem estabelecidas sobre como, quando e em que quantidade uma pessoa poderia beber. Em Roma, o uso de vinho era exclusivamente masculino e a utilização por mulheres era entendida como um pecado mortal (CARNEIRO, 2010). Além disso, nessas culturas antigas o uso de álcool estava estreitamente relacionado à ética. Nesse sentido, o vinho funcionava culturalmente como um indicador de prudência, temperança e moralidade, ao mesmo tempo em que se valorizava uma estética do equilíbrio e autocontrole, isto é: o bom homem era aquele que sabia fazer uso dos seus prazeres com moderação e não necessariamente aquele que se mantivesse abstinência (ARAUJO, 2012; CARNEIRO, 2010). Com isso, fica claro que os usos do álcool guardavam relação com uma interpretação moral do comportamento dos indivíduos ao mesmo tempo em que se produziam formas de consumo toleradas, desejadas e interditas nas culturas em questão.

Outro exemplo importante é o tabaco, cuja popularização se deu a partir das grandes navegações e do contato dos europeus com o “novo mundo”. Nas Américas, os europeus foram apresentados com esse novo produto e tiveram contato com uma forma nova de uso de drogas: o fumo – ainda que também se utilizasse o tabaco na forma de pó, cheirando-o, ou como ingrediente na fabricação de bebidas, por exemplo. Com isso, os europeus aprenderam a “beber a fumaça” e o tabaco passou a ter ampla popularização na Europa e em outras partes do mundo a partir do século XVI e XVII. Diferente do álcool, como se pode perceber, o tabaco se inscreve na cultura ocidental como um objeto novo, externo, e não como uma tradição cultural já reconhecida socialmente. Apesar disso, esse objeto se popularizou e impulsionou regulações legais específicas à substância e suas práticas nos novos contextos. Por exemplo, em 1604 o imposto de importação sobre o valor do tabaco na Inglaterra era de 4000%, enquanto alguns países chegaram mesmo a decretar a sua proibição, como nos casos do Japão (1607), Rússia (1634), China (1642), Suécia e Dinamarca (1632), entre outros. Na China, entre 1640 e 1644, a pena para os fumantes era a decapitação. No final do século XVII, entretanto, essas proibições passam a ser derrubadas e o tabaco se tornou uma mercadoria de alto valor econômico (ARAUJO, 2012).

Um terceiro exemplo a ser citado é a coca, cujo início do uso remonta há pelo menos 4500 anos, localizado nos Andes. O seu consumo tradicional era encontrado entre os andinos, que mascavam – e ainda mascam – a sua folha. De forma similar ao tabaco, a coca passa por processos de popularização e de interdição na Europa e o seu uso ganha novos contornos a partir de 1859, com o isolamento do princípio ativo da planta, a cocaína, em laboratório. Na Europa, a cocaína era consumida principalmente pelas elites sob a forma de um vinho, entendido como um tônico perfeito para os nobres em geral (CARNEIRO, 2010). A

associação da cocaína a grupos de prestígio socioeconômico foi, inclusive, um resultado importante da pesquisa de doutorado realizada por Gilberto Velho (2008), cuja tese foi defendida em 1975. Nessa pesquisa, o autor identificou determinados usos de cocaína (aspirada) como símbolos de prestígio, fortemente associados a uma ideia de nobreza e sucesso. Esses significados, entretanto, não repercutiram de igual maneira quando da popularização do crack no Brasil a partir dos anos 1990 – ainda que esta droga constitua apenas uma forma de apresentação da própria cocaína. Por sua vez, os fenômenos sociais relacionados ao uso de crack têm sido marcados pela associação a características desvalorizadas, como pobreza e degradação social (NERY FILHO et al., 2013). Nesse sentido, o exemplo é útil para ilustrar que uma mesma substância psicoativa – nesse caso, a cocaína – assume significados bastante distintos a depender dos contextos, formas de uso e dos grupos que a consomem.

Por fim, outro exemplo que cumpre retomar diz respeito à história da maconha. De acordo com MacRae (2010), a cultura de cannabis se origina na China e remonta há cerca de 4000 anos A.C. Nesse país foram encontrados registros que testemunham sobre algumas das funções percebidas do objeto: a planta permitiria a comunicação com espíritos e promoveria o alívio do corpo, porém, se utilizada em excesso, poderia causar males como alucinações indesejadas. Já no Brasil, costuma-se atribuir a entrada da maconha aos negros escravizados, a partir de 1549. Ao longo do tempo o uso psicoativo da planta se disseminou e também alcançou os índios, que começaram a cultivá-la para consumo próprio (CARLINI, 2006). Na segunda metade do século XIX, começou a se disseminar o conhecimento sobre os efeitos hedonísticos da maconha e, além disso, o uso medicinal da planta passou a ser mais popular. Como um produto farmacêutico aceito pela classe médica, a cannabis passou a ser indicada em casos de problemas respiratórios, insônia, entre outros (CARLINI, 2006).

Apesar de desde o século XIX já haver certas restrições a respeito do consumo urbano de maconha, ele continuou sem maiores problemas na maior parte do país e a droga ainda constava como indicação em alguns compêndios médicos até a década de 1930 (CARLINI, 2006). Mas foi em 1936, após um forte processo de estigmatização, que a proibição foi promulgada para todo o Brasil. Segundo MacRae e Simões (2003), essa proibição foi precedida de inúmeras campanhas explicitamente racistas que apelavam à origem africana da cannabis e argumentavam que essa droga seria uma ameaça à “raça brasileira”. Sob esse argumento, qualquer negro tornava-se um suspeito, ao passo em que práticas de vigilância e controle relacionadas à população negra e outras “classes perigosas” passam a ser legitimadas (MACRAE; SIMÕES, 2003).

Ao longo do tempo o uso de maconha passou a ser associado à delinquência e doença mental, assim como a outros grupos, como os *hippies* e os movimentos de contracultura dos anos 1970 (FRANÇA, 2015), bem como à classe artística a partir dos anos 1980 (MACRAE; SIMÕES, 2003), ganhando, com isso, novos elementos simbólicos. Atualmente a maconha é construída em meio a uma pluralidade de sentidos que colocam em tensão o seu status legal e consideram as suas possibilidades de uso terapêutico (SOUSA, 2013), mesmo face aos significados negativos que acompanharam o objeto ao longo da sua história no século XX. Com isso, o exemplo da maconha não apenas evidencia a possibilidade de coexistência de sentidos e normas que são muitas vezes conflitantes, como também permite salientar que a construção social de um objeto ocorre no bojo das relações intergrupais e, portanto, diz respeito a um processo coletivo com repercussões concretas na vida social.

A partir desses breves exemplos é possível observar que o descobrimento de novas drogas é sempre acompanhado de medidas de regulação e normatização para a coletividade. Além disso, nota-se que algumas drogas, que hoje são regulamentadas, já passaram por períodos de interdição, ao passo em que outras substâncias que são atualmente proibidas na maior parte do mundo tiveram o seu uso legitimado inclusive no interior da medicina, sendo compreendidas como verdadeiros remédios. Por exemplo, Bergeron (2012) ilustra que o ópio já foi largamente utilizado para tratar dores físicas ou morais; a heroína, inventada em 1874, era utilizada para tratar tuberculose; a cocaína foi recomendada por Freud para tratar histeria e perturbações digestivas, entre outros casos.

A construção da droga a partir da ambivalência entre remédio e tóxico tem raízes históricas importantes e remete ao papel exercido pelos saberes médicos na própria construção da ideia de droga. De acordo com Carneiro (1994), na passagem do século XV para o XVI o conceito de droga era vago e abrangente, capaz de designar desde substâncias (psicoativas ou não) de origem vegetal e animal até substâncias fantásticas, como chifre de unicórnio. As drogas tinham uma acepção quase mágica, de alto valor comercial, sendo vendidas como especiarias exóticas com propriedades medicinais. O comércio das drogas se intensifica a partir das grandes navegações e descobertas de novas mercadorias cuja caracterização simbólica transitava entre o remédio e o veneno. Por outro lado, Bergeron (2012) enfatiza uma grande divisão no campo, a partir do século XIX, período em que a medicina começa a separar algumas substâncias psicoativas da classe dos remédios, inscrevendo droga em um domínio classificatório próximo ao dos tóxicos. Destaca-se que esse processo ocorreu em meio a transformações das próprias práticas terapêuticas, que passaram a mudar da esfera religiosa para a biomédica e, na busca pela hegemonia da

medicina, passou-se a rechaçar o uso de determinadas substâncias por conta da sua associação com o xamanismo e/ou curandeirismo (ROMANINI; ROSO, 2013).

Além disso, a separação entre remédios e tóxicos ocorreu de modo paralelo à demonização e estigmatização de algumas substâncias pela sua associação com a criminalidade e a toxicomania (REGHELIN, 2002). Especificamente no campo médico, o conceito de toxicomania, desenvolvido na década de 1880, favoreceu a construção de um sentido de periculosidade diante de uma nova patologia, então compreendida como causada pela introdução de um agente maléfico no corpo: a droga (BERGERON, 2012). Essa forma de caracterizar o consumo problemático de drogas é ilustrativa de um processo de normalização da droga a partir de sistemas organizados de saber e controle social que, a partir do século XX, dão contornos ao campo das drogas como um problema particular. Junto à ideia de toxicomania – e, posteriormente, de vício e dependência –, formou-se um campo específico de onde decorrem discursos e práticas sociais sobre as drogas, suas formas de consumo e seus usuários.

3.1 Uso de drogas, saber e poder

É possível depreender, até aqui, que a construção social do campo das drogas ocorre de maneira intimamente vinculada às relações de saber e práticas sociais que conformam maneiras de se pensar e de regular os seus fenômenos. Sobre esse ponto, a genealogia do poder, identificada em alguns trabalhos de Michel Foucault (1999, 2010, 2011), é capaz de oferecer formas pertinentes de compreensão sobre a formação como campo discursivo das drogas, bem como da sua proibição. Falar em genealogia no presente contexto é se remeter a uma analítica do poder que, apesar do sentido que o termo pode produzir, não está interessada na explicação da origem das coisas e nem pretende desvelar a verdade última da história. Antes, a análise genealógica consiste em “mapear um complexo de eventos e circunstâncias que compõem uma ‘superfície de emergência’ histórica particular” (HOOK; HÜNNING, 2009, p. 112).

Ainda que Foucault não tenha elaborado uma “teoria” sobre o poder, conforme ressalta Machado (2011), é possível identificar nos seus trabalhos uma analítica que repercute teoricamente no próprio construto, que é, então, abordado como uma rede de tensões – o que afasta a genealogia da busca por um suposto “centro” do poder, como o Estado ou os códigos legais. Sob tal compreensão, a noção de poder é operada a partir dos seus pontos de aplicação,

onde ele se estabelece e produz efeitos na realidade social. Além disso, não se fala em um exercício estritamente repressivo, mas, de outro modo, deve-se considerar o seu caráter constitutivo de relações, cujo produto pode, inclusive, apresentar possibilidades emancipatórias de existência (POGREBINSCHI, 2004). Em relação à proibição de determinadas drogas, por exemplo, a lei é entendida ao mesmo tempo como um produto de relações de poder – que englobam negociações nos domínios da moral, saúde, segurança, política, economia, cultura, entre outros – e também como parte constituinte dos processos psicossociais relacionados ao chamado “mundo das drogas”. Isso significa dizer que, embora hegemônico, o sistema proibicionista contemporâneo é um fenômeno contingente e constantemente colocado sob tensão no bojo das relações sociais atuantes no campo.

Além dessa questão, Machado (2011) ressalta que o caráter negativo das relações de poder – a repressão, a destruição, a interdição – não é necessariamente o aspecto mais importante de uma análise. Por sua vez, a partir de uma noção que contempla os aspectos positivos do poder, entende-se que as análises devem abordar não apenas o seu potencial de destruir ou reprimir, mas principalmente o seu potencial de produzir indivíduos, regimes de verdade e suas relações recíprocas. Nessa direção, entende-se que o proibicionismo – apesar do termo – se estabelece e produz seus efeitos não apenas no sentido da interdição, pois, ao contrário, o sistema proibicionista intensifica, visibiliza e (re)constrói saberes e práticas sociais sobre as drogas, seus usos e seus usuários.

No tocante à presente tese, a noção de poder tomada de empréstimo da genealogia foucaultiana facilita a discussão sobre a construção social do campo das drogas psicoativas, mas não pretende esgotar as possibilidades analíticas desse processo nem, tampouco, apontar um único ponto de viragem capaz de explicar a sua emergência. Mais especificamente, é possível afirmar que o trabalho é marcado por traços genealógicos na medida em que está interessado nas relações interdependentes entre saber e poder que são formadas na trama histórica das drogas. Em síntese, as contribuições da genealogia foucaultiana são caras na medida em que enfatizam a interdependência entre saber e poder:

Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar-se sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 2010, p. 30).

A partir dessa perspectiva, entende-se que o domínio das drogas se constitui como um

campo heterogêneo de saber e poder que conforma discursos de verdade e práticas sociais cambiantes ao longo da história. Importa saber, ainda, que os contornos desse campo são marcados por saberes médico-legais que desempenham uma dupla função: a de construir “discursos verdadeiros” sobre o uso e o usuário de drogas e a garantia da legitimidade do sistema jurídico-penal que opera na proibição seletiva das drogas.

Em primeiro lugar, é preciso assinalar que os discursos verdadeiros emergem a partir de determinadas condições de produção. Sobre esse aspecto, Foucault (1996) afirma que o discurso não é apenas o terreno de atuação do poder, mas é também aquilo pelo que se disputa. Dito de outro modo, disputa-se a possibilidade de falar sobre o mundo, de ocupar o lugar discursivo, de produzir verdade sobre algo. No campo das drogas é possível traçar uma analogia com o que Foucault (1996) chamou de princípio da exclusão discursiva do louco. No contexto de que fala o autor, ao louco não foi reservado o lugar de produção discursiva uma vez que o mesmo foi paulatinamente definido por um sentido de desrazão e, portanto, não apresentaria condições de agir sobre o mundo como um sujeito cognoscente legítimo. De forma análoga, o usuário de drogas convive com o silenciamento do seu discurso no espaço público (MACRAE; SIMÕES, 2004), ao mesmo tempo em que a categoria “drogado” é, inclusive, utilizada como forma de acusação e desqualificação da expressão política (VELHO, 1981). Guardadas as devidas proporções e idiosincrasias, o usuário de drogas é, assim como o louco, caracterizado pela desrazão (WURDIG; MOTTA, 2014), não sendo então capaz de ocupar o lugar de sujeito produtor de verdades.

Em consonância ao estabelecimento de uma norma antidrogas – que inclui a valorização social da abstinência, bem como os princípios proibicionistas de intolerância seletiva a substâncias e consumidores –, já que o usuário de drogas não é capaz de ocupar esse lugar, o campo foi paulatinamente apropriado pela medicina, cujos saberes formataram a ideia de toxicomania e dependência química, assim como contribuíram para a construção social da periculosidade das drogas e de seus consumidores. Como explicam MacRae e Simões (2004), o movimento pela criminalização das drogas, desde o final do século XIX, é acompanhado tanto pela monopolização da medicina sobre as práticas curativas – incluindo, portanto, a prescrição de substâncias psicoativas – quanto por um ideal de higiene social manifestado na saúde coletiva. É preciso explicitar que quando se fala aqui em saber médico não se refere somente à medicina como profissão, mas a toda a rede saberes sociais, disciplinas científicas e procedimentos de diagnóstico e tratamento que se apropriam da saúde como objeto individual e coletivo. Dito isso, compreende-se que outras formas de saber, como a psicologia, a estatística, a epidemiologia e a sociologia, participam de forma ativa sobre a construção dos

regimes de verdade da medicina.

A importância desses saberes reside precisamente na sua relação com as formas de controle social operadas no âmbito do direito, uma vez que, para se sustentar, a palavra da lei deve ser autorizada por um discurso de verdade (FOUCAULT, 1996). Essa aliança entre direito e medicina fica bastante clara quando se observam os princípios discursivos presentes na dogmática jurídica da proibição das drogas. Conforme explica Zaccone (2011), o direito positivo só pode estabelecer uma conduta como crime diante da lesão a um bem jurídico, assim como um ato só pode sofrer sanções repressivas caso lesione os direitos de outras pessoas e não simplesmente porque é um ato imoral ou pecaminoso. O discurso que subjaz a criminalização de determinadas drogas, por sua vez, argumenta que o bem jurídico a ser protegido é a saúde pública, pois seria dever do Estado garantir o normal funcionamento dos organismos em uma sociedade.

Na perspectiva de David e Christoffoli (2014), o argumento da defesa da saúde pública pela proibição de certas drogas é ilógico e constitui um artifício retórico falacioso, servindo, de outro modo, a um ideal moral-religioso pautado na abstinência. Para esses autores, a saúde coletiva é um conceito propositadamente impreciso, o que faz com que possa ser facilmente utilizado em favor de uma autoridade estatal paternalista, que antecipa as escolhas dos cidadãos a partir de critérios morais arbitrários. Além disso, seria ilógico proteger a saúde pública através de estratégias de guerra às drogas, já que os seus danos à vida são muito mais expressivos do que aqueles gerados pelo consumo de substâncias – conforme também argumenta Karam (2009). Ademais, sob o pretexto de combater um perigo abstrato de lesão à saúde, as políticas proibicionistas sustentam sanções mais graves do que aquelas aplicadas aos crimes concretos de lesão corporal (DAVID; CHRISTOFFOLI, 2014).

Uma vez que as drogas constituem objeto de saber e controle relacionados à saúde e à vida, a noção de biopoder pode ser tomada como ferramenta de reflexão. Por biopoder se compreende a sobreposição das tecnologias de poder disciplinar com a biopolítica das populações, cujos efeitos incidem no corpo individual e coletivo, respectivamente (FOUCAULT, 1999). Essa noção é particularmente pertinente de ser abordada para melhor compreender os efeitos de uma aliança médico-jurídica no controle e regulação das drogas, bem como da sua atuação sobre corpos individuais e sobre o próprio corpo social, a população. Sobre a disciplina, Foucault (2010) afirma que ela tem o corpo como objeto e como instrumento de atuação. Por essa razão, a disciplina é uma tecnologia individualizante, pois é capaz de produzir verdades sobre os indivíduos e distribuí-los no espaço para melhor visibilizar e agir sobre eles. Novamente, os efeitos dessas relações de poder são

caracteristicamente observados no direito e na medicina. Isso não significa dizer, por exemplo, que a moralidade esteja excluída desses processos, mas que a aliança médico-jurídica frequentemente funciona como suporte de legitimação dos próprios saberes e técnicas moralizantes oriundos de outros domínios. Dito isso, ilustra-se que no nível do indivíduo o saber médico produz, visibiliza e classifica as formas de uso através de técnicas de exame, consulta e tratamento – através de um vocabulário psicopatológico especializado, acompanhado do argumento da sua proteção e melhoria. No âmbito do direito, as sanções repressivas individuais assumem um duplo caráter pedagógico: não se trata apenas de punir, mas de corrigir, de reduzir os desvios de conduta e de distribuir os efeitos das sanções no corpo social (Ver. FOUCAULT, 2010). Em outras palavras, as medidas penais decorrentes da criminalização do uso de drogas sob o argumento de proteção à saúde pública são revestidas de um argumento corretivo, tanto para o sujeito infrator, quanto para a sociedade, visando à prevenção de novos atos potencialmente perigosos (ZACCONE, 2011). Desse modo, a disciplina funciona a partir da normalização das condutas e controle social, sendo esse aspecto uma importante conexão com a biopolítica das populações.

A biopolítica, uma forma de poder que funciona pela regulamentação, surge de modo complementar ao poder disciplinar. Se a disciplina é uma tecnologia individualizante, a biopolítica funciona através da massificação e se dirige à população como um problema de governo: “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 292–293). Novamente, a medicina assume um importante papel para lidar com a população, já que ela incide ao mesmo tempo nos corpos individuais e na sociedade (POGREBINSCHI, 2004). A esse respeito, Foucault (2011) descreve um movimento de socialização da medicina a partir do século XVIII. Como um tipo de saber-poder também social, ela passa a lidar com os problemas da população a partir da função de higiene pública, normalizando e medicalizando a população (FOUCAULT, 1999).

No campo das drogas, por exemplo, a medicina social produz saber a partir da ênfase nos diagnósticos populacionais, na epidemiologia e na estatística, ao mesmo tempo em que atua no controle das condições relacionadas aos perigos urbanos. Por exemplo, MacRae e Simões (2004) explicam que entre os séculos XIX e XX foram adotadas no Brasil medidas higienistas, que concebiam o uso de álcool e outras drogas como uma das principais causas de degeneração física, moral e social, e que tinham como objetivo implícito de exercer um controle minucioso da população (MACRAE; SIMÕES, 2004). De modo similar, ao tratar do consumo de álcool no século XIX, Souza, Menandro e Menandro (2015) explicam que o seu

consumo excessivo foi tomado como uma “praga” associada à desordem, promiscuidade e indisciplina, o que ameaçaria não apenas a coletividade, mas a própria integridade da espécie humana. Desse modo, a medicalização ocorre de modo sobreposto à estigmatização de certos grupos, cuja função é favorecer o controle social dos comportamentos tidos como desviantes (SOUZA; MENANDRO; MENANDRO, 2015). No campo jurídico, por sua vez, a regulação populacional fica evidente com a própria institucionalização do proibicionismo em escala global e a criminalização das chamadas “classes perigosas” que a acompanhou. Na sua forma contemporânea de organização, o campo das drogas contempla diferentes instituições e procedimentos – com as chamadas políticas intersetoriais – em que o uso de drogas, medicinalmente apreendido e juridicamente sancionado, se capilariza na educação, instituições religiosas, turismo, lazer, assistência social, entre outros. Assim, esse campo de saber-poder é capaz de comportar diferentes atores sociais, pois “sob o pretexto de controle à droga, professores, médicos, psicólogos e assistentes sociais podem interferir nos recônditos mais íntimos da vida familiar” (MACRAE; SIMÕES, 2004, p. 125).

Por fim, ao falar de biopoder, Foucault (1999) cita o exemplo da sexualidade como dispositivo privilegiado de atuação: “a sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação” (FOUCAULT, 1999, p. 300). De forma análoga, o uso de drogas parece se situar nesse mesmo tipo de encruzilhada em que as condutas são normalizadas e cujos efeitos incidem sobre o indivíduo e a sociedade, havendo, por fim, uma maior ocupação e apropriação da vida. Outro ponto de encontro dos dois campos, o da sexualidade e o do uso de drogas, é a sua apreensão por discursos de risco e prevenção (BARROS; COLAÇO, 2013).

A respeito dessas similaridades, Escotado (2008) acrescenta que a análise da construção do “problema” das drogas se relaciona ainda com os temas mais amplos de prazer e liberdade, o que, de fato, parece ser outro ponto em comum com o campo da sexualidade. Na avaliação desse autor, os estudos de Foucault (2010) sobre o sistema carcerário analisaram a apropriação política do corpo a partir de tecnologias de poder. De forma análoga, Escotado (2008) propõe que o objeto de uma análise das relações de poder no campo das drogas passe, necessariamente, pela observação sobre a progressiva apropriação da “alma”, dos estados mentais.

Importa saber que tanto a biopolítica foucaultiana, quanto a perspectiva histórica de Escotado (2008) reconhecem que os sistemas de saber-poder produzem um efeito normalizador das práticas individuais e sociais e, nesse sentido, o chamado “mundo das drogas” pode ser entendido como um campo que esquadrinha certos limites de normalidade e

aceitação diante das práticas de alteração da consciência. Em uma perspectiva similar, Martini e Furegato (2008) chegam, inclusive, a falar de um dispositivo da droga, descrito de modo similar ao dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2013). Para as autoras, o “fenômeno das drogas” seria produto do seu dispositivo, através de duas vias complementares: a medicalização dos corpos e a criminalização do consumo de psicoativos.

Embora o reconhecimento de que uso de drogas é uma prática histórica comum possa remeter a uma ideia de aceitação social plena, é preciso ressaltar que todos os fenômenos desse campo guardam relação com algum tipo de regulação social – seja ela moral, religiosa, médica ou jurídica – que organiza as (im)possibilidades de consumo. Isso porque, conforme afirma Becker (2008), toda sociedade produz suas regras sociais e as aplica na avaliação de comportamentos, situações e indivíduos. O argumento que aqui tem se desenvolvido é de que o campo das drogas psicoativas é, na sua forma contemporânea, marcado por saberes médico-jurídicos que não apenas permitem construí-lo como um domínio inteligível da realidade, mas que também tornam possível regulá-lo através de normas e regras sociais específicas. Além disso, esse campo é organizado por regimes de verdade que constroem a periculosidade das drogas no âmbito da saúde individual e coletiva e que, ao longo da história, contribuíram para o estabelecimento da proibição das drogas ilícitas.

3.2 Proibicionismo, norma antidrogas e desvio

Se a apropriação das substâncias psicoativas pela medicina culminou na criação da ideia de toxicomania, de um lado, e no estabelecimento de uma divisão entre remédios e tóxicos, de outro, no âmbito do direito foi realizada outra separação constitutiva do campo: aquela que classifica as drogas como lícitas ou ilícitas. Essa última divisão é característica do que se convencionou chamar de proibicionismo, entendido como um conjunto de valores políticos, morais e sociais fundamentados na compreensão de que o Estado deve reprimir a produção, o consumo e a circulação de determinadas drogas (RODRIGUES, 2008). O proibicionismo, apesar de ser muitas vezes ser naturalizado, tem origem recente na história da humanidade e remonta ao final do século XIX e início do século XX (RODRIGUES, 2002). Ressalta-se que esse modelo não se expressa apenas nas leis, mas também repercute nos discursos cotidianos, produções científicas, entre outros contextos. Conforme discutido anteriormente, em toda sociedade em que haja uso de drogas, algumas substâncias são aceitas enquanto outras são reguladas e passam a ser entendidas como verdadeiros tabus

(BURGIERMAN, 2011). No entanto, o que se produz na lógica do proibicionismo não é a simples regulação legal de determinadas substâncias, mas sim um aparato institucional e discursivo de intolerância a determinadas substâncias e seus usuários.

Segundo Rodrigues (2002, 2008), o proibicionismo tem suas raízes na regulação internacional do ópio iniciada ainda no século XIX e se expressa também na lei seca dos Estados Unidos da América (EUA). No final do século XIX e início do século XX havia, nesse país, uma série de grupos religiosos que apelavam contra a “imoralidade” da sociedade, atacando principalmente o uso de álcool, jogos de azar e prostituição, práticas consideradas ameaçadoras e diretamente associadas ao demônio. Instaurava-se, com isso, uma noção de luta do “bem contra o mal” que fundamentou o combate ao álcool (SOUZA; MENANDRO; MENANDRO, 2015) e, de modo geral, uma postura antidrogas. Esses movimentos ficaram conhecidos como ligas da temperança e impulsionaram a lei seca americana que, entre os anos 1920 e 1933, criminalizou o álcool nos Estados Unidos (Ver. BURGIERMAN, 2011). A partir de então, mesmo com a revogação dessa lei, houve uma adesão crescente de nações que seguiam ao apelo dos EUA no controle e na repressão de algumas substâncias sob o argumento de proteção à sociedade frente à periculosidade das drogas.

A partir de 1945, os diversos tratados internacionais passaram a ter gestão direta da Organização das Nações Unidas (ONU) e os países signatários, depois de algumas conferências, assinaram a convenção única sobre drogas de 1961, que estabelecia classificações jurídicas sobre as substâncias capazes de ameaçar a saúde física e moral da humanidade, permitindo se apropriar do chamado “problema das drogas” (MASSÓ, 2015). Esse documento serviu notadamente para igualar a noção de droga à noção de entorpecente, de substância proscribida internacionalmente (BERGERON, 2012). Outras convenções posteriores, como aquelas de 1971 e 1988, contribuíram para caracterizar o estabelecimento do proibicionismo no mundo como um modelo pautado na estratégia de guerra às drogas (MASSÓ, 2015), entendida como uma forma de repressão à produção, comércio e consumo de drogas a partir de um enfoque militar (CARVALHO; PELLEGRINO, 2015).

Desse modo, o proibicionismo pode ser entendido como um movimento que, ao longo do século XX reorganizou o campo das drogas psicoativas no mundo em torno de classificações jurídicas, mas que, conforme salientado, não se limita ao âmbito legal. Anteriormente ao fenômeno de globalização do uso de drogas iniciado no século XIX, as práticas de consumo eram reguladas – e discutidas – de maneira bastante variável pelo mundo. Por outro lado, a partir das convenções internacionais e o consequente estabelecimento da divisão entre drogas lícitas e ilícitas no século XX, o proibicionismo se

firmou como modelo legal e institucional em âmbito internacional (CARNEIRO, 2002), intensificando a preocupação sobre o tema e distribuindo as diferentes substâncias sobre um mesmo campo discursivo: o campo das drogas. Importa ressaltar que o processo de construção do problema das drogas como um campo de saber e poder culmina na sua normalização, isto é, na sua objetivação como realidade inteligível e manipulável, orientando comunicações e práticas sociais. Ademais, esse processo permite que se façam julgamentos e avaliações, facilitando tomadas de posição valorativas diante dos diferentes fenômenos reconhecidos como parte desse campo, produzindo, assim, a própria anormalidade e os meios legitimados de sancioná-la. No limite, esse aspecto da normalização pode incidir concretamente sobre os corpos desviantes daqueles tidos como doentes, marginais, desajustados, viciados, entre outros, a partir de estratégias de controle social baseadas no tratamento e na prisão.

Falar do “mundo das drogas” a partir da segunda metade do século XX é falar de uma realidade social marcada pela oposição entre substâncias lícitas e ilícitas, mas o proibicionismo não parece ser suficiente para caracterizar a dimensão normativa do campo. Em outras palavras, a existência de uma norma de intolerância às drogas tornadas ilícitas e seus usuários – característica típica do que se entende por proibicionismo neste trabalho – não deve ser desvinculada de outras normas do campo, como a norma de abstinência, evidenciada em alguns trabalhos (PAIVA et al., 2014; PIRES; XIMENES, 2014; REZENDE; PELICIA, 2013; SOUZA; MENANDRO; MENANDRO, 2015) como um princípio organizador do pensamento social sobre a relação entre saúde e uso de drogas – lícitas e ilícitas. De todo modo, tanto a valorização da abstinência como as características do proibicionismo contemporâneo podem ser pensados como princípios normativos que contribuem ativamente na organização do campo das drogas, oferecendo quadros de referência sobre como pensar e agir diante dos seus fenômenos.

De modo subjacente aos princípios normativos citados, é possível destacar e reconhecer a hegemonia de uma norma que pode ser chamada de antidrogas, cuja expressão mais característica foi o estabelecimento da divisão entre substâncias lícitas e ilícitas e da sua manutenção a partir da estratégia de guerra às drogas. De modo geral, a norma antidrogas valoriza a abstinência do uso recreativo, constrói o usuário de drogas como categoria de desvio e instaura formas de controle social ancoradas na patologização e criminalização do consumo. Ressalta-se, entretanto, que a aplicação da norma é seletiva e não se manifesta monoliticamente nos fenômenos relacionados ao uso de drogas, mas isso não significa que, quando inseridos em um mesmo campo – o “mundo” das drogas –, não possam ser

identificados princípios comuns. Há algum tempo, Bucher e Oliveira (1994) já explicitavam algumas características do que eles chamam de ideologia antidrogas:

1. Silenciamento acerca das questões sociais que concorrem para os fenômenos de uso, abuso e dependência de drogas.
2. Desconsideração da motivação do usuário, da sua dimensão subjetiva.
3. Simplificação do fenômeno das drogas, apontando elementos unidimensionais na etiologia da dependência.
4. Centralização exclusiva no produto tóxico (ilícito).
5. Tratamento genérico dos efeitos da droga, pela lei do tudo ou nada, sem especificação do produto, do padrão de uso, da personalidade e história de vida do usuário, do contexto.
6. Associação dramática freqüente entre droga e sexo, droga e crime, droga e loucura, droga e morte.
7. Omissão do fato de que a droga pode propiciar prazer, sensações agradáveis, facilidades de comunicação e relaxamento.
8. Omissão ou descaso a respeito do uso e abuso de medicamentos psicotrópicos e outras drogas lícitas.
9. Crença na intervenção heróica e desinteressada que livrará a comunidade e o país, definitivamente, das drogas.
10. Recomendação de atividades religiosas, morais, patrióticas e esportivas como estratégias de prevenção (ou mesmo como "vacinas") (BUCHER; OLIVEIRA, 1994, p. 137)

Em que pese a pertinência dessa caracterização, poder-se-ia argumentar que a norma antidrogas só pode ser reconhecida no tocante às drogas ilícitas, uma vez que o estabelecimento do proibicionismo indicaria a existência de objetos aceitos ou tolerados, de um lado, e de objetos rechaçados e combatidos por estratégias coercitivas de outro. Entretanto, se é verdade que a norma antidrogas se manifesta mais claramente quando se consideram as drogas ilícitas, reduzi-la ao proibicionismo ou à norma de abstinência representaria uma simplificação insustentável, principalmente quando se consideram algumas das suas manifestações no contexto de substâncias regulamentadas.

Por exemplo, o uso de álcool é tido como socialmente admitido e, mesmo, incentivado (SCALI; RONZANI, 2007), de modo que não se poderia falar em uma norma antidrogas a partir da característica de valorização da abstinência recreativa, mas isso não significa que a norma antidrogas não possa operar pela via da patologização. Constata-se, nessa direção, que a dependência alcoólica é rechaçada e o dependente estigmatizado (MEIRA; ARCOVERDE, 2010), o que evidencia uma forma específica de aplicar a norma em função do modo de consumo da droga, ao mesmo tempo em que, ao alcoolista, a abstinência tem sido colocada como princípio de cura privilegiado (SOUZA; MENANDRO; MENANDRO, 2015).

Outro exemplo que se faz pertinente diz respeito às especificidades do tabaco, cujo consumo recreativo aumentou com a industrialização da sua produção, sendo associado durante o início do século XX a elementos de distinção, como charme, beleza e poder

(HORTENSE; CARMAGNANI; BRÊTAS, 2008). No entanto, conforme apontam Renovato et al. (2009), após longo período de estímulo publicitário, o tabagismo passou a ser associado no final da década de 1980 a uma série de patologias orgânicas e, então, passou a fazer parte do grupo de transtornos mentais relacionados ao consumo de drogas. Além disso, o fumante foi cada vez mais julgado moralmente, sobretudo diante da saliência temática que passou ter os danos do tabagismo passivo. O usuário não apenas passou a ser percebido como um risco para si, mas também começou a representar um risco para a coletividade (RENOVATO et al., 2009). Nesse contexto, o discurso médico – nos níveis individual e coletivo – contribuiu para reforçar sentidos de periculosidade à prática de consumo, findando por culpabilizar o usuário pelos danos produzidos a si e ao outro. Nesse ponto, ainda que o tabaco seja uma droga lícita, o seu enquadre normativo tem algumas características semelhantes ao que ocorre com substâncias proscritas, como é o caso da construção do risco à saúde individual e pública, bem como pela decorrente valorização da abstinência total.

Em que pese os exemplos citados, tanto no contexto do álcool como do tabaco, por serem drogas regulamentadas, a estigmatização das substâncias e seus usuários através da criminalização não se realiza de modo prioritário. Todavia, os consumidores dessas drogas não são, de modo algum, isentos de controle social e mesmo de estigmatização por outras vias, como a da patologização. Desse modo, tanto no contexto das drogas lícitas como das substâncias proscritas é possível falar da existência de uma norma antidrogas – entendida como um quadro geral de referência que se caracteriza pela desqualificação do uso e do usuário de drogas –, mesmo que esta seja aplicada de diferentes maneiras em função das substâncias, seus usuários e situações específicas.

De forma pertinente a essa discussão, cumpre considerar algumas das proposições teóricas realizadas pelo sociólogo Howard Becker (2008) no sentido de contextualizar aspectos do campo relacionados a normas, regras sociais e desvio. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que as regras sociais das quais Becker trata são empreendimentos coletivos em que diferentes grupos em interação produzem critérios avaliativos diante de indivíduos, comportamentos e situações. Essas regras se apoiam em percepções sobre o que é certo/errado e apropriado/inapropriado frente a situações sociais concretas. Quando uma pessoa rompe essas regras – ou quando é percebida como se tivesse rompido – possivelmente ela vai ser categorizada como um tipo especial de indivíduo: um *outsider*, um desviante.

No entanto, não são todas as regras que possuem a capacidade de produzir o desvio. Uma lei, por exemplo, pode ser entendida como uma regra social, mas para que se desenvolva o fenômeno sociológico do desvio, é preciso que essa lei seja incorporada e constantemente

efetivada na cultura. Especificamente, as regras sociais tratadas por Becker (2008) são aquelas mantidas vivas e constantemente aplicadas nas interações sociais. Nesse sentido, é esse tipo de regra que o presente trabalho trata por norma social, isto é, são aquelas incorporadas, legitimadas e constantemente efetivadas na cultura, capazes de produzir os fenômenos de anormalidade e desvio. Como bem sintetiza Bergeron (2012), o desvio é “o resultado contingente de uma interação entre um grupo social que edificou normas a ser respeitadas e aqueles que as transgrediram e continuam a transgredi-las” (BERGERON, 2012, p. 55).

No que concerne ao campo das drogas, considerando o modo como ele tem sido marcado pelo proibicionismo e pela norma antidrogas, duas categorias de desvio devem ser consideradas: o usuário e o traficante. Certamente a figura do traficante constitui um “outro” bastante importante no campo das drogas – e, por isso, a sua construção social tem sido igualmente objeto de discussão (ZACCONE, 2011). No entanto é o “usuário de drogas” que se constitui como categoria de alteridade central para o desenvolvimento da presente tese. Isso se justifica tanto pelo fato de que representar o campo das drogas e seus usos implica considerar alguém que as consome, quanto pelo fato de que a categoria do usuário de drogas tem sido apropriada pelos mesmos sistemas de saber-poder da aliança médico-jurídica que constroem o campo como um todo. Do ponto de vista técnico, os usuários de drogas constituem um conjunto heterogêneo que contempla a sociedade de modo geral pelo consumo ocasional ou cotidiano de substâncias capazes de alterar a consciência, pensamento, afeto, humor, criatividade, entre outras capacidades constantemente moduladas pelo ser humano. Conforme escreve Lima (2008):

(...) quando utilizamos o termo ‘usuário de drogas’, queremos apontar uma categoria na qual estamos todos incluídos direta e indiretamente, mas que por conta das questões morais acabam sendo diferenciadas entre si. Nos referimos tanto à pessoa que fuma seu “baseado” de maconha com os amigos, participa da ‘cervejada’ do final de semana, que usa drogas para dormir, para lidar com a depressão, que toma o ‘cafezinho’ para agüentar mais um turno da exploração no mundo trabalhista, enfim, falamos de nós mesmos e ao mesmo tempo falamos daqueles que são estigmatizados pelo uso abusivo de qualquer uma dessas substâncias (LIMA, 2008, p. 96)

Evidentemente, no contexto da presente pesquisa se fala do “usuário de drogas” como uma categoria grupal socialmente reconhecida e construída nas comunicações cotidianas, não havendo, com isso, pretensão de delimitação ontológica atrelada ao termo. Isso significa que, assim como a expressão “mundo das drogas” não faz referência a um recorte sociológico da realidade, o “usuário de drogas” não remete a uma identidade real, ou típica (LIMA, 2008), assim como não existe de modo independente dos modos de representá-lo. Em outras

palavras, não há uma definição suficientemente precisa para o termo além da imbricação entre um sujeito e um objeto social, marcados por um tipo de prática: o consumo de psicoativos.

Ainda que a expressão permaneça vaga e demasiadamente ampla do ponto de vista técnico – dado que existem inúmeras formas de vida relacionadas a múltiplos tipos de consumo, substâncias, finalidades e experiências de uso –, a sua abordagem na pesquisa psicossocial tem uma finalidade pertinente como categoria social. Nesse sentido, entende-se que o “usuário de drogas” é uma categoria imbuída de significados, discursos e expectativas comportamentais que são atuantes nos modos pelos quais as pessoas se relacionam com os sujeitos rotulados como pertencentes a ela – mesmo que esses não sejam, de fato, consumidores de alguma substância psicoativa específica. Isso não significa que não haja efeitos identitários concretos decorrentes desse tipo de rotulação. Ao contrário, tomando-se o processo de construção da identidade como uma contínua relação entre aquilo que é socialmente atribuído e o que é subjetivamente apropriado (BERGER; LUCKMANN, 2011), entende-se que as produções culturais atreladas ao usuário/dependente de drogas repercutem nas dimensões de autoconceito e autoestima de consumidores (BERGERON, 2012). Dito isso, uma vez que se consideram os processos de patologização e criminalização do uso de substâncias psicoativas, típicos da aliança médico-jurídica, como constituintes do campo – que, por sua vez, é marcado pelo proibicionismo e pela norma antidrogas –, abordar as suas repercussões para a construção da categoria do usuário de drogas é de fundamental importância para compreender os fenômenos em questão.

No Brasil, o consumo de drogas proscritas não é punido com prisão desde 2006, quando da promulgação da lei 11.343 (BRASIL, 2006). Uma das maiores contribuições da referida lei foi a distinção entre as categorias de usuário e traficante, sendo apenas o segundo passível de pena de reclusão de liberdade. O usuário de drogas, por sua vez, passa a ter as seguintes condutas admitidas como crime, seguida de sanções específicas:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo (BRASIL, 2006).

De acordo com alguns autores, como Rodrigues, Conceição e Iunes (2015), a nova política sobre drogas, que distingue as figuras do usuário e do traficante, retirou o caráter de crime com relação ao porte de drogas para consumo pessoal, não podendo o usuário ser chamado de criminoso. No entanto, é importante ressaltar que as condutas de porte de

substâncias ilícitas, em suas variações – guardar, trazer consigo, armazenar, adquirir, entre outros –, mesmo que para consumo pessoal, ainda constitui objeto de criminalização. De outro modo, o que de fato ocorre com a separação entre usuário e traficante é a despenalização do primeiro com relação a medidas de privação de liberdade, sendo aplicadas sanções administrativas ou medidas de caráter socioeducativo. A descriminalização do porte de drogas, por sua vez, ainda é mote de discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), cujo julgamento a respeito da sua possível inconstitucionalidade, através do Recurso Extraordinário n. 635.659, ainda não foi finalizado. Isso significa dizer que, embora haja um tratamento legal diferenciado diante do usuário de drogas, a aliança médico-jurídica permanece atuante na sua produção como categoria de desvio, seja através da patologização e medicalização, ou através da criminalização

O reconhecimento de normas sociais operantes na construção do usuário e do traficante de drogas como figuras de desvio não implica uma homogeneidade de aplicação e nem ausência de resistências. Sobre o primeiro aspecto, admite-se que as regras sociais não são impostas (aplicadas) de forma independente das condições do seu rompimento por alguém. De acordo com Becker (2008), “a imposição é seletiva, e diferencialmente seletiva entre tipos de pessoa, em diferentes momentos e em diferentes situações” (BECKER, 2008, p. 140). Isso fica claro, por exemplo, no fenômeno de seletividade penal apontado por Zaccone (2011) ao constatar que indivíduos negros e pobres têm mais chance de serem percebidos como suspeitos, de serem revistados e, quando flagrados com drogas ilícitas, de serem categorizados como traficantes e não como usuários, muitas vezes sem necessária evidência da prática de tráfico. Ademais, mesmo no tocante ao consumo de drogas em um contexto normativo antidrogas e proibicionista, não é sempre que o usuário é percebido como sujeito desviante, doente ou criminoso, pois a construção do desvio ocorre em contextos específicos, ainda que a ideia de norma implique sempre alguma generalização. Por fim, os processos de construção e aplicação de normas sociais são dependentes das relações de poder e, portanto, das estruturas e organizações sociais concretas:

Diferenças na capacidade de fazer regras e aplica-las a outras pessoas são essencialmente diferenciais de poder (seja legal ou extralegal). Aqueles grupos cuja posição social lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras. Distinções de idade, sexo, etnicidade e classe estão todas relacionadas a diferenças em poder, o que explica diferenças no grau em que grupos assim distinguidos podem fazer regras para outros (BECKER, 2008, p. 30).

Além desse aspecto, como assinalado antes, a norma não é aplicada livre de tensões e

resistências. Na concepção de Becker (2008) as regras sociais frequentemente conflitam com normas de grupos específicos. Em outras palavras, um comportamento pode ser rotulado como desviante em determinado grupo e ser percebido como adequado em outro. Inclusive, as tensões geradas pela diversidade de grupos podem favorecer um processo de mudança dessas regras sociais. Acrescente-se, ainda, que o não cumprimento de alguma norma pode ser ressignificado e justificado por aqueles cujos comportamentos são rotulados como desviantes. Tais aspectos reconhecem o caráter dinâmico do empreendimento normativo – da construção de normas sociais – ao mesmo tempo em que visibiliza as relações intergrupais como elementos estruturantes da normalidade e do desvio.

3.3 O “mundo das drogas” como um campo de tensões normativas

Apesar de o proibicionismo e a norma antidrogas ter tido um grande papel na organização contemporânea do campo das drogas, a trama histórica guarda tensões e desafios de compreensão que podem sinalizar possibilidades de transição importantes. Por exemplo, assinala-se a perspectiva da Redução de Danos (RD), que toma forma e popularidade a partir da década de 1970 (REGHELIN, 2002), como um importante corpo de saberes e práticas que colocam em tensão alguns dos princípios fundamentais da norma antidrogas, como o ideal de abstinência e a proibição seletiva das drogas. A Redução de Danos pode ser entendida como um conjunto de “políticas, programas e práticas que visam mitigar consequências econômicas, sociais e de saúde negativas causadas pelo uso de drogas psicoativas legais ou ilegais, sem ter a abstinência como pré-requisito” (CARVALHO; PELLEGRINO, 2015, p. 5). Além disso, esse modelo pretende valorizar os discursos das pessoas que usam drogas, reduzir a estigmatização dos usuários e reconhecê-los como sujeitos de direito – inclusive do direito de fazer uso de drogas (REGHELIN, 2002).

De acordo com Crives e Dimenstein (2003), diferentes modos de apreender a problemática das substâncias psicoativas estão relacionadas à seguinte pergunta: é possível uma sociedade livre de todas as drogas? De acordo com as autoras, um modelo repressivo, focado na redução da oferta e consumo de drogas através da penalização do usuário e fortalecimento do aparelho jurídico-policial, caracteriza bem a adoção de uma resposta afirmativa à questão apresentada. A Redução de Danos, por sua vez, poderia ser caracterizada como um modelo que responde a questão de modo diferente, pois parte do princípio de que não é possível erradicar o uso de drogas – tomado em sua dimensão coletiva –, e, portanto,

considera mais proveitoso lidar com metas pragmáticas para lidar com a questão, como a ênfase na redução de riscos e danos individuais e coletivos a ela associados (FONSECA; BASTOS, 2005). Especialmente no campo da saúde, a ideia de redução de danos pode ser considerada contranormativa pelo fato de que se opõe à norma de abstinência, ou “paradigma da abstinência”, nas palavras de Passos e Souza (2011):

Por paradigma da abstinência entendemos algo diferente da abstinência enquanto uma direção clínica possível e muitas vezes necessária. Por paradigma da abstinência entendemos uma rede de instituições que define uma governabilidade das políticas de drogas e que se exerce de forma coercitiva na medida em que faz da abstinência a única direção de tratamento possível, submetendo o campo da saúde ao poder jurídico, psiquiátrico e religioso (2011, p. 157).

Inicialmente desenvolvida e compreendida como um conjunto de estratégias em saúde com o objetivo de minimizar os danos relacionados ao uso de drogas, a Redução de Danos é usualmente associada às terapias de substituição desenvolvidas para casos de dependência química de opiáceos e, posteriormente, aos programas de trocas de seringas, que, no contexto da epidemia de HIV/AIDS, tinham o objetivo de reduzir a prevalência de contaminação entre usuários de drogas injetáveis (Ver. FONSECA; BASTOS, 2005; FONTES et al., 2010; PASSOS; SOUZA, 2011; REGHELIN, 2002; RIBEIRO, 2013). No Brasil, por sua vez, o desenvolvimento da Redução de Danos possui algumas singularidades importantes de mencionar. Em primeiro lugar, é possível dizer que o seu arcabouço teórico-conceitual foi produzido de modo imbricado ao advento e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Reforma Psiquiátrica Brasileira durante as décadas de 80 e 90. Conforme salientam Paiva et al. (2014), houve por muito tempo um predomínio de modelos terapêuticos pautados na lógica médico-jurídica, que findava por punir, mais do que tratar, as pessoas que faziam uso de drogas. Nesse sentido, tanto o SUS quanto a Reforma repercutiram no campo da saúde mental modificando suas concepções e práticas, impulsionando o progressivo abandono da lógica hospitalocêntrica e a busca pela inclusão social dos sujeitos assistidos (PAIVA et al., 2014). Além disso, conforme ressalta Hirdes (2009), a Reforma contribuiu para deslocar o foco da atenção em saúde mental do hospital para a comunidade, para o território através de serviços substitutivos como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Em âmbito nacional, é significativo apontar a inserção da Redução de Danos como estratégia de saúde pública a partir da sua formalização na Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (BRASIL, 2003). A importância dessa política reside na consideração da RD como lógica norteadora – e não apenas como um

conjunto de estratégias ou dispositivos – das ações de saúde no país. Destacam-se, conforme a política citada, algumas características dessa lógica: a RD não reconhece a abstinência como meta única das ações de cuidado com as pessoas que usam drogas; a RD contempla a prevenção de riscos, danos e agravos, assim como a promoção de saúde e aumento de qualidade de vida como objetivos mais amplos; a partir da RD, deve-se considerar a singularidade das pessoas que usam drogas, suas demandas e histórias de vida; o usuário deve ser implicado na construção do seu projeto terapêutico, promovendo, com isso, a (co)responsabilização dos diferentes atores engajados no processo de cuidado. É certo que outras características poderiam ser incluídas na descrição, mas esses pontos citados são capazes de ilustrar um aspecto fundamental que decorre da incorporação da RD na agenda política da saúde: a busca por uma compreensão do uso e do usuário de drogas que não se baseie em concepções morais e/ou estigmatizantes.

Além disso, a Redução de Danos é, ainda, incorporada à lei 11.343, conhecida como lei de drogas (BRASIL, 2006), que, nos artigos 20 e 22, caracteriza atividades de atenção aos usuários e familiares como aquelas que visem à melhoria da qualidade de vida e redução dos riscos associados ao uso de drogas. Além disso, ainda segundo os itens da lei supracitada, essas atividades devem ser orientadas, dentre outros princípios, pela perspectiva de inclusão social e redução de danos sociais e à saúde. A menção aos danos sociais é importante uma vez que as iniciativas orientadas pelos princípios da RD mais recentes têm enfatizado justamente a ampliação do conceito para que este não se fique restrito ao âmbito da saúde. Nessa direção, Carvalho e Pellegrino (2015) argumentam que, especialmente no contexto da América Latina, onde os efeitos do proibicionismo representam um alto custo social, a ideia de redução de danos deve ser ampliada de modo a oferecer alternativas à guerra contra as drogas. Por essa razão, alguns autores têm compreendido a Redução de Danos como um conjunto de princípios necessariamente antiproibicionistas e alternativos à norma de abstinência (Ver. REGHELIN, 2002; RIBEIRO, 2013), todavia essa compreensão está longe de ser consensual.

Ainda que a perspectiva da Redução de Danos tenha constituído uma alternativa importante às formas de gerir o campo das drogas no Brasil e no mundo, os seus princípios encontram sérias resistências diante dos saberes médico-jurídicos hegemônicos e das normas antidrogas e proibicionistas. Para Passos e Souza (2011), a aliança histórica entre o poder criminológico e psiquiátrico representa uma das forças contrárias ao estabelecimento da Redução de Danos, na medida em que, após contribuir para a construção do estigma do usuário de drogas como criminoso ou doente, tende-se a rejeitar um modelo que compreende o usuário como cidadão de direitos. Em uma perspectiva similar, Bravo (2002) argumenta que

existem dois tipos de discurso a respeito da droga: um tradicional e hegemônico que, pautado na ideologia de guerra às drogas, atua na estigmatização do usuário; e aquele da redução de danos, que tem a melhora da qualidade de vida das pessoas que usam drogas como meta principal. Nesse sentido, a RD pode ser entendida como uma força contrária aos discursos e práticas hegemônicos da aliança médico-jurídica, visto que questiona a própria norma antidrogas, o ideal de abstinência como meta, e os estereótipos criminalizantes e patologizantes associados ao usuário de drogas, colocando em perspectiva a possibilidade de usos não relacionados à violência ou à dependência química. Esses aspectos permitem afirmar que o campo das drogas é produzido, organizado e gerido em meio a tensões normativas e a diferentes modos pelos quais as pessoas se relacionam, interpretam e constroem os seus fenômenos. Evidencia-se, portanto, a polissemia inerente ao campo, cujas tensões entre discursos normativos e contranormativos conferem dinamicidade à realidade social.

A discussão realizada nesta seção teve o objetivo de abordar o campo das drogas como um domínio de saber-poder. Para tanto, foram abordados alguns pontos da história das drogas no mundo com fins de ilustrar tanto elementos de regularidade como de transformação nas formas de significar e se relacionar com esses objetos. Além disso, argumentou-se em favor de que o chamado “mundo das drogas” contemporâneo é um fenômeno construído por processos de normalização – que tornam a realidade familiar e, ao mesmo tempo, tornam possível a construção e aplicação de normas sociais. Para tanto, fez-se uso de algumas ferramentas analíticas oriundas da genealogia de Foucault e da sociologia compreensiva de Becker. Ainda que seus desenvolvimentos teóricos não sejam equivalentes, eles também não são necessariamente excludentes entre si, sobretudo quando abordadas com interesses distintos e complementares.

Por um lado, a genealogia foucaultiana fomenta a discussão sobre a formação do campo das drogas como um produto histórico de relações de saber-poder e, por outro, os estudos de Becker oferecem formas de compreender o processo de construção e aplicação de normas sociais, que, por sua vez, produzem o próprio desvio e as categorias sociais percebidas como desviantes. Guardadas as diferenças entre as perspectivas epistemológicas (e objetivos analíticos), é possível falar da normalização das condutas e dos seus efeitos sobre o indivíduo e a sociedade como um ponto comum de interesse dos autores. Nesse sentido, o campo das drogas psicoativas foi caracterizado como marcado por elementos normativos – proibicionismo, norma de abstinência e antidrogas – que produzem formas de inteligibilidade, naturalizam e orientam práticas sociais e constroem categorias identitárias específicas. A normalização dos usos de drogas pressupõe, então, a legitimidade de se produzir saber e de

poder controlar a vida dos indivíduos e da população a partir da aplicação seletiva de normas sociais. Como assinalado antes, os efeitos de poder não incidem nos indivíduos de maneira igualitária – isso porque, ainda que a norma possa ser construída para toda uma coletividade, as sanções são distribuídas de maneira seletiva. Além disso, a aplicação de normas sociais não é apenas repressiva, mas é também capaz de prescrever formas legítimas de fazer uso do corpo, dos prazeres e da consciência. No que tange ao desvio dos comportamentos de uso de drogas, encontra-se a produção de um lugar de alteridade para o sujeito usuário de drogas, que, no limite, é significado como alguém que não é capaz de gerir as suas próprias condutas, devendo ser protegido de si mesmo.

4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O CAMPO DAS DROGAS

Conforme é possível observar na discussão anterior, tanto as práticas de consumo de substâncias psicoativas sofrem variações ao longo da história, como o próprio conceito de droga assume diferentes significados a depender do contexto. O significante linguístico “droga”, portanto, relacionado a uma diversidade de situações, usuários e culturas, guarda, em si, uma pluralidade de sentidos. Não obstante, a Organização Mundial de Saúde (2006) unifica o conceito no campo científico afirmando que substâncias psicoativas, ou drogas psicoativas, são aquelas que têm a capacidade de alterar funções do sistema nervoso central, tais como: consciência, pensamento, afeto e humor. Essa definição em torno da ação farmacológica das substâncias é bastante útil visto que, em si, ela formaliza o conceito sem inculcar um tratamento moral. Além disso, a definição não exclui o caráter de construção social desses objetos, pois existe razoável consenso interdisciplinar de que a droga é muito mais do que a substância química.

Como ressalta MacRae (2010), ela se insere nas práticas sociais dos sujeitos e, portanto, assume diferentes significados em contextos sócio-históricos distintos. A própria Organização Mundial de Saúde reconhece que a classificação que discrimina as drogas lícitas das ilícitas é resultante de processos sociais, políticos, morais, entre outros, não podendo ser explicadas apenas pela ação farmacológica da substância (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2006). A partir dessa perspectiva, Zaccone (2011) assinala que a terminologia utilizada para falar sobre esses objetos é produto de relações de poder praticadas ao longo da história. Como ressalta Bergeron (2012), as diferentes categorizações linguísticas desses objetos devem ser analisadas como uma realidade construída socialmente e, portanto, os termos utilizados são capazes de inscrever as drogas em diferentes quadros simbólicos.

Além dessas questões, sabe-se que cada droga, tomada como um objeto social particular, implica a relação com sentidos, usuários, instituições e práticas específicas. Com isso, não se pretende aqui dizer que há uma construção unívoca e homogênea de diferentes objetos sociais nomeados como “drogas”. De outro modo, essa categoria linguística é aqui abordada para evidenciar um campo comum de referência a partir do qual emergem fenômenos bastante distintos a depender da substância abordada. Dessa maneira, é sobre a construção social desse domínio de referência – a droga – e de seus respectivos objetos de pertença que esse projeto de tese se interessa. Nesse contexto, entende-se que analisar a droga como objeto social a partir da Teoria das Representações Sociais (TRS) significa se debruçar

sobre a sua construção como realidade sócio-simbólica e, portanto, engendrada por processos comunicacionais e práticas sociais que normalizam o campo.

Segundo Jovchelovitch (2008), a noção de representação esteve por muito tempo atrelada à perspectiva cartesiana centrada na mente individual. Essa corrente estava interessada pela função epistêmica da consciência humana e estabelecia a racionalidade como base para acesso à verdade através de representações mais ou menos adequadas. Na perspectiva de Moscovici (2009, 2012a), por outro lado, a noção de representação social se afasta da perspectiva cartesiana de racionalidade ao mesmo tempo em que rejeita a existência de um conhecimento puramente individual. Sobre o primeiro ponto, Moscovici (2009) desloca a ideia de racionalidade de critérios lógicos e a aproxima de uma perspectiva pragmática do conhecimento: “o critério de racionalidade aparece como uma norma inscrita na linguagem, nas instituições e representações de uma cultura específica” (MOSCOVICI, 2009, p. 188). No tocante ao segundo ponto, entende-se o adjetivo “social”, que acompanha a representação na perspectiva de Moscovici, tem dupla função. Ele enfatiza o conhecimento como uma produção coletiva, a partir de trocas comunicativas, e, mais do que isso, atribui às representações sociais funções práticas voltadas para o outro. Nesse sentido, elas são construídas com o propósito de interagir, funcionando como referenciais de conduta e circunscrevendo possibilidades de comunicação (MOSCOVICI, 2012a). Por conseguinte, Jodelet (1984) conceitua as representações sociais como formas de pensamento social que têm como função organizar e interpretar a vida social, orientar condutas, comunicações, e se apropriar de novos objetos sociais, tornando-os familiares.

A construção de representações sociais é, nessa perspectiva, um processo de familiarização com o não-familiar, ou mesmo com a própria não-familiaridade (MOSCOVICI, 2009). Pode-se identificar aí um dos sentidos atribuídos nesta tese à noção de normalização: aquele que diz respeito ao modo como a realidade torna-se convencional e inteligível. De antemão, é preciso destacar que a ideia de normalização que aqui se faz referência distingue-se daquela utilizada no campo de estudos da influência social, no qual o conceito é utilizado para designar o processo pelo qual os membros de um grupo se influenciam reciprocamente e, progressivamente, estabelecem algum tipo de compromisso comum (MOSCOVICI, 2011). Nessa perspectiva, que remete às experiências de Sherif (1936), a normalização diz respeito a uma modalidade de influência social que ocorre em situações ambíguas, onde não há normas previamente estabelecidas, e, então, os membros influenciam-se em direção a um julgamento comum. Outras modalidades de influência social, como o conformismo e a inovação, foram estudadas no âmbito da psicologia social com o

interesse de explicar os modos como o outro, incluindo as normas sociais, influencia o julgamento e o comportamento de um sujeito (DOISE; DESCHAMPS; MUGNY, 1978).

Em que pese a importância da influência social na compreensão a respeito dos processos pelos quais se constroem normas sociais em situações de negociação grupal, argumentou-se, ao longo deste trabalho, em favor de uma outra ideia de normalização. Para isso, fez-se uso de algumas das contribuições teóricas oriundas da genealogia de Foucault e dos estudos da sociologia do desvio de Becker, de modo que a diferenciação entre o conceito aqui utilizado e aquele dos estudos sobre a influência social merece ser explicitada. Se, por um lado, existe uma ideia de normalização como um empreendimento de negociação grupal que culmina no desenvolvimento de um quadro de referência comum, aqui o conceito é entendido como um processo contínuo de elaboração e negociação da realidade em um nível normativo-ideológico. Esse nível de análise, por sua vez, remete aos “sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais” (DOISE, 2002, p. 28) que são amplamente compartilhados em uma sociedade. Quanto aos processos de construção sócio-simbólica do uso de drogas que são aqui analisados, fala-se de um processo de normalização que considera o campo não como realidade isenta de quadros de referência e normas sociais, mas, ao contrário, como realidade já imbuída de elementos normativos. Ressalta-se que essa distinção quanto à ideia de normalização não deve resultar em uma modificação do conceito no âmbito da influência social, mas, de outro modo, serve como forma de esclarecer o uso que se faz dele na presente tese.

Dito isso, compreende-se que o campo teórico das representações sociais apresenta-se como pertinente para o desenvolvimento da ideia de normalização trabalhada nas discussões anteriores. Isso se justifica pela especificidade das suas ferramentas conceituais, que são baseadas em uma perspectiva psicossocial dialógica, e que tornam possível analisar os aspectos normativo-ideológicos que constroem o campo em questão – tais como o proibicionismo e a norma antidrogas – a partir de uma abordagem interessada pelos saberes do senso comum. Assim, o campo teórico da TRS se desenvolve como uma psicologia dos saberes sociais e está interessado tanto na construção destes quanto na sua transformação a partir de comunicações cotidianas:

Neste sentido, a teoria das representações sociais pertence a uma tradição que chamo de fenomenologia da vida cotidiana, preocupada em compreender como pessoas comuns, comunidades e instituições produzem saberes sobre si mesmas, sobre outros e sobre a multidão de objetos sociais que lhes são relevantes (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 87).

De acordo com Marková (2006), a teoria e o conceito das representações sociais se inscrevem em uma perspectiva dialógica. Na definição da autora, fortemente influenciada pelas ideias de Bakhtin, a dialogicidade pode ser entendida como a “capacidade fundamental da mente humana em conceber, criar e comunicar sobre realidades sociais em termos do *Alter* [...]” (MARKOVÁ, 2006). Nessa perspectiva, a autora enfatiza que tanto a cognição quanto o mundo social são construídos e transformados na e pela linguagem, em um mundo de realidades multifacetadas, através da experiência com o outro. Desse modo, a compreensão do mundo como uma realidade dialógica, assim como a ênfase dada aos processos comunicativos de construção e transformação do conhecimento social podem ser entendidos como os principais elementos que caracterizam o campo teórico das representações sociais.

Apesar disso, Wagner (1996) ressalta que existem diferentes maneiras de definir e operacionalizar o conceito de representação social. Esses diferentes modos de tratar um mesmo conceito podem ter implicações epistemológicas específicas. De início, é possível assinalar pelo menos duas formas de concebê-lo. De um lado, as representações sociais são concebidas como estruturas – cognitivas, afetivas, simbólicas e avaliativas – que organizam conteúdos sobre objetos socialmente relevantes e, de outro modo, as representações sociais são concebidas como processos públicos de criação, difusão e transformação da realidade social através de interações discursivas cotidianas (WAGNER, 2011).

Além desse aspecto, Sá (1998) assinala um recorte específico quanto às relações entre sujeito (social) e objeto. Segundo ele, caso se admita uma separação “a representação seria um sistema simbólico socialmente construído e o objeto, por seu turno, seria construído pela representação” (SÁ, 1998, p. 52). Por outro lado, conforme se argumentou anteriormente, adotar um olhar psicossocial implica a superação de uma ontologia objetivista, que separa o sujeito cognoscente do objeto percebido. Em direção similar, Alaya (2011) afirma que, para Moscovici (2012a), o status do objeto representado é o de produto da criação, da atividade representativa, acrescentando que “as representações seriam instâncias que permitem não só perceber o objeto, mas também tomar consciência (em outras palavras, de fazê-lo existir para si)” (ALAYA, 2011, p. 269).

Aplicar essa perspectiva ao campo das drogas psicoativas significa buscar compreender como esse domínio e seus objetos adquirem estatuto de realidade social e cultural. Em outras palavras, significa analisar a própria construção desses objetos em suas formas de existência na realidade social. Nas palavras de Moscovici (1963), uma

representação pode ser definida como “the elaborating of a social object by the community for the purpose of behaving and communicating”⁸ (MOSCOVICI, 1963, p. 251). A partir dessa definição, se consideram as representações como construções sociais produzidas em trocas cotidianas de contextos interativos específicos. Além disso, Jodelet (1984) salienta que a elaboração representativa de um objeto remete a outros sistemas de representação:

(...) trata-se não apenas de apreender as ideias, noções, imagens, modelos, dos quais as representações sociais são a concretização, e os quadros categoriais e classificatórios que são os princípios de ordem que asseguram a articulação entre o sistema de pensamento e ação. Trata-se também de apreender as modalidades coletivas segundo as quais os membros da sociedade ou de um de seus grupos religam os elementos representativos em suas operações de pensamento, isto é, as lógicas e sintaxes específicas às quais os sistemas de representações obedecem. Em uma palavra, trata-se de estudar globalmente os processos de pensamento de uma sociedade (JODELET, 1984, p. 26).

Com isso, abordar o campo das drogas psicoativas a partir da TRS significa se debruçar sobre a construção interdependente de diferentes objetos sociais dentro de um mesmo sistema de representações, como as distintas substâncias, a dependência química e o usuário de drogas. No entanto, esse processo ocorre no bojo das relações sociais e simbólicas que constroem outros objetos sociais em uma cultura, envolvendo, por exemplo, os modos como são representados a saúde, o direito, a violência, a sexualidade, o corpo, o prazer, a liberdade e a própria ideia de humanidade, racionalidade e loucura. Importa salientar que os discursos sobre drogas não são apenas marcados por outros campos representacionais, mas também emergem como elementos constituintes destes últimos. Dito de outro modo, as comunicações cotidianas sobre problemas sociais, loucura, sexualidade, justiça, cuidados em saúde, entre outros, frequentemente ativam o campo das drogas psicoativas como fator explicativo de determinados fenômenos. Trata-se, portanto, de uma compreensão dinâmica da construção do objeto e sua constante inserção em diferentes contextos interativos.

Nesse sentido, a abordagem desse campo é útil, inclusive, como um mote empírico da discussão teórica sobre representações sociais e comunicação. Especificamente, se pretende analisar os efeitos de sentido decorrentes do uso da linguagem nesse campo em relação à construção social de diferentes objetos e fenômenos. Dentro desse sistema, a “droga” surge como uma categoria linguística que, quando operada nos discursos cotidianos, constrói simbolicamente diferentes substâncias (como álcool, maconha, crack, LSD), categorias

⁸ “A elaboração de um objeto social pela comunidade com o propósito de se comportar e comunicar” (Tradução livre).

identitárias⁹ (como o usuário de drogas e o traficante) e práticas sociais (como a regulação social do uso de drogas, processos de prevenção, tratamento, entre outros).

Esses argumentos exemplificam, de um lado, a postura construcionista que pode ser encontrada na teoria das representações sociais, e, de outro, a adesão a pressupostos do pragmatismo linguístico através da ênfase sobre o uso da linguagem nos processos de construção social da realidade, conforme discussão iniciada em trabalho anterior (SOUSA, 2013). De forma sensível a esses debates, a teoria das representações sociais tem enfatizado o papel da linguagem nos processos psicossociais:

Não há representações sociais sem linguagem, do mesmo modo que sem elas não há sociedade. O lugar do linguístico na análise das representações sociais não pode, por conseguinte, ser evitado: as palavras não são a tradução direta das ideias, do mesmo modo que os discursos não são nunca as reflexões imediatas das posições sociais (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2009, p. 219).

Os aspectos do pragmatismo linguístico, por sua vez, são assinalados não só em seu aspecto semântico – em relação à produção de sentido – mas também sobre as funções que diferentes representações desempenham em contextos culturais específicos (MOSCOVICI, 1994), sendo tanto as representações como o seu processo de construção necessariamente contexto-dependentes (JOVCHELOVITCH, 2008). Para a TRS, portanto, linguagem e comunicação são processos constituintes da realidade social e não apenas um instrumento neutro em que as informações são trocadas. Nessa perspectiva, a despeito do que dizem algumas críticas à teoria, a palavra “representação” não deve ser entendida como uma cópia ou duplicação da realidade na mente de um indivíduo (JESUINO, 2011). Ao encontro das ideias desenvolvidas por alguns autores do campo (ALAYA, 2011; BANCHS, 2011; JOVCHELOVITCH, 2008; MARKOVÁ, 2006), entende-se que, ao contrário, o conceito de representação na TRS reivindica, justamente, o caráter não-representacionista do pensamento social, já que “elas possuem uma função constitutiva da realidade, da *única* realidade que nós experimentamos e na qual a maioria de nós se movimenta” (MOSCOVICI, 2012a, p. 27, grifo nosso).

Nessa direção não é possível dizer que a noção de representação social não guarda relação com perspectivas construcionistas, sobretudo quando muitos de seus pressupostos

⁹ A referência a categorias identitárias ancora-se na perspectiva desenvolvida por Tajfel em sua Teoria da Identidade Social (1982). Desse modo, o fenômeno é compreendido como inserido em dinâmicas que concernem às relações intergrupais, processos de categorização e comparação social, envolvendo, portanto, as dimensões de pertença social e autoconceito (VALA, 1993).

podem ser localizados na sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (2011). Assim, a questão da relação entre alguém que representa e um objeto representado não pode ser compreendida como a instituição de uma separação ontológica, devendo, portanto, ser interpretada de outro modo. A saber, entende-se que o conceito de representação social lida, simultaneamente e de modo interdependente, com um sujeito cognoscente contingente e um objeto epistêmico socialmente elaborado. Se o objeto é percebido como realidade independente pelos sujeitos de uma cultura, isso acontece porque, conforme ilustram Berger e Luckmann (2011), “a realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, construída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes de minha entrada em cena” (p. 38, grifo dos autores). Dito de outro modo, a realidade é socialmente experimentada como possuindo uma existência própria e, muitas vezes, independente da ação humana, mas, apesar disso, os objetos do mundo não deixam de ser produções sociais, por mais maciça que a experiência de objetividade possa ser (BERGER; LUCKMANN, 2011).

Diante disso, analisar a construção sócio-simbólica do “mundo das drogas” a partir da perspectiva teórica das representações sociais significa compreendê-lo como um campo representacional, que é ao mesmo tempo formado por um domínio de objetos socialmente objetivados e pelas relações de sentido produzidas concretamente nas comunicações e práticas interativas entre sujeitos na cultura.

4.1 Representações Sociais e campo representacional

Desde a publicação de *“La psychanalyse, son image et son public”*, em 1961, Moscovici (2012a) propôs que as representações sociais possuem três dimensões: informação, atitude e campo de representação. A dimensão da informação diz respeito às características qualitativas e quantitativas da informação que os indivíduos e grupos têm a respeito de determinado objeto social. Isso significa que as pessoas não têm acesso à totalidade de informações sobre um objeto que circula em uma cultura. Desse modo, os indivíduos dispõem de informações relativas a determinados aspectos da representação em função das práticas sociais em que se engaja e grupos de pertença. A atitude, por sua vez, diz respeito à orientação global (favorável/desfavorável; positiva/negativa) com relação ao objeto e o campo de representação, por fim, designaria a organização dos elementos de uma representação em uma imagem, como uma unidade hierarquizada de elementos.

De acordo com Sá (1998), muitos estudos tentaram operacionalizar as duas primeiras dimensões citadas em pesquisas, mas essas tentativas se revelaram pouco frutíferas: “Havia o risco de se cair em um estudo clássico de atitudes sociais e/ou, pior ainda, em uma simples testagem de conhecimentos populares a ser comparada com aqueles próprios dos universos reificados” (SÁ, 1998, p. 69). Além disso, Moliner (1996) considera que a dimensão da atitude, tal qual foi conceituada, só é pertinente para determinados objetos sociais: “*On comprend bien l'exemple proposé par Moscovici lorsqu'il décrit les réponses de personnes favorables ou défavorables à la psychanalyse. Mais quel sens y a-t-il à être favorable ou défavorable à l'intelligence, à la maladie mentale ou à l'économie?*”¹⁰ (MOLINER, 1996, p. 53). De outro modo, Moliner (1996) defende a existência de elementos (afetivos, cognitivos e conativos – orientados para a ação) em uma representação social que desempenham funções avaliativas, enquanto outros elementos desempenhariam uma função puramente descritiva.

De forma original e pertinente, o campo de representação passou a ser largamente estudado e os pesquisadores passaram a se ocupar quase exclusivamente dessa dimensão (SÁ, 1998). Cumpre retomar a noção de imagem utilizada por Moscovici (2012a) ao caracterizar o campo de representação. De acordo com Jesuíno (2011), é preciso resgatar o aspecto dinâmico desse conceito. A imagem é, portanto, uma metáfora capaz de comportar tensões e transformações – como na imagem artística da música ou da dança – para designar uma organização específica a respeito de um objeto social. Nesse contexto, a noção de campo de representação passa a ser compreendida como um modelo que comporta as dimensões de informação e atitude (JESUINO, 2011). Dentre as inovações do conceito de campo está o fato de se conceber os elementos de uma representação de forma organizada e estruturada, afastando o conceito da representação social de uma caracterização reduzida a simples opiniões, crenças e atitudes desconexas (MOSCOVICI, 2012a).

Além disso, com a noção de campo organizado e hierarquizado, compreende-se que os elementos de uma representação não possuem a mesma importância nos processos de construção social do objeto. Nesse sentido, é possível dizer que alguns elementos ocupam posição central em determinadas construções enquanto outros são periféricos ou menos característicos. Marková (2006) identifica duas maneiras de se analisar essa questão: uma representada pela teoria do núcleo central – conhecida na abordagem estrutural das representações sociais – e outra pela abordagem dialógica, com a qual esse projeto se

¹⁰ “Nós compreendemos bem o exemplo proposto por Moscovici ao descrever as respostas de pessoas favoráveis ou desfavoráveis à psicanálise. Mas que sentido tem em ser favorável ou desfavorável à inteligência, à doença mental ou à economia?” (Tradução livre).

aproxima teoricamente. Nessa última abordagem, por sua vez, trata-se de analisar como a história, a cultura e outras circunstâncias contribuem para a estruturação e mudança a respeito de um fenômeno social (MARKOVÁ, 2006). Para a autora, as ciências sociais costumam dividir seus estudos entre estruturas e processos, sendo esses classicamente entendidos como níveis hierárquicos ou estágios de análise. Em outras perspectivas, no entanto, compreendem-se as estruturas e processos como categorias dinâmicas e interdependentes, sendo as estruturas entendidas como formadas por processos e esses últimos como definidos pelas primeiras. Grosso modo, “o estudo das estruturas e dos processos na ciência social enfatiza os aspectos abstratos, generalizados e generalizáveis do fenômeno em questão” (MARKOVÁ, 2006, p. 274).

No contexto das representações sociais esse debate guarda relação com o estudo dos conteúdos organizados e dos seus processos de formação. A esse respeito, entende-se que a análise dos conteúdos de representação – a organização e estruturação do campo representacional – implica a reflexão sobre os seus processos de construção. Nesse sentido, as noções de objetivação e ancoragem funcionam como operadores analíticos indispensáveis. De acordo com Moscovici (2009), as representações se constroem a partir desses dois processos sociocognitivos interdependentes. O primeiro, a objetivação, é o processo que transforma um conceito em uma imagem ou em um núcleo figurativo, privilegiando certas informações do objeto em detrimento de outras, simplificando e dissociando-as do contexto original. Trata-se de concretizar aquilo que é da ordem do abstrato a partir de determinadas características, ou seja, são selecionados alguns conteúdos do objeto advindos das próprias dinâmicas grupais, a partir daquilo que é relevante aos contextos em que o objeto se insere. O segundo é o de ancoragem, processo que se caracteriza pela inserção do objeto num sistema de pensamentos preexistentes, estabelecendo uma rede de significações em torno deste. Esse processo começa desde o momento em que o objeto é nomeado, isto é, ele é classificado linguisticamente e vinculado a outras categorias já conhecidas (MOSCOVICI, 2009).

Desse modo, a relação entre os processos de objetivação e ancoragem com o conceito de campo de representação é bastante clara e profícua do ponto de vista teórico. Por exemplo, Moscovici (2009), ao falar de ancoragem, comenta:

De fato, representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes. A neutralidade é proibida, pela lógica mesma do sistema, onde cada objeto e ser devem possuir um valor positivo ou negativo e assumir um determinado lugar em uma clara escala hierárquica (MOSCOVICI, 2009, p. 62).

Desse modo, a análise dos conteúdos objetivados e organizados em um campo representacional pressupõe uma análise da rede de relações de sentido que o constitui, isto é, implica considerar o processo de ancoragem na construção social do objeto. Nessa perspectiva, esse projeto está interessado especificamente nos processos de construção e organização do campo representacional das drogas e busca, simultaneamente, compreender como os conteúdos que o estruturam se ancoram em princípios normativo-ideológicos mais amplos. De acordo com Doise (1992), a operacionalização da noção de ancoragem é crucial para se ultrapassar as limitações colocadas por uma abordagem exclusivamente centrada na análise dos conteúdos de representações sociais. Em continuidade a esse argumento, o autor enfatiza a necessidade de se analisar as dinâmicas relacionais que organizam as formas particulares de organização de conteúdos semânticos, os quais estão sempre implicados a significados mais gerais de dado contexto social. Essa maneira de pensar conduz à identificação de três tipos de ancoragem (DOISE, 1992): o primeiro analisa a intervenção de crenças e valores gerais; o segundo ocupa-se da relação entre os modos como os sujeitos representam posições ou categorias sociais e a organização de representações sociais; e o terceiro busca estabelecer conexões entre as formas de organização simbólica e as inserções sociais dos sujeitos, permitindo a comparação entre grupos de indivíduos em função das relações sociais em que eles se inserem. Outro modo de caracterizar a operacionalização do conceito foi abordado por Buschini e Doise (2008), que, conforme resumem Trindade, Santos e Almeida (2011), propõem duas formas de conceber o processo de ancoragem: uma chamada de ancoragem semântica, interessada nas redes de sentido que se constroem em torno do objeto e outra voltada para a análise dos processos de regulação social, que analisa as variações dos conteúdos semânticos de forma integrada às dinâmicas sociais em que os sujeitos se inserem.

Tomadas em consideração para esta tese, essas duas formas de sistematizar a utilização do conceito de ancoragem permitem apontar algumas direções de trabalho. Em primeiro lugar, o delineamento metodológico utilizado nas operações de pesquisa apresentadas em seguida enfatizam a ancoragem semântica como forma de emprego analítico do conceito em relação à dimensão ideológica do campo. Mais especificamente, as contribuições teórico-empíricas aqui ofertadas aproximam a ideia de ancoragem semântica às duas primeiras formas de análise citadas, a saber, a imbricação de conteúdos de representação em crenças e valores mais amplos e nos modos como os indivíduos se situam simbolicamente diante das dinâmicas intergrupais.

Além desses aspectos, as relações entre os processos de construção de uma representação social e a estruturação linguística do campo representacional encontram lugar de relevância no quadro conceitual organizado em torno da ideia de *themata*. O conceito de *themata* pode ser entendido como antinomias dialógicas do pensamento social partilhadas culturalmente através da memória coletiva em contextos sócio-históricos específicos, servindo de base para a construção de diferentes objetos sociais (MARKOVÁ, 2002). De acordo com Marková (2006), a incorporação da noção de *themata* no campo das representações sociais teve grande impacto na teoria após os anos 90, isso porque o conceito enfatiza a natureza dialógica e linguística da realidade social. A inserção desse conceito buscava contemplar, sob uma nova perspectiva, o estudo dos elementos centrais e periféricos que garantem estabilidade ao campo representacional, ao mesmo tempo em que, do ponto de vista teórico-metodológico, passou a dar concretude ao laço entre cognição e linguagem, entre o nível microsociológico e macrosociológico das representações (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2009).

De acordo com Marková (2002, 2006), o pensamento, a percepção da realidade e a linguagem são domínios caracteristicamente antinômicos. Desse modo, classificamos o mundo e seus objetos a partir de temas que se estruturam em termos de relações de oposição, como: nós/eles, humano/não humano, liberdade/opressão, saúde/doença, sujo/limpo, racional/irracional, perigoso/inócuo, familiar/estranho, entre outros. Esses temas, segundo Moscovici e Vignaux (2009), funcionam como ideias-fonte nos processos de apreensão da realidade, tomam forma em discursos concretos e podem adquirir estatuto de *themata*. Com isso, entende-se que embora as antinomias de pensamento funcionem como base dos processos de categorização, apenas determinados temas se tornam *themata* para alguns objetos sociais (MARKOVÁ, 2006). Segundo Marková (2002, 2006), uma antinomia (um tema, uma ideia fonte) se torna *themata* quando passa a ocupar centralidade em determinado fenômeno social. Em outras palavras, esse processo ocorre quando o tema passa a emergir nos discursos cotidianos em torno de um objeto social, constituindo ainda fonte de tensão e conflito. Nessa perspectiva, Marková (2006) exemplifica:

Por exemplo, nós podemos imaginar o núcleo de uma representação social da AIDS como estando organizado em torno de antinomias como sujeira/limpeza, moralidade/imoralidade, vida/morte, ou até mesmo em torno de várias antinomias, ao mesmo tempo (MARKOVÁ, 2006, p. 246).

Ressalta-se que a identificação e análise das *themata* não significa dicotomizar diferentes formas de representar o objeto, pois, como ressaltam Moloney, Williams e Blair

(2012), elas devem ser analisadas em seu caráter dialógico de construção, isto é, a partir da tensão gerada pela interdependência dos elementos de uma antinomia.

Conforme é possível depreender, a ideia de *themata* é bastante fecunda na identificação tanto das características estruturais do campo representacional como das estabilidades semânticas encontradas em uma cultura (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011). Por essa razão, o conceito tem sido tomado como um operador analítico importante no estudo do campo representacional, uma vez que permite identificar ideias-fonte culturalmente partilhadas e atuantes na construção de diferentes objetos sociais que se organizam como um sistema de representações sociais (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2009).

A despeito disso, argumentou-se que não é toda e qualquer antinomia linguística que pode ser considerada uma *themata*, mas apenas aquelas que estão profundamente enraizadas em uma cultura e que funcionam como quadros de pensamento na estruturação de diferentes objetos sociais. Nesse sentido, é possível considerar que a construção sócio-simbólica do campo das drogas psicoativas seja marcada por antinomias linguísticas, ou sistemas de oposição, que não necessariamente constituem *themata*, ainda que sejam fundamentais para a estruturação do campo em questão. Por essa razão, embora o conceito de *themata* seja indiscutivelmente relevante para os desenvolvimentos da Teoria das Representações Sociais, as antinomias linguísticas analisadas neste trabalho não serão tratadas como tal. Essa limitação é colocada uma vez que a realização de uma análise apropriada a respeito das *themata* do campo das drogas demandaria uma mudança radical no foco da tese ou, ainda, a articulação aprofundada com outros objetos e campos representacionais.

De todo modo, os pressupostos teóricos subjacentes ao desenvolvimento do conceito de *themata* podem ser retomados e recolocados com vistas à realização de uma análise interessada na identificação de sistemas de oposição que estruturam o campo representacional. Isso significa dizer que, embora não se fale necessariamente de *themata*, as análises empreendidas nesta tese não deixam de considerar o pensamento antinômico na estruturação campo das drogas psicoativas como forma de normalizar os seus fenômenos e objetos. Nessa direção, a discussão a respeito dos principais sistemas de oposição operados no campo será realizada com o objetivo de sistematizar algumas hipóteses analíticas a respeito tanto da organização do campo, quanto do processo de ancoragem. Essa questão poderá ser encontrada mais especificamente no primeiro estudo – dedicado à análise de comunicações jornalísticas – e fundamenta-se na compreensão de que a linguagem constrói a realidade, através de categorias, sistemas classificatórios e de oposição, que são produzidos dialogicamente (sujeito-outro-objeto) ao longo da história.

A partir dessa discussão, o “mundo das drogas” pode ser entendido como um campo representacional heterogêneo. Esse campo parece acionar diferentes temas e sistemas classificatórios (ex. saúde/segurança, liberdade/opressão, moralidade/imoralidade, drogas leves/pesadas, lícitas/ilícitas, naturais/sintéticas, drogas de uso/abuso) que participam da construção tanto da droga, como objeto social, seus usos e usuários. Assim, é sobre as relações de sentido e processos psicossociais que se estabelecem dentro e a partir de um mesmo sistema de representações – objetivado aqui no domínio das drogas psicoativas – que o projeto se debruça. Considerando-se que o “mundo das drogas” oferece diferentes fenômenos e possibilidades de pesquisa para a TRS e, de modo mais amplo, para psicologia social, os estudos que compõem esta tese limitaram-se à análise dos aspectos simbólicos e normativos que participam da construção social das drogas no contexto brasileiro. Além disso, as duas pesquisas realizadas desenvolvem a hipótese de que a estruturação do campo representacional das drogas, em um nível ideológico de análise, é marcada por princípios normativos específicos – como a norma antidrogas e o proibicionismo – que, por sua vez, são legitimados por saberes e práticas de uma aliança médico-jurídica.

4.2 Síntese do problema: representações sociais e normalização no campo das drogas

O interesse a respeito das normas sociais ou, de modo mais amplo, à normatividade atrelada a atitudes e comportamentos sociais tem perpassado a produção da psicologia social de modo consistente, muito embora o conceito de norma social não seja sempre explicitado. Além disso, a ideia de norma tem sido aplicada a partir de diferentes quadros teóricos, com interesses empíricos bastante distintos, por exemplo, os estudos sobre influência social, mudanças de atitudes e a relação entre normas e comportamentos (BERTOLDO, 2013). De toda maneira, conforme ressaltam Costa-Lopes e Pereira (2012), a maior parte dos estudos dedicados aos fenômenos e processos sociais partem do pressuposto de que a ação humana não é aleatória, mas sim normativamente regulada em diferentes níveis de análise: “especificamente, as funções da norma nesses processos são definir a organização das instituições, regular o pensamento do senso comum e especificar as situações sociais em que estão envolvidas, principalmente em contextos de incerteza” (COSTA-LOPES; PEREIRA, 2012, p. 16).

Dado que o conceito de norma social é polissêmico e difícil de ser precisado teoricamente (BERTOLDO, 2013), a sua utilização demanda algum tipo de conceptualização.

Sobretudo porque a ideia de norma tem sido, por vezes, igualada a outros conceitos, como valor, costume, regra, tradição ou convenção, o que evidencia, de um lado, a falta de consenso no campo quanto ao seu tratamento e, de outro, o seu carácter eclético (COSTA-LOPES; PEREIRA, 2012). De acordo com Rodrigues, Assmar e Jablonski (2010), normas sociais podem ser definidas como um “conjunto de crenças de uma dada comunidade acerca dos comportamentos tidos como socialmente corretos, aceitáveis e permitidos” (p. 157). Para os autores, esse conceito é pertinente, por exemplo, na compreensão do preconceito e estereótipo a partir da perspectiva da aprendizagem social, podendo esses fenômenos ser explicados pela produção e manutenção de normas sociais que servem implícita ou explicitamente como modelos sobre o que pensar, sentir e agir em dada cultura. Embora essa definição seja suficientemente clara e precisa, ela pode ser completada por outra, oferecida por Fischer (2005), que define as normas como uma forma de pressão psicossocial baseada em opiniões e valores dominantes e partilhados em um contexto social. Para o autor, as normas seriam expressas sob a forma de regras sociais – como aquelas tratadas por Becker (2008) –, visíveis ou invisíveis, que têm por função organizar a compreensão do mundo, do eu e do outro.

De modo subjacente às definições anteriores, cumpre destacar que as normas sociais podem ser pensadas simultaneamente a partir de seu carácter tanto descritivo quanto prescritivo. Uma norma é descritiva quando diz respeito aos modos de pensar e agir que são majoritários, isto é, que são mais frequentes em dado contexto. Ao seu turno, uma norma prescritiva diz respeito ao carácter avaliativo ligado a comportamentos e eventos sociais e, por conseguinte, se refere àquilo que é socialmente valorizado em um grupo ou sociedade (COSTA-LOPES; PEREIRA, 2012). É possível dizer, então, que as normas relacionadas ao campo representacional em questão possuem dimensões descritivas e prescritivas, isto é, apropriam-se simbolicamente da droga, seus usos e usuários de forma hegemônica, ao mesmo tempo que constroem possibilidades de julgamento valorativo com relação a seus fenômenos. Além disso, as normas sociais podem ser pensadas em relação a diferentes aspectos do controle social, visto que permitem organizar a vida coletiva, pensar e agir com relação ao outro.

De acordo com Sá (1978), o termo “controle social” possui diferentes acepções, decorrentes da sua utilização no campo da sociologia. Ainda que não seja particularmente útil eleger uma delas como a mais pertinente, apoiando-se na revisão realizada por Fernandes (1974), o autor considera necessário explicitar quatro delas: (1) em um primeiro sentido, controle social é entendido como sinônimo de organização ou unidade social e atua de modo a resolver conflitos entre indivíduos e grupos, sendo, assim, uma forma de controle inerente à

institucionalização e anterior a qualquer tipo de sanção (BERGER; LUCKMANN, 2011); (2) em um segundo sentido, o controle social é entendido como uma tendência oposta à mudança social, ou à vida espontânea dos indivíduos, atuando, nesse contexto, a partir de mecanismos que incluem o controle coercitivo com vistas a impor modos de ser, pensar e agir; (3) em seguida, o controle social é caracterizado pelos métodos de influência empregados com o objetivo de manter dada ordem social e, portanto, distingue-se da concepção que o equipara a organização ou unidade social; (4) por fim, o controle social é entendido como um processo de contínua invenção e seleção de metas e valores, os quais (re)definem condutas desviantes em dado contexto e atuam não apenas passivamente – no sentido de garantir a manutenção da ordem social –, mas também ativamente, produzindo mudanças na ordem social.

Ora, é cabível inferir que o último sentido apontado pelo autor é particularmente relevante ao presente trabalho, já que vai ao encontro daquilo que foi discutido a respeito dos processos de normalização do campo a partir de alguns empréstimos teóricos. Nesse sentido, é fundamental remarcar que a ideia de “normalização” aqui empregada considera, justamente, a interdependência entre dimensões descritivas e prescritivas das normas sociais e a sua relação com saberes e práticas socialmente legitimados, o que culmina no estabelecimento e negociação da própria normalidade e suas formas desvio. No campo teórico das representações sociais abordar a ideia de normalização permite, portanto, compreender os conteúdos e a organização do campo representacional analisado a partir dos princípios normativos que nele intervêm.

Ainda que grande parte do aparato conceitual tocante a essas questões não tenha sido desenvolvida no âmbito das representações sociais, entende-se que, a todo momento, os estudos dessa área lidam com fenômenos normativos. Por exemplo, essa questão é evidente desde a publicação da obra seminal de Moscovici (2012a), que considerou o funcionamento de dois sistemas relacionados ao pensamento social, um cognitivo, baseado em operações de seleção, classificação e apropriação da realidade, e um metassistema social, essencialmente normativo, que remodela e dá condições de possibilidade ao primeiro. Desse modo, se debruçar sobre essas questões a partir da TRS significa analisar o pensamento social como um produto e processo contínuo de normalização – em seus aspectos tanto descritivos, quanto prescritivos – de modo articulado às relações de saber-poder que regulam a sua organização e expressão.

Cumprido destacar que quando as pessoas se comunicam sobre as drogas elas fazem referência a um campo já objetivado e normalizado. No entanto, ainda que a abordagem desse domínio possa produzir uma falsa ideia de homogeneidade representativa de uma cultura,

quando se fala em representações sociais considera-se a variabilidade dos conteúdos e a possibilidade de os diferentes objetos assumirem diferentes formas. Em outras palavras, ainda que normas antidrogas e proibicionistas perpassem a construção do “mundo das drogas”, das diferentes substâncias, seus usos e usuários, o grau de familiaridade e implicação dos sujeitos com o campo (suas práticas de consumo e nível de informação sobre o tema, por exemplo), a idade, as pertencas grupais, entre outros, podem ser marcadores importantes na forma como cada sujeito se relaciona com as normas do campo. Isso significa dizer que a experiência dos sujeitos e a maneira que eles organizam informações, sentidos e valores atrelados ao campo desempenham um papel importante na forma com que eles interpretam, se comunicam com o outro (*alter*) e lidam com a normalização do uso de drogas.

A partir das reflexões apresentadas anteriormente pode-se identificar dois eixos teóricos de discussão: (1) o uso da linguagem como processo constituinte do campo sócio-simbólico das drogas; (2) a articulação entre sistemas de saber-poder, normas e representações sociais. À primeira vista esses dois eixos poderiam ser entendidos como independentes ou pouco relacionados, entretanto considera-se, aqui, que ambos podem ser articulados e operados de forma interdependente em favor da compreensão do chamado “mundo das drogas”. Em outras palavras, trata-se de abordar os processos de saber-poder que incidem no tratamento sociocognitivo em um sistema representacional linguisticamente construído – isto é, sobre uma rede de significações constituída e constituinte de interações discursivas.

Feita essa pontuação, cumpre apresentar os questionamentos mais amplos que orientam tanto os objetivos da pesquisa quanto os procedimentos metodológicos adotados. Em primeiro lugar, pergunta-se: como a “droga” se constrói simbolicamente e a que objetos essa categoria linguística é relacionada? Em seguida: quais os principais temas, discursos, sistemas classificatórios e de oposição que constituem e organizam o campo das drogas psicoativas, seus usos e usuários?

Nessa direção de análise, trabalha-se com as seguintes hipóteses: (1) os fenômenos relacionados ao uso de drogas são ancorados simbolicamente em saberes e práticas sociais da aliança médico-jurídica; (2) a norma antidrogas é objetivada por discursos de periculosidade baseados na violência, criminalidade e dependência química; (3) a partir dessa norma, o “usuário de drogas” é construído como categoria de alteridade e desvio.

Com a finalidade de observar a pertinência e abrangência desses questionamentos e hipóteses de trabalho, foram realizados dois estudos complementares, a saber: um dedicado à análise do processo de difusão de representações sociais sobre drogas em comunicações de

massa; e um dedicado à análise da organização dos conteúdos sociocognitivos do campo de modo relacionado a alguns de seus princípios normativos estruturantes.

4.3 Objetivos

A tese teve como objetivo geral analisar a construção sócio-simbólica do campo das drogas psicoativas, em sua dimensão normativo-ideológica, à luz da Teoria das Representações Sociais. Por sua vez, os objetivos específicos podem ser apresentados de modo articulado aos próprios estudos que a compõem:

Operação de pesquisa	Objetivos específicos
Análise de matérias de jornal	(1) identificar e analisar os significados associados à “droga” e suas formas de objetivação; (2) identificar e discutir os principais contextos simbólicos de ancoragem dos fenômenos relacionados ao uso de drogas; (3) analisar os sistemas simbólicos de oposição que estruturam o campo e são atualizados nessas comunicações.
Análise de evocações livres	(1) identificar quais são as substâncias tipicamente classificadas como drogas; (2) caracterizar e analisar os conteúdos que estruturam o campo representacional das drogas, evidenciando relações entre diferentes formas de organização simbólica e contextos de produção ligados ao outro; (3) identificar e analisar formas de organização simbólica subjacentes à expressão de determinados conteúdos de representação, bem como a sua regulação por princípios normativos do campo

Quadro 1 – Esquema de operações de pesquisa e objetivos

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As duas operações de pesquisa realizadas nesta tese terão os seus respectivos procedimentos metodológicos caracterizados e detalhados em seções específicas. Por outro lado, algumas considerações preliminares podem ser realizadas no sentido de melhor contextualizar as características dos dois estudos realizados, assim como de apontar alguns procedimentos que foram comum a ambos.

O primeiro estudo, de caráter documental, teve o objetivo de identificar e discutir os principais temas, objetos, práticas sociais e sistemas de oposição que são abordados em comunicações midiáticas sobre o campo das drogas. Como suporte de análise, foram consideradas as matérias de um jornal de grande circulação no Brasil, a Folha de S. Paulo, publicadas no período entre 2010 e 2014, que tinham as drogas psicoativas como tema central. A análise de comunicações de massa permite, nesse contexto, refletir sobre processos de construção de representações sociais, tanto a respeito da objetivação – as formas de construção e características que a(s) droga(s) assume(m) nas comunicações – como da ancoragem – os sistemas de significação e classificação em que esses objetos são produzidos.

O segundo estudo teve o objetivo de explorar a organização dos conteúdos normativo-ideológicos que estruturam o campo representacional das drogas na relação com o outro. Para tanto, foram analisadas as respostas de 169 pessoas a um questionário composto por atividades de associação livre com o termo indutor “drogas” em três contextos de produção. No primeiro, os respondentes foram convidados a escrever palavras ou expressões que lhe vinham espontaneamente à cabeça ao pensar no objeto; no segundo, os participantes realizavam a mesma atividade, mas, desta vez, respondiam de acordo com o que imaginavam que a maioria das pessoas o faria; e, no terceiro contexto da mesma atividade, os sujeitos eram convidados a responder de acordo com o que supunham que os “usuários de drogas” escreveriam. No contexto específico dessa tese, a análise desse estudo permite identificar formas específicas de organizar simbolicamente os conteúdos do campo representacional das drogas, levando em consideração os posicionamentos dos sujeitos diante de um outro generalizado e um outro específico, de modo a favorecer a reflexão sobre as normas que constroem o “mundo das drogas”, especialmente a norma antidrogas.

Os referidos estudos podem ser caracterizados a partir de um delineamento exploratório e descritivo, em que métodos de análise qualitativos e quantitativos foram empregados de modo conjugado. Ainda que a quantificação seja um aspecto constitutivo de

grande parte dos procedimentos utilizados, a natureza dos dados aos quais eles se debruçam é fundamentalmente qualitativa, uma vez que o objeto de investigação situa-se no “nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 245). Nesse sentido, o foco é colocado sobre os significados produzidos a partir do uso da linguagem em contextos específicos de produção, a saber, em comunicações midiáticas de difusão e em uma situação de elaboração de dados linguísticos a partir de técnicas de evocação livre.

Os produtos dos dois estudos foram interpretados com o auxílio de técnicas quantitativas e qualitativas de análise, visando à reflexão sobre os conteúdos e processos de construção de representações sociais relacionados ao campo das drogas. Ademais, parte-se de uma perspectiva que compreende não ser proveitoso tratar de métodos quantitativos e qualitativos como tradições competitivas ou mutuamente excludentes. Ao encontro do que abordam Bauer, Gaskell e Allum (2003), entende-se que não há quantificação sem qualificação, visto que o próprio indicador de frequência depende de uma categorização para existir, ao mesmo tempo em que não há análise estatística sem interpretação, posto que os dados não falam por si. Por essa razão, os métodos quantitativos aqui empregados não podem ser, de maneira alguma, compreendidos como estranhos a uma postura hermenêutica, visto que, ao contrário, suas potencialidades como ferramenta residem justamente no auxílio ao processo de interpretação sobre os conteúdos, suas condições de produção e efeitos de sentido na realidade social.

5.1 A análise lexical como estratégia metodológica

As operações de pesquisa que compõem esta tese utilizaram diferentes ferramentas metodológicas na análise dos dados, cujas particularidades serão apresentadas ao longo de seções específicas. Todavia, de modo comum aos dois estudos realizados, é possível destacar a utilização de métodos estatísticos aplicados a dados textuais, apresentando brevemente o método Reinert, um procedimento baseado na Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Esse último foi utilizado em ambas operações de pesquisa no sentido de viabilizar a identificação de campos léxicos estruturantes dos diferentes conjuntos de dados e de auxiliar a interpretação dos seus conteúdos a partir de temas e categorias de análise.

Nesta tese, os procedimentos de análise lexical foram desenvolvidos com o auxílio do software Iramuteq - *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de*

Questionnaires (CAMARGO; JUSTO, 2013; LOUBÈRE; RATINAUD, 2014; RATINAUD, 2014). O Iramuteq é um software gratuito de análise estatística de textos e questionários, desenvolvido por Pierre Ratinaud (2014) no *Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales* (LERASS). Essa ferramenta funciona como uma interface de organização e preparação de dados textuais – que são propriamente analisados no ambiente estatístico R¹¹ – e, posteriormente, têm os seus resultados apresentados no próprio Iramuteq. Criado inicialmente em língua francesa, o software começou, em 2011, a ser adaptado para o português (CAMARGO; JUSTO, 2013), oferecendo, atualmente, suporte para o tratamento e análise de dados nessa língua.

O Iramuteq permite a realização de diferentes procedimentos de análise lexical aplicada a *corpus* textuais, tais como: a exploração do material por estatísticas clássicas (ex. frequências de palavras e registro de hápax); análise de especificidades de ocorrências linguísticas em função de marcadores ou variáveis independentes associadas aos textos; análise de similitude baseada em tabelas de contingência de formas linguísticas conforme a sua identificação nos textos que compõem o *corpus*; nuvem de palavras construída a partir da frequência absoluta de ocorrências no conjunto de dados; e o chamado método Reinert, ancorado no procedimento de Classificação Hierárquica Descendente (LOUBÈRE; RATINAUD, 2014), que, conforme indicado, destaca-se nesta tese pela sua utilização nas duas operações de pesquisa.

O método Reinert é assim nomeado em referência aos procedimentos descritos pelo desenvolvedor homônimo do software Alceste – *Analyse des Lexèmes Cooccurrents dans les Énoncés Simplifiés d'un Texte* (REINERT, 2000, 2001), cuja lógica operativa é reproduzida no Iramuteq. Guardadas as diferenças opcionais de manipulação e apresentação dos dados, o método Reinert do Iramuteq funciona com base na mesma lógica do Alceste, sendo esse último largamente utilizado em pesquisas sobre representações sociais pela sua pertinência na abordagem de conteúdos linguísticos (KALAMPALIKIS, 2003). Por sua vez, ainda que o Iramuteq seja gratuito e ofereça uma gama maior de ferramentas estatísticas para análises lexicográficas em relação ao Alceste, o seu uso ainda não é tão popular. Apesar disso, recentemente, algumas pesquisas realizadas no Brasil têm começado a incorporar o uso da ferramenta em seus procedimentos de análise de representações sociais através do método baseado na CHD (Ver. CASTRO et al., 2016; FERNANDES et al., 2014; SILVA; BOUSFIELD; CARDOSO, 2013; SILVA; BOUSFIELD, 2016; TRIGUEIRO et al., 2016).

¹¹ Disponível em: www.r-project.org

O tratamento realizado pelo Alceste e incorporado no Iramuteq pode ser descrito como um procedimento de análise multivariada de dados categóricos – as variáveis de caracterização e as formas linguísticas empregadas –, funcionando com base na coocorrência de palavras em segmentos de texto no sentido de circunscrever os vocabulários que são utilizados para falar sobre um objeto. Esse método, que foi originalmente concebido para auxiliar análises do discurso, tem sido utilizado como um instrumento que permite identificar “lugares comuns” de discurso, no sentido de que, a partir deles, os sujeitos comumente se posicionam no ato de enunciar (REINERT, 2000, 2001). Há, portanto, o pressuposto de que o uso de campos léxicos distintos, ou “mundos lexicais”, é capaz de identificar campos semânticos específicos (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006).

Do ponto de vista operacional, o método Reinert, conforme utilizado no Alceste, funciona através de quatro etapas (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006; OLIVEIRA et al., 2003). Na primeira delas, realiza-se uma leitura automática dos textos que calcula os dicionários a ser utilizados nas etapas ulteriores. Trata-se de uma etapa em que se realiza o procedimento de lematização, que consiste em uniformizar as formas linguísticas encontradas no *corpus*. Para tanto, os verbos são transformados ao infinitivo, os substantivos são colocados na forma singular e os adjetivos ao singular e masculino (LOUBÈRE; RATINAUD, 2014). Esse tratamento ocorre com base no dicionário acoplado, o que permite diferenciar as formas ativas, como os verbos, substantivos e adjetivos, das formas suplementares, como pronomes, artigos e advérbios. Conforme salientam Nascimento e Menandro (2006), essa diferenciação é fundamental, pois a maior parte dos procedimentos trabalha com as primeiras categorias linguísticas. Além disso, nessa primeira etapa decompõe-se cada texto – ou Unidade de Contexto Inicial (UCI) –, em segmentos de texto (ST) – ou Unidade de Contexto Elementar (UCE) –, considerando o duplo critério de pontuação e tamanho do trecho. No contexto da pesquisa, tal decomposição foi realizada apenas com as matérias de jornal, ao passo que cada conjunto de evocações livres – cerca de cinco palavras – foram consideradas como um segmento de texto.

Na segunda etapa, são construídas as matrizes de contingência, que comportam todas as UCE e seus respectivos vocabulários reduzidos. É nesta etapa que ocorre a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) propriamente dita, caracterizada como uma análise de *cluster* em que as UCE, após sucessivas divisões do material, são agrupadas em classes homogêneas, resultando em uma organização estável (OLIVEIRA et al., 2003). Em outras palavras, o software realiza uma primeira divisão no conjunto total de segmentos de texto com o objetivo de distribuí-los em duas classes, da maneira mais nítida possível, a partir do

contraste entre os vocabulários que utilizam. O procedimento é continuamente repetido nos agrupamentos resultantes até que não sejam produzidas novas classes estáveis (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006). Ao final dessa CHD, o Iramuteq realiza cálculos de qui-quadrado (doravante representado por χ^2) no sentido de verificar o grau de associação entre as formas linguísticas reduzidas (lematizadas) e as suas classes de pertença e, então, fornece um dendrograma como resultado, que representa graficamente as classes encontradas e suas ocorrências mais características.

A terceira etapa produz os descritivos dos perfis de cada classe, que incluem tanto formas ativas e suplementares características como variáveis de caracterização relacionadas às UCI, que são igualmente testadas através de cálculos de qui-quadrado. Nesses perfis, as ocorrências são acompanhadas dos seguintes indicadores: sua frequência na classe (número de segmentos de texto da classe em que a palavra é encontrada); frequência total (número de ST em que a forma aparece em todo o *corpus*); porcentagem (frequência na classe / frequência total) e qui-quadrado (χ^2), que, como dito, indica a força de ligação entre a ocorrência e a classe em questão. Ainda nessa fase, é realizada uma Análise Fatorial de Correspondência, que cruza formas reduzidas e variáveis com as classes resultantes (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006), apresentando, por fim, os resultados em um plano fatorial. Ressalta-se, entretanto, que esse tipo de análise não foi considerado na presente tese. Por fim, a quarta etapa é dedicada a cálculos complementares, como, por exemplo, a identificação dos segmentos de texto mais característicos de cada classe, o que torna possível – e mesmo fundamental – resgatar os contextos de enunciação em que são atualizados os vocabulários típicos das classes.

No campo das representações sociais as classes – campos lexicais ou contextos semânticos – resultantes desse tipo de procedimento têm sido interpretadas ora como indicadores de representações sociais, ou campos de imagens sobre um objeto, ora como aspectos constituintes de uma mesma representação (CAMARGO, 2005). Nesta tese, especificamente, as classes lexicais são entendidas como dimensões constituintes de um campo representacional, o mundo das drogas, funcionando como pontos de referência, de tomadas de posição simbólica (Ver. DOISE; CLÉMENCE; LORENZI-CIOLDI, 1992, p. 165), a partir dos quais operam as comunicações cotidianas. Conforme destacam Oliveira et al. (2003), as classes constituem indicadores pertinentes no âmbito dos estudos sobre representações sociais, uma vez que evidenciam o compartilhamento de discursos entre diferentes sujeitos a partir do tipo de linguagem empregada. Trata-se de poder identificar, através dos mundos lexicais, os universos de referência comuns que são operados na

linguagem das representações, permitindo considerar seus temas, conteúdos, ideias, conceitos e formas de interpretação (KALAMPALIKIS, 2003).

É importante enfatizar que o método Reinert é um procedimento baseado em operações estatísticas de tratamento automático dos dados que fornece resultados para posterior tratamento analítico e, portanto, não representam a análise em si. Por exemplo, o método facilita a organização tópica dos discursos encontrados sobre o objeto de pesquisa nos conjuntos de dados a partir da construção de diferentes classes lexicais, mas é somente através de uma análise dos conteúdos que é possível conferir sentido a essa organização. Nesse sentido, pode-se dizer que a análise lexical combina vantagens de enfoques quantitativos e qualitativos, mas distingue-se da análise de conteúdo clássica (Ver. BARDIN, 1977) pela inversão das etapas de interpretação, categorização e sistematização dos dados (JUSTO; CAMARGO, 2014). Se na análise de conteúdo o pesquisador interpreta e categoriza o material para posterior organização, a análise lexical parte de cálculos estatísticos – que possibilitam organizar o material – para, então, interpretá-los.

Além disso, se o critério de categorização da análise de conteúdo é semântico, o da análise lexical é pragmático, posto que se debruça sobre o uso do vocabulário no conjunto de textos (JUSTO; CAMARGO, 2014). É, portanto, com base no próprio uso da linguagem que esse tratamento funciona, ao mesmo tempo em que os seus resultados devem ser refletidos de forma inseparável à dimensão pragmática da produção discursiva sobre o objeto de pesquisa (KALAMPALIKIS; MOSCOVICI, 2005). Em que pese essas diferenças, a análise lexical baseada na CHD se aproxima da análise de conteúdo, tal como sistematizada Bardin (1977), uma vez que é orientada pelos mesmos princípios gerais, a saber: a construção de categorias baseada no princípio de exclusão mútua; a garantia de homogeneidade categorial e temática; e a valorização da objetividade na descrição dos resultados (OLIVEIRA et al., 2003). Apesar dessas observações e da utilidade desse tipo de método, não se pode, de modo algum, considerar que esse tipo de análise lexical substitui a análise de conteúdo clássica (KALAMPALIKIS, 2003).

6 AS DROGAS NOS JORNAIS

A apropriação de um objeto por meios de comunicação de massa, bem como outras formas de mídia, é um indicador importante da sua relevância social (SÁ, 1998). Além disso, os meios de comunicação de massa possuem um papel importante na “organização e construção das informações que permitem a emergência de teorias do senso comum a respeito dos diferentes objetos sociais” (SANTOS; ALÉSSIO; SILVA, 2009, p. 447). O interesse pela questão da comunicação de massa surgiu no âmbito da TRS desde a sua emergência com a publicação, em 1961, da obra seminal de Moscovici (2012a). Naquele contexto, o autor estava interessado em investigar como a psicanálise era apropriada por diferentes veículos da imprensa francesa, distinguindo, em sua análise, três sistemas de comunicação: difusão, propagação e propaganda (MOSCOVICI, 2012a).

A difusão dizia respeito a meios que tinham por função fazer circular um conhecimento comum da psicanálise sem, entretanto, se posicionar explicitamente diante do objeto, ainda que esse sistema possa influenciar algumas condutas particulares de forma incidente. Na difusão o receptor (o público) não constituía um grupo estruturado e a psicanálise era tratada com certo distanciamento, de modo que a pouca implicação da fonte com o objeto permitia conservar uma margem mais ampla de ajustamento do público. A propagação, por sua vez, contemplava jornais e revistas de orientação religiosa (católica) e, portanto, seu campo de ação era mais restrito e estruturado, sendo caracterizada por integrar um objeto (a psicanálise) ao quadro simbólico de referência existente. Nesse âmbito, suas comunicações buscavam assimilar o objeto a uma interpretação coerente com os sistemas simbólicos religiosos, dotando-o de significados que não possuía anteriormente, produzindo atitudes positivas sobre ele. Finalmente, a propaganda contemplava produções dos meios de comunicação comunistas, em que a psicanálise era interpretada como um instrumento ideológico de despolitização. Desse modo, a propaganda era entendida como o sistema que instrumentalizava um grupo específico diante de um objeto, ao mesmo tempo em que funcionava como sua expressão particular. Os três sistemas estariam relacionados, respectivamente aos processos de formação de opiniões, atitudes e estereótipos (JODELET, 2003; MOSCOVICI, 2012a).

De acordo com Camargo e Bousfield (2011), a relevância da tipologia dos sistemas de comunicação de Moscovici reside no modo como se compreende as interações midiáticas. Mais especificamente, a pesquisa sobre a apropriação da psicanálise por meios de

comunicação de massa marcou uma concepção teórica classificada como orgânica, isto é, que compreende os conteúdos midiáticos como produto de uma relação circular entre emissor e destinatário. No âmbito dos estudos sobre a difusão de representações em meios de comunicação de massa, adotar uma concepção teórica orgânica, circular e dialógica, significa considerar as produções midiáticas como formas de expressão imbuídas de interações grupais e relações de poder pertinentes a uma cultura, permitindo identificar conteúdos, ideias e práticas que já fazem parte da realidade (CAMARGO; BOUSFIELD, 2011).

Desse modo, a análise afasta-se de teorizações que concebem a comunicação de massa como simples instrumento de gestão da opinião pública. De acordo com Pernisa e Alves (2010), houve uma tendência a supervalorizar o papel do emissor em relação ao destinatário das comunicações, a massa, “um receptor sem forma definida, sem organização clara e que agiria muito mais por impulso do que por consciência de uma dada situação” (PERNISA; ALVES, 2010), obedecendo cegamente o que lhes fosse dito (MATTELART; MATTELART, 2012). De outro modo, o termo comunicação de massa é aqui empregado no sentido de ressaltar a potencialidade de veículos como os jornais em se alcançar um grande público, heterogêneo em suas formas de participação social e geograficamente disperso, que interage ativamente de diferentes maneiras com os conteúdos que lhes são apresentados.

Nessa direção, operar uma análise psicossocial da mídia no âmbito das representações sociais significa abordá-la como produto e produtora de interações comunicativas, atuando na visibilização de fenômenos de interesse coletivo, assim como na manutenção e legitimação de comportamentos e normas sociais. Esses e outros argumentos têm orientado as pesquisas na área, que têm progressivamente ganhado relevância dentre os estudos brasileiros com a TRS (SIMONEAU; OLIVEIRA, 2014). Especificamente no campo das drogas, as pesquisas sobre representações sociais têm abordado, sobretudo, a construção do crack na imprensa (ESPÍNDULA et al., 2015; RODRIGUES; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015; SANTOS; ACIOLI NETO; SOUSA, 2012), mas também incluem outros objetos como o tráfico de drogas em matérias de revista (OLIVEIRA et al., 2015) e o próprio fenômeno das drogas foi analisado em matérias de um jornal de circulação local (SOUZA; OLIVEIRA, 2008).

O presente estudo, por sua vez, teve o objetivo de identificar e discutir os principais temas sobre o campo das drogas psicoativas que são operados em meios de comunicação de massa. Buscou-se, de modo específico: (1) identificar e analisar os significados associados à “droga” e suas formas de objetivação; (2) identificar e discutir os principais contextos simbólicos de ancoragem dos fenômenos relacionados ao uso de drogas; (3) e, por fim,

analisar os sistemas simbólicos de oposição que estruturam o campo e são atualizados nessas comunicações.

Para tanto, a pesquisa analisou as matérias de um jornal de ampla circulação – a Folha de S. Paulo –, publicadas em meio digital, durante um período de cinco anos (2010-2014). A Folha foi fundada em 1921 e assumiu diferentes propostas comunicativas e nomenclaturas ao longo do tempo. Em 1960 a direção do jornal unificou todas as suas edições sob o nome de Folha de S. Paulo que, a partir de 1994, passou a expandir seu campo de atuação para a internet. Apesar disso, por muito tempo os conteúdos produzidos nas plataformas *online* e impressa tiveram poucas semelhanças (PINTO, 2012). Entretanto, a partir de 2010 a versão do jornal para internet passou a ser produzida integralmente pela mesma equipe do veículo impresso, o que permitiu equiparar os conteúdos das duas versões.

Ainda que outros jornais possam diferir discursivamente na maneira de tratar os temas e acontecimentos que veiculam, a pertinência na utilização da Folha como fonte de dados não é diminuída, uma vez que as suas características comunicativas – pluralidade de pauta e alcance massivo no contexto brasileiro – permitem abordá-la como um veículo de difusão de representações sociais. Conforme salientado, os sistemas de comunicação classificados como difusão (MOSCOVICI, 2012a) desempenham um importante papel na criação de um corpo de conhecimento social comum de acordo com a inferência das expectativas de um público que não é estruturado (DOISE, 2011). Portanto, o delineamento não pretende inferir que as pessoas pensam e se comunicam exatamente de acordo com veículo analisado, mas, de modo distinto, permite identificar os principais temas, objetos, acontecimentos e formas de pensar que normalizam o campo das drogas na difusa esfera do interesse público.

Realizadas essas considerações, é possível apresentar mais detalhadamente o material investigado e os procedimentos metodológicos utilizados nesta operação de pesquisa. Em seguida, os resultados serão apresentados e discutidos a partir da seguinte estrutura: contextualização dos resultados em função da seção de publicação e tipo de droga focalizada; análise temática das matérias de jornal a partir da identificação de classes lexicais; identificação de especificidades linguísticas relacionadas à “droga” e diferentes substâncias; e, por fim, considerações a respeito de sistemas simbólicos de oposição encontrados no material.

6.1 Material e método

6.1.1 Fontes

Foram analisadas 4516 matérias de jornal sobre drogas psicoativas, veiculadas pela Folha de S. Paulo (em sua versão para internet), publicadas entre 2010 e 2014, totalizando cinco anos. Esse meio de comunicação foi escolhido como fonte de informação tanto pela sua amplitude comunicativa – um jornal de circulação nacional que pretende realizar a cobertura de notícias de/para todo o Brasil – quanto pelas suas características como um sistema comunicativo de difusão representações sociais. Por sua vez, o intervalo temporal considerado (2010-2014) foi delimitado com o objetivo de reunir material suficientemente relevante sobre o tema nos últimos anos, mas também é estratégico por dois motivos. Em primeiro lugar, tal como observado, é a partir de 2010 que os conteúdos veiculados pela internet são equiparados aos conteúdos produzidos para o jornal impresso (PINTO, 2012), de maneira que as matérias *online* incorporam tanto elementos do jornalismo impresso – o tratamento linguístico empregado e a função social de difundir informações sobre temas e acontecimentos culturalmente salientes – como características do chamado jornalismo *online*. Sobre esse último, destacam-se a rapidez da divulgação dos conteúdos, a integração com recursos audiovisuais¹² e a tendência a relacionar e articular cada matéria a outras notícias (PERNISA; ALVES, 2010), conectando os temas presentes em diferentes textos.

Assim, o período favorece a abordagem de conteúdos homogêneos em suas condições técnicas de produção e, ao mesmo tempo, com grande potencial de alcance comunicativo. A respeito desse alcance, de acordo com Pinto (2012), citando dados de 2011, a versão da Folha de S. Paulo para internet tem cerca de cinco milhões de acessos por dia. Além disso, essa forma de jornalismo tem forte penetração nas novas tecnologias de comunicação e mídias sociais, o que possibilita que os leitores eventualmente compartilhem matérias com seus contatos pessoais. No *Facebook*, por exemplo, a página da Folha conta com cerca de 5,8 milhões de “curtidas”¹³.

¹² A pesquisa restringiu-se ao material textual, não analisando, portanto, elementos como fotos e vídeos.

¹³ No *Facebook*, uma rede social de grande popularidade no Brasil, o usuário pode marcar páginas de interesse a partir da opção “curtir”. Essa opção permite que as pessoas acompanhem as publicações de determinada página em seu espaço pessoal. A Folha de S. Paulo utiliza essa tecnologia para publicar e divulgar as matérias do jornal que estão publicadas na internet. Disponível em: www.facebook.com/folhadesp Acesso em: 16/01/2016.

Em segundo lugar, o período abordado contempla alguns acontecimentos históricos que, em tese, podem ter afetado a organização do campo das drogas. Em 2013, por exemplo, o governo do Uruguai decidiu pela regulamentação do consumo, produção e comercialização da maconha, sendo esse o primeiro país do mundo a regulamentar a droga. Nos Estados Unidos, por sua vez, o uso da cannabis já era permitido para fins medicinais em diversos estados, mas, desde 2012, surgiram propostas de regulamentação também do uso recreativo. Decorrente dessas iniciativas, os estados de Washington e Colorado (EUA) autorizaram a regulamentação da maconha também para fins recreativos. No Brasil, em 2014, o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) protocolou um projeto de lei (nº 7270/2014) propondo a regulamentação da produção e comercialização da maconha para uso recreativo, médico e industrial, além de outras duas propostas similares que também não foram votadas: um projeto de lei (nº 7187/2014), submetido pelo deputado Eurico Junior (PV-RJ), e um projeto de iniciativa popular que, atualmente, tem o senador Cristovam Buarque (PPS) como relator.

Claro está que esses acontecimentos dizem respeito a uma droga específica, mas, diante da compreensão do “mundo das drogas” como um sistema, as mudanças sociais e simbólicas com relação a uma substância podem ter efeitos distribuídos no campo. No que diz respeito às fronteiras simbólicas entre as drogas lícitas e ilícitas, a maconha ocupa uma posição peculiar entre essas categorias, ao mesmo tempo em que os seus sentidos associados são renegociados (DANY, 2006). Além disso, em pesquisa anterior (SOUSA, 2013), foram analisadas discussões sobre a cannabis em fóruns da internet e, dentre os resultados, identificou-se que os participantes frequentemente faziam referência a outras drogas, tanto lícitas como ilícitas. No contexto analisado, essas comparações tinham a finalidade de ora relativizar a periculosidade da maconha e questionar o proibicionismo, ora de justificar a sua classificação como droga ilícita – e, portanto, para os sujeitos, necessariamente danosa. Desse modo, as transformações dos últimos anos assinalam uma possível renegociação simbólica do campo das substâncias psicoativas a partir do debate sobre a maconha.

6.1.2 Procedimentos de coleta

As matérias foram coletadas em formato de texto, a partir de recursos de busca refinada no portal da Folha de S. Paulo. Com o propósito de constituir um *corpus* de análise relativamente homogêneo, a coleta de dados ocorreu com base em duas etapas. Em primeiro lugar, foram pré-selecionadas todas as matérias do período que continham ao menos um dos seguintes descritores no texto: droga(s), substância(s) psicoativa(s), psicoativo(s),

entorpecente(s), narcótico(s), alucinógeno(s). Os termos buscados, apesar de não equivalentes conceitualmente, são utilizados em discursos cotidianos como sinônimos de drogas psicoativas. Após esse procedimento foram identificadas 16.555 matérias no período. Em segundo lugar, foram excluídas da coleta as matérias que, apesar da presença de um dos termos no corpo textual, não possuíam o tema central relacionado às drogas psicoativas ou fenômenos atrelados. Para tal distinção, foram incluídas todas as matérias que faziam referência direta ou indireta ao universo simbólico das drogas psicoativas ou de determinada substância específica. Nota-se que esse tratamento pode ser entendido como uma das etapas relacionadas à análise de conteúdo (BARDIN, 1977), a saber, a pré-análise. Como parte dessa etapa, o material que compõe o *corpus* é escolhido com base na pertinência e homogeneidade. Isso significa que devem ser selecionadas as comunicações que sejam pertinentes aos objetivos e hipóteses da pesquisa e que sejam homogêneos entre si, isto é, que se refiram a um tema comum com a finalidade de se evitar uma dispersão dos conteúdos.

Nesse sentido, cada manchete foi analisada individualmente, conforme o fluxograma de seleção (Apêndice A), para evitar que se incluísse ou excluísse alguma matéria apenas pela presença ou ausência de um termo previamente estipulado. Por exemplo, ainda que as palavras “tráfico” e “internação” estejam frequentemente associadas às drogas psicoativas, foram excluídas as matérias cujo tema era o tráfico de armas ou a internação decorrente de outros problemas de saúde. Um segundo exemplo a ser dado é a própria palavra “droga”, que frequentemente é associada às substâncias psicoativas e, no entanto, também é utilizada para falar sobre medicamentos sem propriedades psicotrópicas. Ao final dessa segunda etapa foram selecionadas 4516 matérias, que constituíram o *corpus* final para análise. O detalhamento por ano do número de matérias selecionadas nas duas etapas pode ser observado a seguir:

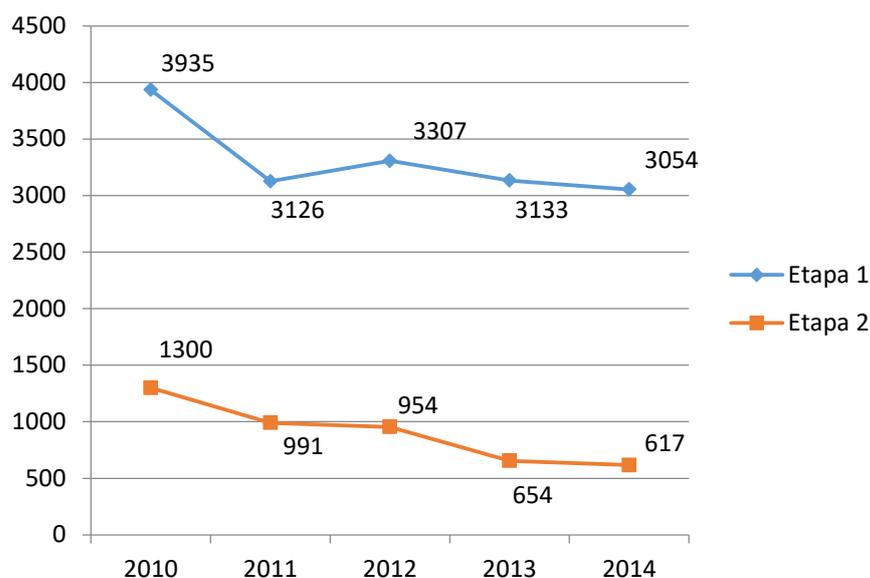


Gráfico 1 – distribuição, por ano, do número de matérias selecionadas em duas etapas de coleta

É possível observar que houve uma queda, ainda que gradual, do volume de matérias selecionadas na segunda etapa da coleta. Apesar disso, ressalta-se que a realização desta última não ocorreu de maneira linear e sequencial, o que poderia indicar um viés de seleção por parte do pesquisador. Em outras palavras, iniciou-se o procedimento com as matérias de 2010 e, em seguida, com aquelas dos anos de 2014, 2011, 2013 e 2012, respectivamente. Assim, o fenômeno pode ser mais bem explicado a partir de dois argumentos: houve também uma queda no número de matérias encontrado entre o início e o fim da primeira etapa, o que reflete também na segunda; em seguida, os critérios de seleção e exclusão privilegiaram o acesso a um universo de publicações que têm fenômenos relacionados às drogas psicoativas como tema central.

Sobre o segundo argumento, a diminuição numérica encontrada na segunda etapa pode indicar mudanças graduais na construção da notícia jornalística sobre o tema. Essas potenciais mudanças poderiam atuar na produção de textos que fogem aos critérios de inclusão – por exemplo, as matérias podem tratar de uma substância psicoativa específica sem que necessariamente ela seja vinculada a algum objeto categorizado como droga ou ela mesma seja rotulada como uma droga, ou, ainda, podem-se identificar matérias que, apesar de atingir ocasionalmente o tema, esse não ocupe um lugar central na notícia como um todo. Dito isso, não é possível afirmar que houve, a rigor, uma diminuição do número de publicações sobre

drogas no período, mas o fato permite contextualizar as condições de produção dos próprios dados da pesquisa em relação a seus objetivos.

6.1.3 Procedimentos de análise

O *corpus* analisado, constituído por 4516 matérias de jornal, foi submetido a dois procedimentos de análise lexical auxiliados pelo software Iramuteq, a saber, o método Reinert, baseado na CHD, e a análise de especificidades linguísticas associadas ao tipo de droga focalizado por cada matéria. Conforme apresentado anteriormente, a CHD é o processo em que são identificadas formas linguísticas coocorrentes em segmentos de texto no sentido de reconstituir classes distintas de campos léxicos que, por sua vez, relacionam-se com formas específicas de pensar sobre um dado objeto (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006). Nesse procedimento é possível incluir variáveis independentes que funcionam como marcadores em cada matéria com o objetivo de verificar a relação entre essas e as classes resultantes, de modo similar ao que se faz com as formas características de cada conjunto léxico.

Assim como realizado no caso das ocorrências típicas, as relações entre marcadores e classes lexicais foram mensuradas através de testes de qui-quadrado, cujos índices foram, desta vez, representados por “var. χ^2 ”, no intuito de diferenciar as medidas das modalidades de uma variável independente categórica das medidas relacionadas a uma forma linguística de mesmo nome. A título de exemplo, o termo “maconha” pode ser associado a determinada classe, o que seria indicado por um alto valor de qui-quadrado (χ^2), enquanto a modalidade relacionada às matérias sobre a maconha podem não estar associadas ao mesmo campo léxico, o que seria evidenciado por um baixo valor de qui-quadrado correspondente à variável (var. χ^2). No presente estudo, foram incluídas em cada matéria três variáveis: o ano de publicação; a seção do jornal em que o texto foi publicado; e a referência direta ou indireta, no título da matéria, a alguma droga específica. Ressalta-se que para essa última variável a classificação privilegiou as categorias linguísticas empregadas na manchete. Por exemplo, considerou-se maconha e haxixe drogas diferentes, embora se saiba que ambas poderiam ser classificadas como cannabis.

Os conjuntos de segmentos de texto agrupados em classes lexicais, bem como as suas formas linguísticas características, constituíram o material bruto para a realização de interpretações fundamentadas em análises temáticas de conteúdo (BARDIN, 1977; OLIVEIRA, 2008). Para tanto, realizou-se uma leitura sistemática dos segmentos de texto mais característicos de cada classe lexical, com a finalidade de identificar suas regularidades

temáticas constituintes. Optou-se por realizar tal procedimento com 10% do número total de segmentos de texto de cada classe, restringindo-se, com isso, àqueles que podem ser considerados os mais característicos de cada campo léxico. Como critério de seleção, a referida amostra considerou os segmentos de texto com maior valor de qui-quadrado absoluto, que representa a soma dos valores individuais das formas características da classe que estiveram presentes em dado enunciado.

O procedimento realizado guarda relação com as técnicas de análise de conteúdo uma vez que permite a realização de inferências sobre as condições de produção de determinadas comunicações e seus possíveis efeitos em dada realidade, indo, portanto, ao encontro do que Bardin (1977) explicita como característica comum a tais técnicas. A principal diferença, conforme já mencionado, é que na análise lexical o procedimento de interpretação do material é realizado após a construção e organização das categorias empíricas, ao passo que a análise de conteúdo constrói as suas categorias de modo concomitante ao processo de interpretação. Em síntese, as classes lexicais constituíram categorias empíricas, agrupadas automaticamente em função do tipo de vocabulário utilizado, que foram interpretadas e nomeadas com base na análise de segmentos de texto característicos, com vistas a evidenciar temas, ou núcleos de sentido, constitutivos dessas comunicações. Os resultados desse procedimento de análise serão apresentados e discutidos com base na apresentação do dendrograma resultante da CHD e dos perfis de cada classe, mas também farão referência, sempre que necessário, a outros dados disponibilizados pelo software ao final do tratamento dos dados, como segmentos de texto característicos, ausências significativas de determinadas formas linguísticas e variáveis relacionadas a cada classe.

Quanto à análise das especificidades linguísticas associadas ao tipo de droga focalizado por cada matéria, o procedimento permitiu identificar ocorrências caracteristicamente associadas a diferentes classificações de substâncias, evidenciando a inscrição dos objetos em temas particulares. O teste de especificidades foi realizado com o auxílio do Iramuteq a partir de uma matriz de contingência que cruzou as ocorrências reduzidas e as modalidades da variável relativa ao tipo de droga. A partir dessa matriz, realizou-se testes de qui-quadrado com a finalidade de identificar a associação entre as formas linguísticas utilizadas e os principais tipos de drogas abordados nas matérias de jornal. Por fim, os resultados desse procedimento foram interpretados e discutidos a partir dos vocabulários tipicamente associados a cada modalidade da variável.

6.2 Contextualização dos resultados

Conforme apresentado anteriormente, foram analisadas 4516 matérias sobre drogas, veiculadas na internet pela Folha de S. Paulo, no período compreendido entre 01/01/2010 e 31/12/2014, perfazendo cinco anos. Do total, a grande maioria das matérias (76,9%) foi publicada nas seções Cotidiano (57,4%) e Mundo (19,4%). A seção Cotidiano da Folha é destinada à cobertura de fatos do dia a dia e das principais notícias das capitais brasileiras, sendo, portanto, um caderno generalista. A seção Mundo, ao seu turno, tem as mesmas características, no entanto é voltada ao cenário internacional, cobrindo diferentes temas pautados como relevantes nos contextos de outros países. Esses dois cadernos constituem, no presente contexto, dinâmicas de visibilização de acontecimentos e processos “internos” e “externos” ao país no campo das drogas durante o período.

Em seguida, as seções do jornal que mais contribuíram para a formação do *corpus* foram Ilustrada (5,8%), sobre arte, cultura, cinema, moda e música; Equilíbrio e Saúde (4,2%), que publica matérias gerais do campo da saúde; F5 (4%), voltada ao mundo das celebridades e entretenimento; Opinião (2,9%), que reúne editoriais, colunas de autoria definida, especiais opinativos e textos produzidos por especialistas; Política (1,8%), que produz conteúdo sobre governo, poder, política e eleições; TV Folha (1,2%), seção multimídia que divulga notícias e entrevistas em vídeo; e Esporte (1,1%), responsável por cobrir a agenda esportiva do jornal. De modo menos expressivo – representando, cada uma, menos de um por cento do material – encontram-se as seções Ciência, Tecnologia, Economia, Turismo, Ilustríssima e Educação.

Com a finalidade de explorar possíveis associações entre o número de matérias publicadas em cada seção e período temporal, foram realizados testes de χ^2 a partir das frequências observadas em seções que representaram pelo menos um por cento do material. O resultado dessa operação e a distribuição detalhada de publicações coletadas por seção e ano podem ser observados a seguir:

	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Cotidiano	737	598	609	370	281**	2595
Mundo	336**	147	157	103	137	880
Ilustrada	89	73	46	28	26	262
Equilíbrio e Saúde	51	72**	20	16	33	192
F5	0**	37	55	45*	46**	183
Opinião	16*	12	23	40**	43**	134
Política	17	17	8	27**	13	82

TV Folha	12	16	14	5	6	53
Esporte	25	9	6	8	4	52
Ciência	8	4	3	3	3	21
Tecnologia	6	0	2	5	4	17
Economia	1	1	2	0	12	16
Turismo	0	3	5	2	6	16
Ilustríssima	1	1	3	2	3	10
Educação	1	1	1	0	0	3
TOTAL	1300	991	954	654	617	4516

Tabela 1 – Distribuição do número de matérias por seção e ano de publicação.

* $p < 0,05$ ** $< 0,01$ (Anexo A)

Como se pode observar, o número de matérias publicadas em seções específicas variou significativamente em determinados períodos. Essas variações podem ser interpretadas e discutidas como produto das dinâmicas editoriais e comunicativas do veículo abordado e, ao mesmo tempo, como indício de processos de construção de representações sociais. Os primeiros aspectos dizem respeito ao tratamento técnico-estético (MORIGI, 2004) empregado pelo meio de comunicação no processo de midiaticização da realidade social. Nesse sentido, mudanças editoriais ou de estrutura comunicativa podem repercutir diretamente na veiculação de determinados conteúdos.

Por exemplo, dentre as variações identificadas, houve um aumento significativo do número de matérias publicadas nas seções F5 e Opinião em 2013 e 2014. Além disso, em 2010 a seção Opinião apresentou menos matérias do que o esperado sobre o tema. Nota-se que em 2010 ainda não existia o caderno F5 e, por essa razão, a ausência de matérias foi também significativa. Ainda assim, a partir de 2011 é possível perceber um aumento gradual de publicações de acordo com os critérios de seleção utilizados. Esse aumento pode ser, em tese, interpretado tanto por se tratar de um novo caderno, justificando a sua adaptação quantitativa, quanto por uma progressiva abertura do tratamento das drogas a partir de temas do entretenimento. Ao seu turno, o aumento proporcional do número de matérias no caderno Opinião pode refletir mudanças editoriais e, ao mesmo tempo, sinalizar o aquecimento do debate sobre as drogas no Brasil, visto que essa seção configura um espaço de posicionamento autoral da parte de colunistas e especialistas – profissionais do direito, medicina, política, entre outros.

O segundo aspecto citado na abordagem às variações encontradas diz respeito a determinadas condições que favorecem a construção de representações sociais, isto é, a dispersão de informações, a focalização e a pressão à inferência (MOSCOVICI, 2012a;

SANTOS, 2005). Nesse sentido, diante da defasagem e dispersão de informações relativas a um objeto, os meios de comunicação de massa contribuem para a organização, institucionalização e circulação de determinados discursos, como sugerem Santos, Aléssio e Silva (2009). Essa seleção de informações, temas e discursos sobre dado objeto não ocorre de modo fortuito, mas sim de maneira relacionada às dinâmicas psicossociais presentes em dado contexto.

Nesse sentido, os meios de comunicação de massa são atuantes no processo de focalização na medida em que, com base em expectativas do seu público consumidor, conferem atenção variável a determinadas dimensões e aspectos dos fenômenos sociais. Além disso, suas produções discursivas são também resultantes da pressão à inferência, dado que, diante de determinados acontecimentos – aqueles pertinentes ao campo e investidos de interesse coletivo –, os jornais são conduzidos a produzir discursos que respondam às exigências de inteligibilidade dos fatos. Isso significa que as variações de interesse sobre “as drogas” ou substâncias específicas, bem como a inscrição do fenômeno em determinadas seções são aspectos diretamente relacionados àquilo que acontece concretamente na realidade social. Trata-se de compreender a realidade simbólica e subjetiva como uma ordem inseparável da realidade objetiva, das interações e acontecimentos sociais, conforme propõem Kalampalikis e Apostolidis (2016).

Por exemplo, observa-se que o número significativamente maior de publicações na seção mundo em 2010 pode ser explicado, em parte, pela atenção dada ao tráfico de drogas no México, contexto esse marcado no referido ano por mortes e prisões de líderes de cartéis, assim como pela intensidade dos conflitos entre forças militares e narcotraficantes. De modo similar, o aumento significativo de matérias da seção Saúde em 2011 parece estar relacionado à atenção conferida a pesquisas sobre riscos de medicamentos utilizados no tratamento da dependência de tabaco, assim como ao estabelecimento de novas restrições por parte da Anvisa na utilização de anorexígenos derivados de anfetaminas. Em 2013, por sua vez, houve um aumento significativo de matérias publicadas na seção Política. No referido ano, o jornal produziu um grande número de matérias sobre a apreensão de cerca de 450kg de cocaína em um helicóptero pertencente a uma empresa do então deputado estadual de Minas Gerais, Gustavo Perrella, filho do então senador Zezé Perrella. O caso teve grande repercussão pública e ganhou destaque em diferentes jornais.

Com relação ao tipo de droga especificada¹⁴ (ou ausente) nas manchetes, a maioria dos dados em todo período se concentrou nas categorias Não especificado (48,9%), Maconha (19,8%), Cocaína (10,8%) e Crack (9,3%). Do restante, as categorias mais expressivas no *corpus* – com pelo menos 1% do total – foram Álcool (3,7%), Múltiplas substâncias (1,5%) e Tabaco/Nicotina (1%). De modo menos expressivo, outras drogas e categorias presentes nos títulos são Ecstasy, Psicotrópicos/Medicamentos Psiquiátricos, Heroína, Óxi, Alucinógenos, LSD, Drogas Sintéticas, Ópio, Sibutramina, Haxixe, Metanfetamina, Anfetaminas, Cafeína, Ayahuasca e Lança-perfume. É importante confrontar esses resultados com duas outras pesquisas que se propuseram a analisar o campo das drogas em meios de comunicação de massa no Brasil (NOTO et al., 2003; RONZANI et al., 2009).

Noto et al. (2003) analisaram 502 textos publicados em diferentes jornais e revistas no ano de 1998 sobre drogas na área da saúde. Nesse estudo, além dos artigos que não destacavam nenhum psicoativo específico (34,9%), o tabaco foi o objeto mais frequente (18,1%), seguido de derivados da coca (9,2%), maconha (9,2%), álcool (8,6%), entre outros. Importa evidenciar que algumas substâncias, embora sejam utilizadas com frequência pela população, não foram muito representadas nas manchetes, como é o caso dos ansiolíticos (0,8%) e solventes (0,2%). Em pesquisa similar, Ronzani et al. (2009) analisaram publicações sobre o tema em uma revista de grande circulação, destinada a um público geral, no período de 1999 e 2003. Foram analisadas 481 matérias sobre substâncias psicoativas, dentre as quais as mais frequentemente representadas foram cigarro (21,2%), cocaína (20,8%), maconha (15,2%), álcool (15,2%), heroína (6%) e crack (5,4%). Observa-se que os resultados de ambas são semelhantes no que se refere às quatro substâncias mais representadas – a saber, cigarro, cocaína, maconha e álcool –, ao passo que a presente pesquisa identificou a maconha, cocaína, crack e álcool como as drogas mais citadas no título.

Diante disso, é necessário considerar alguns pontos. Em primeiro lugar, reitera-se que o estudo realizado por Noto et al. (2003) analisou um conjunto de dados sobre drogas de modo circunscrito ao horizonte da saúde. Por isso, conforme indicam os autores, o material não contemplou apreensões de drogas, violência e prisões relacionadas ao tráfico de drogas, temas esses particularmente associados a drogas como maconha, cocaína e crack na mídia de massa (NOTO et al., 2003). Ao seu turno, ainda que a pesquisa de Ronzani et al. (2009) não tenha se restringido ao campo da saúde, é preciso considerar o modo como foi realizada a

¹⁴ A categorização preservou a nomenclatura empregada nos próprios enunciados. Por essa razão, é possível observar a presença de objetos que, apesar de compartilharem características farmacológicas – como é o caso de cocaína e crack, assim como de maconha e haxixe –, são reconhecidos socialmente como drogas diferentes.

coleta de dados para responder a distintos objetivos. A pesquisa realizada por Ronzani et al. (2009) utilizou os nomes das próprias substâncias psicoativas como palavras-chave, incluindo, por fim, o termo droga. No presente estudo, por sua vez, os descritores – droga(s), substância(s) psicoativa(s), psicoativo(s), entorpecente(s), narcótico(s) e alucinógeno(s) – visavam justamente abordar o campo das “drogas”, como objeto social, e identificar quais substâncias específicas aí se inseriam. Nesse sentido, as diferenças encontradas nos resultados desta e daquela pesquisa não podem ser entendidas como uma contradição *a priori*, pois não comungam do mesmo procedimento de coleta.

De outro modo, a divergência entre esses resultados pode ser interpretada como indício de que há uma maior expressão de conteúdos relativos a substâncias ilícitas – em relação àquelas que são regulamentadas – quando se busca sobre o campo das drogas de maneira geral do que quando a busca é realizada a partir de substâncias específicas – que, por sua vez, nem sempre são vinculadas no uso da linguagem ao campo das drogas. No entanto, a demonstração dessa hipótese demandaria um delineamento comparativo sistemático que, apesar de pertinente, não fez parte desta tese. De todo modo, as diferenças encontradas sinalizam a coexistência de diferentes modos de representar a droga e de organizar e classificar o seu campo simbólico em relação às substâncias. Dito de outra forma, as especificidades metodológicas e resultados citados indicam que a expressão de conteúdos sobre drogas em meios de comunicação de massa é marcada tanto pelo contexto temático considerado – conforme o exemplo da saúde (NOTO et al., 2003) –, como pelo próprio uso da linguagem, dado que a classificação de uma substância como “droga” é socialmente realizada e, portanto, não se encerra nas suas propriedades farmacológicas.

De modo similar ao procedimento realizado na discussão sobre a seção de publicação, foram realizados testes de χ^2 a partir das frequências observadas em cada categoria que representou pelo menos um por cento do material. Conforme é possível inferir na discussão, as variações significativas encontradas podem ser refletidas de modo relacionado a determinados acontecimentos e dinâmicas sociais que motivaram tais comunicações. O resultado dessa operação e a distribuição detalhada de publicações coletadas por tipo de droga e ano podem ser observados a seguir:

	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Não especificado ou não se aplica	714	487	421	330	256	2208
Maconha	246	171	200	108	168**	893
Cocaína	165	131	101	54	36**	487
Crack	69**	64	134**	68	83*	418

Álcool		32	39	37	37	22	167
Múltiplas drogas		17	15	14	7	13	66
Tabaco / Nicotina		3	22*	6	6	10	47
Ecstasy		6	8	17	10	2	43
Psicotrópicos psiquiátricos	/ medicamentos	7	15	5	5	2	34
Heroína		14	6	1	5	4	30
Oxi		0	15	0	0	0	15
Alucinógenos		5	1	1	0	6	13
LSD		3	1	2	3	4	13
Sintéticos		0	4	2	4	3	13
Ópio		6	1	2	1	1	11
Sibutramina		6	3	0	2	0	11
Haxixe		3	2	3	0	2	10
Metanfetamina		3	0	1	5	1	10
Anfetaminas		1	2	3	1	1	8
Cafeína		0	1	1	5	1	8
Ayahuasca		0	3	0	2	2	7
Lança-perfume		0	0	3	1	0	4
TOTAL		1300	991	954	654	617	4516

Tabela 2 - Distribuição do número de matérias por tipo de droga e ano de publicação
*p<0,05 **<0,01 (Anexo B)

Destaca-se, de antemão, um caso peculiar nessa distribuição. Apesar de não representar nem um por cento do material, é notável o fato de haver 15 matérias sobre o óxi em 2011 e nenhuma durante os outros anos. De acordo com Melo et al. (2011), os meios de comunicação passaram a divulgar no início de 2011 o aparecimento de uma “nova droga”, chamada de óxi, que seria semelhante ao crack, mas que seria mais letal e incluiria em sua composição materiais como cal, gasolina e querosene. O tratamento midiático sobre essa suposta nova droga enfatizava que ela estaria se popularizando rapidamente e seria capaz de produzir ainda mais danos do que outras formas de apresentação da cocaína – como o crack, pasta base e a “merla”. No entanto, estudos de análise química foram realizados com diferentes amostras (MELO et al., 2011; SILVA JUNIOR et al., 2012) e concluíram que a droga, tratada por óxi, não diferia das formas de apresentação clássicas da cocaína, em especial o crack e a pasta base. Além disso, segundo Melo et al. (2011), não foram encontradas nas amostras quantidades significativas de cal, gasolina ou querosene.

Provavelmente por conta da repercussão desses novos¹⁵ estudos o jornal não publicou mais reportagens sobre o “óxi” como uma droga específica.

Dito isso, é importante chamar atenção para os processos simbólicos que subjazem a veiculação desse tipo de notícia. Nomeado de forma distinta, classificado como uma “nova droga mais danosa do que o crack”, o óxi passa a constituir um novo objeto de periculosidade, um instrumento e efeito de produção do pânico moral que circunda o campo das drogas. Aqui, portanto, tanto a “droga” como o crack oferecem possibilidades de sentido que se articulam na ancoragem de um “novo” objeto de interesse público. O processo de ancoragem, entendido como classificação linguística e inserção do objeto em um sistema de pensamento preexistente (MOSCOVICI, 2009), é caracterizado, nesse caso, não só pela conformação do óxi no “mundo das drogas”, mas também pelo sentido de novidade e periculosidade que o acompanha.

Em uma cultura que constrói publicamente o crack como **a** droga destruidora (NERY FILHO et al., 2013), o surgimento de um objeto novo, não familiar, similar ao crack e ainda mais perigoso, pode ter efeitos simbólicos e afetivos de degeneração social e aumento da insegurança pública. Por essa razão, Pires (2011) considerou a repercussão envolvida nas comunicações sobre o óxi um produto de “oportunismo midiático” (PIRES, 2011, p. 7), pois o tom alarmista não serviria senão para abalar uma sociedade já fragilizada com o problema das drogas. Por fim, cumpre ressaltar que essas observações não têm o intuito de menosprezar os danos individuais e sociais das diferentes formas de apresentação da cocaína, mas de ilustrar como o tratamento simbólico dado a uma mesma substância psicoativa pode variar em função da classificação linguística.

Dito isso, cumpre considerar brevemente os resultados significativos relacionados ao tabaco/nicotina, maconha e crack. Em primeiro lugar, o fato de haver uma maior concentração de matérias sobre tabaco/nicotina em 2011 possivelmente encontra explicação na hipótese apresentada anteriormente, a saber, a divulgação nesse ano de pesquisas sobre medicamentos utilizados no tratamento do tabagismo. Nesse sentido, tais matérias podem ter contribuído significativamente para uma maior concentração de artigos sobre a droga no período, sobretudo na seção Saúde.

Com relação às matérias sobre crack publicadas em 2012 e 2014, é possível que esse dado tenha relação com os debates, ações e tensões a respeito das cenas públicas de uso da

¹⁵ Apesar de ter ganhado repercussão em 2011, o óxi já era conhecido há alguns anos e, inclusive, sua classificação como uma nova droga havia sido contestada por Andrade (2005).

droga, conhecidas como “cracolândias”. Nesses contextos específicos, a partir de 2011 alguns temas – como a internação involuntária/compulsória de dependentes e a institucionalização de programas governamentais – provocaram maior saliência do crack e seus usuários como pauta de discussão. Esse aspecto foi particularmente observado em 2012 e 2013, ainda que os fenômenos relacionados ao crack não tenham deixado de figurar um mote bastante explorado durante todo o período.

No que se refere ao aumento significativo de matérias sobre maconha encontradas em 2014, esse dado possivelmente está relacionado, como será discutido posteriormente, ao aquecimento do debate sobre o uso terapêutico de canabinóides no Brasil. Especificamente em 2014, o canabidiol (CBD) teve seus efeitos amplamente divulgados e defendidos por alguns setores da sociedade, o que motivou a sua posterior reclassificação como substância controlada por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Por fim, é possível observar uma diminuição proporcional do número de matérias que não especificam uma substância – como aquelas que citam “drogas”, “tráfico”, “dependência química” – ao mesmo tempo em que os objetos que passam a ganhar destaque são, notavelmente, o crack e a maconha. De modo geral, tanto a maconha como o crack são drogas que, constantemente, objetivam a droga nas comunicações de massa e possuem relevância fundamental na construção social do campo. A diminuição do número de matérias que se ocupa da problemática das drogas parece ser acompanhada de uma maior visibilidade dada a substâncias prototípicas do campo, seus fenômenos específicos e contextos simbólicos de inserção.

6.3 Campos léxicos estruturantes do mundo das drogas em matérias de jornal

Realizada essa contextualização do *corpus* em relação às variáveis de período, seção e tipo de droga destacada, cumpre apresentar os resultados produzidos com o auxílio do software Iramuteq que, após a divisão de 4516 textos, trabalhou com 36215 segmentos de texto. No procedimento de Classificação Hierárquica Descendente, o software distribuiu 36204 segmentos em oito classes, ou seja, 99.97% do total. Cada classe, portanto, pode ser entendida como uma forma de discurso sobre o objeto abordado e comporta um conjunto de diferentes segmentos de texto que se relacionam pelo tipo de vocabulário utilizado, remetendo a campos semânticos específicos. Apesar da ideia de homogeneidade que poderia ser depreendida desse tratamento, ressalta-se que em cada matéria analisada podem estar

presentes segmentos de texto que foram distribuídos em diferentes classes. Essas classes são então uma possibilidade de apresentação tópica dos discursos encontrados em que o material bruto de análise pode conter diferentes formas de falar sobre o campo em uma só publicação.

Ao final da CHD, as oito classes encontradas foram interpretadas, nomeadas e classificadas a partir de categorias temáticas. Para tanto, foi realizada uma análise a partir dos segmentos de texto mais característicos de cada classe com o objetivo de melhor compreender o sentido dos vocabulários encontrados, assim como a ocorrência de temas e tensões do campo a partir do uso da linguagem. O resultado dessa organização, bem como suas formas léxicas características, pode ser observado no dendrograma a seguir (Figura 1), cujo detalhamento encontra-se disponível ao final da tese (Anexo C). Cada classe será discutida de forma aprofundada, mas de antemão será realizada uma breve apresentação do resultado de categorização das classes no intuito de facilitar a compreensão geral das relações entre elas.

Em linhas gerais, é possível observar três grandes eixos léxico-temáticos. O primeiro, composto pelas classes 1, 2 e 3, foi classificado como “regulação sociopolítica do uso, produção e circulação das drogas” e abordou tensões normativas e mecanismos de controle social voltados a substâncias globalmente proscritas. Nesse contexto, a droga foi inserida em discursos sobre dinâmicas do narcotráfico no México e nas Américas de modo geral (classe 1); modelos de gestão do campo das drogas e políticas alternativas ao proibicionismo (classe 2); e a marcha da maconha – movimento que pede pela regulamentação da maconha no Brasil (classe 3). O segundo eixo, que comporta as classes 4, 5 e 8, nomeado como “uso de drogas, dependência e saúde”, abordou o campo a partir das relações de consumo de drogas em pequena e larga escala. Especificamente, o eixo contemplou discursos a respeito das “cracolândias” e a polêmica da internação compulsória (classe 4); pesquisas sobre substâncias psicoativas, seus riscos, danos e usos terapêuticos (classe 5); e celebridades, histórias de vida, relações interpessoais e uso de drogas (classe 8). O terceiro eixo, chamado de “a polícia e a guerra às drogas no Brasil”, abordou o campo a partir da segurança pública e das ações de redução de oferta de substâncias ilícitas. Nesse sentido, o eixo pautou as operações policiais envolvidas no enfrentamento ao tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro (classe 6); e narrativas de apreensão de drogas e armas em rodovias brasileiras (classe 7).

Diante da complexidade e heterogeneidade dos resultados, faz-se necessário discutir cada classe de modo aprofundado com a finalidade de apreender os principais temas e pontos de tensão do campo que foram veiculados nas comunicações no período analisado.

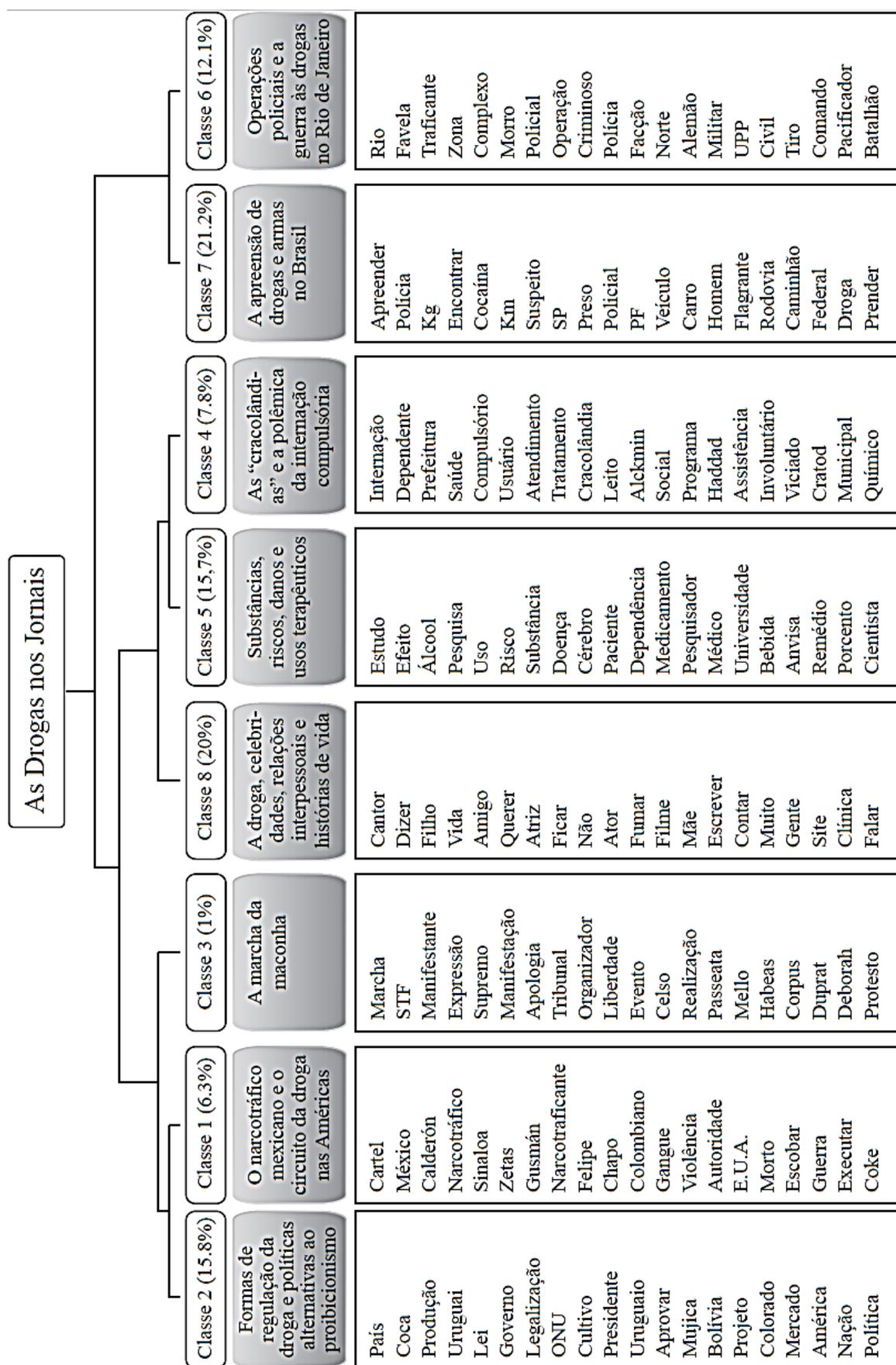


Figura 1 – Dendrograma de classes e formas encontradas ao final da CHD

6.3.1 Classe 1: o narcotráfico mexicano e o circuito da droga nas Américas

Constituída por 2282 segmentos de texto (6.3%), a classe 1 reuniu segmentos de texto que tematizam fenômenos relacionados ao narcotráfico ($\chi^2 = 1500$) no México ($\chi^2 = 3880$) e, de forma menos expressiva, em outros países ($\chi^2 = 334$) das Américas ($\chi^2 = 65$). Nesse contexto, os discursos que compõem a classe são, principalmente, narrativas sobre o enfrentamento a grupos ($\chi^2 = 190$) organizados ($\chi^2 = 228$) – representados por cartéis ($\chi^2 = 6062$) de drogas – e seus líderes ($\chi^2 = 512$).

Dentre as palavras mais características da classe, é possível identificar nomes de cartéis específicos – Zetas ($\chi^2 = 1164$) e Sinaloa ($\chi^2 = 1382$) –, líderes do tráfico – El ($\chi^2 = 2280$) Chapo ($\chi^2 = 949$) Guzmán ($\chi^2 = 1089$) e Pablo ($\chi^2 = 418$) Escobar ($\chi^2 = 610$) – e, ainda, do então presidente ($\chi^2 = 310$) do México – no período de 2006 a 2012 –, Felipe Calderón. A partir da análise dos principais segmentos de texto da classe, é possível afirmar que a referência a grupos e líderes – incluindo representantes do Estado – atualizam temas como a dinâmica da guerra ($\chi^2 = 590$) às drogas, as disputas ($\chi^2 = 85$) entre cartéis e os fenômenos de violência ($\chi^2 = 729$) que daí decorrem. Esses são, portanto, os principais temas subjacentes ao léxico da classe 1 e podem ser ilustrados pelos seguintes extratos:

As disputas entre cartéis e as operações contra o narcotráfico provocaram no México mais de 50.000 mortes desde dezembro de 2006 quando o presidente Felipe Calderón mobilizou os militares em várias regiões do país para assumir a luta antidrogas.

O exército mexicano capturou em diversas operações seis supostos membros do cartel de drogas Los Zetas. Entre eles Hugo Ivan Santos Doria, o Monky, que participou do atentado do casino Royale em Monterrey, onde 52 pessoas morreram.

Versões extra oficiais assinalam que as vítimas poderiam estar vinculadas ao cartel de Sinaloa, liderado por Joaquín El Chapo Guzmán, e terem sido assassinadas por um grupo rival vinculado ao cartel de Juárez, dirigido por Vicente Carrillo Fuentes.

A saliência cultural que os fenômenos ocorridos no México ganham pode ser interpretada tanto pela gravidade e dimensão dos seus conflitos violentos, quanto pela importância desse território para o transporte e economia das drogas ilícitas no cenário internacional. Esse circuito envolve desde os países considerados como tipicamente produtores – sobretudo aqueles da América do Sul – até chegar aos Estados Unidos ($\chi^2 = 566$), apontado como o principal destino da droga produzida. As matérias analisadas situam o México como um país intermediário, em que grupos de pessoas, os narcotraficantes, são envolvidos em negócios de alto de risco – e, por isso mesmo, muito lucrativos –, para

responder a uma alta demanda por drogas existente nos Estados Unidos e em outros países próximos. Cumpre observar que a própria disputa constante pelo controle ou bom posicionamento nesse mercado ilegal favorece conflitos entre os grupos de traficantes, que tendem a se tornar mais violentos e a ter seus arsenais mais bem equipados.

O reconhecimento do agravo da violência, no tocante às comunicações analisadas, produz discursos explicativos baseados não só nas disputas territoriais e de mercado pelos grupos organizados, mas também na própria estratégia militar adotada no combate ao tráfico. Por sua vez, as mortes relacionadas às operações empreendidas pelo Estado são interpretadas como efeitos colaterais da repressão, mas são avaliadas de diferentes formas. Por exemplo, mortes decorrentes de confrontos entre o exército ($\chi^2 = 264$) e traficantes são legitimadas pela consecução de objetivos maiores – o enfraquecimento dos cartéis, objetivado em apreensões ou mesmo execuções ($\chi^2 = 368$) dos seus líderes – mas, por outro lado, constituem objeto de crítica da própria guerra às drogas, como é possível observar:

Felipe Calderón defendeu sua política dizendo que o crescimento da violência é um sinal de que os cartéis estão ficando desesperados.

A estratégia agressiva tem levantado mais dúvidas sobre se a ofensiva antidrogas do presidente Felipe Calderón está tendo progressos para debilitar os cartéis e frear o comércio de drogas, que movimenta até US\$ 40 bilhões ao ano no México.

Conforme sugerido anteriormente, as matérias analisadas explicam o fenômeno dos cartéis mexicanos de forma intimamente relacionada à rota ($\chi^2 = 50$) do tráfico nas Américas. A origem e o fortalecimento dessas organizações são ancorados em processos históricos que, em síntese, constituem uma linha de acontecimentos típica: o enfraquecimento dos cartéis de Cáli ($\chi^2 = 148$) e Medellín ($\chi^2 = 301$) na Colômbia ($\chi^2 = 438$) na década de 90, através de operações patrocinadas pelos Estados Unidos; o aumento do controle sobre a saída da cocaína em países da América do Sul; a apropriação do mercado do transporte e tráfico de drogas por cartéis mexicanos; e a conseqüente articulação e expansão desses últimos em países como Honduras ($\chi^2 = 301$), Guatemala ($\chi^2 = 112$), El Salvador ($\chi^2 = 84$) e mesmo os EUA ($\chi^2 = 656$).

Importa ressaltar que a referência a outros países é realizada frequentemente para explicar a dinâmica que caracteriza o tráfico de drogas nas Américas, mas também para ancorar simbolicamente os fenômenos do contexto mexicano. Por exemplo, a referência à Colômbia é encontrada como ferramenta dupla de explicação histórica da emergência de grupos organizados nas Américas e como contexto de comparação entre os cartéis mexicanos

e colombianos – sobretudo a partir do líder do cartel de Medellín, Pablo ($\chi^2 = 418$) Escobar ($\chi^2 = 610$). Essa comparação permite ancorar simbolicamente os fenômenos do contexto mexicano e ocorre a partir dos seguintes temas: a violência praticada pelos cartéis e o desafio às autoridades; o suporte concreto dos Estados Unidos em operações de combate ao tráfico organizado; e o caráter ambíguo assumido por distintos líderes de cartéis, que são apoiados por parte da população, apesar de percebidos majoritariamente como inimigos públicos. Por fim, embora a referência à Colômbia seja prioritariamente realizada em matérias que tematizam o contexto mexicano, é possível encontrar na classe analisada segmentos de texto provenientes de artigos que tratam exclusivamente da história dos cartéis colombianos e, novamente, de Pablo Escobar.

Diante do contexto apresentado, o tema da descriminalização/legalização das drogas surge como um discurso pouco frequente, mas pertinente pelo seu aspecto contranormativo. Enquanto a maior parte dos segmentos de texto trata da violência do narcotráfico, da guerra aos cartéis empreendida pelo governo mexicano e norte-americano, suas conseqüentes prisões e “vitórias” em confrontos contra traficantes, parte das críticas à estratégia política bélico-repressiva aponta a necessidade de mudança sobre o status legal das drogas. Esse tema, por sua vez, é geralmente acompanhado do reconhecimento das conseqüências adversas do enfrentamento militar aos cartéis e da ineficácia em resolver o problema do tráfico de drogas:

O presidente mexicano, Felipe Calderón, se disse nesta terça-feira que está disposto a discutir a legalização das drogas no país, após tomar conhecimento de que, em apenas 18 dias mais de 3.000 pessoas morreram em crimes ligados ao narcotráfico.

O cineasta também não poupa críticas às políticas empreendidas pelo México. A guerra contra os cartéis têm sido um desastre, o que segundo ele dá mais força ao seu argumento a favor da descriminalização.

Por fim, de forma menos expressiva, a classe articula outros temas aos cartéis do tráfico de drogas, como narrativas de apreensão do produto, relação entre políticos locais e traficantes, suspeitas de vinculação dos cartéis à Al Qaeda e, ainda, o contexto do narcotráfico mexicano como inspiração de criação artística no cinema, música e literatura.

6.3.2 Classe 2: formas de regulação da droga e políticas alternativas ao proibicionismo

Constituída por 5738 segmentos de texto (15.85%), a classe 2 reuniu segmentos de texto que tematizam a política ($\chi^2 = 587$; var. $\chi^2 = 246$) de drogas no mundo, as tensões

normativas com relação a substâncias específicas e as relações internacionais ($\chi^2 = 128$) que permeiam a regulação ($\chi^2 = 253$) da produção ($\chi^2 = 1148$) e circulação de drogas. Nesse sentido, os enunciados fazem referência não só às tensões legais ($\chi^2 = 250$) que permeiam as políticas ($\chi^2 = 587$) sobre drogas em contextos territoriais específicos, mas também discutem a dimensão global¹⁶ ($\chi^2 = 242$) da produção, distribuição e consumo ($\chi^2 = 541$) de drogas ilícitas ($\chi^2 = 113$). A título de exemplo, é possível encontrar a referência frequente à Organização ($\chi^2 = 169$) das Nações ($\chi^2 = 602$) Unidas ($\chi^2 = 542$) como instância de produção de saberes – através de levantamentos e relatórios ($\chi^2 = 321$) – e de coordenação das ações globais no campo.

A partir da análise dos segmentos de texto mais característicos é possível afirmar, então, que as tensões legais do campo e a produção e circulação internacional de drogas constituem os principais eixos temáticos da classe. Novamente, ainda que esses discursos tenham desdobramentos semânticos diversos, materialmente eles são produzidos a partir de um vocabulário comum que remete à ordem normativa e coletiva – nacional e internacional – do uso de drogas.

Dentre os temas que concernem às tensões normativas do fenômeno, destacam-se as últimas experiências de mudança do status legal da maconha ($\chi^2 = 561$; var. $\chi^2 = 1314$) no Uruguai ($\chi^2 = 1139$) e em alguns estados dos EUA ($\chi^2 = 294$) – como em Washington ($\chi^2 = 541$) e Colorado ($\chi^2 = 672$). Apesar de a maioria dos segmentos que tratam dessas transformações possuírem caráter descritivo – como o trâmite de projetos ($\chi^2 = 708$) de lei ($\chi^2 = 1122$) e os métodos de distribuição ($\chi^2 = 189$) e venda ($\chi^2 = 510$) adotados – é possível considerar alguns elementos simbólicos que participam da construção social do campo abordado. Em primeiro lugar ressalta-se que os acontecimentos ocorridos no Uruguai constituem objeto de não familiaridade, ora interpretados como falência no combate às drogas e ameaça futura, ora como experiência benéfica de inovação política. Essas tomadas de posição, por sua vez, se desdobram a partir de determinados argumentos. De um lado, consideram-se as possibilidades de que a mudança possa diminuir a criminalidade e a violência associadas ao tráfico, melhorar a economia local e minimizar os riscos e danos para os usuários de drogas. Além disso, de forma menos expressiva, a legalização da maconha no Uruguai é interpretada como parte de uma postura política mais ampla empreendida pelo

¹⁶ Esse aspecto é também ilustrado pela presença significativa de segmentos de texto de artigos da seção Mundo (var. $\chi^2 = 4109$) na classe 2.

governo a partir de medidas progressistas – como a regulamentação do aborto, da prostituição e do casamento homoafetivo que precederam a nova lei sobre a maconha:

A intenção é diminuir os efeitos do narcotráfico sobre a segurança pública além da arrecadação das quadrilhas.

Às vésperas de aprovar o fim de restrições à maconha, ao aborto e ao matrimônio gay, o pacato Uruguai aos poucos se posiciona como vanguarda no que diz respeito a leis relacionadas a direitos civis na América Latina.

Por outro lado, o caráter ameaçador dessas transformações é evidenciado em preocupações com o aumento do consumo de drogas, com o aparecimento de um chamado “narcoturismo” e, ainda, com o aumento do tráfico internacional de drogas entre países fronteiriços. Essas preocupações de cunho social e político são, por sua vez, legitimadas por enunciados que evidenciam a falta de apoio da população, de políticos e da ONU:

Vários senadores da oposição uruguaia disseram nesta terça-feira que o projeto de lei que legaliza a produção e a venda de maconha no país é uma experiência que vai ter efeitos adversos sobre a saúde pública além de atrair o narcoturismo.

A Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife), da ONU, advertiu na semana passada ao Uruguai que a lei sobre a maconha viola os tratados internacionais assinados pelo país.

Segundo pesquisa recente do instituto Cifra, a liberação da maconha é rejeitada por 63% da população do Uruguai.

Nesse contexto, a política de drogas uruguaia é imbuída de tomadas de posição face à dimensão coletiva do uso de maconha e outras drogas e, uma vez tematizada nas comunicações de massa, repercute nos processos de negociação simbólica a respeito de normas proibicionistas. Junto com as transformações ocorridas nos EUA, essas experiências recentes interpelam a ordem biopolítica do uso de drogas, mobilizando tanto fenômenos de controle social – como a reação da população, da ONU e de outras instâncias institucionais – como de abertura à mudança. De forma mais ampla, é possível dizer que essa dinâmica evidencia um contexto de dissenso, bem como a existência de um movimento contranormativo – ainda que heterogêneo – que cria tensões no campo das drogas psicoativas. Ademais, a regulamentação da maconha no Uruguai e EUA são frequentemente ancorados em experiências pioneiras, como a política dos coffee ($\chi^2 = 278$) shops ($\chi^2 = 289$) da Holanda ($\chi^2 = 330$) e a outras iniciativas de descriminalização ($\chi^2 = 359$) do consumo da droga.

Com isso, as transformações relacionadas à maconha possuem desdobramentos simbólicos e concretos tanto a respeito dessa substância, tomada em suas particularidades

histórico-culturais, como para a problemática do controle social das drogas como um todo. Isso porque a recategorização de uma substância – globalmente considerada ilícita – para a ordem das drogas lícitas visibiliza não só a ambiguidade cultural da cannabis (Ver. DANY, 2006), como a contingência de um campo em tensão pelo encontro constante de elementos normativos e contranormativos. Sob essa perspectiva, uma mudança categórica no domínio de objetos e práticas sociais que constituem o tema das drogas – um campo de relevância social – produz, em tese, um aumento da sua saliência cultural.

Além disso, o vocabulário utilizado para colocar em pauta o assunto da descriminalização e regulamentação da maconha repercute tanto nas diferentes maneiras que os sujeitos interpretam, dão sentido e se posicionam diante desse objeto, como no aquecimento do debate sobre a política de drogas no Brasil e no mundo. Por exemplo, é possível identificar na classe 2 segmentos de texto que tematizam a própria proibição das drogas; as políticas de prevenção, tratamento e redução de danos; a regulação de drogas lícitas – como o álcool e alguns inibidores de apetite; e o debate sobre a descriminalização das drogas no Brasil ($\chi^2 = 529$).

Concernente ao outro eixo temático da classe – a saber: a produção e circulação internacional de drogas – o tema mais expressivo entre os segmentos de texto característicos está relacionado às plantações ($\chi^2 = 343$) de coca ($\chi^2 = 1230$) em países da América do Sul¹⁷. Dentre esses, destacam-se Bolívia ($\chi^2 = 742$), Peru ($\chi^2 = 418$) e Colômbia ($\chi^2 = 565$) como os principais territórios de produção ilícita¹⁸ de coca. De modo similar ao primeiro eixo temático da classe 2, a ONU ocupa o lugar de instituição reguladora, sendo responsável por produzir indicadores, mediar relações internacionais e sugerir estratégias de intervenção.

O peru desbancou a colômbia como o maior país do mundo em área de coca a matéria prima da cocaína depois que seu vizinho reduziu um quarto do total da área de cultivo no ano passado, mostrou um estudo divulgado pela organização das nações unidas.

Decorrente dessa dinâmica entre a regulação global da produção de coca – aqui representada institucionalmente pela ONU – e a soberania de cada país no controle interno das suas plantações, o contexto boliviano é particularmente abordado. Em primeiro lugar, é

¹⁷ De modo menos expressivo, embora bastante significativo, os segmentos de texto da classe 2 também pautam a preocupação internacional com relação à produção de substâncias ilícitas em outros contextos – que não o das plantações de coca na América do Sul. É notável, nesse sentido, a referência à produção de ópio ($\chi^2 = 334$; var. $\chi^2 = 232$) no Afeganistão ($\chi^2 = 234$).

¹⁸ Embora a cocaína seja proscrita pelos tratados internacionais, existem exceções que conferem licitude ao cultivo de coca, por exemplo, para fins industriais e consumo tradicional.

sabido que o uso de coca na região dos Andes é uma prática milenar, se inserindo em contextos religiosos e, sobretudo, terapêuticos e laborais. Os usos dessa planta serviam, por exemplo, para aliviar os efeitos indesejáveis da altitude, reduzir o cansaço e potencializar o trabalho (ESCOHOTADO, 2008). Atualmente, o uso de coca persiste como uma tradição cultural andina que convive com a exploração da planta para fins industriais e com a produção ilícita da cocaína. No período analisado, o governo boliviano, representado pelo presidente Evo ($\chi^2 = 209$) Morales ($\chi^2 = 437$), defendia o uso tradicional de coca e, sob fortes críticas da ONU, pretendia ampliar as áreas de plantio legal:

A posição da Jife – segundo explicações na Bolívia – se sustenta na convenção de Viena de 1961, que obriga o país sul-americano a erradicar toda a coca por considerá-la uma droga, mesmo em seu estado natural e a eliminar a prática de mascar a planta.

Embora o controle da produção de coca na América do Sul não tenha, aparentemente, relação com as experiências de mudança na política sobre drogas, esses dois eixos temáticos são postos em relação a partir da legalização da maconha em alguns estados dos EUA. Nesse contexto, alguns governos e líderes latinos criticam a incoerência da política seletiva empreendida pelos Estados Unidos:

Na terça-feira, autoridades de dez países da América Latina manifestaram em uma reunião na Colômbia preocupação com a lei, ao apontar que os EUA não podem ao mesmo tempo "promover a criminalização de tais atividades em outros países e permitir a legalização da produção de drogas, aberta ou veladamente, em seu território".

Com efeito, é possível notar que os segmentos de texto da classe 2 tratam de temas que incutem a dimensão política do campo das drogas, seja através da gestão de práticas de consumo, ou pelas estratégias de diagnóstico e regulação global da produção de substâncias proscritas.

6.3.3 Classe 3: a marcha da maconha

Constituída por 376 segmentos de texto (1.04%), a classe 3 reúne discursos que tematizam a marcha ($\chi^2 = 12059$) da maconha ($\chi^2 = 213$) no Brasil. Esse é um movimento ($\chi^2 = 123$) autodenominado como social, cultural e político, que visa discutir e alterar o status legal da maconha, tanto com relação ao uso medicinal quanto ao uso recreativo (MARCHA DA MACONHA, [s.d.]). Como um movimento, a marcha da maconha pode ser compreendida

como uma minoria ativa (MOSCOVICI, 2011), no sentido de que atua como fonte de influência minoritária diante de normas hegemônicas do campo, como é o caso da proibição da maconha. Por sua vez, o potencial que tem o movimento para produzir mudanças (influenciar a maioria; as normas) parece, como discutem Moscovici e Marková (2009), ter estreita relação com a sua consistência nos termos de estilos comportamentais, das suas próprias normas, inovações e consensos produzidos dentro do grupo.

Além de ser caracterizada como um movimento social, a marcha da maconha pode ser entendida como um acontecimento, um evento ($\chi^2 = 1269$) que ocorre anualmente em diversas cidades do Brasil. É uma manifestação ($\chi^2 = 2925$) pública que visa evidenciar os posicionamentos da marcha (movimento) sobre questões relacionadas à legalização ($\chi^2 = 434$) da cannabis. Dito isso, é possível observar que as palavras características da classe 3 remetem à realização da marcha como manifestação e, sobretudo, a discussão da sua legitimidade jurídica. Parte dessa forma de apreender a marcha da maconha é explicada pelos problemas decorrentes da sua realização em 2011 (var. $\chi^2 = 268$). Entre os meses de maio e junho, a realização das manifestações foi proibida em algumas capitais brasileiras, sob o argumento de que o movimento faria apologia ($\chi^2 = 2647$) ao uso de drogas ilícitas. Apesar da proibição ($\chi^2 = 347$), alguns atos foram realizados preservando o nome de marcha da maconha, enquanto outros adotaram o nome de marcha da liberdade ($\chi^2 = 1332$) como uma forma de lidar com o veto. Nesses eventos, algumas capitais presenciaram confrontos ($\chi^2 = 107$) entre participantes da marcha e a polícia, mas, em 15 de junho de 2011, o Supremo Tribunal Federal – STF ($\chi^2 = 4392$) julgou a constitucionalidade do movimento e considerou equivocadas as proibições realizadas, liberando ($\chi^2 = 82$), por fim, a sua realização ($\chi^2 = 1095$) no Brasil (BRANDT, 2011). Nessa direção, os temas mais frequentes encontrados a partir dos segmentos de texto característicos são relacionados à decisão do STF, descrição dos eventos da marcha, seus objetivos e, por fim, o debate da sua legitimidade social e constitucional:

Proibida em 2011 a marcha da maconha teve aval do STF supremo tribunal federal por considerar que todos têm direito à liberdade de expressão a polícia militar do distrito federal acompanhou todo o manifesto sem interferências.

Para Shardie Casagrande um dos organizadores do evento a proibição foi um atentado à liberdade de expressão segundo ele a marcha não faz apologia ao crime e quer abrir o debate sobre o tráfico de drogas.

O fato de a classe 3 tematizar mais a legitimidade do movimento do que as suas pautas políticas pode remeter a uma moralização do debate político – revestida de um vocabulário jurídico – que constrói um movimento antiproibicionista como ameaça à ordem social. Em

outras palavras, essa focalização evidencia a dimensão avaliativa subjacente à causa da legalização da maconha, que é percebida como irrelevante, ameaçadora e danosa para a sociedade, por um lado, e como uma alternativa à política de guerra às drogas, por outro. Desse modo, a classe 3 apresenta segmentos de texto que têm por função, sobretudo, facilitar processos atitudinais com relação ao ativismo pró-legalização da maconha ou, de forma mais ampla, a movimentos antiproibicionistas. Consequentemente, esses enunciados promovem comunicações que constroem simbolicamente não apenas a marcha da maconha, mas também o proibicionismo e os movimentos que se dispõem a questioná-lo.

6.3.4 Classe 4: as “cracolândias” e a polêmica da internação compulsória

Com 2822 segmentos de texto (7.79%), a classe 4 é constituída por um vocabulário relacionado às estratégias públicas de intervenção e tratamento junto a usuários de crack e outras drogas. A maior parte dos segmentos de texto faz referência específica ao contexto da “cracolândia” ($\chi^2 = 1265$), região da cidade de São Paulo conhecida pela presença de usuários de crack em situação de vulnerabilidade social. A esse respeito, é preciso destacar brevemente alguns aspectos relacionados ao que se chama de “cracolândia”. A partir da descrição etnográfica realizada por Rui (2014), compreende-se que o termo remete a algo mais do que um lugar objetivo e delimitado, dado que a sua territorialidade é itinerante. Ao mesmo tempo, a sua identificação está atrelada à presença de consumidores de crack no espaço público, razão pela qual o termo passou a ser utilizado em outros contextos para designar cenas urbanas visíveis de uso da droga. Povoada por uma ampla variedade de atores sociais¹⁹, a região comporta uma diversidade de práticas e constitui, antes, um campo de relações que não possui limites exatos e não deve ser reduzido a um simples local de consumo.

A presença constante de usuários – frequentemente percebidos como pessoas errantes, sem controle de si e associados à violência urbana – é o que dá tipicidade ao território, mas as suas características e as formas de interação social que ali decorrem vão além desse critério e das significações hegemônicas. A “cracolândia” é ao mesmo tempo um lugar social e um lugar discursivo (RUI, 2014). Como um lugar social, o território visibiliza condições de vulnerabilidade, integra ações artísticas, policiais, sanitárias, jornalísticas e religiosas; mas, sobretudo, constitui um mercado em que o crack é “vendido, comprado, trocado, negociado e,

¹⁹ Como moradores da região, transeuntes, traficantes, policiais, profissionais de saúde e assistência social, jornalistas, artistas, comerciantes, membros de instituições religiosas, entre outros.

fundamentalmente, explorado” (RUI, 2014, p. 102). Como um lugar discursivo, a “cracolândia” é um produto daquilo que se fala sobre ela, ao mesmo tempo em que motiva novas comunicações e sentidos:

Atualmente, ela é fonte inesgotável de notícias, de histórias e, não sem contradição, de pânico. Inspira espetáculos de danças, fotografias, intervenções artísticas, vídeos, programas de TV, sites, charges, gibis, estágios missionários ou assistenciais. Lugar que se deve evitar, lugar de perigo, lugar degradado. Também de degredo. E, por isso mesmo, em muitos aspectos, lugar de grande atração (RUI, 2014, p. 95).

Nessa perspectiva, a “cracolândia” da classe 4 configura um organizador de possibilidades discursivas a partir do qual são atualizadas diferentes dimensões da construção social das drogas, tais como a dependência química, o papel do Estado diante da problemática, e os modelos de cuidado aos usuários. Além disso, os discursos produzidos sobre a “cracolândia” evidenciam a própria saliência cultural da questão do uso de crack – construído simbolicamente como uma epidemia²⁰ ($\chi^2 = 51$) de alta periculosidade social. A partir do uso do seu léxico característico, a classe 4 constrói o consumo e a dependência ($\chi^2 = 56$) química ($\chi^2 = 689$) de crack ($\chi^2 = 365$) como um problema de saúde²¹ ($\chi^2 = 1903$) pública pelo qual o Estado deve se ocupar e solucionar. Por essa razão, observa-se a presença de termos relacionados a entidades governamentais, como prefeitura ($\chi^2 = 2440$) e ministério ($\chi^2 = 446$), assim como representantes políticos – por exemplo, Geraldo ($\chi^2 = 606$) Alckmin ($\chi^2 = 1044$), governador ($\chi^2 = 283$) do estado de São Paulo (2011-2014); e Fernando ($\chi^2 = 118$)

²⁰ Apesar de muito comum nos discursos cotidianos, a caracterização do uso do de crack como uma epidemia é atualmente questionável, sobretudo pela falta de evidências sistemáticas ao longo de um período suficientemente amplo (BASTOS; BERTONI, 2014). Tal caracterização afirma que o consumo da droga aumentou vertiginosamente nos últimos anos, ainda que, de acordo com dados do II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil (CARLINI et al., 2006), o aumento do “uso na vida” entre 2001 e 2005 (0,4% e 0,7%, respectivamente) não justifique essa afirmação, sobretudo diante da observação do aumento do consumo de outras drogas para o mesmo período. Além disso, em caso de uma epidemia, um aumento significativo do consumo seria observado também entre adolescentes. No entanto, a pesquisa realizada por Nappo, Sanchez e Ribeiro (2012), que analisou a prevalência do uso de crack entre estudantes do ensino médio no Brasil, não identificou aumento significativo entre 2004 e 2010 (ambos com 0,7% para uso na vida e 0,4% para uso no ano anterior). Nesse sentido, os dados epidemiológicos disponíveis não favorecem a caracterização do uso de crack como uma epidemia, embora isso não signifique negar a gravidade dos seus danos, sobretudo em populações vulneráveis e/ou marginalizadas. A despeito disso, o discurso da “epidemia”, bem como outros sentidos alarmistas que perpassam a construção desse objeto, são aspectos que devem ser problematizados, pois o “pânico moral” estabelecido em torno do crack (Ver. DOMANICO, 2006), ao privilegiar a droga como fator explicativo da realidade, muitas vezes oculta problemas sociais estruturais anteriores à substância (MACRAE, 2013).

²¹ Importa ressaltar que, apesar de o termo saúde estar sistematicamente representado na classe 4, a variável relativa à seção saúde do jornal constituiu uma ausência significativa ($\text{var.}\chi^2 = -110$). Dito de outro modo, segmentos de texto provenientes de matérias publicadas na seção Saúde foram sub-representados nesta classe, o que parece indicar a consideração do fenômeno das drogas a partir de diferentes lógicas sanitárias: por um lado, a droga constitui um problema de saúde pública, da medicina social e da política; por outro, a droga é objeto de uma saúde centrada nos riscos e danos das substâncias e padrões de consumo, conforme observado, a seguir, no vocabulário da classe 5.

Haddad ($\chi^2 = 987$), prefeito ($\chi^2 = 337$) da capital paulista (2013-2016). O vocabulário característico dessa classe contempla, ainda, termos ligados à rede e à dinâmica de serviços ($\chi^2 = 474$) de assistência ($\chi^2 = 914$) e tratamento ($\chi^2 = 1389$) para usuários ($\chi^2 = 1796$) da droga.

Através desse quadro linguístico – e da “cracolândia” como organizador discursivo – a classe 4 reúne segmentos de texto cujos principais temas são a rede pública de cuidado ao usuário de crack (caracterização e demanda de ampliação), estratégias de tratamento e reinserção social – dentre as quais a internação compulsória de dependentes²² – no âmbito da saúde coletiva. Esses temas podem ser ilustrados pelos seguintes trechos:

O governo paulista vem promovendo uma verdadeira revolução na assistência aos dependentes de crack, com expressiva ampliação dos leitos de enfermaria para internação dos casos mais graves, articulação e integração com outros serviços de saúde e assistência social de perfis complementares.

O tratamento para dependentes de droga requer uma equipe interdisciplinar de saúde capacitada para as especificidades desse atendimento.

A Justiça de São Paulo concedeu nesta quarta-feira (23) a primeira ordem de internação compulsória de um usuário de drogas no plantão judicial do Cratod.

A gestão Fernando Haddad (PT) estuda criar vagas de trabalho para empregar usuários de drogas da região da cracolândia em serviços de zeladoria para a prefeitura, como o cuidado de parques e outras áreas públicas.

As matérias em que estão os segmentos de texto da classe 4 tematizam, portanto, a responsabilidade do poder público diante da expansão do consumo de crack no Brasil e problematizam possibilidades de intervenção terapêutica. Nos anos que precederam o período analisado houve uma intensificação dos discursos que pressionavam o Estado e exigiam ações eficazes de “enfrentamento ao crack”, o que culminou na elaboração de diferentes propostas interventivas (SOUTO, 2013). Dentre elas, destacam-se a criação de planos específicos à problemática do uso de crack²³ e a adoção de medidas de internação compulsória na cidade do

²² Sobre estratégias de tratamento e reinserção social no campo da saúde mental no Brasil, recomenda-se a consulta da Lei 10.216 (BRASIL, 2001), conhecida como a Lei da Reforma Psiquiátrica. Nesse documento, a internação é caracterizada como uma estratégia indicada somente nos casos em que os dispositivos de cuidado extra-hospitalares sejam insuficientes e só pode ser realizada mediante laudo médico circunstanciado que a justifique. Além disso, distinguem-se os seguintes tipos de internação psiquiátrica: voluntária – aquela com o consentimento do usuário; involuntária – aquela sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e compulsória – aquela determinada pela Justiça.

²³ Como o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas (BRASIL, 2010a), em nível federal, assim como outras iniciativas estaduais e municipais. De modo específico ao contexto da “cracolândia” paulista, destacam-se o programa “Recomeço” (estadual) e o programa “De Braços abertos” (municipal), que se iniciaram respectivamente em 2013 e 2014 (RIBEIRO et al., 2015b).

Rio de Janeiro – em 2011 – e, posteriormente, em São Paulo²⁴ – em 2013 (var. χ^2 = 626). Essas ações suscitaram tensões normativas e debates ético-político-sanitários, sobretudo diante de proposições de ampliação de internações involuntárias/compulsórias como principal estratégia de saúde pública na questão do uso de crack. Essas tensões em relação ao tema podem ser ilustradas pelos seguintes trechos:

Higienização é a forma mais clara e objetiva de denominar tal medida. O Estado "despoluirá" o centro, realizando a internação, sem garantir de fato um atendimento digno dentro dos preceitos do SUS.

O projeto a ser votado propõe várias ações controversas, para dizer o mínimo. Entre elas, a ênfase descabida na internação compulsória, enquanto os estudos mostram que o acompanhamento ambulatorial é a estratégia mais importante para a reinserção familiar e social dos dependentes.

A internação compulsória é, assim, um tema que organiza tomadas de posição frente à adoção de diferentes modelos de cuidado, que passam a ser classificados em termos de adequação, necessidade, legitimidade e valores políticos. As tomadas de posição, por sua vez, não funcionam de forma independente dos processos de significação que constroem o crack, seus usuários e, inclusive, a dependência química. Em pesquisa realizada por Souto (2013), buscou-se identificar discursos sobre o uso de crack que servem de referência simbólica aos posicionamentos de gestores e profissionais de saúde diante da internação compulsória. A partir da análise de conteúdo de 15 entrevistas, o autor afirma que os posicionamentos favoráveis à estratégia foram sustentados por discursos que enfatizam a capacidade destrutiva do crack, o poder inexorável da substância sobre o indivíduo, a perda do discernimento do dependente químico e a necessidade imperiosa de pautar o tratamento na internação. Por outro lado, os posicionamentos contrários, ou que questionam a padronização dessas estratégias, enfatizaram a dependência como fenômeno complexo e multicausal que demanda ações interdisciplinares e intersetoriais que reconheçam a singularidade de cada caso.

Importa ressaltar que, apesar da aparente polaridade discursiva, os sentidos sobre o uso de crack subjacentes a distintos posicionamentos não são exclusivos de um ou outro argumento, além de que o tema da internação compulsória não se esgota em discursos do tipo contra ou a favor (SOUTO, 2013). De outro modo, a pesquisa citada é capaz de ilustrar que os processos de tomada de posição não ocorrem em um vazio simbólico, mas dependem da rede

²⁴ Conforme sintetiza Souto (2013), a internação compulsória adotada no Rio de Janeiro era voltada a crianças e adolescentes usuários de crack, ao passo que o desenvolvimento dessas ações em São Paulo voltava-se a usuários de drogas em geral, embora se saiba que o objetivo era atuar na problemática do crack.

de significações e dos pontos de dissenso que constituem o próprio campo. Nesse sentido, as comunicações jornalísticas abordadas, mais do que informar, apresentam, atualizam e motivam diferentes possibilidades de tomada de posição simbólica diante do que se constrói como droga, crack, dependência química, saúde, tratamento, internação e outros objetos sociais. Além disso, esses processos de tomada de posição mobilizam a dimensão de biopoder que acompanha a dinâmica relacional do “eu-outro”, normalizando e legitimando determinadas formas de intervenção e controle dos indivíduos que se relacionam com o crack e outras drogas. Trata-se, portanto, de se posicionar sobre o que fazer e como se apropriar da vida do indivíduo usuário de crack, bem como da alteridade ameaçadora que ele – como categoria social – representa na esfera pública.

O interlocutor pode, por exemplo, apreender a internação compulsória como uma expansão ilegítima do poder estatal, ameaça aos direitos humanos e penalização do dependente de drogas. Além disso, a internação não seria eficaz, pois isolaria o sujeito do seu contexto social e este, ao retomar seu cotidiano, voltaria a consumir a droga como antes. Por essas razões, a judicialização do fenômeno não seria adequada, devendo-se, de outro modo, privilegiar outras estratégias de intervenção pautadas na autonomia, liberdade e integração social do sujeito. De outro modo, por exemplo, o interlocutor pode interpretar a oferta de trabalho para dependentes como uma medida ilegítima e ineficaz. Ilegítima porque conferiria privilégios – uma atividade remunerada – a sujeitos desviantes – aqueles que rompem com as normas sociais – em um contexto ameaçado pelo desemprego. Ineficaz porque o usuário de crack não teria controle diante da dependência química e não seria capaz de gerir as suas atividades cotidianas, retomando o seu padrão de consumo de crack e causando problemas no ambiente de trabalho. Claro está que os cenários hipotéticos citados não pretendem reduzir a complexidade sócio-simbólica que perpassa o tema dos modelos de cuidado ao usuário de crack e outras drogas, muito menos decidir pela pertinência de uma ou outra forma de intervenção. Em vez disso, esses exemplos ilustram a relação entre os discursos da classe 4 e tomadas de posição que atualizam a dimensão do biopoder atrelada ao campo – a gestão e controle da vida do outro em articulação com regimes de verdade socialmente legitimados. Nesse sentido, os temas e discursos da classe 4 ilustram, ainda, o que se chamou anteriormente de aliança médico-jurídica. Por meio dessa aliança, a dependência química é apropriada como uma questão não só da saúde individual, mas também da medicina social, seus saberes e técnicas, que incidem sobre a população na gestão dos perigos urbanos apresentados pelo outro – o usuário das ruas, que ameaça a segurança e o bem-estar no território. Além disso, o tema da internação compulsória ilustra as práticas terapêuticas

também como lugar de ação do direito, que atua aqui na prescrição de ações corretivas junto ao saber médico – incluindo também a chamada justiça terapêutica.

6.3.5 Classe 5: substâncias, riscos, danos e usos terapêuticos

Constituída por 5688 segmentos de texto (15.71%), a classe 5 apresenta um campo léxico característico da divulgação de pesquisas científicas sobre drogas na área da saúde (especialmente aquelas da neurologia e farmacologia), caracterizando um saber médico ($\chi^2 = 732$). É nesse aspecto que a classe 4 apresenta uma relação de contiguidade com a classe 5. No entanto, se por um lado aquela aborda a dimensão social do saber médico nas práticas terapêuticas coletivas, na classe 5 esse sistema de conhecimento se ocupa da produção de saberes sobre as substâncias ($\chi^2 = 931$), os efeitos ($\chi^2 = 1569$) do uso ($\chi^2 = 952$), seus riscos ($\chi^2 = 942$), danos ($\chi^2 = 308$) e benefícios terapêuticos ($\chi^2 = 94$) para distintos pacientes ($\chi^2 = 812$). Além disso, a dependência ($\chi^2 = 807$) é retomada como aspecto pertinente, mas dessa vez ela caracteriza um objeto de estudo ($\chi^2 = 2475$) e, ainda, de tratamento ($\chi^2 = 391$) medicamentoso e/ou alçado na psicoterapia ($\chi^2 = 86$). Não obstante, a classe 5 contempla ainda segmentos de texto que tratam de estudos epidemiológicos e correlacionais sobre as condutas de consumo de drogas e seus usuários. Nesse âmbito, é possível encontrar um vocabulário relacionado a levantamentos ($\chi^2 = 302$) sobre padrões de consumo em diferentes populações ($\chi^2 = 145$), fatores ($\chi^2 = 222$) de risco ($\chi^2 = 942$), probabilidade ($\chi^2 = 27$), chance ($\chi^2 = 77$) e prevalência ($\chi^2 = 45$) de problemas associados ao uso. Desse modo, a classe 5 organiza discursos que constituem não só as substâncias químicas, mas também seus usuários, cujos comportamentos e características passam a ser calculados e medicalizados – ou seja, inseridos nas redes prático-discursivas que se ocupam da saúde e doença do indivíduo e da população.

A despeito da pluralidade temática encontrada, é possível discutir, em primeiro lugar, os trechos que pautam resultados ($\chi^2 = 395$) de pesquisas ($\chi^2 = 1124$) sobre riscos e danos atribuídos tanto a drogas lícitas e controladas, como a substâncias proscritas. Da primeira categoria, destacam-se: álcool ($\chi^2 = 1279$; var. $\chi^2 = 1041$), tabaco ($\chi^2 = 230$; var. $\chi^2 = 972$), sibutramina²⁵ ($\chi^2 = 219$; var. $\chi^2 = 369$), outros anorexígenos ($\chi^2 = 21$) e medicamentos

²⁵ A sibutramina, substância presente em alguns medicamentos utilizados no tratamento da obesidade, possui mecanismos de ação psicotrópicos, pois inibe a recaptação de noradrenalina e serotonina (MANCINI; HALPERN, 2002). Por essa razão, em 2010 a Anvisa (BRASIL, 2010b) mudou a sua classificação da categoria de “outras substâncias sujeitas a controle especial” para a categoria dos psicotrópicos, exigindo a retenção de notificação de receita especial em farmácias. Em 2011, a prescrição de anorexígenos que continham a sibutramina passou a ser ainda mais restrita mediante nova resolução da Anvisa, a qual dispunha principalmente

psiquiátricos em geral ($\chi^2 = 1283$) – tais como antidepressivos ($\chi^2 = 294$), antipsicóticos ($\chi^2 = 143$) e ansiolíticos ($\chi^2 = 21$). Por sua vez, as drogas ilícitas que foram significativamente representadas na classe 5 são: alucinógenos em geral ($\chi^2 = 109$; var. $\chi^2 = 265$), ayahuasca ($\chi^2 = 90$; var. $\chi^2 = 160$), ecstasy ($\chi^2 = 32$; var. $\chi^2 = 67$), LSD ($\chi^2 = 61$; var. $\chi^2 = 46$), metanfetaminas ($\chi^2 = 19$; var. $\chi^2 = 22$), substâncias sintéticas em geral ($\chi^2 = 42$; var. $\chi^2 = 28$), heroína ($\chi^2 = 38$), morfina ($\chi^2 = 55$), ibogaína ($\chi^2 = 69$), maconha – aqui especialmente tratada por cannabis²⁶ ($\chi^2 = 65$) –, e alguns de seus canabinóides ($\chi^2 = 48$), como o THC ($\chi^2 = 246$) e o canabidiol ($\chi^2 = 261$), ou CBD ($\chi^2 = 401$). Os seguintes trechos exemplificam o tema dos riscos e danos associados ao uso de substâncias psicoativas:

(...) entre elas o câncer da mama, câncer oral, doenças cardíacas, derrames e cirrose hepática, entre outras. Pesquisas também associaram o consumo de álcool em doses elevadas à problemas de saúde mental, perda de memória e diminuição da fertilidade.

Estudos mostram que, além da dependência, o uso crônico produz bronquite crônica, insuficiência respiratória, aumento do risco de doenças cardiovasculares, câncer no sistema respiratório, diminuição da memória, ansiedade e depressão, episódios psicóticos e de pânico e, também, um comprometimento do rendimento acadêmico e/ou profissional.

O professor Nutt afirma que "considerados os danos totais, o álcool, o crack e a heroína são claramente mais prejudiciais que todas as outras (substâncias)". "Nossas conclusões confirmam outros trabalhos que afirmam que a classificação atual das drogas tem pouca relação com as evidências de danos", diz o estudo.

Até aqui, é possível notar que a classe 5, em comparação com as outras, é a que reúne um maior número de objetos distintos classificados como drogas (ou vinculados a esse universo) a partir de um mesmo tipo de vocabulário. A partir do campo léxico médico-científico característico da classe 5, as diferentes substâncias psicoativas são concebidas como pertencentes a um mesmo conjunto de fenômenos e processos e submetidas a regras similares de avaliação e produção discursiva. Não obstante, a consideração dos aspectos biomédicos não apenas submete diferentes substâncias a uma mesma ordem de saber, como também as individualiza, discriminando suas características, riscos e, inclusive, benefícios potenciais. A

sobre a proibição de diferentes substâncias emagrecedoras (BRASIL, 2011). A sibutramina, por sua vez, permaneceu classificada como uma substância psicotrópica controlada.

²⁶ Em pesquisa anterior (SOUSA, 2013), que investigou a construção discursiva da maconha em comunicações de massa, observou-se a mesma tendência: os discursos que tratavam o objeto por “cannabis” foram significativamente mais representados em uma classe cujo campo léxico era característico da linguagem biomédica. Por se tratar de um objeto moral e politicamente sensível, esse tratamento linguístico visa produzir um efeito de imparcialidade da ciência, de modo a legitimar o conhecimento ali produzido – que muitas vezes é tido como contranormativo – e distanciar simbolicamente a “cannabis” (construído como objeto científico amoral) da “maconha” (a droga, objeto moralizado e criminalizado).

exemplo dessa questão, pode-se observar que os segmentos de texto da classe 5 são característicos de matérias cujas manchetes citam uma ou múltiplas substâncias²⁷ específicas, ao mesmo tempo em que são menos característicos daquelas que tratam genericamente sobre “as drogas”²⁸ e temas afins. Uma vez que as substâncias são consideradas a partir do horizonte representacional da ciência e da medicina, elas se inserem em redes de significação e interpretação que as separam das dinâmicas próprias de outros horizontes, como o do tráfico de drogas. Horizontes, no campo das representações sociais, são entendidos como os diferentes domínios em que um mesmo objeto pode ser situado (JODELET, 2008). Por sua vez, na presente classe as substâncias são nomeadamente discutidas a partir do horizonte científico, que as descola do campo genérico das drogas e as recoloca como objetos de saber próprios da medicina.

Nesse contexto, os sistemas de classificação que incidem sobre os objetos não são pautados pelo seu status legal, mas sim por suas características farmacológicas ($\chi^2 = 43$) e seus efeitos ($\chi^2 = 1569$) – no organismo ($\chi^2 = 63$), no cérebro ($\chi^2 = 815$) e nas relações de saúde/doença como um todo. Para o tipo de saber que se organiza na classe 5 não é suficiente – ou mesmo necessário – conhecer a natureza jurídica de uma droga. É preciso conhecer o seu mecanismo de ação, sua utilidade e periculosidade relativas à manutenção ou maximização da vida. Apesar disso, a (i)legalidade implícita das diferentes substâncias confere valor de notícia a determinados enunciados, sobretudo aqueles que colocam tensões para as normas do campo, como a própria proibição seletiva e os discursos naturalizados de periculosidade/inocuidade gerados pelas fronteiras entre drogas ilícitas/lícitas. Em outras palavras, discursos que evidenciam os problemas relacionados ao uso de álcool, tabaco e outras drogas lícitas, aliados àqueles enunciados que relativizam os danos de substâncias ilícitas, se realizam a partir de uma terminologia das ciências médicas, mas as repercussões simbólicas não necessariamente se restringem ao campo e ao valor da saúde. Isso significa dizer que, embora o saber médico-científico não se ocupe da (i)legalidade das substâncias, os usos que se faz dos seus enunciados podem funcionar como princípios contranormativos, com repercussões no horizonte político do objeto, sem que a ciência ou a medicina sejam, por si mesmas, consideradas formas contranormativas de saber²⁹.

²⁷ Ilustrado pela modalidade referente ao tipo de droga no título como “múltiplas substâncias” (var. $\chi^2 = 110$).

²⁸ Ilustrado pela modalidade referente ao tipo de droga no título como “não especificado” (var. $\chi^2 = -979$).

²⁹ A esse respeito, é possível observar os posicionamentos explícitos e implícitos de associações científicas sobre drogas. A título de ilustração, retomam-se alguns exemplos da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas – ABEAD, que reúne pesquisadores/as e profissionais do campo, e tem expressiva participação na elaboração e implementação de políticas de prevenção e tratamento do uso de drogas no Brasil. A seção

Dito isso, importa ressaltar que as tensões colocadas pelo conhecimento médico-científico se realizam tanto na direção da economia e cálculo dos riscos e danos das drogas lícitas e ilícitas, como no reconhecimento de propriedades terapêuticas atreladas a substâncias proscritas e seus derivados. Esse último tema pode ser ilustrado pelos seguintes segmentos:

Há consenso entre médicos e neurologistas do país³⁰ que a maconha ajuda a atenuar dores crônicas neurológicas, assim como a desnutrição severa e falta de apetite e distúrbios neurológicos.

“Opinião da Abead”, disponível em <http://www.abead.com.br/> (consulta realizada em março de 2016), reúne alguns dos seus posicionamentos. Dentre essas publicações, encontram-se textos explicitamente avessos a mudanças como a descriminalização do porte de drogas proscritas para consumo pessoal e a legalização de quaisquer drogas ilícitas (Ver. “Sobre a legalização das drogas no Brasil”, disponível em: [abead.com.br/site/?p=2125](http://www.abead.com.br/site/?p=2125); “Porque NÃO legalizar a maconha no Brasil”, disponível em: [abead.com.br/site/?p=522](http://www.abead.com.br/site/?p=522); “Posicionamento ABEAD – Descriminalização da maconha no Brasil”, disponível em: [abead.com.br/site/?p=1038](http://www.abead.com.br/site/?p=1038); “A quem interessa a legalização da maconha?”, disponível em: [abead.com.br/site/?p=536](http://www.abead.com.br/site/?p=536); “Não precisamos que nenhuma outra droga seja legalizada”, disponível em: [abead.com.br/site/?p=3013](http://www.abead.com.br/site/?p=3013)). De acordo com essas publicações, tais possibilidades de mudança na legislação são motivadas por um *lobby* organizado que visa explorar financeiramente o mercado do consumo de drogas, a começar pela maconha, ou, ainda, refletem iniciativas de usuários e defensores do “direito de se drogar”. Aliás, o próprio movimento da marcha da maconha é interpretado como apologia do uso da droga, cujas manifestações deveriam ser proibidas. A decisão do STF, em 2011, de considerar a marcha da maconha como um exercício legítimo de liberdade de expressão e participação política é igualmente questionada pela associação: “A seguir poderemos ter marchas em defesa do crack, da permissão de beber entre menores de 18 anos e por que não do direito ao suicídio, estupro ou homicídio. Quem sabe o Supremo também acabará por garantir a liberdade de expressão dos defensores de uma ditadura militar, da pedofilia, da escravidão, do nazi-facismo?” (Ver. “Maconha, bem mais do que uma plantinha”, disponível em: [abead.com.br/site/?p=767](http://www.abead.com.br/site/?p=767)). Diante do atual momento histórico, sensível ao debate de mudanças legais do campo, a Abead sustenta que “Direitos Humanos devem ser garantidos, isto é, o direito de não usar drogas: os cidadãos, em especial as crianças, têm o direito de viver num ambiente seguro e livre de drogas, quer em sua família, quer na comunidade” (Ver. “Sobre a legalização das drogas no Brasil”, disponível em: [abead.com.br/site/?p=2125](http://www.abead.com.br/site/?p=2125)). A descriminalização e/ou a legalização representam, então, um cenário de “tragédia social”, pois provocariam, de acordo com a opinião da associação, o aumento da violência, do consumo, abuso, dependência e outros problemas associados ao uso de drogas que afetam diretamente o funcionamento da família e da sociedade. Além disso, a Abead se coloca contra o uso terapêutico da maconha, embora considerem – não sem desconfiança – a utilização de determinados canabinóides isolados em casos especiais (Ver. “Não existe maconha medicinal, as evidências são cada vez mais consistentes”, disponível em: [abead.com.br/site/?p=1882](http://www.abead.com.br/site/?p=1882); “Potencial Terapêutico do Canabidiol” disponível em: [abead.com.br/site/?p=2221](http://www.abead.com.br/site/?p=2221)). Outros exemplos poderiam ser citados, mas até aqui parece ser suficiente para ilustrar o engajamento de associações científicas na manutenção de normas do campo, bem como na conservação da hegemonia da medicina como instância reguladora dos usos de psicoativos (sob a forma de medicamentos). A despeito disso, a própria tensão normativa que permeia os usos de drogas no Brasil oferece condições de possibilidade para associações científicas cujos princípios e posicionamentos sejam divergentes daqueles encontrados na Abead. Nessa direção, basta citar que a Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD), composta por pesquisadores/as e profissionais atuantes no campo a partir de diferentes áreas, publicou em livro uma coletânea inteiramente composta de artigos sobre o tema da política sobre drogas, em especial a interface com a educação, saúde coletiva e direitos humanos (FERNANDEZ; ANDRADE; NERY FILHO, 2015). Nesse volume, é possível encontrar desde críticas ao modelo proibicionista e seus efeitos nocivos a populações em situação de vulnerabilidade, até a discussão sobre direitos humanos das pessoas que fazem uso de drogas. No campo das ciências humanas, para citar outro exemplo, nota-se que o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), se apresenta como um grupo antiproibicionista – portanto, crítico aos efeitos danosos da guerra às drogas tornadas ilícitas – e também defensor do princípio da autonomia do sujeito sobre as suas práticas de alteração da consciência (Disponível em: <http://neip.info/historico>).

³⁰ Referente à República Tcheca no contexto de origem.

O CBD tem sido usado com pacientes com síndromes epilépticas graves e outros quadros, como doença de Parkinson, como uma alternativa a tratamentos tradicionais que não apresentam os efeitos desejados e como forma de atenuar quadros muito graves.

O pequeno estudo, realizado com apenas 20 pacientes, concluiu que a droga sintética, também conhecida como MDMA (3,4-metilenodioximetanfetamina), seria segura e ajudaria a melhorar os efeitos da psicoterapia.

Trata-se do uso de substâncias alucinógenas como LSD, peiote, ayahuasca (utilizadas no Brasil em rituais do Santo Daime) no tratamento da dependência química.

Como se pode observar, diferentes substâncias proscritas e combatidas em nível global são, aqui, inseridas em um contexto simbólico distinto das representações hegemônicas que as tratam como objetos causadores de grandes problemas individuais e sociais. Ressalta-se que algumas delas, como a ibogaína ($\chi^2 = 69$), ayahuasca ($\chi^2 = 90$) e LSD ($\chi^2 = 61$), foram consideradas nessas comunicações inclusive como possibilidade terapêutica para a dependência química. O interesse na investigação de propriedades terapêuticas de drogas ilícitas, particularmente as alucinógenas ($\chi^2 = 109$), é, segundo Escobar e Roazzi (2010), reflexo de uma tendência atual de mudança nas políticas sobre drogas, assim como de reconsideração dessas substâncias no âmbito da medicina.

É necessário enfatizar, no entanto, o lugar de destaque que ocupa o objeto da maconha nessas discussões sobre propriedades terapêuticas de drogas ilícitas. Parte da sua relevância temática é explicada pelas pesquisas sobre o sistema neural endocanabinóide – sobre o qual atuam os canabinóides presentes na maconha (fitocanabinóides) e aqueles produzidos pelo próprio organismo (endocanabinóides). Os receptores desse sistema, o CB1 e o CB2, descobertos respectivamente em 1988 e 1993 (FRANCISCHETTI; ABREU, 2006), são largamente encontrados no corpo humano e se relacionam com uma ampla gama de funções adaptativas, tais como a regulação de respostas emocionais como ansiedade, medo e estresse, apetite, modulação da dor, motricidade, sensação de recompensa, entre outras (MALCHERLOPES; RIBEIRO, 2007). Dentre os canabinóides utilizados no contexto médico destacam-se o delta-9-tetra-hidrocanabinol (THC) e, notavelmente, o canabidiol (CBD), um canabinóide não psicoativo. A Cannabis e seus derivados têm sido utilizados terapêuticamente em diversos países – onde tenham autorização governamental – podendo ser encontradas, inclusive, sob a forma de remédios patenteados, tais como Sativex®, Cesamet®, Bedrocan®, Bedrobinol®, Bediol® e Bedica® e Marinol® (CARLINI; ORLANDI-MATTOS, 2011). De acordo com Pamplona (2014), paulatinamente a cannabis tem tido reconhecimento pelas suas propriedades terapêuticas, motivando recentemente o debate na Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (ANVISA). Em janeiro de 2015 a Anvisa retirou o CBD da lista de substâncias proibidas, classificando-o como substância controlada³¹ e passível de importação sob a forma de extratos padronizados utilizados no tratamento de casos graves e refratários de epilepsia. Essa autorização foi precedida pelo aquecimento da discussão do uso medicinal da maconha³², sobretudo em 2014, cujo foco era as aplicações do canabidiol. Nos dados analisados, por exemplo, o termo CBD foi citado 89 vezes no ano de 2014 em relação a 8 em 2012 e nenhuma vez nos outros anos. Canabidiol, por sua vez, foi citado 47 vezes em 2014, 5 em 2010, 4 em 2012 e nenhuma em 2011 e 2013.

O aumento de publicações que citam o canabidiol em 2014 indica um crescente interesse pelo uso da maconha no âmbito médico, mas a mudança normativa ocorrida em 2015 manteve o THC na ilegalidade médica, embora houvesse tolerância quando presente em compostos cuja quantidade de CBD fosse superior. Assim, o principal composto psicoativo da maconha foi apropriado pelas normas sanitárias de modo distinto em comparação ao canabidiol, o que parece indicar um rechaço ao uso terapêutico de componentes psicoativos. Apesar disso, no início de 2016, em cumprimento à decisão judicial de uma ação proposta pelo Ministério Público Federal no Distrito Federal, a Anvisa passou a permitir também a prescrição e importação de produtos à base de THC e não apenas de CBD, através da RDC 66/2016 (BRASIL, 2016).

De modo pertinente à construção simbólica das drogas, os desdobramentos da discussão sobre efeitos terapêuticos relacionados a substâncias ilícitas dizem respeito ao processo de ancoragem de diferentes objetos na tensão entre tóxico e remédio. Tais categorias antinômicas não são excludentes entre si e são contextualmente abordadas a depender do objeto, das finalidades de uso e efeitos de cada substância, do momento histórico, entre outros. Esse tema se articula, ainda, com a noção de *phármakon*, conceito de origem grega, herdado da antiguidade, que designava ao mesmo tempo remédio e veneno, de modo inseparável (ESCOHOTADO, 2008). No campo da farmacologia, por sua vez, os conceitos de droga de abuso e medicamento não são distintos, pois, como ressaltam Fonseca e Lemos (2011), “todas as drogas de abuso têm potencial terapêutico e muitos medicamentos podem

³¹ Anvisa autoriza prescrição de remédios com canabidiol e THC no país. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/saude/anvisa-autoriza-prescricao-de-remedios-com-canabidiol-thc-no-pais-18924615>>. Acesso em: 11/4/2016.

³² A título de exemplo, é possível citar o documentário “Illegal - A vida não espera”, dirigido por Raphael Erichsen e Tarso Araujo, lançado em 2014, que acompanhou a trajetória de Katiele, a mãe de uma criança com epilepsia que buscava tratar a sua filha de 5 anos com CBD e era impedida por conta da ilegalidade da substância. O documentário faz parte da campanha “Repense”, que visa discutir o uso terapêutico da maconha no Brasil – Disponível em: <http://campanharepense.org>.

causar dependência e uso inapropriado” (FONSECA; LEMOS, 2011, p. 25). Apesar disso, a droga é apreendida socialmente ora como remédio ($\chi^2 = 587$), ora como tóxico ($\chi^2 = 85$), aspecto esse que evidencia tal antinomia como ponto de tensão estruturante do campo.

É claro que não se deve igualar a droga contemporânea – apreendida pela moral, medicina e direito – ao *phármakon* grego, pelo evidente anacronismo que isso causaria. No entanto, a importância desse paralelo reside na observação da centralidade de certos significados tidos como fundamentais para o ato de representar a droga através das comunicações analisadas. Nesse sentido, a antinomia remédio/tóxico confere sentidos à droga ao mesmo tempo em que demarca a utilidade social e aceitação de certos objetos – aqueles mais próximos da classificação de remédio – no campo da saúde. Na classe 5, por sua vez, a tensão produzida por essa antinomia é observada nos riscos e benefícios relacionados a distintas substâncias e seus usos. Por sua vez, cabe ao saber médico-científico desse contexto normalizar as relações dos sujeitos com as drogas pelos critérios que lhe são próprios, reservando à sua esfera técnica – as práticas médicas – a hegemonia na manipulação e utilização das substâncias que configuram medicamentos.

Apesar da inserção de substâncias ilícitas no rol das ferramentas médicas, ressalta-se que esse processo não é suficiente para apontar consensos e/ou tendências sobre a aceitação da sua utilização clínica. Não se deve também supor, de forma apressada, que há uma aderência privilegiada a conteúdos contranormativos ou antiproibicionistas por parte das notícias jornalísticas no tratamento do tema. Assim como é possível encontrar referências a propriedades terapêuticas de drogas ilícitas, o mesmo tratamento é dado para substâncias regulamentadas. Além disso, essas mesmas substâncias – tanto lícitas quanto ilícitas – são discutidas em termos de riscos e danos, conforme assinalado anteriormente, sendo a própria aplicação terapêutica frequentemente relativizada e/ou questionada. Desse modo, as comunicações analisadas pautam tensões – e não consensos – que constituem a droga no horizonte representacional do saber médico-científico, cujos produtos discursivos repercutem e são utilizados nas comunicações sociais do campo como um todo. Nessa direção, a ambiguidade tóxico-medicamentosa das substâncias confere valor de notícia para determinados enunciados e oferece lugares discursivos para a atualização de tomadas de posição sobre o uso (e os usuários) de determinadas substâncias, saúde, doença, práticas curativas e, no limite, sobre a gestão da vida do outro.

6.3.6 Classe 8: a droga, celebridades, relações interpessoais e histórias de vida

Composta por 7245 segmentos de texto (20.01%), a classe 8 é caracterizada por um tipo de vocabulário que remete ao universo artístico, à vida de celebridades e às relações sociais e familiares dos indivíduos noticiados. Trata-se de uma classe que apresenta o uso de drogas a partir das suas relações com o entretenimento, produtos midiáticos, artísticos e culturais – como jornais ($\chi^2 = 158$), TV ($\chi^2 = 149$), Cinema ($\chi^2 = 148$), filmes ($\chi^2 = 471$), vídeos ($\chi^2 = 296$), livros (325), música ($\chi^2 = 210$), discos ($\chi^2 = 132$), festivais ($\chi^2 = 117$) – e as pessoas inseridas e visibilizadas nesse contexto: as celebridades ($\chi^2 = 98$) e artistas ($\chi^2 = 188$) em geral – cantores(as) ($\chi^2 = 861$), atrizes ($\chi^2 = 568$), atores ($\chi^2 = 532$), bandas ($\chi^2 = 231$), músicos ($\chi^2 = 184$), entre outros. Além disso, observa-se a presença significativa de termos que atualizam elementos afetivos ligados às relações interpessoais. Destacam-se: família ($\chi^2 = 196$), filho(a) ($\chi^2 = 760$), amigo(a) ($\chi^2 = 593$), mãe ($\chi^2 = 467$), pai ($\chi^2 = 389$), marido ($\chi^2 = 141$), esposa ($\chi^2 = 21$), companheiro(a) ($\chi^2 = 60$), entre outros, o que indica a consideração do uso de drogas a partir da vida íntima dos sujeitos em seus contextos de socialização mais próximos. Observa-se, ainda, que as seções F5 (var. $\chi^2 = 1426$) e Ilustrada (var. $\chi^2 = 4313$) foram significativamente representadas nessa classe, dado que suas temáticas são estreitamente ligadas ao entretenimento e às celebridades.

Os principais temas identificados através dos segmentos mais característicos da classe 8 caracterizam desdobramentos da problematização do consumo individual de álcool e outras drogas – relatos e trajetórias de uso, problemas decorrentes, dependência, tratamento, reabilitação e narrativas de superação da dependência. Esses temas estão relacionados, frequentemente, à própria rede de sociabilidade dos indivíduos e, por essa razão, as relações interpessoais que surgem nesses discursos precisam ser discutidas brevemente para, então, apresentar apropriadamente os temas citados. Inicialmente é preciso ressaltar que a referência a amigos(as), familiares e companheiros(as) acontece com diferentes funções. Por exemplo, as pessoas próximas foram citadas como fonte de influência social tanto positiva – um fator de proteção, ou rede de suporte afetivo diante do uso problemático de drogas –, quanto de influência negativa – como fator de risco na iniciação, manutenção ou agravamento dos problemas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas. Alguns desses contextos relacionais de referência, citados na problematização do uso de drogas, podem ser ilustrados pelos seguintes trechos:

Quem me tirou dessa vida foi minha mulher. Casamos, tivemos uma filha. Fiquei limpo por oito anos. Nunca mais usei drogas e só bebia em ocasiões especiais. Ficava alto, mas não dava vexame.

(...) É algo que provavelmente seu filho teria mais condições de obter, com o apoio não só de terapeutas como também, especialmente, da família.

(...) o cantor, seu pai e um grupo de dez amigos fumaram uma quantidade tão grande de maconha que os pilotos foram obrigados a usar máscaras de oxigênio.

"Estamos aprendendo que ter pais ou melhor amigo que fumam, frequentar ambientes onde é permitido fumar e sentir prazer nisso são fatores de risco para que experimentem cigarros, iniciem-se no consumo regular e, enfim, tornem-se dependentes", diz.

(...) mas eu não queria ajuda. Queria curtir, ser feliz, estar com meus amigos e, nesse pacote, estavam também as drogas. Logo perdi o controle de dizer não a elas.

É possível notar que o contexto de sociabilidade dos amigos é citado, sobretudo, como uma fonte negativa de influência, ao passo em que a família é colocada – embora não exclusivamente – como fonte de proteção e motivação para a interrupção do uso de drogas. Além disso, a família foi citada como instituição investida da responsabilidade de transmitir aos filhos determinados valores e normas que servem de orientação na relação dos sujeitos com as drogas. No presente contexto, essa transmissão é marcada tanto por discursos antidrogas, como pela valorização da autonomia do sujeito ou, ainda, por normas de moderação e responsabilidade. Esse aspecto pode ser ilustrado pelos seguintes trechos:

"Você não pode simplesmente dizer a um filho: então tudo bem, pode ir, vai lá, pegue umas drogas", disse.

"Não acho que fumar maconha seja mais perigoso do que o álcool", acrescentou. Ele disse já ter conversado com as duas filhas, Sasha e Malia, e lhes disse que fumar maconha "é uma ideia ruim, uma perda de tempo, não muito saudável".

"Não quero mais parecer uma criminosa para meus filhos. Quero que eles saibam que isto é uma escolha que você faz como um adulto responsável", disse a cantora Melissa Etheridge (...).

"Converso com o meu filho maior sobre drogas. Digo: maconha não é tão agressiva quanto cigarro. É uma onda gostosa, mas moderação é tudo na vida, entendeu? A pior coisa é dizer 'não faz'", disse o ator.

Verifica-se que os relatos individuais do uso de drogas reunidos na classe 8 são inscritos na história (inter)pessoal dos sujeitos. Nesse contexto de produção, a família é uma instância privilegiada a partir da qual determinados acontecimentos que marcam as trajetórias de vida dos indivíduos são narrados e/ou explicados. Além disso, por se tratar de um objeto

investido de expectativas e valores, a família funciona como um campo discursivo que atualiza elementos morais do campo das drogas.

Conforme assinalado anteriormente, grande parte dos enunciados que compõem a classe 8 são provenientes de matérias que pautam a problematização do uso de drogas por artistas e celebridades. É importante explicitar que são consideradas celebridades as pessoas que são conhecidas publicamente e ocupam espaços de visibilidade nos meios de comunicação de massa. Como ressalta Simões (2009), as celebridades são entidades construídas discursivamente e a sua emergência depende da interação dos indivíduos no cotidiano, da mídia e do contexto cultural. Por essa razão, não é possível reduzir a construção de uma celebridade à sua atividade profissional ou àquilo que se desdobra na esfera pública do seu campo de ação. De outro modo, observa-se uma interpenetração entre espaços públicos e privados (no sentido relacionado à intimidade e privacidade de um indivíduo) que faz com que o próprio interesse da mídia pela vida íntima do indivíduo seja considerado um fator de caracterização de uma celebridade (SIMÕES, 2012). É, portanto, no horizonte da vida íntima de pessoas públicas construídas e visibilizadas como celebridades que a maior parte dos enunciados dessa classe se situa para tematizar o uso de drogas.

É preciso ressaltar, ainda, que os textos que compõem a classe apresentam particularidades formais que são fundamentais para compreender o conteúdo. Nesse sentido, observa-se a presença significativa de pronomes autocentrados, como eu ($\chi^2 = 1970$), me ($\chi^2 = 1178$), meu ($\chi^2 = 848$), minha ($\chi^2 = 780$) mim ($\chi^2 = 270$), comigo ($\chi^2 = 111$) e nós ($\chi^2 = 69$). Não obstante, também são característicos os pronomes ela ($\chi^2 = 743$), ele ($\chi^2 = 482$), você ($\chi^2 = 589$), seu ($\chi^2 = 556$), sua ($\chi^2 = 478$), entre outros. Essas marcas da construção do texto indicam a presença de relatos que partem tanto dos sujeitos que são alvo da notícia como também das pessoas próximas que atuam como fontes de informação – novamente, amigos e familiares. Nesses relatos, a droga, em seu aspecto material, é objetivada nas diferentes substâncias – notavelmente álcool (var. $\chi^2 = 456$), heroína (var. $\chi^2 = 149$), crack (var. $\chi^2 = 81$) e alucinógenos (var. $\chi^2 = 34$) –, mas também nas ações dos indivíduos – por exemplo, usar ($\chi^2 = 371$), fumar ($\chi^2 = 510$), beber ($\chi^2 = 386$) e cheirar ($\chi^2 = 97$). Tais práticas de consumo são tematizadas, de modo mais amplo, como um aspecto da trajetória de vida dos indivíduos sobre o qual se deve falar sobre, comunicar, ter conhecimento. Nesse aspecto, essas narrativas podem ser entendidas como meios de apropriação discursiva da história de vida do outro: um indivíduo que deve contar ($\chi^2 = 441$), falar ($\chi^2 = 395$), revelar ($\chi^2 = 51$) os detalhes de si e de seus comportamentos, ao mesmo tempo em que é também falado por outros.

Especificamente a respeito da problematização do uso de álcool e outras drogas, destacam-se os temas da dependência química – aqui especificamente chamada de “vício” ($\chi^2 = 215$) –, do tratamento, reabilitação ($\chi^2 = 364$) e, de modo menos expressivo, das mortes de celebridades relacionadas ao uso de drogas – notavelmente em casos de overdose ($\chi^2 = 81$). É fundamental lembrar que as práticas de uso de álcool e outras drogas provocam constantemente a elaboração e o reconhecimento de normas comportamentais na vida cotidiana, normas essas que dão condições de possibilidade de se construir o próprio desvio. Nesse sentido, é possível afirmar que a dependência – ou “vício” – emerge como uma das construções mais características do desvio nessa classe, aproximando-a da perda da autonomia, controle e liberdade em relação à substância. Diante dessas situações problemáticas, a abstinência é colocada como norma comportamental desejada e, por isso, exaltada nos relatos dos indivíduos que conseguiram se livrar ($\chi^2 = 45$) e parar ($\chi^2 = 177$) com o uso de drogas, seja através do tratamento nas chamadas clínicas de reabilitação ou por outras razões. Nesse sentido, a dependência e a busca pela abstinência são temas fundamentais para a compreensão das narrativas sobre o uso de drogas na classe 8. Esses aspectos podem ser ilustrados pelos seguintes trechos:

Ele disse que estava bebendo e usando drogas durante o último ano e meio e estava em um "lugar muito escuro", mas agora está sóbrio há 44 dias.

(...) A mãe do rapaz espera que, depois do 'sucesso', Rafael volte para a reabilitação. Desta vez, para ficar mais do que dez dias.

"Na rua, me contam muitos problemas familiares. Todo mundo tem. É triste. Também tenho uma pessoa na minha família, que não cabe aqui falar. Ela vai para a clínica [de reabilitação]"

Arlindo também teve problemas com álcool e drogas. Não gosta de falar sobre o assunto, mas confirma que foi dependente de cocaína e que isso atrapalhou sua vida profissional. Diz ter só se livrado do vício quando se converteu evangélico.

"Eu deixei o vício em heroína em Nova York", diz Dylan. O músico afirma ter ficado muito envolvido com heroína e conta que gastava cerca de US\$ 25 por dia com a droga.

A presença de temas como dependência, tratamento e reabilitação na classe 8 apresenta características que devem ser mencionadas e refletidas, sobretudo, em contraste com aqueles da classe 4. Se naquela a dependência e o tratamento foram tomados como um problema de governo e de regulação da população nos espaços públicos, na presente classe esses temas são discutidos como um problema pessoal, da esfera individual, alvo de atenção midiática igualmente individualizada. Por conseguinte, os segmentos da classe 8 privilegiam as ações e motivações dos sujeitos – que, quando conhecidos, são tratados por nomes próprios

– e não os fenômenos e processos decisórios coletivos a eles relacionados. Não se deve, entretanto, considerar que as diferenças entre as classes 4 e 8 sejam reduzidas e explicadas apenas pelas características do grupo tipicamente abordado – a saber, uma população marginalizada e em situação de vulnerabilidade social (classe 4) e um conjunto de indivíduos tratados como celebridades (classe 8). Isso porque, apesar de a classe 8 reunir segmentos de texto que são prioritariamente oriundos de notícias sobre pessoas famosas, é possível encontrar nela trechos que abordam histórias de vida de pessoas que vivenciam o contexto da “cracolândia”, tema que é predominante nos segmentos da classe 4. Desse modo, o campo discursivo do uso de crack e a polêmica da internação compulsória dos genericamente considerados dependentes, pode também servir de mote para a personalização da dependência química, tal como encontrado em segmentos da classe 8.

Importa ressaltar que o tema da dependência química também foi observado no vocabulário da classe 5 e, desse modo, aponta para um aspecto estruturante comum às classes que compõem o eixo em questão. Nessa perspectiva, mais do que evidenciar acontecimentos, temas e processos característicos, os universos lexicais de cada classe constroem a dependência em diferentes dimensões do campo das drogas e enfatizam distintamente implicações sociais, individuais e farmacológicas desse objeto. Grosso modo, vinculada às aglomerações de usuários em territórios nomeados como “cracolândia”, bem como à polêmica da internação compulsória, a dependência constitui um problema de governo e de saúde coletiva; discutida nas relações interindividuais e histórias de vida de celebridades e outros usuários, a dependência constitui um problema pessoal, afetivo-existencial; e, por fim, remetida a processos bioquímicos, farmacológicos e neurológicos, potenciais de risco, dano e cura relacionados a substâncias específicas, ela constitui um problema médico-científico, conforme é possível verificar na classe 5. Tratam-se, portanto, de diferentes dimensões simbólicas do campo das drogas a partir das quais a dependência é significada.

Dito isso, é possível retomar o tema do tratamento e reabilitação como processo de enfrentamento à dependência e, no presente contexto, como busca da abstinência através da internação. Assinala-se que, assim como o tema da dependência foi abordado em diferentes classes e dimensões, a estratégia terapêutica da internação também apresentou distinções a depender do contexto discursivo. Se na classe 4 diferentes modelos terapêuticos – incluindo a internação compulsória – são colocados em perspectiva como resposta governamental a um problema de ordem pública e coletiva, os enunciados característicos da classe 8 apresentam a internação em clínicas ($\chi^2 = 407$) de reabilitação ($\chi^2 = 364$) como estratégia prioritária diante do problema individual da dependência. Ademais, quando a dependência foi considerada um

problema coletivo, a internação foi discutida em termos de políticas públicas de saúde, ao passo que a sua consideração como estratégia terapêutica em situações individuais de dependência suscitou aspectos relacionados à história de vida dos sujeitos noticiados, suas relações sociais próximas, desejos e escolhas.

A partir dos temas identificados, dos segmentos apresentados e da discussão realizada até então, é possível notar que a problematização do consumo de drogas através de narrativas parece refletir uma lógica de carreira de uso que leva, sobretudo, à dependência. No tocante aos dados da classe 8, os eventos e processos relacionados à história de uso de drogas evidenciam uma trajetória típica de degradação do indivíduo ao longo do tempo. Como uma estrutura argumentativa implícita, essa trajetória se inicia com a experimentação, passa pelo uso frequente, o desenvolvimento da dependência e termina seja com o sucesso no tratamento que leva à abstinência ou com a morte. Embora as referências a mortes relacionadas ao uso de drogas não sejam aqui tão expressivas em comparação aos relatos de tratamento da dependência, esse foi um tema bastante explorado em notícias sobre algumas celebridades. Destacam-se aí a cantora Amy ($\chi^2 = 235$) Winehouse ($\chi^2 = 161$) e o ator Philip ($\chi^2 = 30$) Seymour ($\chi^2 = 44$) Hoffman ($\chi^2 = 138$), que faleceram, respectivamente, em julho de 2011 e fevereiro de 2014. Assim, esses artistas tiveram suas histórias narradas em termos de carreira de uso problemático mesmo quando ainda estavam vivos enquanto o tema da morte como possível consequência final, por sua vez, foi enfatizado em retrospectiva biográfica:

O ator Philip Seymour Hoffman, 45, que ganhou um Oscar em 2006 por sua atuação em "Capote", deixou a clínica de reabilitação onde ficou por dez dias, na costa leste dos EUA (...).

(...) Hoffman disse que começou a se injetar heroína e não conseguia parar. Ele também bebia excessivamente. "Se eu não parar, vou morrer", respondeu ele, quando um amigo lhe perguntou quão sério era o problema.

Amy Winehouse tentou reabilitação duas vezes em quatro anos. Os problemas de Amy Winehouse com drogas e álcool começaram com sua carreira musical e atraíram cada vez mais as atenções da mídia à medida em que sua fama crescia.

Naquele ano, a mãe de Amy, Janis, declarou que não ficaria surpresa se a filha morresse jovem.

Os exemplos citados são capazes de ilustrar casos em que celebridades marcadas por um histórico de consumo de drogas têm a sua biografia revisitada depois de suas mortes. Esse tipo de tratamento confere inteligibilidade à morte, que passa a ser explicada como uma consequência da carreira de uso de drogas dessas pessoas. Subjacente a esse tratamento discursivo observa-se a construção de narrativas biográficas como resposta a acontecimentos

que marcam a história de uma celebridade, incluindo a própria morte. Segundo Simões (2009), esses acontecimentos motivam interlocuções entre diversos atores sociais – como amigos, familiares, fãs e jornalistas – que acionam as experiências passadas da celebridade e, inclusive, projetam desdobramentos futuros diante das situações. Desse modo, os segmentos de texto da classe 8 podem ser entendidos, de modo geral, como um conjunto específico de discursos sobre drogas: aqueles que constituem narrativas biográficas. São trechos que produzem publicamente histórias ($\chi^2 = 274$) de vida ($\chi^2 = 636$) – embora não quaisquer vidas, mas aquelas investidas de valor de notícia – a partir de acontecimentos ligados ao uso de drogas. Ainda que a maior parte dos trechos esteja relacionada à vida de celebridades, o caráter biográfico, isto é, a produção de verdades sobre a vida das pessoas que usam drogas, parece ser o elemento-chave na compreensão da classe. Dito de outra forma, subjacente às notícias sobre o uso de drogas por famosos – que, sem dúvida, produzem efeitos para o entretenimento, propagam estilos de vida e repercutem na própria cultura de visibilidade das celebridades – destaca-se a produção discursiva sobre o uso e o usuário de drogas de modo vinculado à história pessoal e familiar do sujeito.

Esse horizonte de consideração do campo confere sentidos às práticas individuais de consumo distintos daqueles relacionados às dinâmicas policiais ($\chi^2 = -552$) e do tráfico ($\chi^2 = -468$). Aqui, o uso de drogas não constitui um problema de estado ($\chi^2 = -186$), governo ($\chi^2 = -181$), política ($\chi^2 = -32$), lei ($\chi^2 = -71$) ou pesquisa ($\chi^2 = -78$), pois é, antes, um assunto pessoal, ainda que seja a todo tempo tornado público. Não obstante, mesmo que produzidas sob um enfoque biográfico e não das redes temáticas da lei, polícia e tráfico, as narrativas encontradas na classe 8 também pautam conflitos dos sujeitos com a justiça, conforme é possível observar nos seguintes trechos:

O cantor, no entanto, teria insistido na cena do crime de que não estava bêbado. Autoridades disseram que ele falhou nos testes de sobriedade no momento da prisão.

A estrela de filmes de kung fu Jackie Chan pediu ao público "grandes desculpas" após seu filho, o ator, cantor e socialite Jaycee, ter sido preso em Pequim por uso de drogas.

Poucos dias depois, ela foi detida com maconha novamente, desta vez no aeroporto de Córsega. "Não acreditem em tudo que vocês leem. Estou tendo as melhores férias da minha vida", contou, dias antes de ser fotografada fazendo topless em um iate em Sardenha, na Itália.

É possível depreender que, embora os trechos façam referência a normas legais e interdições, a droga é discutida como um objeto que marca a história de vida dos indivíduos,

enquanto a justiça – em seus variados contextos – distribui sanções específicas aos comportamentos desviantes. Trata-se da droga como objeto de tensão que se situa entre as práticas individuais e as normas legais e não como um problema situado no horizonte da sociopolítica, da cidade ou da população.

Portanto, ainda que a classe 8 reúna uma diversidade de temas que podem ser encontrados em outras classes, o seu vocabulário e segmentos de texto característicos remetem, notavelmente, às relações entre as drogas, seus usos individuais, as pessoas que as consomem, suas histórias de vida e seus contextos de sociabilidade mais próximos. De forma coerente com as características da classe 8 que foram citadas, os enunciados sobre a problematização do uso de drogas e dependência são acompanhados de elementos afetivo-existenciais, que conferem sentido de familiaridade às narrativas e facilita a aproximação e identificação das pessoas que interagem com tais comunicações. Em outras palavras, considerar o uso de drogas a partir da história de vida e das relações familiares dos indivíduos interpela um maior número de interlocutores a reconhecer o tema como algo pertinente ao seu mundo e à sua rede de relacionamentos interpessoais do que, por exemplo, quando o tema é ancorado no combate ao tráfico de drogas ou nas discussões político-legais. Além disso, ao interagir com as comunicações típicas da classe 8 o leitor pode se identificar tanto com aqueles que usam drogas – e que sofrem ou podem sofrer com a dependência –, ou, de modo mais amplo, com a posição de pessoa próxima ou familiar de alguém a que se atribua a condição de usuário e/ou dependente. É nesse sentido que é possível considerar os segmentos da classe 8 como comunicações que favorecem a aproximação do objeto em termos de uso de substâncias psicoativas, ainda que os indivíduos noticiados, quando apresentados na qualidade de celebridades, sejam considerados distantes da vida comum.

6.3.7 Classe 6: operações policiais e a guerra às drogas no Rio de Janeiro

Com 4392 segmentos de texto (12.13%), a classe 6 apresenta um campo léxico característico do enfrentamento ao tráfico ($\chi^2 = 797$) de drogas no Brasil. Nesse contexto, a cidade do Rio ($\chi^2 = 3098$) de Janeiro ($\chi^2 = 122$) configura o principal mote discursivo, conforme se pode observar através das principais palavras características da classe. Com isso, surgem temas ligados a operações ($\chi^2 = 1342$) policiais ($\chi^2 = 1581$) em morros ($\chi^2 = 1615$) e “favelas” ($\chi^2 = 3045$) cariocas ($\chi^2 = 70$), resultando em tiroteios ($\chi^2 = 390$), ocupações ($\chi^2 = 698$), prisão ($\chi^2 = 817$) de traficantes ($\chi^2 = 2525$), apreensão de drogas e armas ($\chi^2 = 90$). Esses temas podem ser ilustrados pelos seguintes trechos:

A Polícia Militar deteve 13 suspeitos durante operação no morro da Pedreira, em Costa Barros, zona norte do Rio.

Policiais civis apreenderam na manhã desta terça-feira 15 kg de maconha, um colete à prova de balas e uma bandoleira (alça para pendurar fuzis) durante uma operação no morro da Mangueira, na zona norte do Rio.

Polícia acha pistola em bueiro e apreende cocaína durante ocupação de favelas no Rio.

No que concerne à ocupação da polícia em territórios dominados ($\chi^2 = 69$) por traficantes, a classe 6 tematiza as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). De acordo com Fleury (2012), as UPPs começaram a ser implantadas a partir de 2009 e envolvem três etapas na sua formulação: a ocupação militar, com ou sem confronto; a instalação de uma unidade de polícia permanente e a integração da unidade à comunidade como meio de articulação a políticas públicas e expansão dos direitos da população. Essas estratégias podem ser compreendidas como o resultado de uma crescente demanda pela entrada do Estado nas “favelas” cariocas e implica a reorganização das próprias ações policiais no âmbito da segurança pública, desta vez norteadas pelo conceito de “polícia da paz” (BURGOS et al., 2012). Apesar disso, a UPP funciona a partir da imposição de um policiamento ostensivamente armado, aliado a procedimentos e técnicas de vigilância, possuindo, ainda, uma função disciplinadora (FLEURY, 2012). Conforme salientam Burgos e colaboradores (2012), a estratégia se relaciona ao mesmo tempo com a lógica de guerra – pela conquista de territórios e enfrentamento a um inimigo, os traficantes – e com a lógica da garantia de direitos – como o direito à vida, à cidade, etc., pautando-se em princípios de diálogo e mediação comunitária. São esses aspectos, portanto, que ilustram os efeitos tanto repressivos quanto produtivos dessa forma de poder.

Importa ressaltar que dentre os fatores motivadores da instalação de UPPs é possível identificar mais do que o mero combate ao tráfico de drogas e a demanda por direitos de uma população historicamente desassistida pelo Estado. É preciso acrescentar fatores como a ampliação do poder de consumo dos moradores de “favelas”; o sentimento de ameaça à segurança pública provocado pela sociabilidade violenta do domínio por traficantes – evidenciado, sobretudo, quando bairros vizinhos mais ricos são afetados; e a escolha do Brasil para sediar megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas (Ver. BURGOS et al., 2012; FLEURY, 2012). De forma notável, foi a partir de 2010 ($\text{var.}\chi^2 = 118$) que houve uma ampliação da instalação de UPPs em diferentes “favelas” e complexos ($\chi^2 = 1845$), através de ações muitas vezes simultâneas de intervenção. Nessa ocasião, uma série de incidentes

conturbadores – como o roubo de veículos que eram, em seguida, incendiados – foi associada a uma reação dos traficantes frente às ocupações, o que funcionou como estopim de uma megaoperação militar, amplamente midiaticizada, de ocupação do complexo do Alemão ($\chi^2 = 1215$) e outros territórios (BURGOS et al., 2012). Desse modo, os segmentos de texto pertencentes à classe 6 abordam o tema das UPPs visibilizando os acontecimentos decorrem da sua implementação, ao mesmo tempo em que constroem narrativas da guerra às drogas:

Para as autoridades, os ataques criminosos foram uma retaliação dos traficantes contra a instalação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) nos morros e favelas. Desde o início das ações violentas, cerca de 50 pessoas morreram durante as operações policiais. Mais de 30 toneladas de drogas foram apreendidas.

Além dos aspectos citados, as UPPs do Rio de Janeiro podem ser entendidas uma tecnologia de vigilância e controle das chamadas “classes perigosas”, uma vez que o argumento de proteção do território contra um inimigo confere à polícia legitimidade em suas ações – que muitas vezes colocam em suspensão os direitos fundamentais dos moradores. Como um instrumento de poder, a polícia também produz um saber sobre o outro – principalmente pelo fato de a UPP funcionar também como um canal de informações entre a comunidade e o Estado – ao mesmo tempo em que visa maximizar a utilidade social de um setor da sociedade desprestigiado simbólica e economicamente. Apesar dessas observações, a UPP não pode ser apressadamente reduzida e categorizada como um instrumento de opressão, limitador da liberdade, autonomia e direitos humanos dos moradores (FLEURY, 2012). Se a UPP ocupa, controla, silencia e mata, ela também tem o potencial de ampliar o direito à cidade, viabilizar a implementação de políticas públicas e, inclusive, de transformar as relações sociais entre a comunidade e a polícia. De toda maneira, embora o modelo das UPP proponha uma reforma no âmbito da segurança pública, que deveria ser voltada à garantia de direitos, o modo como esse projeto foi construído finda por impor um estado de exceção que hostiliza certas parcelas da população (RODRIGUES, 2012), sob o argumento de combate a um inimigo socialmente legitimado, os traficantes (SERRA; RODRIGUES, 2014).

Essa ambiguidade é ilustrada pelos resultados da pesquisa realizada em 2011 por Burgos et al. (2012), cujo objetivo era compreender os efeitos da inserção da UPP na comunidade a partir da perspectiva dos moradores. Nesse estudo, foram realizadas 94 entrevistas em quatro áreas do Rio de Janeiro, sendo três contempladas com a UPP e uma ainda dominada por grupos de traficantes. A pesquisa aponta que os moradores vivenciam a

entrada das UPPs como um misto de desconfiança e entusiasmo. Dentre os efeitos positivos, os moradores relatam a possibilidade de realizar atividades cotidianas sem o medo de pôr em risco as suas vidas; a liberdade sentida em circular nas ruas; o aumento do interesse dos jovens por atividades educativas e laborais em detrimento de carreiras criminosas; e a formação de vínculos de confiança com a polícia quando esta age a partir de posturas comunitárias e colaborativas. Todavia, a entrada das UPPs foi também associada ao exercício abusivo do poder por parte de determinados policiais – ou grupos de diferentes plantões; a comportamentos extralegais nos procedimentos de revista; a ações discriminatórias e desrespeitosas com alguns moradores; e a posturas autoritárias e arbitrárias – exemplificadas na interdição dos bailes funk ou outras formas de lazer (BURGOS et al., 2012).

Com isso, as UPPs – em suas ambiguidades e tensões – apresentam vínculos com as questões da segurança pública e do poder Estatal, mas também com os direitos humanos e a gestão da vida no espaço público. Em que pesem essas questões, o conteúdo encontrado na classe 6 é, como dito antes, prioritariamente centrado em narrativas policiais de enfrentamento ao tráfico de drogas e seus episódios violentos. Nesse sentido, cumpre observar que o conteúdo dessa classe apresenta algumas similaridades com o da classe sobre cartéis mexicanos, ainda que elas sejam claramente distintas a respeito dos processos sociais que motivam suas comunicações. Comum a ambas, destacam-se os relatos de guerra entre (narco)traficantes e o poder do Estado – na classe 1 representado pelas forças armadas e na classe 6 pela polícia. Além disso, também são discutidos os fenômenos de disputa por território – e, conseqüentemente, por pontos de venda – entre grupos organizados. No entanto, se naquela se falava em cartéis e líderes do narcotráfico, nesta fala-se de facções ($\chi^2 = 1278$) e chefes ($\chi^2 = 552$) do tráfico. Ainda de modo similar à classe 1, a classe 6 tematiza os resultados dos confrontos em operações – o número e caracterização de mortos e feridos, bem como as já citadas prisões de suspeitos ($\chi^2 = 244$), apreensões de armas e drogas.

Diante dessas observações é possível interpretar as duas classes como produtos discursivos que tematizam o combate ao tráfico de drogas, os traficantes e suas formas de organização e a violência que decorre desse contexto. Apesar das similaridades, o uso de conjuntos léxicos distintos indica aspectos de diferenciação na ancoragem desses temas, isto é, do processo sociocognitivo que insere esses objetos sociais em diferentes campos simbólicos. Dentre os possíveis fatores que produzem as distinções entre essas classes, ressalta-se a distância (geográfica e psicológica) relacionada aos processos sociais que motivam as comunicações de cada uma. Em primeiro lugar, a classe 1, ao tematizar o tráfico e a guerra às drogas, ela o faz a partir de localizações internacionais – sobretudo na América

Latina. Por essa razão, o chamado “narcotráfico” da classe 1 incute aspectos da produção e circulação de drogas em larga escala, sendo os próprios cartéis, sua gênese e funcionamento frequentemente explicados de modo atrelado à economia das drogas no cenário internacional. Por sua vez, a classe 6 reúne segmentos de texto que localizam os fenômenos narrados no cotidiano (var. $\chi^2 = 3275$) do Brasil, produzindo um sentido de internalidade e, possivelmente, de relevância psicossocial para o leitor. Por sua vez, os grupos organizados de traficantes, as facções, são descritos e caracterizados sem, entretanto, vinculá-los a hipóteses sobre suas origens ou à rede de produção e circulação das drogas ilícitas.

Em segundo lugar, a classe 1 contempla segmentos de texto que questionam explicitamente as estratégias de combate às drogas e mesmo a criminalização do uso de drogas, ao passo que a classe 6 apresenta discursos de caráter prioritariamente descritivo com relação às narrativas de êxito das ações policiais. Apesar disso, a classe 6 tematiza a corrupção de policiais que mantêm relações de ajuda com grupos de traficantes, como se pode observar:

O comandante-geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o coronel Erir Ribeiro da Costa Filho, expulsou 22 policiais militares por envolvimento com o tráfico de drogas.

A polícia federal do rio e a secretaria de segurança pública investigam a existência de uma caixinha do tráfico da rocinha zona sul para pagar policiais militares e civis do entorno da favela.

Os trechos citados ilustram comunicações que facilitam tomadas de posição, ainda que aparentem possuir conteúdo meramente descritivo. Por exemplo, dentre os efeitos de sentido e posicionamento possíveis, os leitores podem interpretar esses trechos como acontecimentos isolados – e passíveis de ser eliminados em favor de um exitoso combate ao tráfico de drogas – ou como um indício de esquemas cotidianos e regulares de corrupção – apreendido como um sintoma de ineficácia da atuação da polícia brasileira na guerra às drogas.

De todo modo, a corrupção policial potencializa uma dinâmica psicossocial importante na compreensão das relações entre o Estado, seu poder coercitivo e comunidades pobres, a saber, a desconfiança e descrédito da população para com a polícia. É sabido, por exemplo, que nas “favelas” do Rio de Janeiro as incursões policiais foram historicamente marcadas por ações truculentas e autoritárias que, muitas vezes, sob o pretexto de combate a traficantes, terminavam por violar os direitos da população local. De forma análoga, Burgos et al. (2012) assinala que, aos olhos da polícia, os moradores são percebidos como cúmplices dos grupos de traficantes e ameaças potenciais, configurando um contexto de desconfiança mútua entre policiais e moradores. Todavia, esse conflito intergrupar não se expressa de modo

independente dos atores sociais que aí se encontram. No contexto das UPPs, por exemplo, a relação de (des)confiança entre a comunidade e a polícia varia consideravelmente a depender do território, da unidade e, inclusive, dos policiais que compõem os plantões em diferentes horários (BURGOS et al., 2012). Os moradores, então, coordenam o seu comportamento no espaço público de modo contextualizado, sendo a própria atitude com relação à polícia variável e influenciada pelos modos de ação dos policiais.

Ainda com relação às particularidades das classes 1 e 6, ressalta-se que embora ambas tratem do tráfico de drogas e temas relacionados, os discursos de cada uma são inscritos em diferentes ordens de acontecimentos, produzindo efeitos simbólicos potencialmente distintos. Enquanto a primeira constrói o narcotráfico, o crime organizado e a violência de fora, a classe 6 constitui a “nossa” guerra, a ameaça de dentro – ainda que ambas construam o tráfico de drogas a partir de um outro ameaçador, conforme também encontrado em pesquisa sobre o tráfico de drogas em matérias de revista (OLIVEIRA et al., 2015). Talvez também por isso se verifique que o problema do tráfico nesta última classe não apresente expressivamente discursos que questionem explicitamente as estratégias de guerra às drogas ou a ilegalidade de determinadas substâncias. Sendo as drogas, o tráfico e a violência uma grave ameaça interna, explicitar esses pontos de tensão do campo poderia ser compreendido como um contrassenso, representando, ainda, uma ameaça identitária. Assim, falar do proibicionismo como fator relevante ao tema do tráfico de drogas adquire condições de possibilidade privilegiadas quando em contextos internacionais, onde a pressão normativa é potencialmente menor diante de um distanciamento psicossocial maior. Por fim, é possível afirmar que ambas as classes constroem a categoria grupal do “traficante” como um inimigo a ser combatido, aprisionado ou morto em ações de guerra e limpeza social. Esse inimigo é objetivado em grupos cruéis, violentos e de grande poder bélico, sendo, por sua vez, ancorados no campo e linguagem da segurança pública, contribuindo assim para a demonização das drogas ilícitas. Ao encontro dessa ideia, Vianna e Neves (2011) resumem a construção da categoria no Brasil e identificam características que são comumente associadas ao grupo e difundidas pela mídia:

Cruéis, desumanos, capazes de infligir as piores torturas, pequenos demônios que promovem o vício, a morte; representantes do crime organizado, fortes o bastante para engendrar um estado paralelo e um estado de guerra civil. Em seus territórios, ou suas bases de apoio logístico, valem suas leis arbitrárias, e não as do Estado de Direito. Alguns ainda podem evocar um traço assistencialista na figura do traficante, que teria se apropriado das lacunas deixadas pelo Estado com o fim de alcançar legitimidade e apoio por parte da população local – uma espécie de Robin Hood urbano pós-moderno. O traficante é uma figura mítica, e se confunde com outras figuras que passam cotidianamente ao nosso lado pelas ruas, especialmente nas grandes metrópoles brasileiras. Nesse cenário, é também um inimigo – uma afronta

ao Estado e aos seus cidadãos. E a partir do consenso de que o traficante é o inimigo começa a ser delineada a resposta que eles merecem, inclusive por parte do Estado: a anulação, o extermínio, a neutralização, a tolerância zero, os choques de ordem (VIANNA; NEVES, 2011, p. 34).

Ora, não se pretende com isso negar a sociabilidade violenta que perpassa grupos armados do tráfico de drogas, no entanto importa sinalizar, como o faz Karam (2009), que um traficante é simplesmente o indivíduo que comercializa ou fornece – inclusive gratuitamente – alguma substância proscrita ou controlada. Nessa definição são incluídos, por exemplo, os inúmeros indivíduos de classe média, moradores de bairros nobres, que comercializam drogas ilícitas sem jamais pegar em armas. Ou, ainda, os cultivadores de maconha para uso próprio que compartilham a colheita com amigos próximos. No limite, a definição inclui os casos em que uma pessoa fornece um medicamento psiquiátrico controlado, como um benzodiazepínico, a um familiar, sem a devida autorização médica. O fato de a categoria “traficante” ser identificada à pobreza e violência das “favelas” – como no caso da classe 6 – revela muito mais os critérios de seletividade punitiva que são utilizados no contexto do proibicionismo do que a caracterização do traficante em si (Ver. ZACCONE, 2011).

6.3.8 Classe 7: a apreensão de drogas e armas no Brasil

Constituída por 7661 segmentos de texto (21.16%), a classe 7 apresenta um campo léxico notavelmente coeso e também relacionado com a ação da polícia no combate ao tráfico de drogas. Diferente da classe 6, entretanto, os segmentos de texto dessa classe tematizam prioritariamente episódios de apreensão ($\chi^2 = 796$) de drogas, armas e suspeitos em locais como rodovias ($\chi^2 = 1200$) e aeroportos ($\chi^2 = 726$) ou outros locais mais amplamente especificados. Com isso, embora ambas as classes tratem da atuação da polícia sobre o tráfico (classe 6, $\chi^2 = 797$; classe 7, $\chi^2 = 530$) de drogas, os contextos dessas operações, seus atores, métodos e resultados diferem consideravelmente. A exemplo disso, observa-se que as classes 6 e 7 apresentam, respectivamente, índices de qui-quadrado significativamente opostos para termos como: aeroporto ($\chi^2 = -23$ e 726), comunidade ($\chi^2 = 650$ e -78), traficante ($\chi^2 = 2525$ e -44), PRF ($\chi^2 = -17$ e 443), exército ($\chi^2 = 135$ e -18), fiscalização ($\chi^2 = -33$ e 245), tiroteio ($\chi^2 = 390$ e -18), matar ($\chi^2 = 44$ e -35) e ocupação ($\chi^2 = 698$ e -42). Grosso modo, ao passo que a classe 6 tematiza operações especiais da polícia e do exército no combate a traficantes armados (classe 6, $\chi^2 = 327$; classe 7, $\chi^2 = -31$), a classe 7 reúne segmentos de texto que tematizam o combate à droga em operações ordinárias ou de fiscalização, que culminam na prisão de suspeitos. Enquanto a primeira trata prioritariamente da guerra às pessoas do tráfico,

a segunda foca o combate às mercadorias desse universo, ainda que ambas as classes tratem simultaneamente de armas e drogas.

A partir do seu campo léxico característico, pode-se depreender que os segmentos de texto da classe 7 são acompanhados de nomeações precisas sobre quais substâncias foram apreendidas – destacando-se cocaína ($\chi^2 = 2396$; var. $\chi^2 = 1604$), maconha ($\chi^2 = 439$; var. $\chi^2 = 63$), crack ($\chi^2 = 152$; var. $\chi^2 =$ não significativo) óxi ($\chi^2 = 112$; var. $\chi^2 = 138$), haxixe ($\chi^2 = 113$; var. $\chi^2 = 112$) e ecstasy ($\chi^2 = 92$; var. $\chi^2 = 51$). Além disso, as características desses “entorpecentes” ($\chi^2 = 688$), tais como o peso³³ e as suas formas de apresentação e embalagem³⁴, são incluídas e enfatizam a materialidade dos objetos, caracterizando a dimensão e importância da apreensão. Em outras palavras, os detalhes materiais das drogas apreendidas, além de fornecer informações descritivas, contribuem para processo de significação sobre o grau de importância atribuído ao fato noticiado. Tratam-se de elementos que permitem que o leitor avalie o quanto uma notícia é (extra)ordinária dentre os fatos do cotidiano (var. $\chi^2 = 6411$). Além dos episódios de apreensão de drogas, parte dos segmentos de texto da classe 7 também tematiza a apreensão de armas ($\chi^2 = 392$).

Novamente, as características do material apreendido são descritas a partir de critérios como o tipo da arma – revólver ($\chi^2 = 216$), pistola ($\chi^2 = 326$), fuzil ($\chi^2 = 129$) e espingarda ($\chi^2 = 76$); o seu calibre ($\chi^2 = 491$) e número de munições ($\chi^2 = 594$). Nesse contexto, a relação entre drogas e armas se estabelece na classe 7 sem que se explicita, necessariamente, o protagonismo de cada tipo delitivo em questão. Dito de outro modo, os segmentos de texto que fazem referência simultânea a drogas e armas legitimam a relação entre esses dois universos simbólicos, no entanto o sentido de centralidade de cada ordem de objetos – (1) as drogas do mundo do crime e violência ou (2) o arsenal do tráfico de drogas – somente é produzido pelo todo da comunicação e não apenas pelos trechos em questão. Apesar disso, os critérios de seleção do material analisado favorecem o segundo tipo de construção, em que a presença de armas surge como uma caracterização do universo da droga que, por sua vez, é classificada como uma mercadoria ($\chi^2 = 52$) armazenada ($\chi^2 = 136$), transportada ($\chi^2 = 945$) e, por fim, interceptada ($\chi^2 = 123$). Alguns dos temas apontados podem ser ilustrados pelos seguintes trechos:

³³ Em gramas ($\chi^2 = 131$), quilos ($\chi^2 = 903$), incluindo a abreviação kg ($\chi^2 = 4130$), ou toneladas ($\chi^2 = 646$).

³⁴ Em tabletes ($\chi^2 = 609$), cápsulas ($\chi^2 = 364$), papelotes ($\chi^2 = 302$), pacotes ($\chi^2 = 351$) ou tijolos ($\chi^2 = 560$).

No outro carro a polícia encontrou 510 kg de maconha, 42 kg de pasta base de cocaína, duas pistolas 9 mm de fabricação israelense, quatro carregadores e munições. Os irmãos foram autuados por tráfico e porte ilegal de armas.

A Polícia Rodoviária Federal apreendeu 24 kg de cocaína no domingo (21), após fiscalização na BR-153, na altura do município da José Bonifácio (a 481 km de São Paulo).

Polícia apreende 6,5 kg de cocaína em malas de boliviana em SP.

É importante ressaltar que as narrativas de apreensão de drogas e/ou armas encontram aqui a sua resolução seja na apreensão ($\chi^2 = 5417$) dos suspeitos ($\chi^2 = 2233$), dos veículos ($\chi^2 = 1660$) utilizados no transporte das substâncias ilícitas ou mesmo da própria mercadoria. Desse modo, os segmentos de texto da classe 7 tematizam a intervenção da polícia sobre parte da dinâmica do tráfico de drogas – notavelmente a logística e o arsenal do tráfico – e apresentam discursos de êxito da repressão policial.

A droga, por sua vez, é construída de modo semelhante ao que foi identificado na classe 6, a saber, como um objeto a ser combatido e controlado em situações concretas de redução da sua oferta. Por conseguinte, as redes de consumo envolvidas na distribuição – a demanda – não são incluídas, o que possivelmente atua na construção do mercado das drogas como um inimigo cuja gênese social e política não é frequentemente colocada em questão. A exemplo disso, o léxico das classes 6 e 7 apresentam, respectivamente, índices significativos de sub-representação para termos como uso ($\chi^2 = -159$ e -270) e consumo ($\chi^2 = -122$ e -219). Essa polarização aparente entre discursos sobre o consumo e o tráfico de drogas indica, ainda, um distanciamento entre orientações políticas de redução da demanda e da oferta de drogas ilícitas. Esse tipo de distanciamento discursivo foi, inclusive, encontrado em estudos anteriores, de metodologias similares e objetos específicos, a saber, a maconha (SOUSA, 2013) e o crack (SANTOS; ACIOLI NETO; SOUSA, 2012).

6.4 Especificidades linguísticas relacionadas à droga e a substâncias específicas

Conforme é possível depreender da discussão anterior, a “droga” como objeto social cumpre distintas funções e assume diferentes significados a depender dos contextos discursivos a que ela é relacionada, de modo que representar o campo das drogas não trata (apenas) de representar substâncias psicoativas. Como argumentam Souza e Oliveira (2008) o fenômeno das drogas envolve não só a substância, mas a sua produção, comércio e consumo, bem como as pessoas e o contexto que aí se implicam.

Nessa direção, é possível considerar o duplo estatuto da droga como objeto social. Por um lado, a droga constitui um fato social cujos desdobramentos repercutem no espaço público, nas comunicações cotidianas e mesmo nas políticas e práticas sociais sanitárias e judiciárias (DANY; APOSTOLIDIS, 2002). De outro, a droga funciona como uma categoria de ancoragem, no sentido da conformação linguística de um objeto em uma rede simbólica preexistente (MOSCOVICI, 2009), que permite que diferentes substâncias sejam ou não classificadas como tal. Trata-se de compreender, a um só tempo, a droga como um objeto sociocognitivo específico – que constitui uma problemática, um campo discursivo – e como uma categoria que se realiza e ganha contornos a partir de substâncias específicas com seus respectivos fenômenos e significados. Dito de outro modo, entende-se que a maconha, o crack, o álcool e o tabaco – apenas para exemplificar – atualizam dimensões distintas da droga como objeto social. Diante dessa compreensão, questiona-se: quais as especificidades linguísticas relacionadas a comunicações sobre substâncias específicas e sobre o fenômeno das drogas de modo geral? Com o objetivo de discutir essa questão, buscou-se identificar os termos que foram significativamente mais evocados nas matérias que especificavam ou não alguma substância.

Para tanto, a frequência de cada palavra em cada categoria foi comparada com as demais a partir de testes de qui-quadrado auxiliados pelo Iramuteq. Esse tratamento permitiu identificar ocorrências significativamente associadas ($p < 0.05$) a cada classificação. Os principais resultados desse procedimento podem ser observados na tabela 3 (para resultados detalhados, conferir Anexo D), limitando-se às principais rubricas encontradas. É necessário reforçar que, diferente do procedimento de Classificação Hierárquica Descendente, que identifica classes lexicais coocorrentes em segmentos de texto, a identificação de palavras específicas a cada classificação é realizada de modo independente; isto é, as formas não têm, estatisticamente, relação entre si, como observado em campos léxicos. Apesar disso, relações semânticas podem ser inferidas com base na relevância de tais palavras nos diferentes campos léxico-temáticos identificados anteriormente.

Deve-se considerar, ainda, que a análise de especificidades – assim como a CHD – acentua as diferenças e minimiza semelhanças do uso da linguagem entre variáveis (MARCHAND; RATINAUD, 2012), o que significa que não se deve interpretar os resultados como dados exclusivos ou representativos de cada substância abordada. Em outra direção, as palavras significativamente associadas às variáveis facilitam a identificação de temas cuja ocorrência se deu de modo mais expressivo em determinado campo simbólico – de uma

substância ou do fenômeno em geral – do que em outros. Feitas essas considerações, é possível discutir os seguintes resultados:

Não específico	Maconha	Cocaína	Crack	Álcool	Tabaco
Tráfico	Legalização	Bolívia	Prefeitura	Cerveja	Mentolado
Traficante	Medicinal	Aeroporto	Rua	Alcoólico	Tabaco
Criminoso	Uruguai	Kg	Região	Embriaguez	Champix
Cartel	Colorado	Boliviano	Haddad	Seco	Fumaça
Rio	Cannabis	Cápsula	Dependente	Alcoolismo	Fumo
México	Legalizar	Hectare	Pedra	Alcoólatra	Sabor
Favela	Uruguai	Morales	Ação	Sangue	Eletrônico
Prisão	Erva	Corumbá	Centro	Dirigir	Maço
Mandar	Lei	Pf	Programa	Litro	Antifumo
Arma	Recreativo	Embarcar	Prefeito	Welsh	Indústria
Mexicano	Cbd	Peru	Assistência	Lei	Cdc
Quadrilha	Planta	Apreender	Borracha	Embriagado	Aditivo
Chefe	Aprovar	Estômago	Luz	Decigramas	Parar
Morro	Mujica	Esconder	Social	Bêbado	Fda
Morto	Caminhão	Bagagem	Helvética	Trânsito	Varella
Rocinha	Manifestante	Polícia	Municipal	Alcoolizado	Pulmão
Narcotráfico	Cultivo	Mala	Saúde	L	Por_cento
Zona	Uso	Quilo	Ford	Exame	Regulador
Suspeito	Rodovia	Europa	Viciado	Mckagan	Passivo
Facção	Fumar	Guarulhos	Alameda	Condutor	Fabricante
Upp	Thc	Br_262	Tratamento	Multa	Açúcar
Comunidade	Permitir	Procedente	Atendimento	Rhys	Adição
Suposto	Califórnia	Chapo	Pt	Motorista	Dispositivo
Calderón	Manifestação	Pasta	Dino	Balada	Abstinência
Operação	Kg	Perrella	Internação	Teste	Câncer

Tabela 3 - Distribuição de palavras significativamente associadas a matérias que especificam ou não alguma substância

6.4.1 A Droga

Dentre os resultados associados a matérias que não tematizaram uma droga específica no título, destacam-se termos ligados a traficantes ($\chi^2 = 204$) e ao tráfico ($\chi^2 = 229$) de drogas. Notadamente, esses termos se referem ao universo dos cartéis ($\chi^2 = 93$), quadrilhas ($\chi^2 = 51$) e facções ($\chi^2 = 39$) que atuam no México ($\chi^2 = 81$), em favelas ($\chi^2 = 79$), morros ($\chi^2 = 51$) e

comunidades ($\chi^2 = 37$) – possivelmente ligados ao contexto do Rio ($\chi^2 = 82$) de Janeiro. É razoável inferir que esses termos possuem relação com temas e discursos encontrados nas classes 1 e 6, cujas similaridades residem nas narrativas de guerra às drogas e seus efeitos – a apreensão de armas ($\chi^2 = 61$), prisão ($\chi^2 = 73$) de suspeitos ($\chi^2 = 44$), criminosos ($\chi^2 = 100$) e chefes ($\chi^2 = 51$) do tráfico, bem como outros resultados de operações ($\chi^2 = 35$), incluindo as pessoas que são mortas ($\chi^2 = 49$) no processo.

Nesses contextos, a droga, então classificada de modo genérico, constitui um objeto inserido nas dinâmicas da violência e tráfico de drogas, funcionando como marcador simbólico para a interpretação de conflitos urbanos entre o Estado e o chamado “poder paralelo”. Esse resultado se assemelha àquilo que foi encontrado por Ronzani et al. (2009) que, ao analisar as publicações de uma revista de ampla circulação, identificaram expressivamente o tema do tráfico de drogas e “poder paralelo” em matérias sobre “drogas”, isto é, que não citavam uma substância específica no título. Nesse sentido, o fato de o tema da repressão bélica estar associado a matérias generalistas remete a uma dimensão do fenômeno que pouco tem a ver com a substância em sua materialidade, mas sim com a violência e criminalidade associadas ao campo das drogas ilícitas. Especificamente, trata-se de um dos tipos de violência relacionado ao fenômeno das drogas, a saber, aquele vinculado aos grupos que se envolvem diretamente com o comércio de drogas ilícitas (RONZANI et al., 2009).

Ressalta-se que a droga, nesse contexto, não apenas confere inteligibilidade à violência, mas também atua legitimando ações e efeitos adversos do poder estatal, conforme discutido anteriormente sobre a classe 6. Apoiando-se no conceito de Racismo de Estado (Ver. FOUCAULT, 1999), Vianna e Neves (2011) afirmam que a repressão ao varejo do tráfico de drogas opera uma lógica de economia punitiva que finda por justificar os danos da guerra – incluindo a morte daqueles que devem viver – em nome do extermínio dos ditos marginais do tráfico – aqueles que devem morrer. Além disso, as comunicações midiáticas, ao focalizar a repressão ao tráfico de modo estreitamente associado ao varejo presente em favelas e comunidades desassistidas, contribuem para a produção de uma classe perigosa que passa a ser atrelada à pobreza (VIANNA; NEVES, 2011).

Nesse sentido, as comunicações sobre drogas em geral apresentam a especificidade de atualizar o tema da violência de modo particularmente relacionado a conflitos urbanos que não se encerram na repressão ao tráfico. A droga constitui, então, um objeto da segurança pública. Em nome do combate à droga, instrumentaliza-se o poder punitivo do Estado de modo a legitimar possíveis excessos e o próprio controle policial exercido sobre territórios e populações pobres. Por fim, observa-se que as ocorrências que constituíram ausências

significativas nessa classificação (Anexo D) sugerem relações de oposição com temas associados a substâncias específicas. Esse aspecto parece indicar que temas não relacionados à repressão bélica, característica de matérias que não especificaram a droga no título, tiveram condições de expressão significativamente maiores a partir daquelas que objetivaram o campo em uma substância específica.

6.4.2 Maconha

As publicações que abordaram a maconha no título apresentaram especificidades léxicas que remetem campos temáticos diversos, tais como as experiências internacionais de mudança do seu status legal e políticas alternativas ao proibicionismo; o movimento da marcha da maconha no Brasil; o uso terapêutico da droga e seus canabinóides; e as narrativas policiais de apreensão da droga em rodovias. Desse modo, os termos que lhe são específicos e indicam a relação com esses temas foram também relevantes na construção dos campos léxicos característicos das classes 2, 3, 5 e 7, respectivamente.

A discussão sobre a regulação político-legal do objeto é uma característica que perpassa todos esses temas, de modo que é possível reconhecer uma tensão normativa que lhe é constitutiva. Apesar disso, tais aspectos são mais facilmente observados em publicações que abordaram experiências de descriminalização ou legalização ($\chi^2 = 268$) da maconha em aspectos como a venda ($\chi^2 = 47$), cultivo ($\chi^2 = 76$) e uso ($\chi^2 = 75$) para fins recreativos ($\chi^2 = 100$) e medicinais ($\chi^2 = 203$). A referida dimensão legal do objeto foi observada em estudo anterior sobre a maconha em jornais (SOUSA, 2013) e, inclusive, na pesquisa realizada por Noto et al. (2003), que analisou publicações midiáticas sobre drogas no âmbito da saúde a partir de um material coletado ainda no ano de 1998.

É possível depreender, com isso, que o debate sobre a (i)legalidade da maconha não é uma característica tão recente no Brasil, muito embora essa tensão normativa tenha adquirido maior saliência nos últimos anos. De modo específico, os dados aqui analisados atualizam o tema em comunicações sobre as leis ($\chi^2 = 119$) de outros países, como Uruguai ($\chi^2 = 175$), EUA e Holanda. Além disso, as recentes mudanças normativas no âmbito da saúde – a respeito do THC ($\chi^2 = 61$) e do CBD ($\chi^2 = 93$) – indicam que o estatuto legal do objeto é uma das suas principais dimensões de construção social. Outro aspecto que contribui para essa tensão é a própria apreensão da maconha por saberes médicos, que ora a constroem como uma droga tóxica e perigosa, ora como uma erva ($\chi^2 = 124$) relativamente segura ou mesmo possuidora de propriedades terapêuticas. Nessa direção, Noto et al. (2003) identificaram que

as propriedades terapêuticas da maconha foram evidenciadas em cerca da metade das matérias sobre ela no campo da saúde, o que indica que o objeto possui uma dimensão avaliativa ambígua quando inserido nesse sistema de saber.

Em que pese essa ambiguidade médica, dentre os resultados há especificidades que constroem a maconha como uma droga do tráfico e, portanto, como um produto a ser combatido, imbuído de significados negativos. Tais especificidades linguísticas estão associadas a publicações que tratam da repressão ao tráfico de drogas nas redes de atacado, sobretudo na etapa de transporte. Nesse contexto, a maconha está especificamente associada a narrativas policiais de apreensão de grandes quantidades – indicado pela medida em kg ($\chi^2 = 57$) – da droga em rodovias ($\chi^2 = 74$) brasileiras. Tais narrativas, além de funcionar como indicadores indiretos de caracterização do tráfico, visam produzir um sentido de eficácia do Estado na redução da oferta de drogas ilícitas através da apreensão tanto da mercadoria, como dos veículos ($\chi^2 = 43$) e suspeitos que a transportam: os motoristas ($\chi^2 = 46$). É importante observar a especificidade aqui apontada com relação à maconha não diz respeito à redução da oferta de drogas ilegais como um todo, e sim às circunstâncias em que o seu transporte e apreensões ocorrem.

6.4.3 Cocaína

Grande parte das especificidades linguísticas identificadas em publicações sobre a cocaína também se inserem no tema da redução da oferta. Todavia, de modo particular a essa substância, destacaram-se narrativas de apreensão realizadas pela polícia ($\chi^2 = 58$) que ocorreram em aeroportos ($\chi^2 = 150$). Nesse contexto, a droga é apreendida ($\chi^2 = 73$) quando os suspeitos tentam embarcar ($\chi^2 = 85$) com uma grande quantidade – mensurada em kg ($\chi^2 = 150$) – de cocaína escondida ($\chi^2 = 59$) ou armazenada em cápsulas ($\chi^2 = 108$) no estômago ($\chi^2 = 70$). Diante disso, é cabível questionar a respeito dos processos subjacentes às especificidades contextuais da maconha e da cocaína nas narrativas de apreensão. Além das características da própria droga conforme encontrada no mercado – como o fato de a maconha ser um produto mais volumoso e, proporcionalmente, menos lucrativo do que a cocaína – os circuitos de produção e logística relacionados a cada uma são igualmente distintos. Como ressalta Magalhães (2000), a maior parte da produção de cocaína ocorre em outros países, enquanto a maconha do Brasil tem a sua produção principalmente dentro do país. Apesar disso, há também a entrada de maconha produzida em outros países, sobretudo no Paraguai, para distribuição e venda no Brasil (MACHADO, 2009). Desse modo, a maconha é

preferencialmente transportada por terra, através de carros e caminhões, que levam a droga das regiões produtoras aos locais internos de consumo.

Por sua vez, a cocaína, produzida preponderantemente na Colômbia, Peru ($\chi^2 = 79$) e Bolívia ($\chi^2 = 176$), entra no Brasil para satisfazer o mercado local, mas também como ponto de trânsito para outras regiões do globo, como a Europa, África e Austrália (MACHADO, 2009), o que envolve, portanto, o transporte aéreo. Além disso, a menção ao contexto boliviano remete também à polêmica envolvendo a defesa do uso tradicional e mastigação ($\chi^2 = 40$) da coca por parte do então presidente Evo Morales ($\chi^2 = 94$). Assim, os termos significativamente associados à cocaína podem ser localizados tanto na caracterização da produção e transporte de cocaína na América do Sul – conforme encontrado na classe 2 –, quanto nas estratégias de redução da oferta através de apreensões policiais e controle de fronteiras – como observado na classe 7.

6.4.4 Crack

As especificidades linguísticas relacionadas ao crack reforçam a hipótese de que, apesar de constituir uma das formas de apresentação da cocaína (ALVES; RIBEIRO; CASTRO, 2011; HART, 2014), ele se insere em redes simbólicas bastante distintas daquelas relacionadas à forma de sal. Enquanto as especificidades relacionadas à cocaína se referem à materialidade do produto nas dinâmicas de produção e transporte da droga, as palavras associadas ao crack atualizam a dimensão do consumo e da dependência como um problema de saúde pública e coletiva. Essa discussão remete, novamente, aos territórios nomeados como “cracolândias” e focalizam os ditos viciados ($\chi^2 = 75$) e dependentes ($\chi^2 = 159$) que ali se encontram. Esse processo de construção do consumo de crack na cena pública o relaciona a determinados locais – certas ruas ($\chi^2 = 137$), como a Rua Helvetia ($\chi^2 = 45$), ou regiões ($\chi^2 = 123$), como o bairro da Luz ($\chi^2 = 52$) –, instituições e intervenções públicas – programas ($\chi^2 = 75$) e ações ($\chi^2 = 91$) promovidas no âmbito da saúde ($\chi^2 = 60$) e assistência ($\chi^2 = 57$) social ($\chi^2 = 59$). Essas intervenções são orientadas por lógicas e estratégias distintas, como a preconização de atendimentos ($\chi^2 = 39$), tratamento ($\chi^2 = 45$), internação ($\chi^2 = 39$), inserção no mercado de trabalho ($\chi^2 = 34$) e mesmo pela repressão policial, conforme indicado pelo uso de balas de borracha ($\chi^2 = 50$) em algumas das ações naqueles locais. Depreende-se disso que tais especificidades guardam relação direta com os discursos analisados anteriormente na classe 4.

Além disso, essas especificidades sugerem que o uso de crack é representado na cena pública de modo a evidenciar contextos de precarização e segmentos populacionais

marginalizados, aspectos esses que podem favorecer concepções reducionistas do fenômeno. Ao analisar a cultura do crack no Brasil, Domanico (2006) identifica a existência de um “pânico moral” que constrói o fenômeno não apenas como uma epidemia sem controle, mas também como a pior dentre as drogas, um mal que deve ser eliminado a qualquer custo. Dentre as características desse pânico moral, a autora cita o exagero do potencial dependogênico da substância, a associação entre uso de crack e criminalidade, a construção de um estereótipo do usuário pautada em trajetórias de degradação e, por fim, a legitimação pública de intervenções baseadas nesse estereótipo (DOMANICO, 2006). Assim, o ambiente simbólico que perpassa o crack na cena pública tem repercussões diretas na forma como os seus usuários são representados e considerados nos campos da saúde e segurança. Como indicam Acioli Neto e Santos (2016), a problemática do crack no campo político é marcada por um discurso de combate às drogas que finda por operar mecanismos de exclusão social do usuário por meio da sua construção como um sujeito desviante, seja pela via da criminalização ou da patologização. Em direção similar, Romanini e Roso (2012) afirmam que discursos midiáticos pautados na periculosidade da “epidemia do crack” podem favorecer a manutenção de preconceitos e estereótipos negativos relacionados ao usuário.

Desse modo, a consideração do crack em discursos midiáticos evidencia não só a maneira como a droga é representada, mas também a construção dos seus usuários de modo vinculado a populações marginalizadas e de baixa renda – notavelmente em situação de rua (Ver. NOTO et al., 2003) – suscitando implicações sociais relacionadas ao consumo dessa droga. Por fim, uma excessiva visibilidade dada aos usuários da “cracolândia” pode, dentre outros efeitos, produzir um sentido de causalidade equivocado em relação ao uso de drogas e as precárias condições de vida daqueles que ali se encontram. Em outras palavras, a associação da pobreza com o uso de crack simplifica o fenômeno de modo a atribuir unicamente à substância e ao usuário a responsabilidade pelos problemas sociais, operando o que MacRae (2013) nomeia como determinismo farmacológico e culpabilização das vítimas.

6.4.5 Álcool

Quanto às especificidades léxicas das matérias sobre álcool, é possível observar que elas, em sua maioria, estão diretamente relacionadas ao tema da lei ($\chi^2 = 110$) seca ($\chi^2 = 256$) no Brasil. No Brasil, a expressão “lei seca” se refere às leis 11.705 (BRASIL, 2008) e 12.760 (BRASIL, 2012), que, dentre outras medidas, proíbem a prática de dirigir sob efeito de álcool. Elas representam o início da estratégia conhecida como “tolerância zero”, pois, a partir de

então, não se admite qualquer concentração de álcool no sangue ($\chi^2 = 189$) de motoristas ($\chi^2 = 60$), além de estabelecer maiores medidas punitivas aos infratores. Ademais, pode-se observar também a associação entre bebidas alcoólicas e contextos de diversão, como baladas ($\chi^2 = 60$) e festas ($\chi^2 = 55$). Embora a maior parte das especificidades linguísticas do álcool esteja vinculada à lei seca, a menção a situações festivas é importante porque denota um tratamento diferenciado quanto a essa droga, isto é, a legitimação do seu uso em certas condições.

Dito isso, é possível inferir que, além de termos relacionados tipicamente ao uso e dependência de bebidas alcólicas ($\chi^2 = 300$) – como cerveja ($\chi^2 = 304$), embriaguez ($\chi^2 = 297$), alcoolismo ($\chi^2 = 197$) e alcoólatra ($\chi^2 = 190$) –, o que conferiu especificidade linguística às matérias sobre álcool foi a sua consideração como um problema legal no contexto do trânsito ($\chi^2 = 88$). A preocupação com a relação entre álcool e acidentes ($\chi^2 = 43$) de trânsito serviu de justificativa para a implementação da lei seca (MALTA et al., 2014), além de ser, ainda, um tema frequente em meios de comunicação de massa (NOTO et al., 2003; RONZANI et al., 2009). Nesse âmbito, publicações sobre a lei seca cumprem uma função comunicativa sobre o tema do uso de álcool e danos sociais, mas também informam sobre as mudanças ocorridas no campo legal que impactam diretamente na regulação das práticas dos sujeitos. Nesse sentido, essas comunicações funcionam também como guias de conduta diante da norma legal e fornecem informações precisas a respeito da lei e de suas implicações no cotidiano dos motoristas. A partir dessa questão, é importante assinalar que as comunicações midiáticas podem atuar de modo a favorecer a divulgação de medidas de prevenção dos danos associados ao uso de drogas, conforme sugerem Ronzani et al. (2009). Essa questão pode ser particularmente explorada no âmbito do uso de álcool e da lei seca se não apenas as mudanças legais e os procedimentos de vigilância no trânsito forem abordados com a finalidade de mudança comportamental, mas, sobretudo, se os efeitos positivos possivelmente associados à estratégia³⁵ também forem continuamente evidenciados.

6.4.6 Tabaco

A última categoria a apresentar especificidades léxicas consistentes foi aquela relacionada às matérias sobre o tabaco. Apesar de ser possível identificar formas

³⁵ Após sanção da primeira lei seca, verificou-se, por exemplo, a redução no número de internações hospitalares decorrentes de acidentes de trânsito em 28%, bem como a redução de 35% nos gastos públicos envolvidos no atendimento às vítimas (MELLO JORGE; KOIZUMI, 2009). Além disso, Malta et al. (2014) identificaram reduções significativas na prevalência do comportamento de dirigir após consumo abusivo de álcool nos períodos que seguiram ao estabelecimento das leis citadas, tanto em 2008 quanto em 2012.

características, os resultados não favorecem o desenvolvimento de muitas hipóteses a respeito da relação entre a droga e temas específicos. Isso porque as ocorrências dessa categoria pouco ultrapassam caracterizações diretamente ligadas a seus produtos e formas de apresentação – tabaco ($\chi^2 = 274$), fumo ($\chi^2 = 182$), maço ($\chi^2 = 148$), cigarro eletrônico ($\chi^2 = 150$). Apesar disso, ressalta-se a presença de termos que podem indicar uma saliência de fenômenos como o câncer ($\chi^2 = 40$) de pulmão ($\chi^2 = 68$), a preocupação com o consumo passivo ($\chi^2 = 62$) e com a dependência química, ilustrado pela menção ao seu potencial aditivo ($\chi^2 = 88$) e estratégias de busca pela abstinência ($\chi^2 = 41$).

Além dos termos citados, a expressão “por cento” ($\chi^2 = 68$) constituiu uma especificidade linguística que indica a relação do objeto com formas de comunicação pautadas na probabilidade e estatística. Trata-se do tabaco como objeto de diagnóstico populacional, que, conforme observado nos discursos da classe 5, utiliza a estatística como ferramenta de produção de verdades sobre os comportamentos de consumo e suas consequências. Nesse sentido, ainda que não seja possível identificar muitos temas especificamente relacionados ao tabaco, a expressão “por cento” pode indicar a consideração do objeto a partir de discursos similares àqueles encontrados na classe 5 e, portanto, vinculados ao repertório médico-científico dos riscos, danos e terapêuticas. A esse respeito, resultados de outras pesquisas sobre mídia e uso de drogas indicam que as comunicações sobre o tabaco são desenvolvidas principalmente no campo da saúde (RONZANI et al., 2009) e que as consequências negativas do consumo constituem o tema mais frequente (LACERDA; MASTROIANNI; NOTO, 2010; NOTO et al., 2003; RONZANI et al., 2009). Além disso, Lacerda, Mastroianni e Noto (2010) ressaltam que a maioria das comunicações que abordaram os danos do tabaco o fez com base em pesquisas científicas. Desse modo, ainda que os resultados encontrados não favoreçam a identificação de temas específicos nas comunicações sobre o tabaco, a expressão “por cento” indica, em tese, que o objeto se inseriu em comunicações que abordavam riscos e danos a partir de argumentos estatísticos.

6.4.7 A droga e as drogas em pauta

Conforme observado, as diferentes categorias analisadas – droga não citada no título, maconha, cocaína, crack, álcool e tabaco – apresentaram especificidades linguísticas que indicam elementos típicos do campo representacional de cada droga e da própria droga como objeto social. Ademais, o fato de a cocaína e o crack se inserirem em contextos discursivos distintos indica que, embora compartilhem das mesmas propriedades farmacológicas, essas

duas formas de apresentação e classificação são acompanhadas por variações na apropriação cultural dos dois objetos. Esses resultados favorecem a interpretação da droga como uma categoria que adquire diferentes sentidos a partir da sua objetivação em diferentes substâncias ou produtos. Em que pese tal afirmação, “a droga”, por si só, é um objeto social que, ainda que não se vincule a uma substância específica, cumpre funções nas comunicações e nas práticas sociais. Em outras palavras, a droga é objeto de representação e funciona como suporte na orientação e legitimação de condutas. Com base nas matérias que não focalizaram uma droga específica, é possível afirmar que “a droga” é construída como um objeto marcadamente negativo, um inimigo público a partir do qual se estabelece uma guerra justificada. Nesse contexto, a droga é igualada à categoria de entorpecente³⁶ e normalizada nas redes de violência e criminalidade, sendo o (narco)traficante a figura de alteridade e desvio tipicamente responsabilizada e combatida através de estratégias de repressão bélica. Trata-se, portanto, de uma construção ancorada nas normas antidrogas e do proibicionismo.

Importa ressaltar que os sentidos que a “droga” produz nas comunicações – como a sua ilicitude, seu estatuto de inimigo público que deve ser combatido, e a sua vinculação com o tráfico, violência e criminalidade – possivelmente são características que se estendem aos exemplares da categoria das substâncias proscritas. Essa interpretação é reforçada, por exemplo, pela observação de que as comunicações que envolveram contextos de precariedade, criminalidade e violência urbana estiveram notavelmente associadas a drogas como a maconha, cocaína e crack. Em uma leitura mais ampla, Noto et al. (2003) reconhecem que existe uma diferença significativa no tratamento dado às drogas lícitas em relação às ilícitas por parte da sociedade. As drogas ilícitas são constantemente associadas à violência do tráfico de drogas e marcadas por um discurso de periculosidade e, por outro lado, drogas como cigarro e álcool são alvo de propagandas que incentivam a sua venda e consumo.

Ressalta-se que essa reflexão depende de uma consideração ampla da conjuntura sociopolítica do proibicionismo e não apenas dos dados analisados. Nesse sentido, ainda que não tenha sido possível identificar publicidade ou incentivo do uso de álcool ou tabaco através da análise de especificidades linguísticas, os elementos caracteristicamente associados a essas substâncias não evidenciam normas repressivas típicas da guerra às drogas. Apesar disso, a norma antidrogas também pode ser identificada como modo de organizar o tratamento dado aos riscos e danos vinculados ao uso dessas substâncias. Por exemplo, o fato de o álcool ter sido associado a acidentes de trânsito e à lei seca indica o reconhecimento de danos

³⁶ No sentido empregado por Bergeron (2012), como substância proscrita internacionalmente.

associados ao seu consumo e a constituição de uma intervenção no sentido de restringir o uso em determinadas condições de risco, visando, com isso, à redução de danos. Não se configura, portanto, uma norma de interdição passível de repressão policial com o objetivo de combater seu uso, usuário ou comerciante, mas constrói-se uma ideia de rechaço ao consumo em condições que oferecem risco à sociedade. O tabaco, ao seu turno, apesar de majoritariamente discutido a partir dos seus danos, conforme indicam outras pesquisas (LACERDA; MASTROIANNI; NOTO, 2010; NOTO et al., 2003; RONZANI et al., 2009), se insere em contextos discursivos da saúde e não é vinculado à repressão policial, ainda que também seja alvo de medidas restritivas – ligadas ao consumo em espaços coletivos – e de tomadas de posição valorativa diante de fenômenos como a dependência e o câncer de pulmão.

Essas observações reforçam, portanto, a hipótese de que existem fronteiras simbólicas importantes entre as drogas lícitas e ilícitas, conforme sugerido por Bergeron (2012). Assim, a análise de especificidades relacionadas à(s) droga(s) parece indicar um recorte jurídico-legal do campo que possui implicações tanto simbólicas, pelos temas e sentidos que articula, como avaliativas, pelos padrões de (in)tolerância reservados a diferentes substâncias. Importa destacar, por fim, que essas fronteiras não são completamente rígidas. Conforme identificado, a maconha apresentou especificidades relacionadas tanto ao universo do tráfico de drogas, violência e criminalidade, quanto aos discursos médico-científicos que delimitam a sua periculosidade, seu potencial terapêutico e prescrevem possibilidades rechaçadas e legítimas de uso. Essas particularidades, aliadas à sua tensão normativa – evidenciada pela marcha da maconha e por iniciativas exteriores de descriminalização/regulamentação –, permitem inferir que a maconha é atualmente um objeto social fronteiro, tanto a respeito dos seus aspectos legais, quanto dos aspectos simbólicos usualmente relacionados às categorias das drogas lícitas e ilícitas.

Desse modo, o campo das drogas nas comunicações analisadas não se reduz aos usos que se faz da “droga”, como objeto próprio, ou a seus exemplares e marcadores legais que os acompanham. A droga, quando objetivada em diferentes substâncias, atualiza sistemas de significados específicos, remetendo a dimensões do objeto distintas e, mesmo, complementares. A droga é, a um só tempo, objeto social e categoria de ancoragem para outros objetos, tais como maconha, cocaína, crack, álcool e tabaco. Esses últimos, quando ancorados simbolicamente na droga, isto é, classificados como tal, atualizam diferentes temas constitutivos do campo representacional. Nesse sentido, “a droga” e seus objetos específicos são elementos interdependentes do processo mais amplo de construção do campo representacional das drogas. Abordar esse campo, suas dimensões e objetos de maneira

interdependente envolve atentar para a organização do seu conteúdo simbólico, considerando, com isso, que há fatores estruturantes que subjazem condições de produção discursiva sobre o “mundo das drogas”. Compreende-se que as principais dimensões estruturantes das comunicações analisadas podem ser abordadas a partir de sistemas simbólicos de oposição, entendidos como princípios organizadores de tomadas de posição que atuam no campo. Nesse sentido, a seção seguinte tem o objetivo de explorar algumas dessas dimensões estruturantes dos dados analisados.

6.5 Sistemas simbólicos de oposição e o “mundo das drogas” nos jornais

Diante daquilo que foi discutido nas seções anteriores, é possível retomar brevemente alguns dos principais sistemas simbólicos de oposição que engendram relações entre os universos lexicais encontrados nas publicações analisadas. Trata-se, portanto, de levantar hipóteses sobre os princípios estruturantes do campo das drogas na cena pública brasileira, ainda que elas demandem estudos posteriores com o objetivo de aprofundá-las. Para tanto, é preciso analisar em perspectiva os resultados anteriores, bem como as relações de semelhança e diferença que caracterizam os campos léxicos identificados através do procedimento de Classificação Hierárquica Descendente. É necessário insistir que as classes lexicais reúnem formas de discurso que se distinguem entre si pelo tipo de linguagem empregada. Os mundos lexicais encontrados, através das suas relações de contrastes e similaridades linguísticas, remetem não só a campos temáticos específicos, mas também a diferentes dinâmicas identitárias, formas de consideração e aproximação do fenômeno. Além disso, entende-se que esses campos léxicos, suas relações e tensões, atualizam determinados sistemas simbólicos de oposição que funcionam como princípios estruturantes do campo das drogas na cena pública. Esses aspectos serão brevemente discutidos da observação das características encontradas nos três eixos identificados, a saber, “regulação sociopolítica do uso, produção e circulação das drogas”; “uso de drogas, dependência e saúde”; e “a polícia e a guerra às drogas no Brasil”.

No que diz respeito às classes 1, 2 e 3, é de notável importância perceber que os discursos sobre a gestão e controle de substâncias proscritas mobiliza um nível de consideração do campo que, além de coletivo, se inscreve frequentemente nas relações internacionais. Esse ponto pode ser observado, por exemplo, pela presença significativa nas classes 1 e 2 de segmentos provenientes da seção Mundo ($\text{var.}\chi^2 = 4778$ e $\chi^2 = 4109$, respectivamente). A esse respeito, nota-se que a relação com uma seção específica, incumbida

de noticiar uma realidade externa, pauta o binômio eu-outro em termos de Brasil e exterior no tocante ao tratamento geopolítico das drogas. Não obstante, o conteúdo da classe 3 tematiza a marcha da maconha sem, necessariamente, situá-la nos debates internacionais que se vinculam ao tratamento político-legal das drogas. Portanto, se considerado em suas relações internas, esse primeiro eixo é constituído por discursos sobre a gestão coletiva do uso de drogas no âmbito nacional e internacional. Se as notícias internacionais constituem realidades externas e distantes, isso não significa que elas não sejam atuantes no processo de construção social das drogas no Brasil, ao contrário, as “notícias de fora” apresentam redes de ancoragem para os temas e fenômenos percebidos como relevantes internamente. Sob essa perspectiva, tanto o fenômeno dos cartéis latino-americanos como a adoção de medidas antiproibicionistas em outros países – por exemplo, aquelas do Uruguai e alguns estados dos EUA – servem como quadros simbólicos de referência para a significação do campo das drogas no contexto brasileiro. Por exemplo, os cartéis internacionais constroem a categoria dos “narcotraficantes” como os inimigos internacionais, ao mesmo tempo em que as matérias sobre a guerra às drogas no Brasil produzem a categoria dos “traficantes” – inimigos do Estado – com sentidos bastante similares. Além disso, no tocante à discussão política e tensão normativa que permeia o proibicionismo, as comunicações podem servir aos sujeitos como instrumento de comparação a respeito dos modos como outros contextos lidam politicamente com a droga para, então, se posicionar diante de questões similares que são colocadas no contexto brasileiro – como as propostas de descriminalização do porte de drogas e a regulamentação da maconha no Brasil.

Importa notar que o eixo atualiza, ainda, a antinomia legal/ilegal – sobretudo nas classes 2 e 3. Essa tensão, aliada à consideração sobre Brasil e exterior, facilita tomadas de posição quanto a projetos políticos de regulação das drogas de forma dependente dos seus contextos de aplicação. Isso significa dizer que a comparação com outros cenários não acarreta, necessariamente, a adesão a um discurso de mudança no país. De outro modo, o distanciamento psicossocial, produzido pela relação eu-outro em termos de Brasil e exterior, é capaz de favorecer tanto um sentido de atraso ou urgência de mudança em relação às transformações internacionais, como pode também facilitar discursos de desqualificação da inclusão de pautas antiproibicionistas no contexto nacional. A exemplo disso, observa-se que a regulamentação da maconha no Uruguai foi abordada ora como avanço, ora como uma medida ameaçadora para outros países da América do Sul. É evidente, entretanto, que os discursos de desqualificação de medidas antiproibicionistas não partem exclusivamente do distanciamento psicossocial promovido pela consideração de uma realidade externa, mas são,

antes, sinais da própria tensão normativa que constitui a regulação coletiva dos usos de drogas. Ainda assim, é preciso considerar que o distanciamento geográfico e psicossocial produzido por notícias sobre mudanças políticas internacionais pode estar relacionado com o argumento de que tais medidas não são relevantes ou aplicáveis no Brasil. Diante dessas questões, a própria discussão sobre a legitimidade da marcha da maconha evidencia princípios normativos antidrogas que constroem – embora não sem resistência – a inclusão de pautas antiproibicionistas no país.

O segundo eixo, composto pelas classes 4, 5 e 8, agrupou segmentos de texto que tratam dos usuários, das substâncias e de estratégias terapêuticas diante da dependência. O uso de drogas é aqui apreendido por discursos característicos do saber médico em diferentes dimensões – bioquímica, psicológica e social – que constroem limites de normalidade e desvio no campo. Claro está que o simples comportamento de consumo de substâncias psicoativas não é suficiente para constituir excentricidade normativa no âmbito do discurso médico. Os dados da classe 8, por exemplo, ao apresentar o consumo de drogas sob forma de espetáculo da vida privada, tematizam possibilidades recreativas ou não problemáticas de consumo, mas também abordam outras entendidas como problemáticas ou patológicas, que, por sua vez, direcionam no engajamento terapêutico em clínicas de reabilitação. Identifica-se, nesse ponto, um sistema de oposição que tematiza as relações de autonomia/sujeição ou, ainda, dependência/autocontrole, do indivíduo diante da substância, dando origem a modos de consumo interpretados como legítimos, aceitáveis ou problemáticos. A esse respeito, importa ressaltar que a normalização das práticas de uso de drogas, seja pela via da criminalização ou da medicalização, é fruto de confrontos entre definições de legalidade e ilegalidade – conforme encontrado no primeiro eixo –, mas também de controle e descontrole (ROMANINI; ROSO, 2013). A dependência, por sua vez, é muitas vezes construída em oposição à ideia de controle. Por exemplo, uma pesquisa realizada com profissionais de saúde sobre adesão ao tratamento para dependência de adolescentes (SCADUTO; BARBIERI, 2009) identificou o discurso do descontrole e compulsão como forma definidora da dependência química.

Não obstante, a rotulação de usuários como dependentes a partir do saber médico – tomado como um saber partilhado culturalmente – está atrelada aos contextos de interação em que os indivíduos consumidores e as substâncias em questão são inseridos, percebidos e significados. Apoiando-se na perspectiva de Becker (2008), é possível dizer que os limites que marcam as diferenças entre uma forma de uso socialmente desviante e outra tolerada não são fixos. Eles repousam, por exemplo, nas características do ato – quantidade, frequência e

circunstâncias – do sujeito que o pratica – atributos pessoais, familiares e comunitários – e da substância utilizada – lícita/ilícita, valorizada/desvalorizada socialmente. Em outras palavras, a dependência de drogas é considerada um desvio, mas a caracterização de um sujeito consumidor como um indivíduo desviante está vinculada, nesse contexto, à sua rotulação como dependente, que, quando caracterizado como alguém que não tem controle sobre si, deve ter a sua vida gerida por um outro.

Seja ela significada como desequilíbrio químico, doença orgânica, padrão comportamental inadaptado ou sintoma social, a dependência se apresenta nas classes 4, 5 e 8 como um organizador discursivo estreitamente relacionado ao poder disciplinar³⁷, que permite atuar sobre os indivíduos, classificar e distribuí-los em espaços corretivos. Lembra-se que essa forma de poder não se reduz a um mecanismo de exclusão, pois a disciplina é uma técnica positiva de intervenção e controle, dado que ela opera a norma como instrumento de produção social e não de mera repressão (MISKOLCI, 2005). Nesse sentido, quando se fala em normalização e disciplina, há que se considerar as práticas curativas envolvidas na correção dos indivíduos usuários de drogas, pois essas técnicas são fundamentais para compreender a construção do desvio e a rotulação de sujeitos desviantes. Toma-se com fins ilustrativos as particularidades de tratamento e contexto discursivo das classes 4 e 8, dado que elas atualizam diferentes dimensões da própria dependência como objeto social e as técnicas corretivas a ela relacionadas. Essas dimensões não devem ser consideradas como excludentes entre si, mas como níveis de consideração que se sobrepõem no campo.

Em primeiro lugar, observa-se que a classe 8 narra trajetórias de vida que paulatinamente se degradaram em função do uso de drogas, sendo a dependência – e, por extensão, a substância química – o fator explicativo de prejuízos como a perda dos vínculos familiares e profissionais. Por sua vez, os discursos sobre a “cracolândia” interpelam o sentido dessa relação de causa e efeito e a colocam sob tensão, pois a droga não surge como a única instância explicativa da degradação social, mas também é sugerido que as condições sociais dos usuários facilitam o desenvolvimento da dependência química. Além disso, se na classe 8 o espetáculo público é construído em torno de histórias privadas e individuais, na classe 4 os usuários se inscrevem em uma dimensão pública e coletiva. Nesse sentido, as práticas terapêuticas destinadas aos dependentes da classe 8 são abordadas a partir de “clínicas (frequentemente privadas) de recuperação”, ao passo que aquelas da classe 4 incluem leitos

³⁷ Não se deve desconsiderar, entretanto, as marcas da biopolítica, cujas particularidades foram discutidas anteriormente e se expressam, por exemplo, na classe 4, em que, através da dependência química, a população e o espaço urbano surgem como problemas de governo e regulamentação.

hospitalares, atendimentos ambulatoriais e outros serviços públicos de saúde e assistência social. No que diz respeito à própria dependência, observa-se que, no contexto individual e privado, a história de vida e as relações familiares são elementos sistematicamente objetivados, conferindo ênfase à dimensão afetiva e, com isso, facilitando a identificação e aproximação psicológica por parte do leitor. Por outro lado, no contexto coletivo e público são evidenciados aspectos da dependência como um problema de governo, suas dimensões institucionais, seu potencial de risco social e urbano, bem como o dilema ético que perpassa a legitimidade do poder estatal sobre a vida dos usuários. Desse modo, é possível afirmar que o uso e a dependência de drogas são marcados pela sua consideração como fenômenos individuais e coletivos, ao mesmo tempo que essas distinções atuam diferentemente na prescrição de práticas terapêuticas.

De modo complementar, a classe 5 aborda a dependência como uma patologia que, a partir de um nível de consideração farmacológico, pode ser tratada com medicamentos psicotrópicos ou mesmo com drogas proscritas. Cumpre observar que, se as classes 4 e 8 se apropriam diretamente dos usuários, a classe 5 focaliza as substâncias por eles utilizadas e seus efeitos, de modo que os critérios de normalidade e desvio são recolocados em termos de riscos, danos e benefícios, ou, ainda, da sua classificação como remédio ou tóxico. É através dessa dimensão que as comunicações características da classe 5 participam da construção da periculosidade atribuída ao uso de substâncias psicoativas, ao mesmo tempo em que demarcam possibilidades toleradas, autorizadas, ou mesmo positivas, de consumo de drogas. Por exemplo, a classe 5 contém segmentos sobre danos à saúde individual e coletiva associados ao uso de tabaco e álcool, ao mesmo tempo em que reúne segmentos de texto sobre o potencial terapêutico de drogas como a maconha e o LSD. Esse tratamento mobiliza, por sua vez, tensões normativas que perpassam os universos das drogas lícitas e ilícitas em termos de valor de saúde atribuído aos seus respectivos exemplares. Em outras palavras, a relativização dos riscos e danos de determinadas drogas ilícitas, bem como a focalização dos prejuízos associados a certas drogas lícitas, colocam em tensão as normas de aceitação e periculosidade associadas a essas categorias. Trata-se, portanto, de comunicações com repercussões potencialmente antiproibicionistas ao mesmo tempo em que são produzidas no interior do saber médico, um tipo de saber que, historicamente, fundamentou a proibição de determinadas drogas.

Dito isso, é possível sintetizar que as classes 4, 5 e 8, além de convergirem na questão da dependência como organizador discursivo das relações entre uso, usuário e substância química, são ancoradas no saber médico. Esse último, entendido como um conjunto de

saberes, científicos ou não, que têm a saúde individual e coletiva como objeto, se expressa nas três classes que compõem o segundo eixo e produz efeitos de sentido que não se limitam à prevenção e tratamento. A partir dele são também produzidos discursos que legitimam argumentos de gestão política da ordem coletiva. Dito de outra maneira, o saber médico e os seus principais elementos tocantes ao campo das drogas – o valor da saúde como um bem a ser (re)estabelecido e protegido, a gramática dos riscos, danos e benefícios das substâncias, e a periculosidade individual e social da dependência – não são neutros em suas repercussões sociais. Antes, o saber médico pode servir como meio de legitimar tanto a manutenção de uma ordem proibicionista – baseada na restrição da liberdade do consumo de determinadas drogas e estabelecimento de medidas punitivo-corretivas – como de adesão à reivindicação de uma ordem política tolerante às práticas de consumo de drogas.

De modo pertinente ao tema do proibicionismo e da guerra às drogas, o último eixo léxico encontrado, formado pelas classes 6 e 7, constituiu-se por segmentos de texto que tematizam a atuação da polícia na repressão às drogas. A distinção entre esse eixo e os outros dois primeiros pode ser pensada a partir de diferentes formas de exercício de poder, de acordo com a classificação proposta por Moscovici (2011) a respeito do poder coercitivo e normativo. De acordo com o autor, o poder coercitivo seria caracterizado pela imposição de regras sociais através do uso da força, ao passo que o poder normativo é exercido através da construção e transformação de normas e valores sociais. A classificação torna-se útil uma vez que é possível identificar os primeiros eixos com o chamado poder normativo – uma vez que as suas comunicações comportam tensões normativas e dissensos a respeito do uso de drogas –, enquanto este último, composto pelas classes 6 e 7 pode ser remetido ao poder coercitivo, dado que não se referem a um processo de negociação de normas, mas da sua imposição. Mais especificamente, os discursos dessa classe não tematizam a proibição das drogas, mas tratam da sua aplicação através da militarização da redução da oferta.

Dito isso, se o eixo formado pelas classes 1, 2 e 3 se ocupa da normalização e regulamentação coletiva da produção, circulação e consumo de drogas em relações político-institucionais; se, ainda, as classes 4, 5 e 8 atualizam dimensões individuais e coletivas do uso e da dependência de drogas; o último eixo, ao seu turno, é caracterizado pelo combate policial ao tráfico de drogas e pela distribuição de sanções a sujeitos desviantes da norma jurídica: os traficantes. De modo geral, a especificidade que separa essas classes das demais é a tematização de tecnologias de segurança pública aplicadas à redução da oferta de drogas ilícitas em território nacional.

Por fim, os segmentos de texto das classes 6 e 7 podem ser entendidos como relacionados a sistemas de oposição já discutidos, os quais pautam níveis territoriais internos e externos de consideração, cenários nacionais e internacionais e, por fim, as dinâmicas relacionadas à oferta e demanda de drogas ilegais. Tal organização do campo, marcada pela proibição seletiva de substâncias psicoativas, se relaciona, ainda, com um sistema de oposição entre consumo e tráfico que implica dimensões distintas na consideração do “mundo das drogas”. Isso pode ser visualizado no conjunto dos dados aqui trabalhados, mas também em outras pesquisas sobre mídia e drogas de forma geral (SOUZA; OLIVEIRA, 2008) e específica, como no caso da maconha (SOUZA, 2013) e do crack (RODRIGUES; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015; SANTOS; ACIOLI NETO; SOUSA, 2012).

Nesse sentido, é possível observar que as classes que se ocupam do uso conformam a categoria identitária do usuário e o inserem em uma rede corretiva pautada pelo valor de saúde, enquanto o grupo dos traficantes – uma versão proximal e nacional dos narcotraficantes citados na classe 1 – é alvo de repressão bélica, eliminação, ou de técnicas corretivas guiadas pelo valor de segurança, a saber, a contenção e aprisionamento. A esse respeito, cumpre ressaltar que a identificação de práticas sociais reservadas a essas duas categorias identitárias – que são potencialmente ligadas a tipos de comportamentos desviantes contíguos – não tem o propósito de avaliar a adequação, necessidade ou, menos ainda, justiça das medidas baseadas na distinção entre usuário e traficante. Antes, essa observação empírica tem por função evidenciar a existência de um sistema de oposição entre uso e tráfico de drogas que constitui o “mundo das drogas” e, ainda mais importante, assinalar suas implicações identitárias, dado que a relação eu-outro-droga é aqui marcada por categorias relacionadas ao binômio usuário-traficante.

Por fim, a oposição constituída pelo uso e tráfico guarda relações diretas com a regulação normativa do campo em um contexto proibicionista e marcado pela aliança entre medicina e direito – incluindo a sua extensão policial. Apesar da ideia de unificação que o termo aliança possa provocar, tratam-se de dois sistemas distintos, embora historicamente interdependentes, os quais constituem campos igualmente específicos de instituições, saberes e tecnologias de poder. Desse modo, torna-se compreensível a emergência de categorias identitárias (ex. usuários e traficantes), técnicas de exame (ex. diagnóstico e julgamento), tipos de desvios comportamentais (ex. dependência e crime), bem como as práticas corretivas (ex. internação e prisão) pertinentes a cada parte dessa aliança médico-jurídica.

Especificamente com relação ao usuário dependente, é possível observar que os conteúdos analisados relacionam-se com a aplicação da norma de abstinência através de

práticas terapêuticas socialmente legitimadas. Nesse sentido, as matérias analisadas focalizam a internação como estratégia terapêutica prioritária, seja no âmbito da saúde pública ou privada. A despeito disso, estratégias de cuidado desenvolvidas no território, como o programa “de braços abertos”, também foram citadas, ainda que o apelo à ampliação do número de vagas para internação ofertadas pelo poder público denote uma maior valorização dessa última. Ressalta-se que essa focalização do discurso midiático dado à internação em detrimento de outros modelos terapêuticos é consonante com os resultados de outras pesquisas, sobretudo no tocante ao uso de crack (SANTOS; ACIOLI NETO; SOUSA, 2012; WURDIG; MOTTA, 2014).

Essa focalização parece ancorar-se na própria história dos cuidados em saúde mental, pois, conforme salientam Wurdig e Motta (2014), as internações psiquiátricas se apresentaram como prática terapêutica hegemônica durante o século XX. No Brasil, a despeito do processo de reforma psiquiátrica, esse modelo tem sido muitas vezes colocado como principal estratégia de cuidado em saúde mental. No contexto da dependência de drogas, Paiva e colaboradores (2014) afirmam que as estratégias de intervenção destinadas ao usuário de drogas tiveram grande influência histórica do modelo médico-jurídico, cujas funções dirigem-se mais a punir do que tratar (PAIVA et al., 2014). O caráter de punição associado ao tratamento é ainda mais evidente quando se fala em internação compulsória, que, de acordo com Romanini e Roso (2013), pode ser caracterizada como uma medida marcadamente proibicionista. Novamente, a aliança médico-jurídica fica evidente nesse tipo de intervenção pelo fato de se sustentar no enlace entre um diagnóstico que patologiza e um código infracional que criminaliza (CUNDA; SILVA, 2014).

Reconhecer a importância da aliança médico-jurídica na construção simbólica das drogas não significa considerar todo e qualquer tipo de produção discursiva como vinculada a apenas uma hipótese interpretativa ou rede de significados. Do mesmo modo que a droga é apreendida por saberes médico-jurídicos, ela também é imbuída de significados hedonistas e transcendentais, constituindo um objeto inscrito em relações de prazer e espiritualidade (Ver, ESCOHOTADO, 2008). A despeito disso, esses significados não são isentos de vinculação com os saberes e práticas da aliança médico-jurídica, pois, como um objeto de prazer, a droga é socialmente interpretada como risco de dependência química; e como um objeto religioso, ela pode ser alvo de tensão normativa sob a ótica da lei, conforme é possível observar, por

exemplo, no caso do uso ritualístico da Ayahuasca³⁸. A despeito dessas questões, essas e outras relações não são suficientes para vincular sentidos de prazer e religiosidade aos saberes da aliança médico-jurídica que, por sua vez, são centrados na periculosidade individual e social da droga. De outro modo, essa aliança deve ser entendida como uma rede de relações sócio-simbólicas que pauta condições de verdade socialmente legitimadas que organizam – mas não exclusivamente – o mundo das drogas na cena pública. No limite, ela representa um esquema interpretativo cuja utilidade reside na identificação de alguns dos princípios ideológicos – em termos de nível analítico – e genealógicos – em termos de saber/poder – que são estruturantes do campo e repercutem nas práticas legais, institucionais, científicas, sanitárias, políticas, entre outras.

6.6 Síntese e considerações finais: as drogas nos jornais

O estudo realizado teve o objetivo de identificar e analisar os principais temas e sistemas simbólicos de oposição relacionados à construção sócio-simbólica do campo das drogas psicoativas em comunicações de massa. Os resultados evidenciaram a complexidade do campo tanto pela sua diversidade temática, quanto pela pluralidade de contextos discursivos em que é inserida a droga. Não só o campo das drogas foi construído a partir de diferentes dimensões – consumo, tráfico, regulação social e seus desdobramentos –, como a própria droga constituiu objeto de relevância na abordagem de outros fenômenos, conferindo sentido a processos político-legais, relações internacionais, movimentos sociais, cultura e entretenimento, práticas terapêuticas, violência e criminalidade. O quadro seguinte sintetiza os resultados quanto às principais drogas focalizadas, seções de publicação, temas centrais, categorias identitárias e sistemas de oposição encontrados:

Principais substâncias	Maconha, Cocaína, Crack, Álcool e Tabaco	
Principais seções	Cadernos generalistas	<ul style="list-style-type: none"> • Cotidiano • Mundo • TV Folha
	Cadernos especializados	<ul style="list-style-type: none"> • Ilustrada • Equilíbrio e Saúde

³⁸ A Ayahuasca contém DMT (N,N-Dimethyltryptamine), uma substância alucinógena controlada no Brasil, que, por ser adotada como sacramento por grupos religiosos, é alvo de tensão entre normas legais, liberdade religiosa e segurança biomédica (LABATE; FEENEY, 2012)

		<ul style="list-style-type: none"> • F5 • Opinião • Política • Esporte
Temas centrais	Regulação social das drogas	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão coletiva da produção, circulação e consumo de substâncias ilícitas • Conflitos políticos internacionais • Mudanças no <i>status</i> legal da maconha
	Uso de drogas	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência química • Riscos e danos • Aplicações terapêuticas • Ações de saúde pública
	Tráfico de drogas	<ul style="list-style-type: none"> • Combate ao tráfico de drogas ilícitas • Operações policiais em morros e favelas • Prisões e apreensões de drogas ilícitas
Principais categorias identitárias	Usuário/Dependente	<ul style="list-style-type: none"> • Pacientes • Populações das “cracolândias” • Celebidades
	Traficante de drogas	<ul style="list-style-type: none"> • Narcotraficantes internacionais • Traficantes brasileiros
Principais sistemas de oposição	Fenômeno das drogas	<ul style="list-style-type: none"> • Nacional/Internacional • Individual/Coletivo • Consumo/Tráfico
	Substâncias	<ul style="list-style-type: none"> • Ilícitas/Lícitas • Remédio/Tóxico
	Uso de drogas	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência/Controle • Público/Privado

Quadro 2 – Síntese dos resultados do estudo sobre o campo das drogas em comunicações jornalísticas

Por se tratar de um estudo descritivo, cujo objetivo foi explorar a organização do campo representacional em questão, a discussão não esgotou as possibilidades interpretativas a respeito da sociogênese do “mundo das drogas”. Apesar disso, como assinalam Ordaz e Vala (1997), os estudos descritivos sobre representações sociais não se furtam de elaborar hipóteses a respeito dos processos que subjazem a expressão e organização dos conteúdos analisados, em especial com relação à objetivação e ancoragem. Nesse sentido, é possível sintetizar algumas dessas hipóteses afirmando que a droga como objeto social ancorou-se simbolicamente em diferentes sistemas de significados, dentre os quais destacam-se os campos do direito e da medicina – entendidos como interdependentes pelo caráter de legitimação recíproca que entre suas formas de saber e exercício de poder. A partir desses

territórios de ancoragem, a droga e as substâncias pelas quais ela é objetivada foram construídas de modo atrelado a sistemas de oposição que as classificam como lícitas/ilícitas e como remédio/tóxico.

No campo jurídico a droga assume a forma de objeto regulado e, a depender da sua classificação, de objeto combatido. Nesse âmbito, a droga e os sujeitos desviantes que com ela se relacionam, os traficantes, são apreendidos como verdadeiros inimigos da sociedade e são responsabilizados por problemas como a violência urbana e situações de vulnerabilidade social. No campo médico-científico, a droga é um objeto ligado a riscos, danos e benefícios, mas, sobretudo, constrói-se a partir da ideia de dependência química, tanto em um nível individual como coletivo. Por sua vez, são os usuários-dependentes que configuram a principal figura de alteridade e desvio, mobilizando, com isso, práticas terapêuticas orientadas pelo ideal de abstinência, notavelmente através da internação.

Dentre os principais temas encontrados, destacam-se os fenômenos relacionados ao consumo, tráfico de drogas e regulação política, que podem ser entendidos como dimensões estruturantes do campo e que facilitam processos de tomada de posição simbólicas e avaliativas quanto a questões salientes no debate público: a eficácia da militarização na repressão ao tráfico de drogas; os modelos políticos alternativos ao proibicionismo; a legitimidade da pauta antiproibicionista no Brasil; a internação compulsória como política de saúde; o uso terapêutico de substâncias proscritas; entre outros. Destaca-se, com isso, que o campo das drogas é construído em meio a polêmicas e dissensos a respeito dos seus fenômenos, o que parece apontar um processo de negociação de normas ainda hegemônicas, sobretudo aquelas relacionadas ao proibicionismo.

Por fim, ressalta-se que as comunicações jornalísticas de difusão funcionam como princípios geradores de tomadas de posição, cujo resultado – pensamento e ação – comporta tensões e contradições. Os seus conteúdos são, portanto, ativamente reelaborados pelos sujeitos em função das suas pertenças, experiências e práticas sociais. Não obstante, as reportagens analisadas cumprem funções psicossociais importantes para o processo de normalização do campo, uma vez que, ao difundir informações sobre acontecimentos e temas tidos como socialmente relevantes, oferecem aos sujeitos formas de inteligibilidade relacionadas ao uso de drogas que permitem orientar suas condutas, comunicar e se relacionar com o outro. Por essa razão, analisar os modos como a droga é representada em meios de comunicação de massa é útil e mesmo necessário para compreender e evidenciar alguns dos princípios normativos que são constitutivos dos seus fenômenos.

7 O CAMPO REPRESENTACIONAL DA DROGA E O OUTRO

A segunda operação de pesquisa que compõe a presente tese teve o objetivo de investigar o campo representacional das drogas e a sua relação com o outro. Participaram desse estudo pessoas com mais de 18 anos, de ambos os sexos, residentes em diferentes estados brasileiros, que responderam a um questionário aberto. Esse delineamento não teve o objetivo de generalizar ou, menos ainda, de ser representativo da população brasileira, mas foi utilizado com vistas a permitir identificar conteúdos ideológicos estruturantes do campo. Ou seja, teve como objeto as ideias dominantes (normas descritivas), bem como a sua articulação com normas avaliativas e prescritivas que caracterizam a apropriação cultural do tema na realidade brasileira.

O estudo anterior permitiu identificar três principais dimensões constituintes do “mundo das drogas” em meios de comunicação de massa: a sua regulação sociopolítica; os fenômenos relacionados a práticas de consumo; e as estratégias de repressão direcionadas ao tráfico de drogas ilícitas. Além disso, trabalhou-se com a hipótese da aliança médico-jurídica entendida como a superposição de sistemas de saber e práticas sociais nos quais são ancorados os principais conteúdos representacionais do campo das drogas na cena pública. Por sua vez, a própria droga – medicinalmente apreendida e juridicamente regulada – foi discutida como uma categoria de ancoragem para diferentes substâncias psicoativas. De modo análogo, essas últimas, quando tomadas em suas particularidades, objetivaram diferentes dimensões constitutivas da própria droga como objeto social.

As comunicações jornalísticas analisadas podem ser entendidas como produções coletivas que, baseadas nas expectativas dos leitores, pautam temas considerados de interesse público. Por conta dessas condições de produção, algumas dimensões do fenômeno são focalizadas, enquanto outras não são visibilizadas, ainda que possam ser igualmente constitutivas da realidade sócio-simbólica abordada. Por exemplo, pode-se questionar se conteúdos ligados ao uso de drogas são apreendidos pelo pensamento social apenas pela sua relação com a dependência, ou se há outros elementos constitutivos da experiência de consumo que são levadas em consideração para dar sentido ao objeto. Além disso, a própria objetivação da droga a partir de substâncias específicas pode não coincidir com aquelas tipicamente abordadas nas matérias de jornal.

Diante disso, uma primeira direção de análise pode ser delineada com vistas a responder as seguintes perguntas: (1) Que conteúdos estruturam o campo representacional das

drogas na perspectiva de indivíduos inseridos no contexto brasileiro? (2) Quais são as principais substâncias que objetivam a droga para esses sujeitos? Para responder a essas perguntas, lançou-se mão da técnica de associação livre de palavras (TALP) com o objetivo de identificar elementos do universo simbólico dos sujeitos com relação ao objeto. Essa técnica tem sido amplamente utilizada no campo das representações sociais e consiste em solicitar aos participantes que eles escrevam palavras ou expressões que lhe venham espontaneamente à cabeça a partir de um termo indutor – no presente caso, as “drogas”. De acordo com Abric (1994), essa é uma técnica capital de coleta de dados, visto que ela permite identificar os principais elementos constitutivos de um campo representacional. Além disso, por conta da espontaneidade da produção, a associação livre permitiria a identificação rápida e com poucas dificuldades de elementos latentes ou não frequentemente evocados em outro tipo de produção discursiva (ABRIC, 1994). De modo específico à segunda pergunta, solicitou-se aos participantes, em uma questão aberta, que mencionassem as drogas que eles conheciam, ainda que tenham somente ouvido falar.

Os desdobramentos imediatos desse procedimento podem ser úteis pela possibilidade de articulação entre os níveis intraindividual e ideológico (DOISE, 1982, 2002) intervenientes na ancoragem psicossocial dos conteúdos evocados. Em outras palavras, as respostas dos participantes podem ser entendidas como fruto de um processo de organização cognitiva que seleciona determinados elementos da realidade a partir de normas sociais, informações disponíveis aos sujeitos, suas experiências, intenções, afeto e implicação com o objeto. O interesse em considerar tal articulação fundamenta-se precisamente na compreensão da atividade representativa como produzida na relação entre o sistema de operações cognitivas e o metassistema social, que é essencialmente normativo e opera no controle, validação e coerência do pensamento natural (MOSCOVICI, 2012a). No tocante à pesquisa realizada, isso significa que os posicionamentos simbólicos dos sujeitos sobre as drogas são, necessariamente, marcados por normas sociais do campo.

Por essa razão é preciso considerar que existem certos conteúdos que, embora façam parte da realidade simbólica de uma cultura, não aparecem com facilidade nas comunicações cotidianas porque vão de encontro a normas sociais vigentes³⁹ (GUIMELLI; DESCHAMPS,

³⁹ É preciso destacar que, nesse contexto, se fala especificamente das normas que incidem na expressão simbólica dos sujeitos e não das normas sociais do campo estudado. Especificamente, fala-se do efeito da desejabilidade social relacionada à expressão de determinados elementos que poderiam ser considerados “mal-vistos” – socialmente não aceitáveis – pelos grupos de pertença dos indivíduos (GUIMELLI; DESCHAMPS, 2000). Por exemplo, discursos de preconceito e estigmatização em relação aos usuários de drogas podem ser contranormativos em relação às normas de tolerância e da pressão ao “politicamente correto”, ainda que os

2000). Essa questão levou os pesquisadores da abordagem estrutural a elaborar a hipótese da zona muda, entendida como a parte não-legítima de uma representação social (ABRIC, 2003). Em outras palavras, a zona muda diz respeito a um conjunto de elementos que não são produzidos no discurso dos sujeitos, pois eles poderiam marcar um afastamento em relação às normas do seu grupo de pertença.

Como ressalta Abric (2003), é preciso, então, lançar mão de estratégias metodológicas que permitam identificar esses elementos, que não seriam produzidos nas situações normais de pesquisa. Guimelli e Deschamps (2000), por sua vez, sugerem mudar os contextos de produção de dados de pesquisa com a finalidade de reduzir a pressão normativa associada à situação. Nessa direção, o presente estudo utilizou a técnica de substituição – a qual consiste em solicitar aos sujeitos que respondam ao instrumento de acordo com o que eles imaginam que outra pessoa o faria (ABRIC, 2003; GUIMELLI; DESCHAMPS, 2000). Tal delineamento pode facilitar a identificação de aspectos simbólicos difíceis de ser expressos em uma situação comum de evocação, uma vez que tanto as normas sociais que caracterizam o metassistema social, como as operações cognitivas dos sujeitos – ambas constitutivas de representações sociais –, são aspectos atualizados em função de contextos específicos (DOISE, 2011).

Acrescente-se a isso a compreensão de que os fenômenos relacionados ao uso de drogas são construídos no encontro com o outro, pois é no bojo das relações interindividuais, intergrupais e ideológicas que a droga, como objeto social, adquire significados compartilhados. Desse modo, para responder as perguntas anteriormente realizadas e considerar as normas sociais do campo, faz-se necessário incorporar a dimensão do outro às atividades de evocação realizadas pelos participantes. Em outras palavras, é preciso considerar também o nível posicional – que contempla dinâmicas intragrupais e intergrupais – na análise do pensamento social acerca do campo das drogas e a sua relação com o processo de normalização.

A incorporação da técnica de substituição nessa pesquisa repercute na tarefa de evocação em pelo menos em dois sentidos: em primeiro lugar, ao diminuir o nível de implicação do sujeito com as suas respostas, poderão ser produzidos conteúdos culturais menos marcados pela desejabilidade social; em seguida, como ressaltam Chokier e Moliner (2006), a técnica de substituição coloca os sujeitos em uma situação explícita de comparação

social, fazendo com que eles atribuam opiniões, pensamentos, crenças e atitudes ao outro em relação a um objeto social. No presente trabalho, a técnica de substituição aplicada às evocações dos sujeitos baseou-se em dois quadros de referência: “a maioria das pessoas” e os “usuários de drogas”.

A abordagem dessas duas categorias é pertinente aos objetivos desta tese, porque incutem as relações interdependentes entre maioria e minoria social, ao mesmo tempo em que mobilizam tomadas de posição simbólicas frente aos objetos do “mundo das drogas” de modo articulado a normas do campo e ao outro. Diante disso, acrescenta-se mais uma pergunta às questões norteadoras anteriormente apresentadas: quais são os conteúdos representacionais que estruturam o campo das drogas em diferentes contextos alteritários de produção?

Em primeiro lugar, a ideia de “maioria das pessoas” – apesar de remeter a uma definição numérica em termos de preponderância – possivelmente funciona para os sujeitos como uma categoria marcada por relações de poder e vinculada a normas sociais hegemônicas. Desse modo, o contexto salientado pela “maioria das pessoas” pode favorecer tanto a identificação de elementos normativos do campo das drogas, quanto de formas simbólicas de apropriação do usuário de drogas. Este último, por sua vez, pode ser entendido como uma minoria social em termos de relações de poder (Ver. MOSCOVICI, 2011) que se desenvolvem em um metassistema marcado pela norma antidrogas. Nesse sentido, trabalha-se com a hipótese de que o contexto de produção vinculado à “maioria das pessoas” favorece a evocação de elementos normativo-avaliativos hegemônicos que repercutem na relação com uma minoria potencialmente desqualificada. Em segundo lugar, a abordagem de um outro específico – a categoria dos usuários de drogas – funciona como um contexto de comparação social que permite que os participantes atribuam ao grupo conteúdos de representação que lhe seriam próprios. Por implicar a relação com uma categoria minoritária e, além disso, de proximidade com o objeto, esse processo de comparação social possivelmente produz conteúdos muito distintos àqueles pautados em normas hegemônicas. Em outras palavras, desenvolve-se a hipótese de que o contexto salientado pelos “usuários de drogas” favorece a evocação de elementos contranormativos em relação à norma antidrogas.

Evidentemente, as relações dos sujeitos com as categorias abordadas são mediadas por processos de identificação e diferenciação. Por essa razão, é preciso considerar não somente a influência dos contextos de evocação na expressão de conteúdos, como também o posicionamento simbólico dos participantes quanto à sua identificação com o outro. A pertinência dessa questão reside, precisamente, na possibilidade de operar a noção de ancoragem de modo a contemplar o posicionamento simbólico dos sujeitos diante de

dinâmicas posicionais e intergrupais, conforme uma das orientações de análise da ancoragem – entendida como psicossociológica por Doise (1992) – vislumbra.

Em síntese, a pesquisa analisou as evocações livres sobre drogas em três contextos de produção – na perspectiva do sujeito, da maioria das pessoas e dos usuários de drogas – de modo a considerar os posicionamentos do participante em termos de identificação ou diferenciação com o outro abordado. Acredita-se que essa problematização e delineamento metodológico sejam estratégicos para a discussão sobre os processos de construção sócio-simbólica das drogas na relação com o outro. Embora a análise de matérias de jornal tenha possibilitado a identificação de determinadas dinâmicas identitárias, formas de normalização e alguns dos significados associados à categoria do “usuário de drogas”, elas não permitem discutir em profundidade sobre os modos como os indivíduos organizam simbolicamente o “mundo das drogas” e as normas do campo.

Nesse sentido, de modo específico à segunda operação de pesquisa da tese, buscou-se: (1) identificar quais são as substâncias tipicamente classificadas como drogas; (2) caracterizar e analisar os conteúdos que estruturam o campo representacional das drogas na relação com o outro; e, por fim, (3) identificar e analisar formas de organização simbólica subjacentes à expressão de determinados conteúdos de representação, bem como a sua regulação por princípios normativos do campo. Após a caracterização dos procedimentos metodológicos, os resultados serão apresentados em consonância com a ordem dos objetivos específicos citados.

7.1 Material e método

7.1.1 Participantes

A amostra dessa pesquisa pode ser descrita como não probabilística e acidental. O estudo contou com a participação de 169 pessoas, residentes em 16 estados do Brasil, sendo os mais frequentes Pernambuco (58,6%), Santa Catarina (12,4%), Rio Grande do Sul (6,5%) e Pará (4,7%). A amostra contemplou a participação de 115 mulheres (68%) e 54 homens (32%), cuja média de idade foi de aproximadamente 29 anos (DP: 8,96), variando entre 18 e 68 anos. A grande maioria dos participantes possui o grau superior de escolaridade (87%), em relação ao ensino médio (12,4%) e fundamental (0,6%). Aproximadamente a metade dos participantes (54,4%) declarou possuir alguma religião, sendo as categorias católica (20,1%), espírita (13,6%), cristã (8,9%) e evangélica (3,6%) as mais frequentes. Por fim, aproximadamente a metade dos respondentes (47,9%) identificou a sua orientação política

como centro, 46,2% como esquerda ou centro-esquerda e apenas 5,9% como direita ou centro-direita. É válido mencionar que essas variáveis são identificadas com o objetivo de caracterizar a amostra e não foram utilizadas como categorias pertença social, uma vez que a amostra não é suficientemente homogênea para a realização de uma análise de representações do tipo sociológica, isto é, especificamente voltada ao processo de ancoragem dos conteúdos de representação em função do tipo de inserção social dos sujeitos (DOISE, 1992).

7.1.2 Instrumento e procedimentos de coleta

O instrumento utilizado foi um questionário aberto veiculado pela internet (Apêndice C). O pesquisador responsável divulgou o estudo em redes sociais – especificamente em grupos de instituições públicas de ensino superior e na seção de comentários de notícias de jornal sobre temas relacionados ao uso de drogas – com a solicitação de que os sujeitos respondentes divulgassem para seus contatos pessoais. Na apresentação, o questionário continha uma página inicial com explicações sobre a pesquisa e informações sobre os aspectos éticos, assim como uma pergunta solicitando a concordância em participar do estudo de forma livre e esclarecida.

O instrumento foi estruturado da seguinte forma: (1) questões baseadas na Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), a partir do termo indutor “drogas”, nos três contextos de produção – na perspectiva do respondente, da maioria das pessoas e dos usuários de drogas; (2) uma questão que solicitava aos participantes que citassem as drogas que eles conheciam ou tinham ouvido falar; (3) informações de caracterização quanto a sexo, idade, escolaridade, religião e orientação política. As informações sobre o participante contidas nessa última etapa do questionário serviram para caracterizar a população investigada. É importante ressaltar que a ordem de apresentação das atividades de associação livre nos contextos de substituição pode afetar o resultado. Por essa razão, metade dos respondentes realizou primeiro a atividade no contexto da maioria das pessoas e, em seguida, dos usuários de drogas, ao passo que a outra metade o fez na ordem inversa.

Nos três contextos de produção considerados, as atividades de associação livre foram limitadas à evocação de três a cinco palavras ou expressões. Em seguida, solicitava-se ao participante que enumerasse por ordem de importância os termos evocados de acordo com a sua opinião e, no caso dos contextos de substituição, de acordo com o que o sujeito imaginava que o outro – maioria das pessoas e usuários de drogas – o faria. A inclusão dessa variável permite considerar a importância atribuída pelo participante a cada elemento em relação ao

conjunto de evocações produzidas diante do objeto, sendo o número “1” atribuído à palavra ou expressão mais importante, “2” à segunda mais importante e assim por diante. O ranking de importância atribuído pelo sujeito foi um critério de centralidade sugerido por Abric (2003) em substituição à ordem de evocação e que tem se apresentado como uma ferramenta heurísticamente útil em diferentes pesquisas que se ocupam da organização dos conteúdos de um campo representacional (DANY; URDAPILLETA; MONACO, 2015). Nesse contexto, os termos evocados pelos sujeitos podem ser analisados a partir de dois critérios complementares: a frequência de cada elemento no conjunto de dados e a ordem média de importância que lhe foi atribuída.

Feitas essas considerações, cumpre salientar que a pesquisa foi desenvolvida em conformidade com a resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, e foi submetida a apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco – CEP/CCS/UFPE –, cujo processo de número CAAE 41856415.8.0000.5208 foi aprovado. A página inicial do questionário explicava aos participantes os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos, bem como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da sua participação. Os sujeitos foram convidados a participar de forma voluntária e foi explicitado no texto a possibilidade de desistir da participação em qualquer momento sem nenhum prejuízo ou retenção parcial de suas respostas.

Visto que os questionários foram coletados via internet, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D) foi apresentado ainda na primeira página de cada questionário, tendo a última seção – a declaração de consentimento da participação – substituída por uma caixa de seleção do tipo: “declaro ter lido todas as informações deste documento e concordo em participar do estudo como voluntário”. Esse procedimento foi adotado diante da impossibilidade de se coletar as assinaturas dos participantes, bem como das testemunhas, aspecto esse que não compromete o respeito a todos os princípios éticos da pesquisa. Por fim, todas as informações pessoais dos participantes foram mantidas em sigilo, não havendo identificação dos voluntários.

7.1.3 Procedimentos de análise:

Os dados resultantes das atividades de associação livre para cada contexto de produção (sujeito, maioria das pessoas e usuários de drogas) foram tratados de modo que os termos evocados fossem, em cada um deles, divididos em dois conjuntos: um composto pelos termos mais salientes (frequentes e julgados como importantes) e outro por termos relativamente

salientes (frequentes, embora não tão importantes de acordo com o julgamento dos participantes). Conforme é possível depreender, esse tratamento remonta aos dois indicadores utilizados nas análises de evocações hierarquizadas – frequência e ordem média de importância –, assim como a divisão entre termos salientes e relativamente salientes pode refletida à luz das técnicas baseadas na apresentação dos resultados em quatro quadrantes (ABRIC, 2003; VERGÈS, 2002). Nesse contexto, entende-se que o cruzamento entre os indicadores de frequência e de importância permite distribuir as evocações em quatro quadrantes ou casas: (1) +frequentes/+importantes; (2) +frequentes/-importantes; (3) –frequentes/+importantes; (4) –frequentes/-importantes. Na abordagem estrutural das representações sociais esses quadrantes são analisados de acordo com a teoria do núcleo central (DANY; URDAPILLETA; MONACO, 2015), segundo a qual uma representação social é um conjunto organizado de informações, crenças, opiniões e atitudes a respeito de um objeto e que é composta por dois subsistemas interdependentes, um sistema (ou núcleo) central e um sistema periférico (ABRIC, 1998, 2003). O primeiro, de caráter consensual e composto por elementos notavelmente estáveis, consistentes e resistentes à mudança, tem a função de conferir sentido a uma representação, de organizar e estabilizar os seus elementos constituintes a partir de normas e valores sociais. O segundo, por sua vez, é constituído por elementos mais flexíveis, negociáveis e dinâmicos, cuja função está voltada à concretização da representação, à regulação e orientação de comportamentos, bem como à legitimação e contextualização dos elementos do sistema central (ABRIC, 2001).

Diante desse quadro de referência, a análise dos conteúdos pertencentes às quatro casas supracitadas permite considerar que os principais elementos do sistema central provavelmente estão localizados no primeiro quadrante, isto é, que reúne os termos mais frequentes e mais importantes de acordo com o julgamento dos sujeitos. Este quadrante (+frequentes/+importantes) tem sido chamado de “zona do núcleo central”, uma vez que reúne conteúdos bastante significativos para representar o objeto, ainda que não se possa afirmar que todos os elementos que nele se encontram façam parte do sistema central (ABRIC, 2003). O segundo quadrante, por sua vez, tem sido tratado como a primeira periferia (+frequentes/-importantes), pois reúne os elementos periféricos mais importantes; o terceiro (–frequentes/+importantes) configura uma região de elementos de contraste, que pode indicar a existência de subgrupos com representações minoritárias; e o quarto (–frequentes/-importantes), chamado de segunda periferia, reúne elementos periféricos menos importantes (ABRIC, 2003).

Ainda que não se pretenda lançar mão de uma análise do tipo estrutural neste estudo, essa contextualização permite aproximar teoricamente os chamados conteúdos salientes à zona do núcleo central e, por conseguinte, aqueles entendidos como relativamente salientes à primeira periferia. Esses dois conjuntos de dados são especificamente abordados em detrimento dos outros pela potencialidade que têm na identificação dos conteúdos estruturantes do campo que são mais compartilhados e acessíveis do ponto de vista sociocognitivo, o que remete especialmente ao nível ideológico da representação. Além disso, os elementos salientes e relativamente salientes são abordados com o objetivo de identificar os principais elementos que organizam o campo representacional das drogas, mas também devem permitir uma comparação entre os diferentes contextos de evocação.

Além dos procedimentos citados, lançou-se mão de uma análise conjunta, de todo o *corpus*, baseada no método da Classificação Hierárquica Descendente, com o auxílio do *software* Iramuteq, conforme descrito na seção 6.1 deste documento. Esse procedimento teve o objetivo de identificar dimensões estruturantes do campo, subjacentes aos conteúdos evocados nos três contextos de produção, a partir da análise de classes lexicais. Essas últimas, conforme discutido em seções anteriores, são construídas com base na coocorrência de palavras em segmentos de texto, que, por sua vez, são agrupados pelo tipo de vocabulário que compartilham. Nesse sentido, o conjunto de evocações de cada sujeito para cada contexto de produção foi considerado como um segmento de texto, isto é, cada participante contribuiu com a produção de três agrupamentos textuais.

7.2 A(s) droga(s) e o seu campo representacional

Uma vez que a droga pode ser entendida como uma categoria de ancoragem para diferentes substâncias, ao mesmo tempo em que essas últimas objetivam a própria noção de droga, é preciso, antes de tudo, considerar quais são os objetos assim classificados pelos sujeitos. Diante do delineamento metodológico proposto, foi possível tratar da questão a partir de dois indicadores que permitem construir um ranking de importância das substâncias ancoradas na droga, que, em outras palavras, trata da organização hierárquica de exemplares comumente considerados na estruturação do campo representacional das drogas. O primeiro deles, fruto da aplicação da técnica de associação livre no primeiro contexto de produção, tomou como base a frequência de evocações de substâncias específicas, cujo resultado identificou os seguintes objetos: maconha (n = 32), álcool/bebida/cerveja (n = 20), crack (n =

15), cocaína/pó (n = 13), cigarro (n = 6) e outras substâncias citadas com menor frequência. O segundo indicador foi produzido com base nas respostas à questão sobre quais drogas os participantes conheciam ou tinham ouvido falar. Esse procedimento permitiu alcançar os seguintes resultados: maconha (n = 166), cocaína (n = 159), crack (n = 150), álcool (n = 123), LSD (n = 120), ecstasy (n = 110), tabaco (n = 99), heroína (n = 94) e outros.

De início, observa-se que essas duas formas de identificar os principais objetos classificados como drogas guardam particularidades que precisam ser salientadas. Enquanto o primeiro indicador é produto de uma medida não diretiva, o segundo parte da expressa solicitação de que o sujeito mencione as drogas que conhece e, por essa razão, constata-se uma diferença clara nas frequências encontradas para um mesmo tipo de droga nas diferentes condições de produção dos dados. Apesar disso, os resultados dos dois indicadores apresentam resultados semelhantes e podem ser tomados em consideração de maneira complementar. Com base em uma análise conjugada, é razoável inferir que há um conjunto de substâncias que tipicamente objetivam a droga – no sentido de que conferem materialidade ao conceito com base nas características atribuídas a diferentes exemplares da categoria. Esse conjunto é notavelmente identificado pelos objetos maconha, álcool, cocaína e crack, que, embora tenham variado em suas posições nos rankings de importância, foram as quatro drogas mais citadas nos dois contextos empíricos.

Dentre elas, a maconha assume uma posição privilegiada na objetivação da droga, ocupando a primeira posição nos dois rankings considerados. Resultado similar foi encontrado na pesquisa de Santos et al. (2016), que analisou evocações livres de estudantes do ensino médio a partir do termo indutor “droga” e encontrou, dentre as substâncias psicoativas espontaneamente citadas, a maconha em primeiro lugar. Os dados indicam que esse objeto assume centralidade na organização do campo representacional das drogas, constituindo um exemplar típico da categoria, conforme foi possível observar no contexto diretivo de produção, em que apenas 3 participantes de um total de 169 não mencionaram a maconha como droga. Essa centralidade pode ser, ainda, refletida como uma evidência da relevância social do objeto no contexto sociopolítico dos últimos anos, que tem sido marcado pelo aquecimento do debate sobre a (i)legalidade da droga e as suas possibilidades de uso terapêutico (SOUSA, 2013).

Além do conjunto de drogas típicas mencionadas, é importante notar que, enquanto não houve referências expressivas ao ecstasy e LSD nas evocações espontâneas, no contexto diretivo essas drogas foram mais citadas do que, por exemplo, o tabaco. Esse dado pode remeter a uma maior implicação grupal ou nível de práticas dos sujeitos participantes com

relação ao tabaco, ainda que eles reconheçam mais facilmente o ecstasy e o LSD como drogas quando perguntados diretamente. Essa hipótese explicativa remete à possibilidade de que distintas dimensões da ideia de distância do objeto, a saber, os níveis de implicação, conhecimento e comportamentos dos indivíduos (DANY; ABRIC, 2007), possam ter sido salientados pelo contexto de produção dos dados. Nessa direção, a pergunta sobre quais as drogas que o sujeito conhece ou ouviu falar pode ter favorecido a dimensão de conhecimento em detrimento das outras duas, produzindo, com isso, uma maior saliência ao ecstasy e LSD como exemplares da categoria “droga”. Apesar dessa possibilidade, uma interpretação nesse sentido encontra claras limitações metodológicas na presente pesquisa, no entanto essa observação pode ser explorada futuramente em pesquisas interessadas pela relação entre conteúdos produzidos em contextos diretivos e não diretivos e a sua regulação por distintas dimensões da relação do sujeito com o objeto.

Ainda a respeito da saliência de determinadas formas de objetivação da droga na organização do seu campo representacional, uma discussão possível de ser realizada trata da comparação entre as drogas identificadas nos questionários e aquelas cuja ocorrência foi mais frequente nos títulos das matérias de jornal analisadas no primeiro estudo. O resultado dessa comparação pode ser visualizado na tabela seguinte (para mais detalhes, consultar Anexo E):

Posição	Jornais	Drogas conhecidas	Evocações espontâneas
1	Maconha	Maconha	Maconha
2	Cocaína	Cocaína	Álcool
3	Crack	Crack	Crack
4	Álcool	Álcool	Cocaína
5	Tabaco	<u>LSD</u>	Tabaco
6	Ecstasy	Ecstasy	
7	<u>Medicamentos psicotrópicos</u>	Tabaco	
8	Heroína	Heroína	

Tabela 4 - Ranking das drogas mais frequentes em matérias de jornal e questionários

Conforme é possível depreender, as semelhanças encontradas nas primeiras posições do ranking nos dois estudos são evidentes e reforçam a hipótese de que há um conjunto de objetos tipicamente abordados como modos de objetivação da droga. Apesar disso, diferenças importantes podem ser observadas em outras posições, como, por exemplo, a presença de LSD nos dados dos questionários e, de outro lado, a ocorrência expressiva de matérias jornalísticas sobre medicamentos psicotrópicos. Nesse sentido, enquanto o LSD não constitui objeto significativo de interesse público no conjunto das matérias sobre drogas, para os

indivíduos respondentes ao questionário são os medicamentos psicotrópicos que não são ancorados na categoria da droga. Possivelmente esse último aspecto decorre de classificações cotidianas que, em tese, consideram as categorias da droga e dos medicamentos como mutuamente excludentes, relacionando-se à antinomia remédio-tóxico constitutiva do campo ao longo da história (Ver. BERGERON, 2012; ESCOHOTADO, 2008).

Embora a identificação das principais substâncias classificadas como droga seja um aspecto importante, é preciso lançar mão de um olhar a respeito dos conteúdos evocados pelos sujeitos no sentido de apreender os temas e fenômenos mais salientes na estruturação do pensamento social sobre o campo. Nessa direção, as próximas seções tratarão de apresentar e discutir os resultados da tarefa de associação livre de palavras, realizada pelos 169 sujeitos participantes, a partir dos três contextos de produção considerados.

7.2.1 Primeiro contexto de evocação: o que eu penso?

No primeiro desses contextos, a saber, aquele em que o respondente realiza a atividade de evocação de modo primário, ou seja, sem que haja uma substituição por um outro, obteve-se a seguinte organização:

Conteúdos salientes	F	OMI	Conteúdos relativamente salientes	F	OMI
Vício	45	2.4	Maconha	32	3.2
Dependência	35	2.6	Álcool	17	3.1
Prazer	23	2	Cocaína	11	4.2
Tráfico	22	2.5	Morte	10	3.2
Diversão	16	2.8	Medo	10	3.6
Crack	15	2.8	Preconceito	10	3.2
Violência	12	2.8	Dor	9	3.1
Legalização	10	2.5	Tristeza	8	3.4
Liberdade	10	2.8	Perigo	8	3.2
Doença	9	2.3	Fuga	7	2.9
Saúde	9	2.4	Viagem	7	4
Cuidado	7	2	Solidão	7	2.9
			Depressão	7	3.7
			Relaxamento	6	3.5
			Ilícitas	6	4

Tabela 5 - Conteúdos salientes e relativamente salientes: o que eu penso?

Conforme é possível observar, dentre os conteúdos mais salientes destacam-se termos relacionados aos temas *vício* e *dependência*; *prazer* e *diversão*; *tráfico* e *violência*; *saúde*, *doença* e *cuidado*; e outros como *crack*, *legalização* e *liberdade*. De modo geral, esses

resultados se coadunam ao que foi encontrado no primeiro estudo e apontam para diferentes dimensões do campo, como os fenômenos relacionados ao consumo, tráfico de drogas e a sua regulação sociopolítica. Além disso, em relação aos contextos de substituição, as evocações primárias dos sujeitos atualizaram de modo específico o termo “ilícitas” ($\chi^2 = 6$), em suas variações, o que pode indicar uma tendência a objetivar a droga a partir de substâncias proscritas.

O fato de conteúdos ligados ao prazer terem sido evocados de modo saliente é um dado importante, sobretudo diante do quadro normativo do campo que faz com que esse aspecto do objeto seja, com frequência, minimizado ou socialmente negado (PAULILO; JEOLÁS, 2005). Apesar disso, o prazer tem sido reconhecido e abordado por participantes de outras pesquisas em meio a motivadores e sensações positivas do consumo de diferentes drogas, tais como: álcool (CASTANHA; ARAÚJO, 2006; ROSA; NASCIMENTO, 2015; SILVA; PADILHA, 2013), tabaco (POSSATO; PARADA; TONETE, 2007), maconha (COUTINHO; ARAÚJO; GONTIÈS, 2004; FONSECA et al., 2007), cocaína (ARAÚJO; GONTIÈS; NUNES JUNIOR, 2007) e drogas de modo geral (CRIVES; DIMENSTEIN, 2003; GIACOMOZZI, 2011; PAULILO; JEOLÁS, 2005; RODRIGUES et al., 2015). Esses resultados vão ao encontro da hipótese de que o prazer gerado pelo consumo de drogas é uma dimensão do objeto socialmente reconhecida e consensual. Apesar disso, a (i)legitimidade atribuída ao consumo de drogas para fins hedonistas é um aspecto que mobiliza tomadas de posição que, por sua vez, não são consensuais. Nessa direção, o reconhecimento do prazer em sua dimensão constituinte do objeto não significa, necessariamente, uma adesão a atitudes positivas. Por exemplo, algumas pessoas associam o prazer à possibilidade de desenvolvimento da dependência (GABATZ et al., 2013b) e à perda do controle e racionalidade nos momentos de êxtase (PAULILO; JEOLÁS, 2005).

Embora prazer e diversão sejam reconhecidos pelos sujeitos como elementos importantes, vício e dependência foram citados de modo mais consistente. A preponderância na expressão de termos como vício e dependência também foi encontrada em outros estudos que analisaram representações sobre drogas a partir de evocações livres (DANY; APOSTOLIDIS, 2002; SANTOS et al., 2016), o que reforça a ideia de que esses temas ocupam uma posição central no campo em questão. A despeito disso, os respondentes que mencionaram o prazer atribuíram, em média, maior importância ao termo em relação àqueles que citaram vício ou dependência. Esse resultado pode ser interpretado como uma evidência de que há tomadas de posição simbólicas específicas diante do campo a partir de elementos distintos, como é o caso do prazer e da dependência. Nesse sentido, o fato de uma parcela dos

participantes ter evocado o termo prazer e, em seguida, atribuído um alto grau de importância a esse elemento pode indicar subgrupos com posicionamentos distintos. Assim, a vinculação da droga ao fenômeno da dependência ou a práticas hedonistas pode ser entendida como duas formas distintas, mas simultaneamente atuantes, de inscrição simbólica do consumo de substâncias psicoativas: uma pautada na periculosidade e patologização do fenômeno, e outra que reconhece formas de consumo potencialmente positivas.

De modo mais amplo, a menção à dependência e ao prazer evidenciam uma tensão próxima à relação entre prazer e sofrimento, que, de acordo com Cardoso e colaboradores (2014), representa uma ambivalência constituinte do campo das drogas. Ainda conforme os autores, há um duplo caráter funcional das drogas na contemporaneidade: são objetos mediadores do gozo, do prazer, que, além disso, promovem alívio à dor, ao mesmo tempo em que são, também, geradores de sofrimento individual, familiar e comunitário. Por fim, ressalta-se que além da normalização do uso de drogas a partir da dependência e do prazer, a menção a termos como doença, saúde e cuidado parecem evidenciar a apropriação do fenômeno a partir dos saberes e práticas da medicina.

Quanto aos termos relativamente salientes, observa-se a presença de substâncias específicas – *maconha*, *álcool* e *cocaína* –, de termos ligados à experiência do consumo de psicoativos, como *viagem* e *relaxamento*, e, de maneira notável, de conteúdos que evidenciam uma construção negativa do uso de drogas, tais como *morte*, *medo*, *dor*, *tristeza*, *perigo* e *depressão*. Ainda que a maior parte das substâncias específicas tenha se localizado na segunda coluna – por conta de um menor grau de importância atribuído pelos sujeitos – chama a atenção o fato de o crack ter ocupado uma posição entre os elementos mais salientes. Isso ocorreu pelo fato de as pessoas que o mencionaram terem atribuído um valor de importância maior a essa droga, o que pode ser explicado pela sua capacidade de objetivar alguns dos elementos estruturantes da representação da droga como objeto social (ACIOLI NETO; SANTOS, 2016). Em outras palavras, conforme discutido, os fenômenos relacionados ao uso de crack são construídos em meio a um fenômeno de pânico moral (DOMANICO, 2006) e os discursos sobre o uso da droga enfatizam a ideia de periculosidade individual e social, assim como o seu potencial dependogênico e destruidor para o usuário (NERY FILHO et al., 2013).

Nessa direção, as representações sobre o crack parecem se articular com grande parte dos conteúdos normativos antidrogas do campo, que podem ser identificados tanto na primeira como na segunda coluna. Nesta última, a associação da droga com morte, medo, dor, perigo, entre outros, não apenas parece se relacionar com uma representação antidrogas, como

também concretiza alguns dos elementos normativos presentes na primeira coluna, como a violência, o tráfico e, sobretudo, a dependência. Dentre os termos relativamente salientes, chama a atenção o papel da dimensão afetiva como modo de concretizar os fenômenos relacionados ao uso e dependência. De modo mais específico, significados ligados ao sofrimento foram particularmente ressaltados, como é o caso de *medo, dor, tristeza, solidão e depressão*, coadunando-se com alguns dos elementos afetivos também identificados em outras pesquisas. Por exemplo, Rodrigues et. al. (2015) encontraram a vinculação da droga à tristeza, medo e desespero dentre as principais evocações livres sobre o objeto por técnicos de enfermagem em formação. De modo similar, Agentes Comunitários de Saúde (ACS) participantes de uma pesquisa (OLIVEIRA; MCCALLUM; COSTA, 2010) evocaram, para os termos indutores “drogas” e “consumo de drogas”, termos como tristeza, depressão e sofrimento. Cumpre destacar que diferentes pesquisas têm evidenciado a objetivação do uso/dependência de drogas não apenas no sofrimento do usuário, mas também daqueles que com ele se relacionam, como amigos e, principalmente, familiares (CASTANHA; ARAÚJO, 2006; CHAGAS; SEEGER, 2013; ESPÍNDULA et al., 2015; PAULA et al., 2014; SANTOS; ACIOLI NETO; SOUSA, 2012; WURDIG; MOTTA, 2014).

Em que pese o fato de que grande parte dos elementos relativamente salientes tenham um caráter marcadamente negativo, é possível notar que o aspecto da norma antidrogas que neles se expressa está mais voltado à desqualificação do consumo do que à desqualificação do consumidor. Em outras palavras, tratam-se de conteúdos que constroem o usuário-dependente como alguém que sofre com a dependência, depressão, tristeza, dor, preconceito, entre outros elementos que, embora sejam negativos, não representam uma rejeição, distanciamento ou atitude negativa diante dessa figura de alteridade. À luz da hipótese da zona muda (ABRIC, 2003; CHOKIER; MOLINER, 2006), outros significados podem estar associados à construção do usuário de drogas, mas não foram evocados por serem considerados contranormativos em relação à deseabilidade social da sua expressão. Diante disso, coloca-se a seguinte pergunta: quais são os principais conteúdos do campo representacional das drogas quando os sujeitos respondem conforme imaginam que a maioria das pessoas o faria?

7.2.2 Segundo contexto de evocação: o que pensa a maioria das pessoas?

Os resultados da tarefa de associação livre de palavras no contexto de substituição relacionado à “maioria das pessoas” são apresentados a partir da seguinte organização:

Conteúdos salientes	F	OMI	Conteúdos relativamente salientes	F	OMI
Vício	55	2.4	Morte	35	3
Violência	39	2.5	Maconha	23	3.2
Tráfico	31	2.7	Crack	19	3.1
Crime	22	2.3	Doença	15	3.4
Dependência	20	2.7	Ilegal	10	3
Marginalidade	14	2.1	Ladrão	8	3
Medo	13	2.9	Cocaína	8	3.2
Vagabundo	10	2.8	Perigo	8	3
Viciado	10	2.1	Fraqueza	7	3.4
Destruição	9	2.3	Polícia	7	3.4
Ruim	9	2	Legalização	7	3
Marginal	9	2.9	Errado	7	3.1
Criminalidade	8	1.9			
Maconheiro	8	2.6			

Tabela 6 - Conteúdos salientes e relativamente salientes: o que pensa a maioria das pessoas?

Conforme é possível observar, muitos dos termos salientes e relativamente salientes que foram atribuídos à maioria das pessoas estiveram presentes no contexto anterior, como é o caso de *vício, violência, tráfico, dependência, medo, morte, doença, perigo e legalização*. No entanto, novos termos também foram evocados, contribuindo para a caracterização da especificidade dos conteúdos ativados nesse contexto, dentre os quais se pode citar *crime/criminalidade, marginal/marginalidade, vagabundo, viciado, destruição, ruim, maconheiro, ladrão, fraqueza, polícia e errado*. Cumpre destacar que, em comparação com os outros contextos de produção, algumas palavras puderam ser identificadas como específicas ao cenário da “maioria das pessoas”, quais sejam, *violência* ($\chi^2 = 9$), *morte* ($\chi^2 = 8$), *crime* ($\chi^2 = 7$), *marginalidade* ($\chi^2 = 7$) e *vagabundo* ($\chi^2 = 7$). Além disso, foi identificada uma ausência significativa com relação ao termo *prazer* ($\chi^2 = -10$).

Dito isso, constata-se que, diferente do que foi encontrado no primeiro cenário, este último não apresenta contrapontos simbólicos a uma representação do campo marcada pelo discurso antidrogas, como é o caso do *prazer, diversão e relaxamento* no contexto anterior. Assim, pode-se dizer que, nesse processo de comparação social, os respondentes atribuem à “maioria das pessoas” conteúdos simbólicos de cunho moral – ilustrados pelos termos *ruim e errado* –, que expressam a existência de uma norma antidrogas pautada na patologização, criminalização e desqualificação moral do usuário. Essa desqualificação é evidente diante da associação da droga com categorias de desvio, tais como *vagabundo, viciado, marginal, maconheiro e ladrão*, que funcionam como categorias de acusação ou rótulos estigmatizantes passíveis de ser aplicados aos usuários. A esse respeito, é possível dizer que esses conteúdos

são ancorados na construção do uso de drogas como um estigma (GOFFMAN, 2008), como um desvio (BECKER, 2008), ao mesmo tempo em que o “drogado” constitui uma categoria de acusação (VELHO, 1981). Desse modo, compreende-se que a normalização do campo das drogas ocorre de maneira intimamente relacionada a processos de comparação e categorização social (TAJFEL, 1982). Portanto, esses significados associados ao usuário de drogas remetem a dinâmicas identitárias – eu/outro – que ocorrem em um nível não apenas interpessoal, mas, sobretudo, intergrupar, uma vez que são marcadas pela construção e desqualificação de uma categoria grupal específica. Decorre também desse processo de estigmatização a atribuição de culpa aos usuários por problemas sociais mais amplos, como o aumento da criminalidade, e, também, pelo sofrimento e “destruição” familiar (ROMANINI; ROSO, 2013).

É cabível argumentar, entretanto, que parte dessas categorias de desvio podem estar mais relacionadas a um *alter* construído nos temas da violência e criminalidade do tráfico de drogas e não aos usuários. De todo modo, não se pode ignorar que, sendo o usuário constantemente apreendido por saberes e práticas tanto da medicina quanto do direito, essas categorias de desvio provavelmente repercutem na sua construção sócio-simbólica e podem servir de base para a legitimação de estereótipos sociais. Além disso, os temas da violência e criminalidade não são exclusivos do tráfico de drogas. Em uma pesquisa realizada com discentes de um curso técnico de enfermagem, Rodrigues et al. (2015) utilizaram a técnica de associação livre de palavras com o termo indutor “pessoa usuária de drogas” e identificaram, dentre os principais termos evocados, conteúdos que construíam a figura do usuário como dependente, doente, fraco, desequilibrado e, inclusive, como criminoso e violento. A partir da realização de entrevistas na mesma pesquisa, os elementos de criminalização foram explicados principalmente pela própria dependência, uma vez que o sujeito passaria a cometer atos ilícitos para viabilizar o consumo próprio.

Se no primeiro contexto de produção foi possível identificar conteúdos de representação ligados à norma antidrogas pela associação entre o consumo de psicoativos e consequências negativas para o usuário, o segundo contexto de evocação favoreceu a emergência de elementos que têm o efeito de desqualificar não apenas o consumo, mas, sobretudo, o consumidor da droga. De um lado, esse resultado pode ser interpretado como uma evidência de que muitos dos conteúdos normativos do campo não são facilmente explicitados pelos sujeitos, mas que podem ser atualizados uma vez que haja uma diminuição da pressão normativa envolvida no processo de elaboração linguística das evocações. Por esse argumento, pode-se dizer que a técnica de substituição pelo que “a maioria das pessoas” responderia foi eficaz em diminuir a normatividade da situação – em termos de desejabilidade

social –, repercutindo na ativação dos elementos sociocognitivos estruturantes do campo que são orientados à estigmatização do usuário de drogas. De outro lado, esses conteúdos podem ser compreendidos como resultado de um processo de comparação social, que, nesse caso específico, evidencia a construção normativa do objeto a partir da periculosidade e desqualificação do uso e do usuário de drogas. Assim, esse contexto de comparação facilitou a emergência de conteúdos baseados na percepção de normatividade diante do campo, mas também na forma o usuário é moralmente julgado e apreendido em um quadro simbólico antidrogas.

O fato de esses conteúdos serem percebidos pelos sujeitos como normativos pode estar ligado a um processo de diferenciação em relação ao outro através do processo de comparação social – provocado pela situação de substituição na tarefa das associações livres (CHOKIER; MOLINER, 2006; CHOKIER; RATEAU, 2009). Em outras palavras, os sujeitos podem ter atribuído à “maioria das pessoas” conteúdos estigmatizadores como forma de produzir uma autoimagem positiva de si mesmos, isto é, como pessoas livres de preconceito mesmo face a um metassistema normativo que seria preconceituoso com relação ao uso e o usuário. Quanto a isso, lembra-se que esse contexto de evocação foi seguido da seguinte pergunta: “eu me identifico com o que a maioria das pessoas pensa”. Dentre os 169 respondentes, 126 discordaram parcial ou completamente, 9 não concordaram nem discordaram e 34 concordaram parcial ou completamente. Diante disso, foram realizados sucessivos testes de qui-quadrado com o objetivo de identificar se haveria diferenças significativas na evocação de um ou mais termos a depender da resposta dos sujeitos à pergunta anterior, entretanto não foram encontradas associações significativas entre os termos mais frequentes e essa variável.

Embora não tenham sido encontradas diferenças baseadas na identificação simbólica dos participantes com a “maioria das pessoas”, nota-se que a maior parte dos sujeitos discordou do enunciado apresentado. Esse fenômeno pode ser interpretado tanto como uma tomada de posição simbólica, que visa se distanciar dos conteúdos hegemônicos do campo – evidenciando, portanto, elementos vinculados à hipótese da zona muda – como também podem indicar um processo de diferenciação social através da atribuição de elementos sociocognitivos negativos ao outro. De todo modo, esse resultado pode ser considerado como como indicador de consensualidade com relação à percepção de princípios normativos do campo, mesmo que não haja consenso com relação a sua adesão por parte dos sujeitos.

Ora, se o reconhecimento de representações normativas por parte dos sujeitos culmina na objetivação da droga a partir de um *alter* desviante, é possível que os respondentes

atribuam aos usuários de drogas formas distintas de representar o objeto que não culminem diretamente na sua desqualificação moral. Diante disso, coloca-se uma nova pergunta: quais são os principais conteúdos do campo atualizados quando os sujeitos respondem conforme imaginam que os usuários de drogas em geral o faria?

7.2.3 Terceiro contexto de evocação: o que pensam os usuários de drogas?

Os principais resultados da tarefa de associação livre de palavras no contexto de substituição relacionado aos “usuários de drogas” podem ser observados na tabela seguinte:

Conteúdos salientes	F	OMI	Conteúdos relativamente salientes	F	OMI
Prazer	57	2.1	Vício	32	3.1
Fuga	31	2.7	Viagem	14	3.6
Liberdade	30	2.5	Maconha	12	3.2
Diversão	26	2.5	Alegria	10	3
Dependência	16	2.9	Medo	8	3.8
Necessidade	13	2.7	Tranquilidade	6	4
Alívio	10	2.3	Amigos	6	3.3
Felicidade	10	2.6	Crack	6	4.2
Relaxamento	9	2.4	Preconceito	6	3.2
Relaxar	9	2.8	Curiosidade	6	3
Satisfação	8	2.5			
Lombra	7	2.7			
Bom	6	2.3			
Lazer	6	2.2			
Festa	6	2.2			
Barato	6	2.5			

Tabela 7 - Conteúdos salientes e relativamente salientes: o que pensam os usuários de drogas?

Conforme é possível observar, os participantes da pesquisa atribuíram aos usuários formas de representar as drogas a partir de conteúdos organizados principalmente pelos efeitos da experiência do consumo. Diante dos principais termos evocados é possível observar a predominância de significados positivos, como *prazer*, *diversão*, *felicidade*, *relaxamento/relaxar*, *satisfação*, *bom*, *alegria* e *tranquilidade*. De modo geral, esses termos fazem menção à prática do consumo e concretizam o objeto na busca dos usuários por estados alterados de consciência – *lombra*, *barato*, *viagem* – e suas condições de ocorrência – com *amigos*, em situações de *festa* e *lazer*. A evocação do termo *liberdade*, por sua vez, pode representar tanto uma sensação de liberdade, como a liberdade para agir, escolher e consumir substâncias psicoativas, no entanto o método utilizado não favorece maiores aprofundamentos

nesse sentido. Além disso, a referência ao prazer associado ao consumo de drogas pode ser considerado não apenas um efeito decorrente do uso, mas também como um aspecto motivacional que explicaria o comportamento e, nessa direção, a *curiosidade* pode estar vinculada à busca pelo prazer que a droga pode produzir. Esses elementos têm sido encontrados em outras pesquisas do campo. Por exemplo, prazer e curiosidade foram citados como causas, ou motivadores, do uso de álcool por Agentes Comunitários de Saúde (CASTANHA; ARAÚJO, 2006) e por estudantes universitários a respeito da maconha (COUTINHO; ARAÚJO; GONTIÈS, 2004) e cocaína (ARAÚJO; GONTIÉS; NUNES JUNIOR, 2007). A curiosidade foi assinalada, ainda, em outro estudo que contou com a participação de agentes comunitários (OLIVEIRA; MCCALLUM; COSTA, 2010).

Apesar da predominância de significados positivos diante do uso de drogas, constata-se que, assim como nos contextos anteriores, *vício* e *dependência* ocuparam posições importantes. Esse tema pode ser interpretado, ainda, em continuidade com os termos *fuga*, *necessidade* e *alívio*, denotando um sentido de causalidade relacionado ao consumo de drogas não pela escolha do sujeito e busca do prazer, mas pela compulsão, falta de controle, ou como forma de aliviar o sofrimento ou fugir de problemas e dificuldades. De acordo com Delmanto (2013), existe uma interpretação dominante, transversal a diferentes grupos, culturas e períodos históricos, de que as práticas de alteração da consciência podem ser explicadas como uma “fuga” da realidade e dos problemas.

Essas questões têm sido recorrentes no âmbito dos estudos interessados sobre os aspectos simbólicos relacionados ao uso de drogas. Por exemplo, uma pesquisa realizada com estudantes universitários a respeito da maconha (COUTINHO; ARAÚJO; GONTIÈS, 2004) e outra a respeito da cocaína (ARAÚJO; GONTIÉS; NUNES JUNIOR, 2007) identificaram o tema da “fuga dos problemas” como a principal causa atribuída ao consumo da droga pelos participantes. Em uma direção similar, uma pesquisa realizada com usuários vinculados a uma comunidade terapêutica (GABATZ et al., 2013b), identificou discursos que atribuíam o início do uso de drogas à incapacidade do usuário em lidar com crises e frustrações, sendo a droga um refúgio capaz de gerar algum prazer imediato. Outras pesquisas realizadas com diferentes grupos têm chegado a conclusões similares (CRIVES; DIMENSTEIN, 2003; OLIVEIRA; PAIVA; VALENTE, 2006; SILVA; PADILHA, 2013), demonstrando que, junto à ideia de dependência, o tema da fuga da realidade e dos problemas é, de fato, uma interpretação dominante no campo.

Embora as explicações relacionadas ao uso de drogas sejam hegemonicamente ancoradas na ideia de dependência e fuga, o prazer associado ao uso constitui uma dimensão

igualmente importante para a estruturação do pensamento social sobre o campo. Além disso, ressalta-se que, em relação aos outros contextos de evocação, este último favoreceu a atualização de palavras como o próprio prazer ($\chi^2 = 12$), a fuga ($\chi^2 = 8$) e a liberdade ($\chi^2 = 7$). O fato de que tanto a fuga quanto o prazer tenham sido elementos atribuídos ao grupo dos usuários de drogas pode remeter a ambivalências valorativas com relação ao consumo que repercutem nos dois elementos. Dito de outro modo, a apropriação do uso de drogas como uma forma de fugir da realidade ou como uma maneira de obter prazer representam formas de normalizar o comportamento e, nesse sentido, comportam uma dimensão avaliativa que pode conferir legitimidade à prática ou desqualificá-la. De todo modo, seja pela fuga, busca por prazer ou liberdade, os conteúdos atribuídos ao usuário de drogas estiveram notadamente desvinculados dos temas da violência ($\chi^2 = -7$) e do tráfico ($\chi^2 = 6$) de drogas.

Tal como realizado anteriormente, esse contexto de evocação foi seguido da seguinte pergunta: “eu me identifico com o que os usuários de drogas em geral pensam”. Dentre os 169 respondentes, 62 discordaram parcial ou completamente, 34 não concordaram nem discordaram e 72 concordaram parcial ou completamente. Nota-se que a categoria dos “usuários de drogas” facilitou tomadas de posição simbólicas menos consensuais com relação à identificação dos respondentes com os conteúdos atribuídos a essa categoria grupal. Foram realizados sucessivos testes de qui-quadrado com o objetivo de identificar se haveria diferenças na evocação de um ou mais termos a depender da resposta dos sujeitos, mas, de modo similar ao contexto anterior, não foram encontradas associações significativas. Com isso, pode-se interpretar que os saberes sociais atribuídos ao usuário apresentaram-se como consensuais, embora esses conteúdos tenham mobilizado tomadas de posição simbólica específicas. Em outras palavras, os respondentes parecem estar de acordo a respeito de como os “usuários de drogas” representam o objeto e o comportamento de consumo, a saber, de modo ancorado no prazer, diversão e liberdade, mas também na hipótese da fuga, dependência e necessidade, mas diferem entre si com relação à legitimação desses conteúdos.

Diante da discussão realizada a respeito dos resultados encontrados nos três contextos de evocação, fica evidente que determinados elementos do campo representacional das drogas são particularmente salientados quando se consideram os modos como o outro – generalizado e específico – representa o objeto. Nesse sentido, a análise realizada permitiu identificar diferentes elementos que são estruturantes do pensamento social sobre as drogas como um todo. Por outro lado, ainda que a abordagem dos conteúdos salientes e relativamente salientes seja relevante no sentido de indicar a importância ou centralidade dos elementos do campo, o tratamento realizado pouco contribui para compreender o modo como determinadas formas

simbólicas se organizam conjuntamente. Dito de outro modo, o procedimento realizado não permite inferir uma organização simbólica subjacente à produção linguística de diferentes evocações, de maneira que torna-se relevante questionar se existem princípios organizadores comuns à expressão dos conteúdos analisados. Com o objetivo de responder a essa questão, os dados oriundos dos três contextos de evocação analisados foram submetidos a uma análise lexical complementar, realizada com o auxílio do *software* Iramuteq.

7.2.4 Identificação de campos léxicos estruturantes

O corpus analisado, constituído por 504 conjuntos de evocações livres, foi submetido ao procedimento de Classificação Hierárquica Descendente e 423 (83,93%) deles foram distribuídos em três classes lexicais. Nesse contexto, trabalha-se com o pressuposto de que, mais do que conteúdos fragmentados a respeito do objeto, as evocações dos sujeitos podem ser reagrupadas a partir de princípios organizadores comuns. Além disso, entende-se que a organização sociocognitiva campo é produzida dialogicamente na relação dos sujeitos com norma majoritária e também com a categoria mais próxima do objeto: o usuário. Desse modo, considerou-se o contexto de evocação como variável de caracterização com o objetivo de verificar a relação entre ele e as classes resultantes. Por fim, importa ressaltar que as classes serão brevemente apresentadas, mas que a maior parte dos seus conteúdos já foram abordados anteriormente, o que faz com que o interesse específico a essa subseção seja discutir não apenas os conteúdos, mas as suas formas coocorrentes de atualização. Os principais resultados desse procedimento podem ser observados no dendrograma a seguir (Figura 2), mas também encontram-se disponíveis, com mais detalhes, ao final da tese (Anexo F).

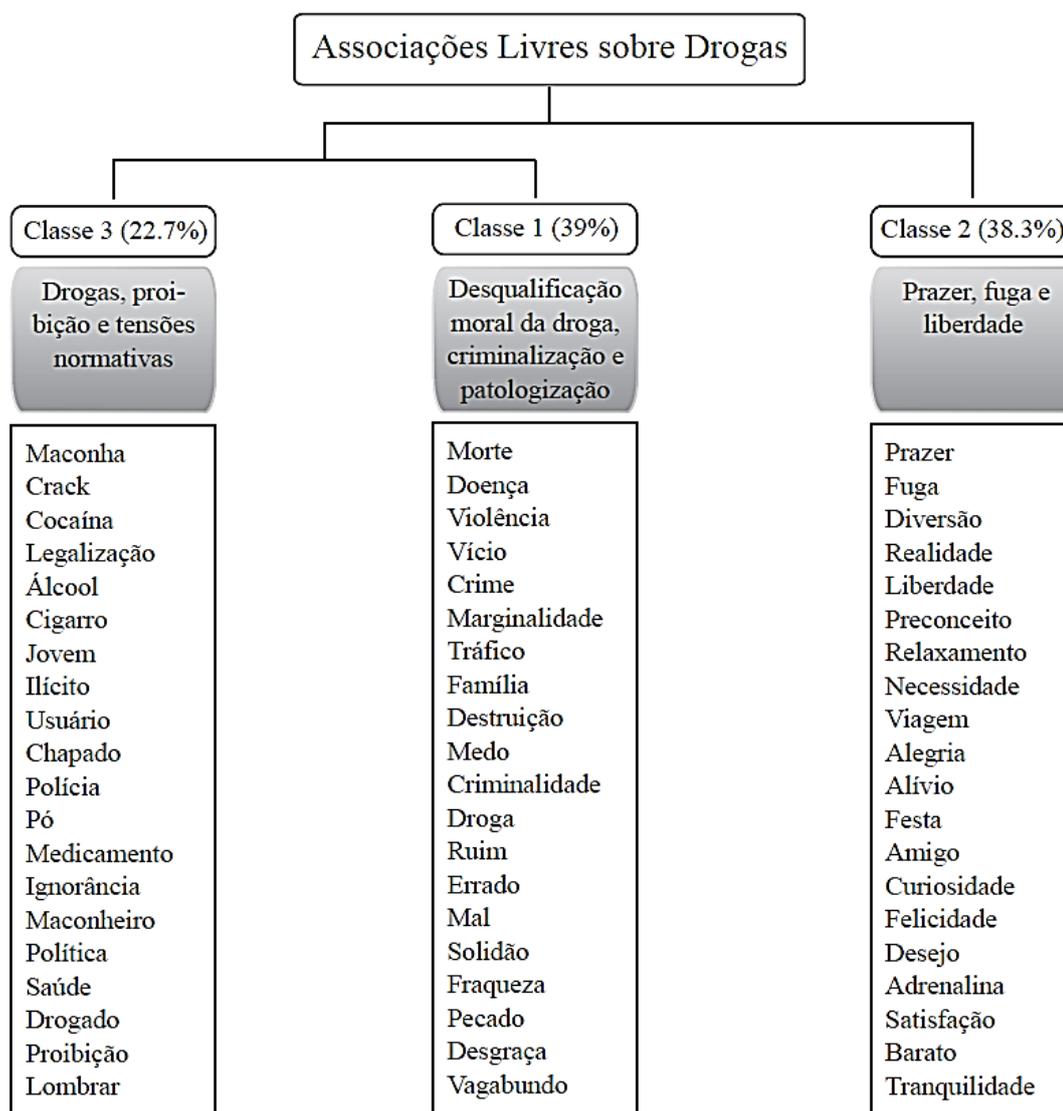


Figura 2 - Dendrograma de classes e formas encontradas ao final da CHD (Evocações)

Conforme é possível depreender, o material classificado organizou-se a partir de dois eixos: um representado pelas classes 1 e 3; e outro pela classe 2. Constituída por 165 conjuntos de evocações (39%) – tratados como Segmentos de Texto (ST) – a classe 1 reúne elementos relativos à desqualificação moral da droga de modo atrelado à patologização e criminalização dos seus usos e usuários. São realçados termos como morte ($\chi^2 = 71$), doença ($\chi^2 = 43$), violência ($\chi^2 = 37$), vício ($\chi^2 = 33$), crime ($\chi^2 = 25$), marginalidade ($\chi^2 = 23$), tráfico ($\chi^2 = 22$), família ($\chi^2 = 18$), destruição ($\chi^2 = 18$), ruim ($\chi^2 = 11$), errado ($\chi^2 = 11$) e mal ($\chi^2 = 10$). Essa organização lexical demonstra ser orientada por sistemas de valores que constroem a droga como objeto necessariamente negativo, um flagelo social, que representa ameaça e destruição para a família e para a sociedade como um todo. Essas evocações parecem ser

reguladas pela própria norma antidrogas, que, marcada pela ideia de periculosidade criminal e sanitária dos psicoativos, desqualifica o seu consumo. Nesse âmbito, os saberes médicos-jurídicos, aqui objetivados no crime e doença, são articulados a categorias morais – como ruim, errado e mal – legitimando-as. Tais elementos normalizam o campo representacional das drogas a partir da própria anormalidade. Assim sendo, a norma antidrogas subjacente a essa classe atua como princípio organizador dessa representação, que é percebida pelos sujeitos como hegemônica, uma vez que é caracteristicamente atribuída à maioria das pessoas ($\text{var.}\chi^2 = 94$). Nessa direção, ressalta-se que 60% (99 ST) da classe derivou do segundo contexto de evocação, ao passo que 34% (56 ST) proveio do primeiro e apenas 6% (10 ST) foi produzido no contexto relacionado ao usuário de drogas. Isso significa que a classe é majoritariamente constituída por conjuntos de evocações ligados à maioria das pessoas, mas que também reúne segmentos provenientes de outros contextos, sobretudo o primeiro. A esse respeito, observa-se que as evocações oriundas da condição de produção vinculada aos “usuários de drogas” constituíram uma ausência significativa na classe ($\text{var.}\chi^2 = -79$), assim como os seguintes termos: prazer ($\chi^2 = -33$), fuga ($\chi^2 = -29$), liberdade ($\chi^2 = -19$), diversão ($\chi^2 = -18$) e relaxamento ($\chi^2 = -9$).

Junto com a classe 1, a classe 3 compõe o primeiro eixo lexical abordado. Esta última foi constituída por 96 segmentos de texto (23%) e agrupou elementos relacionados com as substâncias, a proibição e as tensões normativas que daí decorrem. Nessa direção, drogas como a maconha ($\chi^2 = 194$), crack ($\chi^2 = 90$), cocaína ($\chi^2 = 70$), álcool ($\chi^2 = 46$) e cigarro ($\chi^2 = 31$) e medicamentos ($\chi^2 = 14$) foram acompanhadas de marcadores oriundos da oposição ente lícito ($\chi^2 = 24$) e ilícito ($\chi^2 = 26$), assim como do termo legalização ($\chi^2 = 50$), que evidencia tensões normativas diante da proibição ($\chi^2 = 7$) – possivelmente de modo mais vinculado à maconha. A esse respeito cumpre lembrar que a separação entre substâncias lícitas e ilícitas contemporânea, marca do proibicionismo, termina por, muitas vezes, valorar positivamente o uso das primeiras e negativamente o consumo das segundas (PAIVA et al., 2014).

A partir desse argumento não há como ignorar os efeitos constitutivos da realidade que derivam da proibição de um conjunto de substâncias. Por exemplo, uma pesquisa que explorou as concepções de professores do ensino fundamental e médio a respeito do tema das drogas (FERREIRA et al., 2010) identificou, dentre os principais resultados, que a ideia de periculosidade estava muito mais vinculada às drogas ilícitas do que às regulamentadas, como o álcool e o tabaco. Estas últimas, de acordo com um relato apresentado na pesquisa, podem ser consideradas drogas, mas seriam menos danosas do que aquelas pertencentes à classe das ilegais. Nesse sentido, pode-se dizer que o proibicionismo atua na classe como um princípio

organizador de tomadas de posição, uma vez que suas normas são tanto reconhecidas quanto negociadas e postas em tensão, conforme evidenciado por termos como legalização ($\chi^2 = 50$), descriminalização ($\chi^2 = 6$) e ignorância ($\chi^2 = 14$). Além disso, a classe 3 contemplou termos que objetivam o próprio usuário ($\chi^2 = 17$), tais como jovem ($\chi^2 = 28$), chapado ($\chi^2 = 17$), maconheiro ($\chi^2 = 13$), drogado ($\chi^2 = 7$) e viciado ($\chi^2 = 5$). Com isso, a classe parece ser organizada a partir da apropriação simultânea da droga e seu usuário em um contexto de proibição seletiva. Por sua vez, as drogas são construídas como um objeto da polícia ($\chi^2 = 14$), política ($\chi^2 = 10$) e saúde ($\chi^2 = 10$), modos de inscrição que também foram encontrados no estudo realizado com matérias de jornal.

Por fim, ressalta-se que 55% (53 ST) da classe derivou do primeiro contexto de evocação, ao passo que 27% (26 ST) foi produzido no segundo e apenas 18% (17 ST) proveio do contexto relacionado ao usuário de drogas. Novamente, observa-se que as evocações oriundas da condição de produção vinculada aos “usuários de drogas” constituíram uma ausência significativa ($\text{var.}\chi^2 = -10$) – ainda que com menor importância do que na classe anterior. Além disso, os termos “prazer” ($\chi^2 = -21$), fuga ($\chi^2 = -15$), morte ($\chi^2 = -13$) e doença ($\chi^2 = -9$) foram sub-representados na classe. Nesse sentido, pode-se dizer que o eixo composto pelas classes 1 e 3 opõe-se aos conteúdos tipicamente atribuídos aos “usuário de drogas”, uma vez que as evocações do terceiro contexto constituíram ausências significativas em ambas as classes, notavelmente quanto a elementos vinculados ao prazer. Apesar disso, as classes 1 e 3 distinguem-se entre si quanto a conteúdos explicitamente antidrogas. Em outras palavras, embora a menção ao proibicionismo e à antinomia lícito-ilícito seja um aspecto identificável na classe 3, tais elementos não indicam, diretamente, uma desqualificação moral da droga.

A classe 2, por sua vez, foi constituída por 162 conjuntos de evocações (38%) e reuniu termos tipicamente atribuídos ao grupo dos usuários de drogas no terceiro contexto de evocação ($\text{var.}\chi^2 = 136$), como prazer ($\chi^2 = 93$), diversão ($\chi^2 = 38$), liberdade ($\chi^2 = 24$), fuga ($\chi^2 = 77$) da realidade ($\chi^2 = 27$), relaxamento ($\chi^2 = 22$), alegria ($\chi^2 = 18$), festa ($\chi^2 = 17$), amigo ($\chi^2 = 16$), curiosidade ($\chi^2 = 15$), felicidade ($\chi^2 = 13$), desejo ($\chi^2 = 12$), entre outros. Evidenciam-se aspectos que podem ser associados a princípios hedonistas e libertários, em que os valores da liberdade e do prazer se tornam centrais. Esses resultados apontam para uma concepção predominantemente positiva da droga, embora ainda se destaquem alguns termos que podem remeter a sentidos negativos, como necessidade ($\chi^2 = 22$), risco ($\chi^2 = 7$) e a própria ideia do consumo como fuga. De todo modo, pode-se dizer que a classe 3 é regulada pela dimensão do prazer associado ao consumo e seus elementos constroem a prática de modo atravessado pelas escolhas ($\chi^2 = 8$), desejo ($\chi^2 = 11$) e liberdade ($\chi^2 = 24$) do usuário.

O fato de essa classe ser marcada pelas evocações atribuídas aos usuários de drogas, assim como de se opor àquelas reguladas pelo fenômeno da proibição e pela norma antidrogas, pode remeter a uma construção contranormativa. Dito de outro modo, uma vez que os usuários de drogas são normalizados como categoria de desvio – moralizada, criminalizada e patologizada – e que a droga é hegemonicamente construída como flagelo social e objeto de periculosidade, o prazer associado ao consumo surge como elemento contranormativo diante de princípios antidrogas. Lembra-se, com Bucher e Oliveira (1994), que o discurso antidrogas, dentre os seus principais elementos constituintes, fundamenta-se na desconsideração da dimensão subjetiva e motivação do usuário, ao mesmo tempo em que tende a negar ou ocultar o fato de que o uso de drogas pode propiciar sensações de prazer e relaxamento. Pode-se pensar, então, que a classe 2 representa, precisamente, uma negação desses princípios normativos antidrogas, uma vez que valoriza as características positivas da droga, bem como ressalta a autonomia e potencial de escolha por parte do usuário. A despeito disso, esse tipo de organização simbólica foi, sobretudo, atribuído ao modo como pensam os próprios “usuários de drogas”, o que não significa uma adesão a tais conteúdos por parte dos sujeitos respondentes. A esse respeito, observa-se que 64% (104 ST) da classe derivou do terceiro contexto de evocação, ao passo que 28% (46 ST) foi produzido no primeiro e apenas 7% (12 ST) proveio do segundo. Embora as evocações do contexto associado à “maioria das pessoas” tenham representado uma ausência significativa na classe de modo mais claro ($\text{var.}\chi^2 = -75$), aquelas do contexto primário também foram sub-representadas na classe 2 ($\text{var.}\chi^2 = -8$). Desse modo, fica clara a oposição entre as formas de pensamento atribuídas ao grupo dos usuários – marcadas pelo prazer e efeitos positivos do consumo – e aquelas consideradas pelos sujeitos como próprias ou como majoritárias. Por fim, tal aspecto reforça a compreensão de que o campo das drogas é, em seu nível normativo-ideológico, construído de modo inseparável das relações identitárias que se estabelecem entre indivíduos e grupos com a categoria social dos “usuários de drogas”.

7.3 Síntese e considerações finais: as drogas, a norma e o outro

Diante das discussões realizadas, pode-se argumentar que os conteúdos do campo representacional das drogas não possuem todos a mesma importância do ponto de vista sociocognitivo – conforme evidenciado pela identificação dos elementos mais salientes. Além disso, tais conteúdos de representação organizam-se a partir de certos núcleos de sentido, ou

dimensões do objeto, que, por sua vez, são regulados por normas e valores mais amplos – conforme discutido a partir dos campos léxicos estruturantes do campo. De modo similar ao que foi encontrado no primeiro estudo, os sujeitos participantes objetivaram a droga a partir de substâncias específicas, como a maconha, cocaína, crack, álcool, tabaco, ecstasy e LSD, inserindo-as em contextos simbólicos de uso, dependência, violência e tráfico de drogas.

Ao seu turno, o contexto de substituição relacionado à maioria das pessoas favoreceu conteúdos negativos associados à droga, mas principalmente ao usuário, construindo-o como uma categoria de desvio. Ao seu turno, o contexto relacionado ao usuário de drogas atualizou, sobretudo, elementos vinculados ao prazer e diversão, mas também à dependência e necessidade de consumo da droga. A partir da análise dos campos léxicos que estruturaram a produção linguística dos participantes foi possível reconhecer três formas de organização dos conteúdos evocados: um relacionado às substâncias, suas classificações pela antinomia lícito-ilícito e as tensões normativas diante de normas proibicionistas; outro que agrupou tomadas de posição valorativas que desqualificam a droga e o seu consumo; e um terceiro organizado a partir de valores positivos associados aos efeitos do uso de drogas. Ressaltou-se, nessa etapa, que as diferentes formas de organizar simbolicamente o campo estão relacionadas a normas e valores mais amplos, como é o caso do proibicionismo, da norma antidrogas e do prazer.

Importa ressaltar que muitos dos conteúdos sociocognitivos evocados nos três contextos podem ser entendidos pelos sujeitos ora como causas ora como consequências do uso de drogas. Assinala-se que o pensamento cotidiano ocorre de modo articulado à necessidade de apreender e tornar compreensível o mundo social, tornando possível explicar a realidade e orientar condutas com base na expectativa de consequências que as ações humanas podem provocar. Essa ideia pode ser encontrada, por exemplo, nos estudos da “psicologia ingênua” de Heider (1970), que afirmava que a percepção de um indivíduo a respeito dos comportamentos do outro envolve a atribuição de motivações, afetos e crenças. Face ao uso de drogas, por exemplo, elementos explicativos seriam tomados em consideração para dar sentido à realidade e orientar as ações das pessoas com o objeto e com o outro.

Nesse contexto, conteúdos como prazer e dependência podem ter sido evocados na forma de consequências do uso de drogas, mas também de causas relacionadas a esse comportamento. Ainda que o método não favoreça distinções nessa direção, é certo que muitos dos elementos evocados constituem formas de dar sentido ao consumo de drogas através de relações de causalidade estabelecidas entre o comportamento e um elemento sociocognitivo específico. Essas formas de construir o fenômeno do uso de drogas – que permitem tornar familiar aquilo que é da ordem do não-familiar – podem ser entendidas como

modos de normalizá-lo, nas duas acepções já explicitadas. Em primeiro lugar, esses conteúdos são resultado de um processo de apropriação simbólica da realidade que a torna normal, inteligível e manipulável, e, em segundo lugar, desempenham funções prescritivas e avaliativas, uma vez que se relacionam com normas sociais do campo.

Embora a dependência e a busca do prazer sejam identificados como as principais formas de explicar o fenômeno do uso de drogas, há claros indícios de que a importância desses elementos no âmbito normativo-ideológico do campo não pode ser equiparada. Antes, são elementos que podem indicar dinâmicas distintas na normalização do uso de drogas e da categoria do usuário de drogas. Dito de outro modo, em um contexto normativo proibicionista e antidrogas, as implicações sociais da explicação do comportamento pela via da dependência e pelo prazer não têm o mesmo peso. Alguns argumentos podem ser tecidos nesse sentido.

Em primeiro lugar, a dependência ocupou lugar de destaque em todos os contextos de produção, caracterizando-se como um elemento consensual, ao passo que o prazer, embora presente no primeiro desses contextos, foi particularmente associado ao grupo dos usuários de drogas. Desse modo, sendo o prazer um elemento relacionado de sobremaneira ao grupo dos usuários, não se pode dizer que ele constitui um princípio normativo de caráter hegemônico. Essa questão é ainda mais evidente quando se considera que o “prazer” constituiu uma ausência significativa no contexto relacionado à “maioria das pessoas”, que, por sua vez, favoreceu a atualização de elementos normativos antidrogas. Além disso, a análise dos campos lexicais estruturantes do campo evidenciou uma oposição entre a classe relacionada ao prazer, fuga e liberdade – tipicamente associada ao contexto do usuário de drogas – e as outras duas, que pautaram elementos marcados pelas normas antidrogas e proibicionista. Nesse sentido, se prazer e liberdade constituem uma norma atribuída ao grupo dos usuários, esses elementos são contranormativos quando confrontados a discursos hegemônicos que focalizam os problemas associados ao consumo e, dentre outras consequências, o vinculam ao desenvolvimento da dependência.

Conforme se argumentou ao longo do trabalho, essas normas são constantemente legitimadas por saberes e práticas da aliança médico-jurídica, sendo a dependência uma importante categoria de normalização do consumo de drogas com implicações diretas na construção identitária do grupo dos usuários. No âmbito da medicina, uma vez que o consumo de drogas passa a assumir o caráter de doença pela categoria da dependência química, o usuário é inscrito no campo da saúde como um personagem psiquiátrico, vinculando-se, assim, a discursos antes reservados apenas à loucura (WURDIG; MOTTA, 2014). No direito, de modo complementar, o usuário de drogas tem sido construído como criminoso potencial,

sendo a dependência química um dos principais fatores explicativos atualizados no senso comum. Por exemplo, em um estudo sobre a relação entre drogas e violência no senso comum, Lourenço e colaboradores (2007) identificaram o compartilhamento de crenças que atribuem ao uso de drogas a explicação de fenômenos de violência e agressividade. De acordo com os autores, essas crenças estavam ancoradas no tráfico de drogas, mas também nos efeitos psicoativos decorrentes do uso e na síndrome de dependência do usuário. Discurso similar foi encontrado em produções midiáticas a respeito do usuário de crack (CHAGAS; SEEGER, 2013), que começaria roubando dos familiares para financiar o consumo e, posteriormente, passaria a cometer crimes mais graves e violentos. A vinculação da dependência ao comportamento violento e cometimento de crimes foi, ainda, resultado de outra pesquisa sobre o crack na mídia (RODRIGUES; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015).

De modo subjacente a essas distintas formas de representar o uso e a dependência de drogas, é possível reconhecer que há implicações diretas no processo de normalização do usuário. Nessa direção, Melo e Maciel (2016) afirmam que os conteúdos hegemônicos pautados na doença mental e periculosidade social do usuário repercutem na formação de uma autoimagem negativa por pessoas que usam drogas, o que afeta diretamente a autoestima do sujeito. Além disso, tais formas de representar o fenômeno podem funcionar como profecias autorrealizadoras, reafirmando o próprio estigma social associado ao usuário.

Por fim, uma vez que a dependência ocupa uma posição de centralidade nas formas de representar o uso de drogas, pode-se dizer que os discursos normativos que constituem o campo findam por reservar ao usuário formas de caracterização a partir da falta de controle e autonomia. Os comportamentos de consumo de drogas são, por sua vez, explicados como efeito decorrente de problemas e disfunções no modo de vida dos usuários ou nas suas relações sociais, silenciando possibilidades de explicação relacionadas às escolhas ou motivações que o colocariam como um sujeito ativo e cômico das suas ações. Com isso, mais do que pautar relações simbólicas dos sujeitos com o objeto, os conteúdos estruturantes do campo representacional das drogas são sociais porque atualizam formas pensar e de se relacionar com o outro.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese apresentada teve o objetivo de analisar a construção sócio-simbólica do campo das drogas psicoativas, em sua dimensão normativo-ideológica, à luz da Teoria das Representações Sociais. Ao abordar o processo de construção histórica do “problema” das drogas, trabalhou-se com a hipótese analítica de que o campo foi progressivamente apropriado por sistemas de saber-poder da aliança médico-jurídica, fundamentando, dentre outras coisas, a proibição seletiva e a chamada norma antidrogas – caracterizada pela desqualificação moral, criminal e sanitária do uso e do usuário de drogas.

Nesse contexto, a noção de normalização foi utilizada para designar um processo contínuo de elaboração e negociação da realidade em termos de normas sociais, formas de inteligibilidade e ação, instituindo a própria anormalidade e as formas legitimadas de se lidar com ela. De modo análogo, no âmbito do pensamento social, argumentou-se que o campo representacional das drogas seria ideologicamente regulado, isto é, atravessado por normas, valores e crenças amplamente compartilhados em uma cultura. Os dois estudos realizados constituíram, assim, formas de analisar a construção do pensamento social sobre drogas de modo articulado aos processos de normalização do campo: a sua apropriação por saberes e práticas sociais da aliança médico-jurídica; a influência das ainda hegemônicas normas antidrogas e proibicionistas; e a construção do “usuário de drogas” como categoria de alteridade e desvio. Em outras palavras, tratou-se de abordar os processos ideológico-normativos de saber-poder que incidem no tratamento sociocognitivo de um sistema representacional específico: o “mundo das drogas”.

O primeiro estudo realizado buscou identificar e analisar a construção desse campo representacional a partir de comunicações jornalísticas sobre o assunto, destacando especificamente: os significados associados à “droga” e suas formas de objetivação; os contextos de ancoragem dos fenômenos relacionados ao uso de drogas; e os sistemas simbólicos de oposição que estruturam o campo e são atualizados nessas comunicações. Nesse contexto, a droga foi construída de modo polimorfo, uma vez que assumiu distintas formas a depender dos contextos simbólicos em que esteve inserida, bem como da sua forma de objetivação a partir de substâncias específicas. Como um problema de regulação social, a droga foi concretizada nas formas políticas de lidar com a sua produção, circulação e consumo no globo (particularmente nas Américas). Esse modo de inscrever o fenômeno evidenciou, ainda, tensões normativas associadas à antinomia lícito-ilícito que caracteriza o

proibicionismo. Como um objeto de consumo individual e coletivo, a droga foi construída em meio a riscos, danos e potenciais terapêuticos que, por sua vez, evidenciam a antinomia remédio-tóxico. Além disso, a relação dos consumidores com a droga foi medicalizada e abordada, notadamente, a partir da dependência química em suas diferentes dimensões – farmacológicas, individuais e sociais – prescrevendo, ainda, práticas terapêuticas de normalização do sujeito. Por fim, como objeto proscrito, a droga se inseriu nas dinâmicas de guerra às drogas e traficantes, legitimando intervenções e operações policiais, bem como possíveis efeitos indesejáveis da militarização da repressão ao tráfico.

Por sua vez, o segundo estudo realizado buscou analisar o conteúdo e a organização do campo representacional das drogas a partir de associações livres produzidas por participantes a respeito do objeto. Foi utilizada a estratégia de substituição no sentido de incluir o outro – a maioria e os usuários de drogas – nas condições de produção linguística em questão, permitindo, com isso, identificar elementos normativos e potencialmente contranormativos a respeito do objeto. Os resultados desse estudo indicaram a centralidade de conteúdos que constroem a droga, seus usos e usuários a partir de temas como: diferentes substâncias e a antinomia lícito-ilícito proibicionista; vício, dependência química e sofrimento; marginalização, violência e criminalidade; prazer, diversão e fuga da realidade. Os contextos de substituição utilizados favoreceram a atualização de diferentes dimensões simbólicas e normativas associadas ao campo, contribuindo, ainda, para a compreensão da construção do usuário de drogas como categoria desviante, que, apesar de vinculada pelo prazer, é normalizada pela dependência química.

Conforme observado nas discussões tecidas ao longo da tese, os resultados dos estudos realizados reforçam a hipótese de que a organização do campo representacional é regulada por princípios normativo-ideológicos que, dentre os seus efeitos, constroem formas de desvio típicas da aliança médico-jurídica: a doença e o crime. Entretanto, se por um lado as comunicações jornalísticas evidenciaram uma separação entre dependência e crime – medicalizando o usuário e criminalizando o traficante –, as evocações livres, ao seu turno, indicam formas de apropriação simbólica do usuário que simultaneamente o patologizam e criminalizam. Assim, como uma rede de saberes e práticas socialmente legitimada, a aliança médico-jurídica parece ser acionada de diferentes modos a depender dos contextos de produção linguística abordados.

No papel de difusor de representações, acontecimentos e fenômenos sociais, os jornais submetem suas comunicações a tratamentos técnico-estéticos com a finalidade de que funcionem como princípios geradores de tomadas de posição. No tocante ao uso de drogas,

embora as condições de produção discursiva sejam marcadas por princípios ideológicos do campo, como o proibicionismo, esse tratamento finda por distinguir os campos do consumo e do tráfico, reservando ao primeiro o elemento da doença e, ao segundo, do crime. Essa questão pode ser observada, por exemplo, na divisão entre os eixos lexicais identificados no estudo dos jornais e, possivelmente, relaciona-se com a desejabilidade social da expressão de certos conteúdos. Especificamente, valoriza-se a desqualificação criminal da droga, mas não do seu consumidor, ainda que este último seja construído como desviante através do significado da dependência. Nesse sentido, pode-se dizer que as comunicações de massa analisadas ancoraram os seus conteúdos na aliança médico-jurídica a partir da oposição entre consumo e tráfico de drogas, de maneira tal que o consumidor foi normalizado principalmente pelos saberes da medicina.

Por outro lado, o estudo realizado a partir das evocações livres favorece o desenvolvimento do argumento de que o senso comum normaliza o usuário de drogas a partir da aliança médico-jurídica de modo articulado a julgamentos morais e de valor. Isto é, a mobilização dessa rede de saberes e práticas em um nível ideológico-normativo do campo atua simultaneamente na moralização, criminalização e patologização do consumo de drogas – sobretudo as ilícitas –, culminando na própria estigmatização, desqualificação e marginalização do usuário. Essa questão pode ser especialmente observada nos conteúdos atribuídos à maioria das pessoas – assim como na classe 1 do segundo estudo, tipicamente antidrogas – que reúne simultaneamente elementos pautados no julgamento moral, na doença e no crime. Ora, isso não significa dizer que as normas antidrogas e proibicionistas não tenham estado presentes nas comunicações jornalísticas. De outro modo, o que se faz é reconhecer distintos modos de operar os saberes e práticas da medicina e do direito.

Nesse sentido, pode-se dizer que os resultados dos dois estudos realizados evidenciam as normas antidrogas e proibicionistas como princípios normativo-ideológicos atuantes na organização e expressão do campo representacional. Além disso, essas normas são sociais não apenas porque são reconhecidas e compartilhadas, mas, principalmente, porque exercem funções psicossociológicas na relação com o outro. Por exemplo, diante da construção da droga como um inimigo público pode-se identificar os seguintes efeitos: orientação de condutas de saúde e práticas educativas nos âmbitos familiar, comunitário, institucional e político; compartilhamento de projetos coletivos e objetivos pautados na ideia de “bem comum” através do combate às drogas; a utilização desse mal coletivo como fator explicativo de outros fenômenos (ex. violência, criminalidade, vulnerabilidade e desigualdade social,

problemas de saúde, etc.); naturalização da violência e legitimação do poder punitivo do Estado (ex. ações policiais militarizadas em comunidades pobres); entre outros.

De todo modo, o que é importante de se salientar é que a norma antidrogas e o proibicionismo não são aspectos independentes dos sistemas de saber-poder que se apropriam do indivíduo e da sociedade. Ao mesmo tempo em que representações sociais são sociocognitivas – filtradas pela experiência dos sujeitos em coletividades e através dos discursos de outros (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2009) –, elas possuem caráter prático, pois são orientadas para a ação. Assim, as representações são sociais tanto pelo seu caráter socialmente partilhado e determinado, como pelas funções sociais que exercem na vida social (JODELET, 2003). De modo análogo, os saberes e práticas produzidos em campos como os da saúde e do direito não são neutros do ponto de vista normativo, mas se inserem nas tensões que perpassam a construção ideológica das drogas, seus usos e usuários.

Nessa direção, conforme afirmam Romanini e Roso (2013), a problemática do uso de drogas tem sido abordada a partir de duas perspectivas, a jurídica-policial e a médico-psiquiátrica, sendo, ambas, dimensões ideológicas hegemônicas. Para os autores, os principais efeitos dessas abordagens são a adoção de medidas repressivas no âmbito jurídico e de práticas em saúde orientadas por um modelo biomédico-curativo. Nesse sentido, a medicalização e a criminalização do consumo de selecionadas drogas constituem os principais meios de construção do problema das drogas (ROMANINI; ROSO, 2013). Além disso, conforme sugerem Melo e Maciel (2016), não sendo a separação entre drogas lícitas e ilícitas uma divisão baseada em evidências do potencial dependogênico de cada substância, o que existe é um tratamento jurídico-moral, que, por sua vez, é legitimado pelos saberes e práticas médicas.

Em vista do que foi exposto ao longo da tese, os estudos realizados são úteis no sentido de considerar que as relações de saber-poder do campo são aspectos constitutivos do pensamento social e, portanto, seus efeitos de construção social não se restringem às dinâmicas disciplinares e institucionais que se apropriam do “mundo das drogas”. Além disso, representar o campo das drogas não implica uma postura bidimensional entre sujeito e objeto social, pois, como um processo dialógico, ocorre na interação com o outro. Nesse contexto, não se trata apenas de produzir saber e modos de se relacionar com as drogas, mas também, e fundamentalmente, de lidar com o outro na vida coletiva. Nessa dinâmica, as normas sociais são produzidas com a função de tornar a realidade familiar, mas também definem a própria anormalidade e o desvio. No tocante ao uso drogas essas normas atuam nas (im)possibilidades de uso dos prazeres nas práticas de alteração de consciência e, conseqüentemente, atribuem

valor social àqueles que se relacionam com as substâncias. Nesse contexto, o processo de construção sócio-simbólica das drogas ocorre de modo imbricado às dinâmicas identitárias que envolvem os “usuários de drogas”, produzindo e legitimando discursos e práticas sociais de controle, correção e punição diante daqueles indivíduos que são rotulados como desviantes.

A despeito da relevância da discussão realizada ao longo da tese no que se refere à identificação de princípios normativos constituintes do campo, os estudos não permitiram aprofundar suficientemente o modo como as pertencas e experiências sociais dos sujeitos intervêm na atividade representacional com relação ao objeto e ao usuário de drogas. Além disso, muito embora as normas antidrogas e proibicionistas atuem na regulação das formas dominantes de representar o “mundo das drogas”, o campo em questão é imbuído de tensões e possibilidades de mudança. Por exemplo, pode-se identificar uma tendência atual em questionar políticas baseadas no proibicionismo e na estratégia de guerra às drogas (CARVALHO; PELLEGRINO, 2015) – questionamentos esses que, não por acaso, têm sido desenvolvidos a partir de argumentos médico-jurídicos, uma vez que essa aliança é socialmente legitimada como uma rede capaz de produzir as verdades hegemônicas da droga. Além disso, os princípios da Redução de Danos têm sido cada vez mais incorporados no âmbito político-institucional, o que pode representar um movimento de mudança quanto à forma com que se pensa os discursos e os direitos das pessoas que fazem uso de drogas. Portanto, esses movimentos de caráter contranormativo constituem pontos de tensão e dissenso potencialmente transformadores no nível ideológico das representações sociais sobre drogas, apresentando, ainda, possibilidades de pesquisa futuras.

Além disso, as articulações realizadas entre a noção de normalização e representações sociais são entendidas como heurísticamente úteis na análise dos processos de construção sócio-simbólica de um determinado fenômeno ou campo de modo articulado às relações de saber-poder que o regulam. Quanto ao campo em questão, entende-se que essas relações podem ser particularmente aprofundadas em futuros estudos que considerem as normas do campo na articulação com dinâmicas intergrupais e práticas sociais dos sujeitos. Esse aspecto permite operar ao menos duas questões específicas: as relações entre categorização social e o modo como os sujeitos representam a si mesmos diante do grupo dos “usuários/dependentes de drogas”; e os modos como os sujeitos se relacionam com o objeto em termos de práticas sociais, nível informação e implicação com o campo.

Por fim, é importante ressaltar que os estudos realizados apresentam limitações de material, foco analítico e método. Além disso, ressalta-se que as discussões realizadas sobre a aliança médico-jurídica, a norma antidrogas e o proibicionismo constituem meios de sistematizar e interpretar processos complexos – bem como contexto-dependentes – de construção sócio-simbólica da realidade. Esses aspectos podem ser entendidos como princípios normativo-ideológicos que atuam na organização do campo simbólico das drogas psicoativas, mas que, evidentemente, não encerram as possibilidades de análise dessa dimensão.

9 REFERÊNCIAS

- ABRIC, J.-C. Méthodologie de recueil des représentations sociales. In: ABRIC, J.-C. (Ed.). . **Pratiques sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994. p. 59–82.
- ABRIC, J.-C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Eds.). . **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. v. 2p. 27–38.
- ABRIC, J.-C. L’approche structurale des représentations sociales: développements récents. **Psychologie et Société**, v. 4, n. 2, p. 81–106, 2001.
- ABRIC, J.-C. La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In: ABRIC, J.-C. (Ed.). . **Méthodes d’étude des représentations sociales**. Ramonville-Saint-Agne: Érès, 2003. p. 59–80.
- ACIOLI NETO, M. L.; SANTOS, M. F. S. As máscaras da pobreza: o crack como mecanismo de exclusão social. **Psicologia em Estudo**, v. 20, n. 4, p. 611–623, 2016.
- ALAYA, D. B. Abordagens filosóficas e a teoria das Representações Sociais. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Eds.). . **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 261–281.
- ALVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. Tradução Miguel Cabrera Fernandes. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- ALVES, V. S. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 11, p. 2309–2019, 2009.
- AMATO, T. DE C. et al. Crenças e comportamentos sobre práticas de prevenção ao uso de álcool entre pacientes da atenção primária àsaúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 744–758, 2008.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANDRADE, M. V. DE O. Oxi ou pasta base? **Revista Perícia Federal**, n. 21, p. 11–13, 2005.
- APOSTOLIDIS, T. **Contexte social et rapport à la santé : une contribution psychosociale**. Habilitation à Diriger les Recherches (HDR)—[s.l.] Université de Provence, 2006.
- ARALDI, J. C. et al. Representações sociais de professores sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas na adolescência: repercussões nas ações de prevenção na escola. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 135–146, 2012.
- ARAÚJO, L. F. et al. Estudo das representações sociais da maconha entre agentes comunitários de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 3, p. 827–836, 2006.

ARAÚJO, L. F.; GONTIÉS, B.; NUNES JUNIOR, J. Representações sociais da cocaína: estudo comparativo entre universitários das áreas de saúde e jurídica. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 24, n. 3, p. 315–323, 2007.

ARAUJO, T. **Almanaque das drogas: um guia informal para o debate racional**. São Paulo: LeYa, 2012.

ASCH, S. **Psicologia Social**. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

BANCHS, M. A. Leitura epistemológica da teoria das Representações Sociais. Reflexões rumo a um sentido comum menos comum e com mais sentido. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Eds.). . **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 225–258.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, J. P. P.; COLAÇO, V. DE F. R. Sentidos sobre “sexualidade” e “drogas” entre adolescentes no contexto escolar. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 63–85, 2013.

BASTOS, D. **O fino da erva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

BASTOS, F. I. P. M.; BERTONI, N. O cenário do consumo de crack e o Inquérito Nacional sobre Crack, 2012. In: BASTOS, F. I. P. M.; BERTONI, N. (Eds.). . **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?** Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014. p. 11–22.

BAUER, M.; GASKELL, G.; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Eds.). . **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 17–36.

BECKER, H. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2011.

BERGERON, H. **Sociologia da droga**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2012.

BERTOLDO, R. B. **A Valorização Social do Pró-ambientalismo Enquadrado por Normas Formais: Uma análise Psicossocial Comparativa entre Brasil e Portugal**. Tese (Doutorado)—Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2013.

BORDIN, S. et al. Sistemas diagnósticos em Dependência Química - Conceitos Básicos e Classificação Geral. In: FIGLIE, N. B.; BORDIN, S.; LARANJEIRA, R. R. (Eds.). . **Aconselhamento em dependência química**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2010. p. 3–13.

BRANDT, F. **STF decide que ato por legalização de drogas é liberdade de expressão e libera Marcha da Maconha**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/06/15/stf-decide-que-ato-por-legalizacao-de-drogas-e-liberdade-de-expressao-e-libera-marcha-da-maconha.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF. 2001.

BRASIL. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas.** Brasília: Ministério da Saúde (MS), 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF. 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008.** Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, e a Lei no 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências. Brasília, DF. 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010.** Institui Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Brasília, DF. 2010 a.

BRASIL. **RDC nº 13 de 26 de março de 2010.** Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e dá outras providências. Brasília, DF. 2010 b.

BRASIL. **RDC nº 52 de 6 de outubro de 2011.** Dispõe sobre a proibição do uso das substâncias anfepramona, femproporex e mazindol, seus sais e isômeros, bem como intermediários e medidas de controle da prescrição e dispensação de medicamentos que contenham a substância sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências. Brasília, DF. 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.760, de 20 de dezembro de 2012.** Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, DF. 2012.

BRASIL. **RDC nº 66 de 18 de março de 2016.** Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF. 2016.

BRAVO, O. A. Discurso sobre drogas nas instituições públicas do DF. **Temas em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 39–51, 2002.

BUCHER, R.; OLIVEIRA, S. O discurso do “combate às drogas” e suas ideologias. **Revista de Saúde Pública**, v. 28, n. 2, p. 137–145, 1994.

BURGIERMAN, D. R. **O fim da guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas.** São Paulo: Leya, 2011.

BURGOS, M. B. et al. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. **Desigualdade & Diversidade**, v. 11, p. 49–97, 2012.

BUSCHINI, F.; DOISE, W. Ancrages et rencontres dans la propagation d'une théorie. In: MADIOT, B.; LAGE, É.; ARRUDA, A. (Eds.). . **Une approche engagée en psychologie sociale: l'œuvre de Denise Jodelet**. Ramonville Saint-Agne: Erès, 2008.

CAIXETA, L. M. M.; PEDROSA, L. A. K.; HAAS, V. J. Análise das atitudes de profissionais da Atenção Primária a Saúde frente a pessoas com transtornos relacionados ao uso de álcool. **SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, v. 12, n. 2, p. 84–91, 2016.

CAMARGO, B. V. ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In: MOREIRA, A. S. P. et al. (Eds.). . **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: EdUFPB, 2005. v. 1p. 511–539.

CAMARGO, B. V.; BOUSFIELD. Teoria das Representações Sociais: uma concepção contextualizada de comunicação. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Eds.). . **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 433–454.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013.

CAMINO, L.; TORRES, A. R. Origens e desenvolvimento da Psicologia Social. In: CAMINO, L. et al. (Eds.). . **Psicologia Social: Temas e Teorias**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 23–99.

CAMPOS, E. A. DE; REIS, J. G. Representações sobre o uso de álcool por mulheres em tratamento em um centro de referência da cidade de São Paulo–Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 14, n. 34, p. 539–550, 2010.

CAMPOS, E. A. As representações sobre o alcoolismo em uma associação de ex-bebedores: os Alcoólicos Anônimos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 5, p. 1379–1387, 2004.

CAMPOS, E. A. O alcoolismo é uma doença contagiosa? Representações sobre o contágio ea doença de ex-bebedores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. sup., p. 267–278, 2005.

CANGUILHEM, G. O que é a psicologia? **Revista Tempo Brasileiro**, n. 30–31, p. 104–123, 1973.

CARDOSO, M. P. et al. A percepção dos usuários sobre a abordagem de álcool e outras drogas na atenção primária à saúde. **Aletheia**, n. 45, p. 72–86, 2014.

CARLINI, E. A. et al. Drogas psicotrópicas: o que são e como agem. **Revista IMESC**, v. 3, p. 9–35, 2001.

CARLINI, E. A. et al. **II Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: Estudo Envolvendo as 108 Maiores Cidades do País - 2005**. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2006.

CARLINI, E. A. A história da maconha no Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 55, n. 4, p. 314–317, 2006.

CARLINI, E. A. et al. **VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras – 2010**. São Paulo, SP: CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2010.

CARLINI, E. A.; ORLANDI-MATTOS, P. E. Cannabis Sativa L (Maconha): Medicamento que renasce? **Brasília Médica**, v. 48, n. 4, 2011.

CARNEIRO, H. As drogas: objeto da Nova História. **Revista USP**, v. 23, p. 84–91, 1994.

CARNEIRO, H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Outubro - Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, v. 6, p. 115–128, 2002.

CARNEIRO, H. Breve história do uso de drogas. In: SEIBEL, S. (Ed.). . **Dependência de drogas**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. p. 11–25.

CARRARO, T. E.; RASSOOL, G. H.; LUIS, M. A. V. A formação do enfermeiro e o fenômeno das drogas no Sul do Brasil: atitudes e crenças dos estudantes de enfermagem sobre o cuidado. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. Especial, p. 863–871, 2005.

CARVALHO, I. S.; PELLEGRINO, A. P. (EDS.). **Política de Drogas no Brasil: a mudança já começou**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015.

CASSOL, P. B. et al. Tratamento em um grupo operativo em saúde: percepção dos usuários de álcool e outras drogas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 33, n. 1, p. 132–138, 2012.

CASTANHA, A. R.; ARAÚJO, L. F. DE. Álcool e agentes comunitários de saúde: um estudo das representações sociais. **Psico-USF**, v. 11, n. 1, p. 85–94, 2006.

CASTRO, A. et al. Representações sociais do rejuvenescimento na mídia impressa. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 117–130, 2016.

CAVALCANTE, C. V. G. et al. Representações de um grupo de docentes sobre drogas: alguns aspectos. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 7, n. 2, p. 114–126, 2005.

CEBRID. **Livreto informativo sobre drogas psicotrópicas**. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2003.

CHAGAS, A. T.; SEEGER, F. D. Crack na mídia impressa: um estudo sobre a produção de sentido no discurso jornalístico sobre o crack. **Barbarói**, n. 38, p. 145, 2013.

CHALOULT, L. Une nouvelle classification des drogues toxicomanogènes. **Revue Toxicomanies**, v. 4, p. 371–375, 1971.

CHOKIER, N.; MOLINER, P. La « zone muette » des représentations sociales, pression normative et/ou comparaison sociale? **Bulletin de psychologie**, v. 483, n. 3, p. 281–286, 2006.

CHOKIER, N.; RATEAU, P. Représentations d’objets “sensibles” et processus de comparaison soi/autrui. In: RATEAU, P.; MOLINER, P. (Eds.). . **Représentations sociales et processus sociocognitifs**. Didact psychologie sociale. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009. p. 31–45.

COSTA, T. S. et al. Percepções de adolescentes grávidas acerca do consumo de álcool durante o período gestacional. **SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, v. 6, n. 1, p. 1–15, 2010.

COSTA-LOPES, R.; PEREIRA, C. R. Introdução: a normatividade das atitudes e do comportamento social. In: PEREIRA, C. R.; COSTA-LOPES, R. (Eds.). . **Normas, atitudes e comportamento social**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

COUTINHO, M. DA P.; ARAÚJO, L. F.; GONTIÈS, B. Uso da maconha e suas representações sociais: estudo comparativo entre universitários. **Psicologia em estudo**, v. 9, n. 3, p. 469–477, 2004.

CRIVES, M. N. S.; DIMENSTEIN, M. Sentidos produzidos acerca do consumo de substâncias psicoativas por usuários de um Programa Público. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 26–37, 2003.

CRUZ, O. S.; MACHADO, C. Consumo não problemático de drogas ilegais. **Toxicodependências**, v. 16, n. 2, p. 39–47, 2010.

CUNDA, M. F.; SILVA, R. A. N. O crack em um cenário empedrado: articulações entre os discursos jurídico, médico e midiático. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. Especial, p. 245–255, 2014.

DANY, L. **La drogue et le cannabis: approche psychosociale**. Tese (Doutorado)—Aix-en-Provence: Aix-Marseille, 2006.

DANY, L.; ABRIC, J.-C. Distance à l’objet et représentations du cannabis. **Revue Internationale de Psychologie Sociale**, v. 20, n. 3, p. 77–104, 2007.

DANY, L.; APOSTOLIDIS, T. L’étude des représentations sociales de la drogue et du cannabis: un enjeu pour la prévention. **Santé publique**, v. 14, n. 4, p. 335–344, 2002.

DANY, L.; URDAPILLETA, I.; MONACO, G. L. Free associations and social representations: some reflections on rank-frequency and importance-frequency methods. **Quality & Quantity**, v. 49, n. 2, p. 489–507, 2015.

DAVID, D. F.; CHRISTOFFOLI, G. T. constatações sobre a política repressiva antidrogas: seletividade penal e a falácia do bem jurídico saúde pública. In: KAZMIERCZAK, L. F.; RUIZ, J. M. (Eds.). . **Violência e Criminologia I**. Jacarezinho: UENP & Instituto Ratio Juris, 2014. p. 101–119.

DELMANTO, J. Para além da “fuga da realidade”: outras motivações para consumo de psicoativos na contemporaneidade [Beyond the “escape from reality”: other motivations for consumption of psychoactive drugs]. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 4, n. 2, p. 78–90, 2013.

DILTHEY, W. **Psicologia e compreensão**. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2002.

DINIZ, S.; RUFFINO, M. C. Influência das crenças do enfermeiro na comunicação com o alcoolista. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 4, n. Especial, p. 17–24, 1996.

DOISE, W. **L'explication en psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

DOISE, W. L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. **Bulletin de psychologie**, v. 45, n. 405, p. 189–195, 1992.

DOISE, W. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 27–35, 2002.

DOISE, W. Sistema e metassistema. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Eds.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 123–156.

DOISE, W.; CLÉMENCE, A.; LORENZI-CIOLDI, F. **Représentations sociales et analyses de données**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1992.

DOISE, W.; DESCHAMPS, J.-C.; MUGNY, G. **Psychologie Sociale Expérimentale**. Paris: Librairie Armand Colin, 1978.

DOMANICO, A. **“CRAQUEIROS E CRACADOS: BEM VINDO AO MUNDO DOS NÓIAS!” - Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil**. Tese (Doutorado)—Salvador - BA: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

DONATO, M.; ZEITOUNE, R. C. G. Reinserção do trabalhador alcoolista: percepção, limites e possibilidades de intervenção do enfermeiro do trabalho. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 10, n. 3, p. 399–407, 2006.

DURKHEIM, É. Representações individuais e representações coletivas. In: **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2009. p. 13–48.

ESCOBAR, J. A. C.; ROAZZI, A. Panorama Contemporâneo do Uso Terapêutico de Substâncias Psicoativas: Ayahuasca e Psilocibina. **Neurobiologia**, v. 73, n. 3, p. 159–172, 2010.

ESCOHOTADO, A. **Historia general de las drogas: completada por el apéndice Fenomenología de las drogas**. Madrid: Espasa, 2008.

ESPÍNDULA, D. H. P. et al. Representações sociais de crack e adolescência na imprensa pernambucana. **Temas em Psicologia**, v. 23, p. 281–292, 2015.

FARR, R. **As raízes da psicologia social moderna**. Tradução Pedrinho Guareschi; Paulo Maya. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FERNANDES, F. **Elementos de sociologia teórica**. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

FERNANDES, J. S. G. et al. As representações sociais difundidas pela mídia impressa de São Paulo sobre a Copa do Mundo no Brasil. **Psicologia e Saber Social**, v. 3, n. 1, p. 160–166, 2014.

FERNANDES, L. O que a droga faz à norma. **Toxicodependências**, v. 15, n. 1, p. 3–18, 2009.

FERNANDEZ, O. F. R. L.; ANDRADE, M. M.; NERY FILHO, A. (EDS.). **Drogas e políticas públicas: educação, saúde coletiva e direitos humanos**. Brasília: ABRAMD, 2015.

FERREIRA, A. A. L. O múltiplo surgimento da psicologia. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Eds.). **História da Psicologia: Rumos e Percursos**. Rio de Janeiro: NAU, 2007.

FERREIRA, A. C. Z. et al. Motivações de dependentes químicos para o tratamento: percepção de familiares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 3, p. 474–481, 2015.

FERREIRA, T. C. D. et al. Percepções e atitudes de professores de escolas públicas e privadas perante o tema drogas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 14, n. 34, p. 551–562, 2010.

FISCHER, G. N. **Les concepts fondamentaux de la psychologie sociale**. 3. ed. Paris: Dunod, 2005.

FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. **Sociologias**, v. 14, p. 194–222, 2012.

FONSECA, A. A. et al. Representações sociais de universitários de psicologia acerca da maconha. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 24, n. 4, p. 441–449, 2007.

FONSECA, E. M. DA; BASTOS, F. I. Políticas de redução de danos em perspectiva: comparando as experiências americana, britânica e brasileira. In: **In: ACSELRAD G. Avessos do prazer: drogas, AIDS e direitos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 289–310.

FONSECA, F. F. Conhecimentos e opiniões dos trabalhadores sobre o uso e abuso de álcool. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 11, n. 4, p. 599–604, 2007.

FONSECA, V. A. S.; LEMOS, T. Farmacologia na Dependência Química. In: DIEHL, A.; CORDEIRO, D. C.; LARANJEIRA, R. (Eds.). **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. Porto Alegre: ArtMed, 2011. p. 25–34.

FONTANELLA, B. J. B. et al. Percepção da síndrome de dependência por pacientes em tratamento. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 57, n. 3, p. 196–202, 2008.

FONTANELLA, B. J. B.; SECCO, K. N. D. Gestação e tabagismo: representações e experiências de pacientes de unidades de saúde da família. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 61, n. 3, p. 168–175, 2012.

FONTES, A. et al. Redu o de danos – Uma abordagem legítima para lidar com o consumo de substâncias psicoativas. In: FIGLIE, N. B.; BORDIN, S.; LARANJEIRA, R. R. (Eds.). **Aconselhamento em dependencia química**. 2. ed. Sao Paulo: Roca, 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France, (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. 1957- A psicologia de 1850 a 1950. In: **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise.** Ditos & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir nascimento da prisão.** Tradução Raquel Ramalhe. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: GRAAL, 2011.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber.** 23. ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 2013.

FRANÇA, J. M. C. **História da maconha no Brasil.** São Paulo: Três Estrelas, 2015.

FRANCISCHETTI, A. E.; ABREU, V. G. O sistema endocanabinoide: nova perspectiva no controle de fatores de risco cardiometabólico. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 87, n. 4, p. 548–558, 2006.

GABATZ, R. I. B. et al. Percepção dos usuários de crack em relação ao uso e tratamento. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 34, n. 1, p. 140–146, 2013a.

GABATZ, R. I. B. et al. Percepção do usuário sobre a droga em sua vida. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 17, n. 3, p. 520–525, 2013b.

GALDURÓZ, J. C. F.; SANCHEZ, Z. V. D. M.; NOTO, A. R. Epidemiologia do uso, do abuso e da dependência de substâncias psicoativas. In: DIEHL, A.; CORDEIRO, D. C.; LARANJEIRA, R. (Eds.). **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas.** Porto Alegre: ArtMed, 2011. p. 49–58.

GIACOMOZZI, A. I. Representações sociais da droga e vulnerabilidade de usuários de CAPSad em relação às DST/HIV/AIDS. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 11, n. 3, p. 776–795, 2011.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOODWIN, C. J. **História da psicologia moderna.** Tradução Marta Rosas. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

GOUVEIA, V. et al. Escala de atitudes frente ao uso de drogas: Evidências de validade fatorial e preditiva. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 56, n. 1, p. 53–59, 2007.

GUIMELLI, C.; DESCHAMPS, J.-C. Effets de contexte sur la production d'associations verbales: le cas des représentations sociales des Gitans. **Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale**, v. 47–48, p. 44–54, 2000.

HALPERN, E. E.; LEITE, L. M. C. Representações de adoecimento e cura de pacientes do Centro de Dependência Química do Hospital Central da Marinha. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 4, p. 1079–1089, 2012.

HART, C. **Um preço muito alto**. [s.l.] Zahar, 2014.

HEIDER, F. **Psicologia das relações interpessoais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1970.

HERZOG, A.; WENDLING, M. I. Percepções de psicólogos sobre os familiares durante o tratamento de dependentes químicos. **Aletheia**, n. 42, p. 23–38, 2013.

HIRDES, A. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 297–305, 2009.

HOOK, D.; HÜNNING, S. Genealogia, Contra Saberes e Psicologia. In: GUARESCHI, N. (Ed.). . **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2009. p. 103–141.

HORTENSE, F. T. P.; CARMAGNANI, M. I. S.; BRÊTAS, A. C. P. O significado do tabagismo no contexto do câncer de laringe. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 61, n. 1, p. 24–30, 2008.

IVERSEN, L. **Drogas**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

JESUINO, J. C. Um conceito reencontrado. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Eds.). . **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 33–57.

JODELET, D. Réflexions sur le traitement de la notion de représentation sociale en psychologie sociale. **Communication information**, v. 6, n. 2/3, p. 15–42, 1984.

JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (Ed.). . **Les représentations sociales**. Sociologie d’aujourd’hui. 7. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

JODELET, D. Le mouvement de retour vers le sujet et l’approche des représentations sociales. **Connexions**, n. 89, p. 25–46, 2008.

JODELET, D. Ponto de vista: sobre o movimento das representações sociais na comunidade científica. **Temas em Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 19–26, 2011.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

JUSTO, A. M.; CAMARGO, B. V. Estudos qualitativos e o uso de softwares para análises lexicais. In: NOVIKOFF, C.; SANTOS, S. R. M.; MITHIDIÉRI, O. B. (Eds.). . **Caderno de artigos: X SIAT & II Serpro (2014: Duque de Caxias, RJ)**. Duque de Caxias: UNIGRANRIO, 2014. p. 37–54.

KALAMPALIKIS, N. L’apport de la méthode Alceste dans l’analyse des représentations sociales. In: ABRIC, J.-C. (Ed.). . **Méthodes d’étude des représentations sociales**. Ramonville-Saint-Agne: Érès, 2003. p. 147–163.

KALAMPALIKIS, N.; APOSTOLIDIS, T. La perspective socio-génétique des représentations sociales. **Lo Monaco, S., Delouée & P. Rateau (Eds.), Les représentations sociales. De Boeck (à paraître)**, 2016.

KALAMPALIKIS, N.; MOSCOVICI, S. Une approche pragmatique de l'analyse Alceste. **Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale**, n. 2, p. 15–24, 2005.

KARAM, M. L. **Proibições, riscos, danos e enganos: as drogas tornadas ilícitas**. [s.l.] Lumen Juris, 2009. v. 3

KASSADA, D. S.; MARCON, S. S.; WAIDMAN, M. A. P. Percepções e práticas de gestantes atendidas na atenção primária frente ao uso de drogas. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 18, n. 3, p. 428–434, 2014.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LABATE, B. C.; FEENEY, K. O processo de regulamentação da ayahuasca no Brasil e na esfera internacional: desafios e implicações. **Periferia**, v. 3, n. 2, 2012.

LACERDA, A. E.; MASTROIANNI, F. C.; NOTO, A. R. Tabaco na mídia: análise de matérias jornalísticas no ano de 2006. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 725–731, 2010.

LANDIM-ALMEIDA, C. A. P. et al. Fatores associados à opinião favorável (ou contrária) à liberação da maconha em uma amostra de docentes e discentes universitários. **SMAD. Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)**, v. 12, n. 1, p. 12–21, 2016.

LANE, S. T. M. Uma redefinição da psicologia social. **Educação & Sociedade**, v. 2, n. 6, p. 96–106, 1980.

LAPORT, T. J. et al. Percepções e Práticas dos Profissionais da Atenção Primária à Saúde na Abordagem sobre Drogas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 1, p. 143–150, 2016.

LIMA, A. F. Dependência de drogas e psicologia social: um estudo sobre o sentido das oficinas terapêuticas e o uso de drogas a partir da teoria de identidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 91–101, 2008.

LOPES, G. T. et al. Percepções de adolescentes sobre uso/dependência de drogas: o teatro como estratégia pedagógica. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 18, n. 2, p. 202–208, 2014.

LOPES, G. T.; LUIS, M. A. V. A formação do enfermeiro e o fenômeno das drogas no estado do Rio de Janeiro-Brasil: atitudes e crenças. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. Especial, p. 872–879, 2005.

LOUBÈRE, L.; RATINAUD, P. **Documentation IraMuTeQ - 0.6 alpha 3 version 0.1**, 2014. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/documentation_19_02_2014.pdf>

LOURENÇO, L. M. et al. Um estudo das crenças no que concerne ao consumo/tráfico de drogas enquanto causa da violência/agressividade. **Psicologia em Pesquisa**, v. 1, n. 1, p. 34–40, 2007.

MACHADO, L. O. Tráfico de drogas ilícitas y territorio: el caso de Brasil. In: COLECTIVO MALOKA (Ed.). . **La Economía de las drogas ilícitas : escenarios de conflictos y derechos humanos**. Materiales de Paz y Derechos Humanos. [s.l: s.n.]. v. 11p. 73–84.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: GRAAL, 2011.

MACIEL, S. C.; OLIVEIRA, R. DE C. C.; MELO, J. R. F. DE. Alcoolismo em Indígenas Potiguara: representações sociais dos profissionais de saúde. **Psicol. ciênc. prof**, v. 32, n. 1, p. 98–111, 2012.

MACRAE, E. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, S. (Ed.). . **Dependência de drogas**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. p. 26–34.

MACRAE, E. Prefácio. In: MACRAE, E.; TAVARES, L. A.; NUÑEZ, M. E. (Eds.). . **Crack: contextos, padrões e propósitos de uso**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 11–26.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A. A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados. In: BAPTISTA, M.; CRUZ, M. S.; MATIAS, R. (Eds.). . **Drogas e pósmodernidade: faces de um tema proscrito**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A. **Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas**. 2. ed. Salvador: EDUFBA/ CETAD, 2004.

MAGALHÃES, M. **O narcotráfico**. São Paulo: PubliFolha, 2000.

MALCHER-LOPES, R.; RIBEIRO, S. **Maconha, cérebro e saúde**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

MALTA, D. C. et al. Consumo de bebidas alcoólicas e direção de veículos, balanço da lei seca, Brasil 2007 a 2013. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, n. 4, p. 692–966, 2014.

MANCINI, M. C.; HALPERN, A. Tratamento Farmacológico da Obesidade. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 46, p. 497–512, 2002.

MARCHA DA MACONHA. **Carta de princípios da marcha da maconha brasil** **Marcha da Maconha - Blog**, [s.d.]. Disponível em: <<http://blog.marchadamaconha.net/carta-de-principios-da-marcha-da-maconha-brasil>>. Acesso em: 23 nov. 2016

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). **Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles. JADT**, p. 687–699, 2012.

MARKOVÁ, I. Des thémata de base des représentations sociales du sida. In: GARNIER, C. (Ed.). . **Les formes de la pensée sociale**. Psychologie sociale. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente**. Tradução Hélio Magri Filho. Petrópolis: Vozes, 2006.

- MARTINI, J. G.; FUREGATO, A. R. F. Representações sociais de professores sobre o uso de drogas em uma escola de ensino básico. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 16, n. Especial, p. 601–606, 2008.
- MARTINS, E. R. C.; CORRÊA, A. K. Lidar com substâncias psicoativas: o significado para o trabalhador de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 12, n. Especial, p. 398–405, 2004.
- MARTINS, M.; SANTOS, M. A.; PILLON, S. C. Percepções de famílias de baixa renda sobre o uso de drogas por um de seus membros. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 16, n. 2, p. 293–298, 2008.
- MASSÓ, P. Cartografía de heterotopías psicoactivas: una mirada a los discursos médicos, jurídicos y sociales sobre los usos de drogas. **Salud colectiva**, v. 11, n. 3, p. 381–399, 2015.
- MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- MEAD, G. H. **Espiritu, persona y sociedad**. Barcelona: Paidós, 1982.
- MEDEIROS, K. T. et al. Vivências e Representações sobre o Crack: Um Estudo com Mulheres Usuárias. **PsicoUSF**, v. 20, n. 3, p. 517–528, 2015.
- MEIRA, S.; ARCOVERDE, M. A. M. Representações sociais dos enfermeiros de unidades básicas de um distrito sanitário de Foz do Iguaçu, PR, sobre o alcoolismo. **SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, v. 6, n. 1, p. 1–13, 2010.
- MELLO JORGE, M. H. P. DE; KOIZUMI, M. S. Acidentes de trânsito causando vítimas: possível reflexo da lei seca nas internações hospitalares. **ABRAMET. Associação Brasileira de Medicina de Tráfego**, v. 27, n. 2, p. 16–17, 2009.
- MELO, J. R. F.; MACIEL, S. C. Representação Social do Usuário de Drogas na Perspectiva de Dependentes Químicos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 1, p. 76–87, 2016.
- MELO, R. C. A. et al. Estudo de perfil químico de amostras de cocaína com suspeitas de ser uma nova droga - “oxi”. **Interface Policial**, n. 4, p. 4–6, 2011.
- MERCANTE, M. S. Dependência, recuperação e o tratamento através da ayahuasca: definições e indefinições. **Saúde & Transformação Social**, v. 4, n. 2, p. 126–138, 2013.
- MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Ed.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 9–29.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 239–262, 1993.
- MISKOLCI, R. Do desvio às diferenças. **Teoria & pesquisa**, v. 47, n. 1, p. 9–41, 2005.
- MOLINER, P. **Images et représentations sociales: de la théorie des représentations à l'étude des images sociales**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1996.

- MOLONEY, G.; WILLIAMS, J.; BLAIR, D. Cognitive polyphasia, themata and blood donation: Between or within representation. **Papers on Social Representations**, v. 21, p. 4–12, 2012.
- MORIGI, V. J. Teoria Social e Comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos. **E-Compós (Brasília)**, v. 1, n. 1, p. 1–14, 2004.
- MOSCOVICI, S. Attitudes and opinions. **Annual Review of Psychology**, v. 14, n. 1, p. 231–260, 1963.
- MOSCOVICI, S. Introduction: le domaine de la psychologie sociale. In: MOSCOVICI, S. (Ed.). . **Psychologie Sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984. p. 5–22.
- MOSCOVICI, S. Social representations and pragmatic communications. **Social Science Information**, v. 33, n. 2, p. 163–177, 1994.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MOSCOVICI, S. **Psicologia das minorias ativas**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012a.
- MOSCOVICI, S. **Raison et cultures**. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2012b.
- MOSCOVICI, S. **Le scandale de la pensée sociale: textes inédits sur les représentations sociales**. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2013.
- MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Idéias e seu desenvolvimento: um diálogo entre Serge Moscovici e Ivana Marková. In: MOSCOVICI, S. (Ed.). . **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Psicologia Social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 305–387.
- MOSCOVICI, S.; VIGNAUX, G. O conceito de “themata”. In: MOSCOVICI, S. (Ed.). . **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Psicologia Social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MYERS, D. G. **Psicologia Social**. 10. ed. [s.l.] Mcgraw Hill, 2014.
- NAPPO, S. A.; SANCHEZ, Z. M.; RIBEIRO, L. A. Is there a crack epidemic among students in Brazil?: comments on media and public health issues. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 9, p. 1643–1649, 2012.
- NASCIMENTO, A. R. A.; MENANDRO, P. R. M. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 72–88, 2006.
- NERY FILHO, A. et al. Diálogo com Dr. Antonio Nery Filho, George Gusmão Soares, Maria Eugênia Nuñez e Edward Macrae sobre o crack. In: MACRAE, E.; TAVARES, L. A.; NUÑEZ, M. E. (Eds.). . **Crack: contextos, padrões e propósitos de uso**. Drogas : clínica e cultura. Salvador: EDUFBA : CETAD/UFBA, 2013.

NIDA. **Drugs, Brains, and Behavior: The Science of Addiction**. [s.l.] National Institute on Drug Abuse, 2014.

NOTO, A. R. et al. Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. **Cad. Saúde Pública**, v. 19, n. 1, p. 69–79, 2003.

NOWLIS, H. **La Drogue démythifiée: drogue et éducation**. 3. ed. Paris: Unesco, 1982.

NUTT, D.; KING, L.; PHILLIPS, L. Drug harms in the UK: a multicriteria decision analysis. **The Lancet**, v. 376, n. 9752, p. 1558–1565, 2010.

OLIVEIRA, D. C. et al. Estudo das representações sociais através de duas metodologias de análise de dados. **Revista de Enfermagem da UERJ**, v. 11, n. 3, p. 317–327, 2003.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem da UERJ**, v. 16, n. 4, p. 569–576, 2008.

OLIVEIRA, F. C. et al. Fronteiras e pertencças: representações sociais e dinâmicas identitárias do tráfico de drogas na revista *Veja* (1968-2010). **Psicologia e Saber Social**, v. 4, n. 2, p. 277–297, 2015.

OLIVEIRA, J. F.; MCCALLUM, C. A.; COSTA, H. O. G. Representações sociais de Agentes Comunitários de Saúde acerca do consumo de drogas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 3, p. 611–618, 2010.

OLIVEIRA, J. F.; PAIVA, M. S.; VALENTE, C. Representações sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 2, p. 473–481, 2006.

ORDAZ, O.; VALA, J. Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. **Análise Social**, p. 847–874, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Neurociência do uso e da dependência de substâncias psicoativas**. Tradução Fábio Corregiari. São Paulo: Roca, 2006.

PAGLIUCA, L. M. F.; CEZARIO, K. G.; MARIANO, M. R. A percepção de cegos e cegas diante das drogas. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 22, n. 4, p. 404–411, 2009.

PAIVA, F. S. et al. A percepção profissional e comunitária sobre a reinserção social dos usuários de drogas. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 696–706, 2014.

PAMPLONA, F. A. Quais são e pra que servem os medicamentos à base de Cannabis? **Revista da Biologia**, v. 13, n. 1, p. 28–35, 2014.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, 2011.

PAULA, M. L. DE et al. Usuário de crack em situações de tratamento: experiências, significados e sentidos. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 118–130, 2014.

PAULILO, M. A. S.; JEOLÁS, L. S. Aids, drogas, riscos e significados: uma construção sociocultural. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 175–184, 2005.

PERNISA, C.; ALVES, W. **Comunicação digital: jornalismo, narrativas, estética**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

PILLON, S. C.; LUIS, M. A. V. Modelos explicativos para o uso de álcool e drogas e a prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 12, n. 4, p. 676–82, 2004.

PIMENTEL, C. E.; LISLE COELHO, L.; ARAGÃO, T. A. Atitudes frente ao uso de álcool, maconha e outras drogas: verificando relações de predição e mediação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 1, p. 29–35, 2009.

PINTO, A. E. DE S. **Folha**. São Paulo, SP: Publifolha, 2012.

PIRES, R. B. B. O “oxi” e o oportunismo midiático. **Interface Policial**, n. 4, p. 7, 2011.

PIRES, R. R.; XIMENES, V. M. Sentidos sobre o uso de drogas construídos por psicólogos: implicações práticas. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 13, n. 2, p. 41–51, 2014.

POGREBINSCHI, T. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**, n. 63, p. 179–201, 2004.

PORTELA, G. L. C. et al. Percepção da gestante sobre o consumo de drogas ilícitas na gestação. **SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, v. 9, n. 2, p. 58–63, 2013.

POSSATO, M.; PARADA, C. M. G. L.; TONETE, V. L. P. Representação de gestantes tabagistas sobre o uso do cigarro: estudo realizado em hospital do interior paulista. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 41, n. 3, p. 434–440, 2007.

RATINAUD, P. **IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires - 0.7 alpha 2**, 2014. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org>>

REGHELIN, E. M. **Redução de danos: prevenção ou estímulo ao uso indevido de drogas injetáveis**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

REINERT, M. Alceste: un logiciel d’aide pour l’analyse de discours. **Notice simplifiée (de la version de base commune aux versions 4x)**, 2000.

REINERT, M. Alceste, une méthode statistique et sémiotique d’analyse de discours. Application aux Rêveries du promeneur solitaire. **Revue française de psychiatrie et de psychologie médicale**, v. 5, n. 49, p. 32–36, 2001.

RENOVATO, R. D. et al. Significados e sentidos de saúde socializados por artefatos culturais: leituras das imagens de advertência nos maços de cigarro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p. 1599–1608, 2009.

REZENDE, M. M.; PELICIA, B. Representação da recaída em dependentes de crack. **SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, v. 9, n. 2, p. 76–81, 2013.

RIBEIRO, F. A. C. et al. Perception of parents about second hand smoke on the health of their children: an ethnographic study. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 33, n. 4, p. 394–399, 2015a.

RIBEIRO, M. et al. The Brazilian “Cracolândia” open drug scene and the challenge of implementing a comprehensive and effective drug policy. **Addiction**, v. 111, n. 4, p. 571–573, 2015b.

RIBEIRO, M. DE M. **Drogas e redução de danos: os direitos das pessoas que usam drogas**. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2013.

ROCHA, E. G.; PEREIRA, M. L. D. Representações sociais sobre a cirrose hepática alcoólica elaboradas por seus portadores. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 11, n. 4, p. 670–676, 2007.

ROCHA, F. M. et al. Cuidar de dependentes de substâncias psicoativas: percepções dos estudantes de enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 47, n. 3, p. 671–677, 2013.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. **Psicologia social**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RODRIGUES, A. S. et al. Representações sociais de discentes técnicos de enfermagem sobre drogas. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 19, n. 2, p. 226–232, 2015.

RODRIGUES, D. R. S. DA R.; CONCEIÇÃO, M. I. G.; IUNES, A. L. DA S. Representações Sociais do Crack na Mídia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 31, p. 115–123, 2015.

RODRIGUES, T. A infundável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 2, p. 102–111, 2002.

RODRIGUES, T. Tráfico, guerra, proibição. In: LABATE, B. C. et al. (Eds.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 105–120.

RODRIGUES, T. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto Internacional**, v. 34, n. 1, p. 9–41, 2012.

ROMANINI, M.; ROSO, A. Mídia e crack: promovendo saúde ou reforçando relações de dominação? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, p. 82–97, 2012.

ROMANINI, M.; ROSO, A. Miatização da cultura, criminalização e patologização dos usuários de crack: discursos e políticas. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 483–497, 2013.

RONZANI, T. M. et al. Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 5, p. 1751–1761, 2009.

ROSA, L. F. DE A.; NASCIMENTO, A. R. A. Representações sociais de bebida alcoólica para homens universitários. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 67, n. 1, p. 3–19, 2015.

RUI, T. Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 91–104, 2014.

SÁ, C. P. **Psicologia do Controle Social**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1978.

SÁ, C. P. DE. **A construção do objeto de pesquisa em representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SANTOS, J. E. DOS; ALMEIDA, T. M. M. Interface do discurso da Saúde e Justiça: Uma Experiência no Centro de Atenção Psicossocial-Álcool e outras Drogas. **Saúde & Transformação Social**, v. 4, n. 4, p. 22–29, 2013.

SANTOS, M. S. D. DOS; VELÔSO, T. M. G. Alcoolismo: representações sociais elaboradas por alcoolistas em tratamento e por seus familiares. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, n. 26, p. 619–634, 2008.

SANTOS, M. DE F. DE S. et al. An overview on Social Psychology in Brazil: theoretical contributions from the production of journals. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 18, n. 1, p. 17–23, 2013.

SANTOS, M. DE F. DE S.; ACIOLI NETO, M. L.; SOUSA, Y. S. O. Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 29, n. 3, p. 379–386, 2012.

SANTOS, M. F. S. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. (Eds.). **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Recife: Ed. Universitária da UFPE/Ed. Universitária da UFAL, 2005.

SANTOS, M. F. S. et al. A ambivalência no campo das drogas: uma análise das representações de álcool e maconha. **Administração Educacional**, v. 1, n. 2, p. 125–145, 2016.

SANTOS, M. F. S.; ALÉSSIO, R. L. S.; SILVA, J. M. M. N. Os adolescentes e a violência na imprensa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 3, p. 447–452, 2009.

SCADUTO, A. A.; BARBIERI, V. O discurso sobre a adesão de adolescentes ao tratamento da dependência química em uma instituição de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 605–614, 2009.

SCALI, D. F.; RONZANI, T. M. Estudo das expectativas e crenças pessoais acerca do uso de álcool. **SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, v. 3, n. 1, p. 1–14, 2007.

SERRA, C. H. A.; RODRIGUES, T. M. DE S. Estado de Direito e Punição: a lógica da guerra no Rio de Janeiro. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, v. 35, n. 126, p. 91–108, 2014.

SHERIF, M. **The psychology of social norms**. New York: Harper & Row, 1936.

SILVA, S. É. D. DA; PADILHA, M. I. O alcoolismo na história de vida de adolescentes: uma análise à luz das representações sociais. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 22, n. 3, p. 576–584, 2013.

SILVA, J. P.; BOUSFIELD, A. B. S.; CARDOSO, L. H. A hipertensão arterial na mídia impressa: análise da revista *Veja*. **Psicologia e Saber Social**, v. 2, n. 2, p. 191–203, 2013.

SILVA JUNIOR, R. C. et al. Demystifying “oxi” cocaine: Chemical profiling analysis of a “new Brazilian drug” from Acre State. **Forensic Science International**, v. 221, n. 1, p. 113–119, 2012.

SILVA, M. L. B.; BOUSFIELD, A. B. S. Representações sociais da hipertensão arterial. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 895–909, 2016.

SILVA, S. É. D.; PADILHA, M. I. Atitudes e comportamentos de adolescentes em relação à ingestão de bebidas alcoólicas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1063–1069, 2011.

SIMÕES, P. G. A mídia e a construção das celebridades: uma abordagem praxiológica. **Logos**, v. 16, n. 2, p. 67–79, 2009.

SIMÕES, P. G. O privado em público: reflexões sobre a construção das celebridades na contemporaneidade. **Revista Interin**, v. 13, n. 1, 2012.

SIMONEAU, A. S.; OLIVEIRA, D. C. Representações sociais e meios de comunicação: produção do conhecimento científico em periódicos brasileiros. **Psicologia e Saber Social**, v. 3, n. 2, p. 281–300, 2014.

SOARES, J.; VARGAS, D. DE; OLIVEIRA, M. A. F. DE. Atitudes e conhecimentos de profissionais de saúde diante do álcool, alcoolismo e do alcoolista: levantamento da produção científica nos últimos 50 anos. **SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, v. 7, n. 1, p. 45–52, 2011.

SOUSA, Y. S. O. **Maconha e representações sociais: a construção discursiva da cannabis em contextos midiáticos**. Dissertação (Mestrado)—Recife: Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Pós-Graduação em Psicologia, 2013.

SOUTO, M. A. **Internamento compulsório para usuários de crack: concepções subjacentes aos posicionamentos de gestores públicos e profissionais de saúde**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia—Recife: UFPE, 2013.

SOUZA, A. S. DE; CAMPOS, C. J. G. Imagens aversivas veiculadas nos maços de cigarros: Significados atribuídos por universitários da área da saúde de uma universidade pública estatal. **SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, v. 7, n. 1, p. 38–44, 2011.

SOUZA, L. G. S.; MENANDRO, M. C. S.; MENANDRO, P. R. M. O alcoolismo, suas causas e tratamento nas representações sociais de profissionais de Saúde da Família. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1335–1360, 2015.

SOUZA, M. R. R.; OLIVEIRA, J. F. Fenômeno das drogas: análise de reportagens veiculadas em um jornal de salvador. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 22, n. 1–3, 2008.

SOUZA, S. DE L.; MELO, L. G. Acolhimento aos usuários de crack de um Centro de Atenção Psicossocial: os sentidos atribuídos pelos trabalhadores. **SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, v. 11, n. 4, p. 181–189, 2015.

SOUZA, S. L. et al. A representação do consumo de bebidas alcoólicas para adolescentes atendidos em uma Unidade de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 733–741, 2010.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

TRIGUEIRO, D. R. S. G. et al. Aids e cárcere: representações sociais de mulheres em situação de privação de liberdade. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 50, n. 4, p. 554–561, 2016.

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. (Eds.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 101–121.

VALA, J. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. **Análise Social**, v. 28, n. 123/124, p. 887–919, 1993.

VARGAS, D. Atitudes de enfermeiros frente às habilidades de identificação para ajudar o paciente alcoolista. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 2, p. 190–195, 2010a.

VARGAS, D. Atitudes de enfermeiros de hospital geral frente às características pessoais do paciente alcoolista. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 6, p. 1028–1034, 2010b.

VARGAS, D. Atitudes de estudantes de enfermagem frente questões relacionadas ao álcool, alcoolismo e alcoolista. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 24, n. 5, p. 638–644, 2011a.

VARGAS, D. Versão reduzida da escala de atitudes frente ao álcool, alcoolismo e ao alcoolista: resultados preliminares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 4, p. 918–925, 2011b.

VARGAS, D. Validação de construto da Escala de Atitudes Frente ao Álcool, ao Alcoolismo e a Pessoas com Transtornos Relacionados ao Uso do Álcool. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 41, n. 4, p. 106–111, 2014.

VARGAS, D.; BITTENCOURT, M. N. Álcool e alcoolismo: atitudes de estudantes de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 66, n. 1, p. 84–89, 2013.

VARGAS, D.; LABATE, R. C. Atitudes de enfermeiros de hospital geral frente ao uso do álcool e alcoolismo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, n. 1, p. 47–51, 2006.

VARGAS, D.; LUIS, M. A. V. Álcool, alcoolismo e alcoolista: concepções e atitudes de enfermeiros de unidades básicas distritais de saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 16, n. Especial, p. 543–550, 2008.

VARGAS, D.; OLIVEIRA, M. A. F.; LUÍS, M. A. V. Atendimento ao alcoolista em serviços de atenção primária à saúde: percepções e condutas do enfermeiro. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 23, n. 1, p. 73–79, 2010.

VASTERS, G. P.; PILLON, S. C. O uso de drogas por adolescentes e suas percepções sobre adesão e abandono de tratamento especializado. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 19, n. 2, p. 317–324, 2011.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, G. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: ZALUAR, A. (Ed.). **Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 23–29.

VELHO, G. **Nobres & anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

VERGÈS, P. **Conjunto de programas que permitem a análise de evocações: EVOC**. [s.l.: s.n.].

VIANNA, P. C.; NEVES, C. Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do Racismo de Estado. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 16, n. 1, p. 31–38, 2011.

WAGNER, W. Queries about social representation and construction. **Journal for the theory of social behaviour**, v. 26, p. 95–120, 1996.

WAGNER, W. Social representations and beyond: Brute facts, symbolic coping and domesticated worlds. **Culture & Psychology**, v. 4, n. 3, p. 297–329, 1998.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Eds.). . **Textos em representações sociais**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 119–149.

WHO. **The ICD-10 classification of mental and behavioural disorders: clinical descriptions and diagnostic guidelines**. Geneva: World Health Organization, 1992.

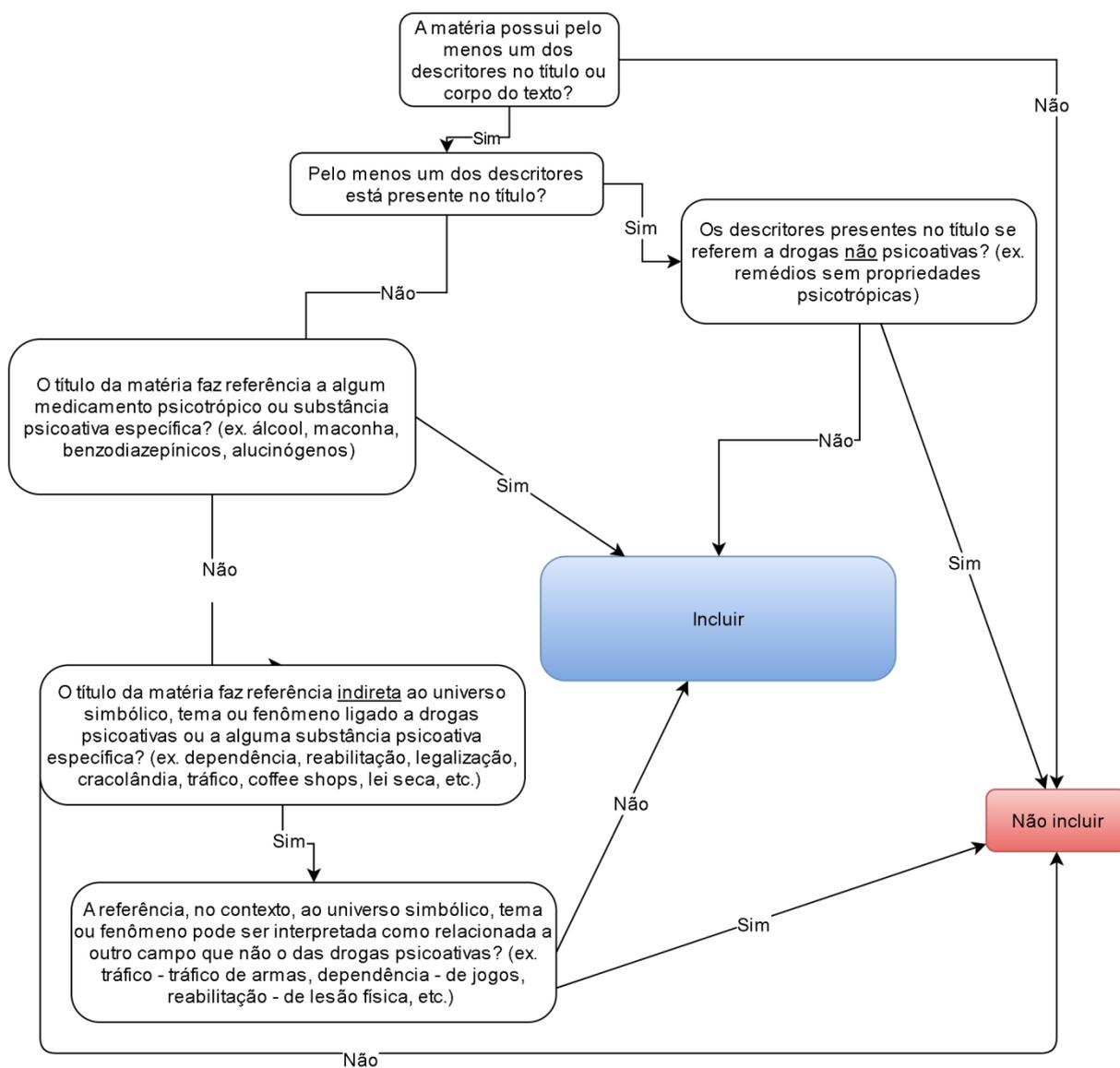
WURDIG, K. K.; MOTTA, R. F. Representações midiáticas da internação compulsória de usuários de drogas. **Temas em Psicologia**, v. 22, p. 433–444, 2014.

ZACCONE, O. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

ZINBERG, N. **Drug, set, and setting: The basis for controlled intoxicant use**. New Haven: Yale University Press, 1986.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Fluxograma para inclusão e exclusão de matérias de jornal



APÊNDICE B – Descritivo: revistas e campos de conhecimento

Revista de publicação	Campo	Frequência
SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas	Saúde mental, álcool e outras drogas	15
Revista Latino-Americana de Enfermagem	Enfermagem	12
Escola Anna Nery Revista de Enfermagem	Enfermagem	9
Ciência & Saúde Coletiva	Saúde	8
Revista Brasileira de Enfermagem	Enfermagem	6
Revista da Escola de Enfermagem da USP	Enfermagem	6
Interface - Comunicação, Saúde, Educação	Interdisciplinar	5
Acta Paulista de Enfermagem	Enfermagem	4
Psicologia: ciência e profissão	Psicologia	4
Revista Gaúcha de Enfermagem	Enfermagem	4
Temas em Psicologia	Psicologia	4
Aletheia	Psicologia	3
Estudos de Psicologia (Campinas)	Psicologia	3
Jornal Brasileiro de Psiquiatria	Psiquiatria	3
Psicologia & Sociedade	Psicologia	3
PsicoUSF	Psicologia	3
Cadernos de Saúde Pública	Saúde	2
Estudos e Pesquisas em Psicologia	Psicologia	2
Psicologia em estudo	Psicologia	2
Psicologia: Teoria e Pesquisa	Psicologia	2
Revista de Psiquiatria Clínica	Psiquiatria	2
Revista de Saúde Pública	Saúde	2
Saúde e Sociedade	Saúde	2
Texto & Contexto - Enfermagem	Enfermagem	2
Arquivos Brasileiros de Psicologia	Psicologia	1
Barbarói	Interdisciplinar	1
Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)	Educação	1
Estudos e Pesquisas em psicologia	Psicologia	1
Physis: Revista de Saúde Coletiva	Saúde	1
Psicologia em Pesquisa	Psicologia	1
Psicologia: Reflexão e Crítica	Psicologia	1
Revista de Psicologia da UNESP	Psicologia	1
Revista Paulista de Pediatria	Pediatria	1
Saúde & Transformação Social	Saúde	1
Saúde Debate	Saúde	1
Total		119

APÊNDICE C – Modelo de questionário exploratório sobre drogas

Vamos falar sobre drogas?

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa “Drogas e representações sociais”, que está sob a responsabilidade do pesquisador Yuri Sá Oliveira Sousa. Em caso de dúvidas, o pesquisador pode ser contatado pelo endereço: Avenida Professor Moraes Rego s/n, Cidade Universitária, no Laboratório de Interação Social Humana, no Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE, pelo telefone: (81)2126-8271, ou e-mail: yurisousas@gmail.com.

A pesquisa que você está prestes a responder tem a finalidade de compreender como as pessoas percebem e interpretam o tema do uso de drogas e suas repercussões no cotidiano. Nesse questionário, serão realizadas perguntas sobre o tema e você responderá de acordo com as suas próprias opiniões.

Riscos e benefícios: a pesquisa não apresenta riscos significativos para o voluntário. Ainda assim, ao responder o questionário o participante pode se sentir desconfortável ou constrangido com alguma pergunta. Nesses casos, o voluntário pode comunicar ao pesquisador e/ou interromper a sua participação. Caso seja necessário, o pesquisador poderá orientar o participante a procurar serviços da rede de atenção psicossocial, tais como o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e o CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas). Os resultados da pesquisa podem beneficiar a compreensão sobre os aspectos psicossociais, políticos e culturais relacionados ao uso de drogas, bem como auxiliar o desenvolvimento de estratégias de prevenção e cuidado baseadas nas especificidades do contexto cultural brasileiro. Além disso, a pesquisa pode propiciar aos participantes um momento de reflexão crítica sobre a questão do uso de drogas, tema esse que os sujeitos lidam direta ou indiretamente no cotidiano.

Todas as informações desta pesquisa são confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado, pelo período mínimo de 5 anos. Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

Ao clicar em "aceito participar", você concorda que foi devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação, e aceita prosseguir como voluntário(a). Lembramos que você pode desistir de participar a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade, pois as suas respostas só serão computadas ao final do questionário, quando clicar em "enviar".

Para começar, pedimos que você escreva cinco palavras ou expressões que vêm à sua cabeça quando você pensa em DROGAS.

Agora pedimos que você enumere as palavras acima de acordo com a ordem de importância que você atribui com relação ao tema. Para isso, basta escrever ao lado de cada uma delas o número da sua posição. Por exemplo, escreva 1 ao lado da palavra mais importante, 2 para a segunda mais importante, 3, 4 e 5 para cada uma das palavras restantes.

Em seguida, selecione a palavra que você assinalou como mais importante e explique sua escolha no espaço abaixo.

De forma similar, cite cinco palavras ou expressões de acordo com o que você acha que a MAIORIA DAS PESSOAS responderia quando pensam em DROGAS.

Para esta questão, basta imaginar as palavras ou expressões que vêm à cabeça da maioria das pessoas quando falamos em drogas.

Agora pedimos que você enumere as palavras acima de acordo com a ordem de importância que você acha que a maioria das pessoas atribui com relação ao tema. Por exemplo, escreva 1 ao lado da palavra mais importante, 2 para a segunda mais importante, 3, 4 e 5 para cada uma das palavras restantes.

Em seguida, selecione a palavra/expressão mais importante (de acordo com o que você acha que a maioria das pessoas responderia) e explique brevemente a sua escolha no espaço abaixo.

Por favor, leia a frase seguinte e assinale a opção mais adequada para você:

Discordo Discordo Nem Concordo Concordo
 completamente parcialmente concordo nem parcialmente completamente
 discordo

"Eu me
 identifico com
 o que a maioria
 das pessoas
 pensa"

De modo similar, cite cinco palavras ou expressões de acordo com o que você acha que OS USUÁRIOS DE DROGAS em geral responderiam quando pensam em DROGAS.

Para esta questão, basta imaginar as palavras ou expressões que vêm à cabeça dos usuários em geral quando falamos em drogas.

Agora pedimos que você enumere as palavras acima de acordo com a ordem de importância que você acha que os usuários de drogas em geral atribuem com relação ao tema. Por exemplo, escreva 1 ao lado da palavra mais importante, 2 para a segunda mais importante, 3, 4 e 5 para cada uma das palavras restantes.

Em seguida, selecione a palavra/expressão mais importante (de acordo com o que você acha que os usuários de drogas em geral responderiam) e explique brevemente a sua escolha no espaço abaixo.

Por favor, leia a frase seguinte e assinale a opção mais adequada para você:

Discordo completamente Discordo parcialmente Nem concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo completamente

"Eu me identifico com o que os usuários de drogas em geral pensam"

Por favor, escreva abaixo as drogas que você conhece (mesmo que seja apenas pelo nome ou que você somente tenha ouvido falar):

Para finalizar, gostaríamos de saber um pouco mais sobre você. Por favor, preencha os itens a seguir*, lembrando que todas as suas informações serão mantidas em sigilo.

*Caso algum item não contemple a sua resposta, por favor, assinale a opção que mais se adeque para você.

Sexo:

() Masculino () Feminino

Idade:

Grau de escolaridade:

() Ensino fundamental

() Ensino médio

() Ensino superior

Profissão/Ocupação

Onde você reside atualmente (cidade e estado)?

Como você classificaria a sua orientação política?

() Esquerda

- Centro-Esquerda
- Nem esquerda nem direita
- Centro-Direita
- Direita

Você possui alguma religião? Se sim, qual?

Página final:

Sua resposta foi registrada!

Agradecemos a sua participação!

Se desejar, você pode compartilhar esta pesquisa para que os seus amigos e/ou familiares também participem.

APÊNDICE D - Termo de consentimento livre e esclarecido

(para maiores de 18 anos ou emancipados - resolução 466/12)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa “Drogas e representações sociais: a construção discursiva das substâncias psicoativas”, que está sob a responsabilidade do pesquisador Yuri Sá Oliveira Sousa. Em caso de dúvidas, o pesquisador pode ser contatado pelo endereço: Avenida Professor Moraes Rego s/n, Cidade Universitária, no Laboratório de Interação Social Humana no Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE, pelos telefones: (81)2126-8271 e (81)3325-3804, ou e-mail: yurisosas@gmail.com e está sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos, telefone: (81)99610122, ou e-mail: fatimasan@uol.com.br.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa que você está sendo convidado(a) a participar tem a finalidade de compreender como as pessoas percebem e interpretam o tema do uso de drogas e suas repercussões no cotidiano. Durante o estudo, serão realizadas perguntas sobre o tema e você responderá de acordo com as suas próprias opiniões. Desse modo, você está sendo convidado(a) a responder a um questionário pela internet ou a uma entrevista conduzida por um pesquisador. Em caso de ser uma entrevista, a conversa com o pesquisador será audiogravada mediante a sua autorização e posteriormente será transcrita apenas para fins de análise. No caso de um questionário, os dados só serão computados com a finalização de todas as etapas e com o envio das respostas.

- **RISCOS:** A pesquisa não apresenta riscos significativos diretos para o voluntário. Ainda assim, durante o questionário ou a entrevista o voluntário pode se sentir desconfortável ou constrangido com alguma pergunta. Nesses casos, o voluntário pode comunicar ao pesquisador que tentará amenizar o desconforto e/ou interromper a sua participação. Caso seja necessário, o pesquisador orientará o participante a procurar o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA - UFPE) ou outros serviços da rede de atenção psicossocial, tais como o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e o CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas).
- **BENEFÍCIOS:** Os resultados da pesquisa podem beneficiar a compreensão sobre os aspectos psicossociais, políticos e culturais relacionados ao uso de drogas, bem como podem auxiliar o desenvolvimento de estratégias de prevenção e cuidado baseadas nas especificidades do contexto cultural brasileiro. Além disso, a pesquisa pode propiciar aos participantes um momento de reflexão crítica sobre a questão do uso de drogas, tema esse que os sujeitos lidam direta ou indiretamente no cotidiano.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, sejam eles questionários ou entrevistas, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado, pelo período mínimo de 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO(A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo “Drogas e representações sociais: a construção discursiva das substâncias psicoativas”, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____ / ____ / _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

ANEXOS

ANEXO A – Teste χ^2 entre número de matérias por seção e ano

Teste χ^2 entre número de matérias por seção e ano						
	2010	2011	2012	2013	2014	χ^2 total
	Valor Observado (Valor Esperado) [χ^2 específico]					
Cotidiano	737 (747.01) [0.13]	598 (569.45) [1.43]	609 (548.19) [6.75]	370 (375.80) [0.09]	281** (354.54) 15.25]	55.61**
Outras	563 (552.99) [0.18]	393 (421.55) [1.93]	345 (405.81) [9.11]	284 (278.20) [0.12]	336** (262.46) [20.61]	
Mundo	336** (253.32) [26.98]	147 (193.11) [11.01]	157 (185.90) [4.49]	103 (127.44) [4.69]	137 (120.23) [2.34]	61.49**
Outras	964 (1046.68) [6.53]	844 (797.89) [2.66]	797 (768.10) [1.09]	551 (526.56) [1.13]	480 (496.77) [0.57]	
Ilustrada	89 (75.42) [2.44]	73 (57.49) [4.18]	46 (55.35) [1.58]	28 (37.94) [2.61]	26 (35.80) [2.68]	14.32**
Outras	1211 (1224.58) [0.15]	918 (933.51) [0.26]	908 (898.65) [0.10]	626 (616.06) [0.16]	591 (581.20) [0.17]	
Saúde	51 (55.27) [0.33]	72** (42.13) [21.17]	20 (40.56) [10.42]	16 (27.81) [5.01]	33 (26.23) [1.75]	40.39**
Outras	1249 (1244.73) [0.01]	919 (948.87) [0.94]	934 (913.44) [0.46]	638 (626.19) [0.22]	584 (590.77) [0.08]	
F5	0** (52.68) [-52.68]	37 (40.16) [0.25]	55 (38.66) [6.91]	45* (26.50) [12.91]	46** (25.00) [17.63]	94.19**
Outras	1300 (1247.32) [2.22]	954 (950.84) [0.01]	899 (915.34) [0.29]	609 (627.50) [0.55]	571 (592.00) [0.74]	
Opinião	16* (38.57) [-13.21]	12 (29.41) [10.30]	23 (28.31) [1.00]	40** (19.41) [21.86]	43** (18.31) [33.30]	82.10**
Outras	1284 (1261.43) [0.40]	979 (961.59) [0.32]	931 (925.69) [0.03]	614 (634.59) [0.67]	574 (598.69) [1.02]	
Política	17 (23.60) [1.85]	17 (17.99) [0.05]	8 (17.32) [5.02]	27** (11.88) [19.26]	13 (11.20) [0.29]	26.96**
Outras	1283 (1276.40) [0.03]	974 (973.01) [0.00]	946 (936.68) [0.09]	627 (642.12) [0.36]	604 (605.80) [0.01]	
Folha TV	12 (15.26) [0.70]	16 (11.63) [1.64]	14 (11.20) [0.70]	5 (7.68) [0.93]	6 (7.24) [0.21]	4.23
Outras	1288 (1284.74) [0.01]	975 (979.37) [0.02]	940 (942.80) [0.01]	649 (646.32) [0.01]	611 (609.76) [0.00]	
Esporte	25 (14.97) [6.72]	9 (11.41) [0.51]	6 (10.98) [2.26]	8 (7.53) [0.03]	4 (7.10) [1.36]	11.00
Outras	1275 (1285.03) [0.08]	982 (979.59) [0.01]	948 (943.02) [0.03]	646 (646.47) [0.00]	613 (609.90) [0.02]	

ANEXO B – Teste χ^2 entre número de matérias por tipo de droga e ano

Teste χ^2 entre número de matérias por tipo de droga e ano											
	2010		2011		2012		2013		2014		χ^2 total
	Valor Observado (Valor Esperado) [χ^2 específico]										
Não Específico	714 [9.67]	(635.61)	487 [0.01]	(484.53)	421 [4.43]	(466.44)	330 [0.33]	(319.76)	256 [6.91]	(301.67)	41.77**
Outros	586 [9.25]	(664.39)	504 [0.01]	(506.47)	533 [4.23]	(487.56)	324 [0.31]	(334.24)	361 [6.61]	(315.33)	
Maconha	246 [0.48]	(257.06)	171 [3.18]	(195.96)	200 [0.68]	(188.65)	108 [3.52]	(129.32)	168** [17.34]	(122.01)	31.40**
Outros	1054 [0.12]	(1042.94)	820 [0.78]	(795.04)	754 [0.17]	(765.35)	546 [0.87]	(524.68)	449 [4.27]	(494.99)	
Cocaína	165 [4.39]	(140.19)	131 [5.45]	(106.87)	101 [0.03]	(102.88)	54 [3.87]	(70.53)	36** [14.01]	(66.54) [-	31.11**
Outros	1135 [0.53]	(1159.81)	860 [0.66]	(884.13)	853 [0.00]	(851.12)	600 [0.47]	(583.47)	581 [1.69]	(550.46)	
Crack	69** [-21.89]	(120.33)	64 [8.38]	(91.73)	134** [23.65]	(88.30)	68 [0.92]	(60.53)	83* [11.74]	(57.11)	73.37**
Outros	1231 [2.23]	(1179.67)	927 [0.85]	(899.27)	820 [2.41]	(865.70)	586 [0.09]	(593.47)	534 [1.20]	(559.89)	
Álcool	32 [5.37]	(48.07)	39 [0.15]	(36.65)	37 [0.08]	(35.28)	37 [6.79]	(24.18)	22 [0.03]	(22.82)	12.90*
Outros	1268 [0.21]	(1251.93)	952 [0.01]	(954.35)	917 [0.00]	(918.72)	617 [0.26]	(629.82)	595 [0.00]	(594.18)	
Tabaco	3 [8.19]	(13.53)	22* [13.24]	(10.31)	6 [1.55]	(9.93)	6 [0.10]	(6.81)	10 [1.99]	(6.42)	25.34**
Outros	1297 [0.09]	(1286.47)	969 [0.14]	(980.69)	948 [0.02]	(944.07)	648 [0.00]	(647.19)	607 [0.02]	(610.58)	

ANEXO C – Detalhamento estatístico da CHD com matérias de jornal

Classe 1:

Ocorrência	Freq. na classe	Freq. total	Porcentagem (%)	Qui-quadrado
Cartel	497	599	82.97	6062.08
México	438	692	63.29	3879.95
Mexicano	317	449	70.6	3182.58
Calderon	163	190	85.79	2043.33
Narcotrafico	270	614	43.97	1500.8
Sinaloa	103	113	91.15	1381.74
Zetas	91	104	87.5	1164.33
Guzman	85	97	87.63	1089.2
Narcotraficante	114	180	63.33	996.24
Felipe	103	151	68.21	984.04
Chapo	67	70	95.71	949.37
Colombiano	141	332	42.47	742.12
Gangue	67	87	77.01	738.28
Violencia	166	447	37.14	728.55
Autoridade	206	666	30.93	696.79
EUA	231	838	27.57	656.69
Morto	162	467	34.69	645.49
Escobar	47	53	88.68	609.86
Guerra	143	402	35.57	589.67
Executar	58	81	71.6	586.17
Coke	61	89	68.54	585.14
Michoacan	44	49	89.8	579.16
Unido	223	868	25.69	566.04
Juarez	45	53	84.91	555.27
Leyva	37	37	100.0	550.57
Golfo	38	41	92.68	518.58
Lider	119	324	36.73	512.43
Beltrán	36	39	92.31	488.98
Ciudad	43	57	75.44	462.04
FARC	48	72	66.67	445.1

Classe 2:

Ocorrência	Freq. na classe	Freq. total	Porcentagem (%)	Qui-quadrado
País	1123	2137	52.55	2293.64
Coca	260	284	91.55	1229.9
Produção	329	443	74.27	1147.55
Uruguai	256	292	87.67	1138.55
Lei	552	1035	53.33	1122.46
Governo	705	1516	46.5	1114.84
Legalização	355	516	68.8	1100.38
ONU	243	275	88.36	1092.53
Cultivo	246	303	81.19	978.08
Presidente	445	866	51.39	840.08
Uruguaio	182	205	88.78	822.22
Aprovar	245	346	70.81	791.19
Mujica	157	170	92.35	749.54
Legalizar	209	277	75.45	743.49
Bolívia	247	365	67.67	742.44
Projeto	344	637	54.0	707.73
Colorado	181	233	77.68	672.27

Mercado	265	445	59.55	645.15
América	212	311	68.17	643.8
Político	259	437	59.27	625.24
Nação	139	161	86.34	602.43
Política	259	453	57.17	587.4
Colômbia	265	480	55.21	565.03
Maconha	1173	4108	28.55	560.82
Unido	385	868	44.35	541.83
Consumo	453	1104	41.03	541.49
Washington	160	219	73.06	540.71
Produtor	166	233	71.24	539.57
Relatório	216	360	60.0	531.45
Brasil	451	1108	40.7	529.42

Classe 3:

Ocorrência	Freq. na classe	Freq. total	Porcentagem (%)	Qui-quadrado
Marcha	200	315	63.49	12059.3
STF	62	83	74.7	4391.81
Manifestante	68	118	57.63	3688.59
Expressão	53	73	72.6	3644.97
Supremo	60	107	56.07	3162.78
Manifestação	64	131	48.85	2924.84
Apologia	44	69	63.77	2646.82
Tribunal	79	328	24.09	1710.61
Organizador	39	92	42.39	1534.63
Liberdade	63	267	23.6	1331.65
Evento	60	254	23.62	1269.33
Celso	22	41	53.66	1105.81
Realização	31	81	38.27	1095.01
Passeata	18	28	64.29	1090.63
Mello	22	43	51.16	1052.4
Habeas	18	30	60.0	1015.59
Corpus	18	30	60.0	1015.59
Duprat	10	10	100.0	953.14
Deborah	10	11	90.91	864.69
Protesto	28	92	30.43	775.49
Vice_procuradora_geral	8	8	100.0	762.47
Ato	38	170	22.35	754.99
Marchar	10	13	76.92	728.63
Lema	9	11	81.82	698.6
Curiae	7	7	100.0	667.14
Amicus	7	7	100.0	667.14
Ministro	50	356	14.04	591.78
Incitação	7	8	87.5	582.01
Lewandowski	6	6	100.0	571.82
Ibccrim	6	6	100.0	571.82

Classe 4:

Ocorrência	Freq. na classe	Freq. total	Porcentagem (%)	Qui-quadrado
Internação	445	547	81.35	4181.23
Dependente	494	817	60.47	3226.35
Prefeitura	344	530	64.91	2440.97
Saúde	447	1017	43.95	1903.49
Compulsório	167	181	92.27	1805.96
Usuário	543	1478	36.74	1796.14
Atendimento	219	301	72.76	1782.23
Tratamento	384	976	39.34	1389.15

Cracolândia	276	591	46.7	1265.34
Leito	112	122	91.8	1202.03
Alckmin	111	135	82.22	1044.4
Social	254	593	42.83	1029.81
Programa	265	646	41.02	1010.36
Haddad	101	119	84.87	986.95
Assistência	127	192	66.15	914.43
Involuntário	87	97	89.69	907.62
Viciado	214	527	40.61	801.13
Vaga	96	133	72.18	769.97
CRATOD	85	109	77.98	749.36
Municipal	135	256	52.73	724.48
Químico	208	556	37.41	689.09
CAPS	62	66	93.94	682.71
Atender	128	246	52.03	674.41
Geraldo	70	91	76.92	606.58
Centro	280	983	28.48	601.8
Público	341	1407	24.24	550.58
Psicossocial	48	53	90.57	505.96
Serviço	141	372	37.9	474.08
Internar	134	346	38.73	465.11
Ministério	182	588	30.95	445.99

Classe 5:

Ocorrência	Freq. na classe	Freq. total	Porcentagem (%)	Qui-quadrado
Estudo	607	747	81.26	2474.64
Efeito	506	744	68.01	1568.98
Álcool	569	1017	55.95	1279.36
Pesquisa	374	559	66.91	1123.67
Uso	697	1623	42.95	951.68
Risco	316	474	66.67	941.7
Substância	411	728	56.46	931.39
Doença	223	268	83.21	928.9
Cérebro	170	185	91.89	814.92
Paciente	303	485	62.47	811.77
Dependência	300	479	62.63	806.96
Medicamento	213	276	77.17	793.39
Pesquisador	187	222	84.23	792.0
Médico	412	834	49.4	731.65
Universidade	210	303	69.31	662.8
Bebida	246	404	60.89	629.76
ANVISA	130	142	91.55	619.15
Remédio	198	297	66.67	587.14
Por_cento	469	1144	41.0	570.35
Cientista	122	148	82.43	499.57
Teste	167	257	64.98	474.47
Sintoma	94	99	94.95	470.68
Dose	141	196	71.94	470.48
Científico	110	135	81.48	442.63
Psiquiatra	134	198	67.68	405.98
CBD	81	86	94.19	400.89
Abuso	147	232	63.36	400.36
USP	96	115	83.48	400.08
Resultado	213	419	50.84	394.92
Tratamento	375	976	38.42	390.68

Classe 6:

Ocorrência	Freq. na classe	Freq. total	Porcentagem (%)	Qui-quadrado
Rio	951	1741	54.62	3098.04
Favela	620	843	73.55	3054.05
Traficante	943	1956	48.21	2525.04
Zona	648	1172	55.29	2116.5
Complexo	384	528	72.73	1845.7
Morro	272	319	85.27	1614.91
Policial	1140	3432	33.22	1581.36
Roça	227	259	87.64	1395.49
Operação	734	1884	38.96	1341.96
Criminoso	451	866	52.08	1328.21
Polícia	1516	5757	26.33	1295.27
Facção	220	262	83.97	1277.69
Norte	399	748	53.34	1216.9
Alemão	266	378	70.37	1215.46
Militar	606	1476	41.06	1207.78
UPP	181	203	89.16	1136.4
Civil	484	1086	44.57	1105.02
Tiro	221	297	74.41	1089.64
Comando	201	255	78.82	1071.57
Pacificador	151	160	94.38	1019.79
Batalhão	206	282	73.05	989.47
Prisão	533	1488	35.82	816.9
Tráfico	905	3299	27.43	797.25
Mandar	265	505	52.48	782.0
Vila	197	314	62.74	761.03
Delegado	259	513	50.49	718.2
Ocupação	139	184	75.54	697.65
BOPE	105	115	91.3	678.41
Ferido	130	170	76.47	663.29
Comunidade	264	562	46.98	650.19

Classe 7:

Ocorrência	Freq. na classe	Freq. total	Porcentagem (%)	Qui-quadrado
Apreender	1860	2256	82.45	5416.69
Polícia	3229	5757	56.09	5005.8
Kg	1196	1285	93.07	4129.94
Encontrar	1194	1758	67.92	2421.4
Cocaína	1646	2899	56.78	2396.36
Km	781	899	86.87	2386.27
Suspeito	1051	1504	69.88	2232.6
SP	821	1045	78.56	2125.44
Preso	1330	2264	58.75	2044.92
Paulo	1320	2292	57.59	1946.65
Policial	1702	3432	49.59	1837.07
PF	770	1050	73.33	1764.35
Veículo	671	877	76.51	1650.5
Carro	642	884	72.62	1438.53
Homem	922	1594	57.84	1344.81
Flagrante	445	527	84.44	1283.61
Rodovia	341	356	95.79	1200.19
Caminhão	353	389	90.75	1141.3
Rodoviário	326	356	91.57	1068.48
Federal	947	1861	50.89	1039.12
Droga	3408	10839	31.44	980.26
Prender	575	926	62.1	954.48
Transportar	339	409	82.89	944.71

Motorista	429	601	71.38	923.92
Encaminhar	442	637	69.39	903.98
Quilo	350	442	79.19	903.05
Suspeita	422	595	70.92	897.98
Esconder	305	381	80.05	800.49
Apreensão	469	745	62.95	796.36
Deter	504	849	59.36	760.58

Classe 8:

Ocorrência	Freq. na classe	Freq. total	Porcentagem (%)	Qui-quadrado
Cantor	262	299	87.63	861.06
Dizer	1949	5713	34.12	842.94
Filho	497	874	56.86	759.92
Coisa	269	349	77.08	716.93
Vida	368	607	60.63	636.19
Amigo	261	371	70.35	593.4
Querer	448	850	52.71	581.26
Atriz	158	170	92.94	567.53
Ficar	583	1275	45.73	545.89
Não	2191	7387	29.66	539.76
Ator	191	241	79.25	531.94
Fumar	325	562	57.83	510.05
Tudo	233	350	66.57	478.63
Filme	164	203	80.79	471.09
Mãe	239	369	64.77	466.56
Escrever	186	257	72.37	443.35
Contar	418	867	48.21	441.32
Muito	573	1353	42.35	438.17
Gente	199	294	67.69	420.89
Site	185	267	69.29	408.04
Clínica	188	274	68.61	407.42
Falar	269	480	56.04	394.51
Ver	389	823	47.27	390.8
Pai	239	405	59.01	389.2
Beber	207	327	63.3	386.35
Nunca	191	292	65.41	379.04
Usar	450	1030	43.69	371.32
Reabilitação	155	216	71.76	363.52
Saber	370	806	45.91	345.31
Aqui	195	322	60.56	333.7

ANEXO D – Teste de especificidades associadas a tipos de drogas em matérias de jornal

(cálculo com base em GL: 21; $\chi^2 > 46.797$ para $p < 0.001$, $\chi^2 > 38.932$ para $p < 0.01$, $\chi^2 > 32.671$ para $p < 0.05$)

Não Específico		Maconha		Cocaína		Crack		Álcool		Tabaco	
tráfico	229	legalização	268	bolívia	176	prefeitura	262	cerveja	304	mentolado	275
traficante	204	medicinal	203	aeroporto	150	rua	214	alcoólico	300	tabaco	274
criminoso	100	uruguaio	175	kg	150	região	174	embriaguez	297	chamix	214
cartel	93	colorado	171	boliviano	149	haddad	160	seco	256	fumaça	184
rio	82	cannabis	170	cápsula	108	dependente	159	alcoolismo	197	bactéria	184
méxico	81	legalizar	143	hectare	96	pedra	143	alcoólatra	190	fumo	182
favela	79	uruguaio	136	morales	94	ação	130	sangue	189	sabor	179
prisão	73	erva	124	corumbá	91	centro	116	dirigir	130	eletrônico	150
mandar	68	lei	119	pf	87	programa	115	litro	123	maço	148
arma	61	recreativo	100	embarcar	85	prefeito	109	welsh	120	antifumo	108
mexicano	55	cbd	93	peru	79	assistência	100	lei	110	indústria	101
quadrilha	51	planta	90	apreender	73	borracha	98	embriagado	110	cdc	98
chefe	51	aprovar	88	estômago	70	luz	94	decigramas	95	aditivo	88
morro	51	mujica	87	esconder	59	social	89	bêbado	89	parar	86
morto	49	caminhão	82	bagagem	58	helvética	87	trânsito	88	fda	82
rocinha	49	manifestante	78	polícia	58	municipal	85	alcoolizado	84	varella	72
narcotráfico	48	cultivo	76	mala	55	saúde	83	l	80	pulmão	68
zona	44	uso	75	quilo	52	ford	81	exame	78	por_cento	68
suspeito	44	rodovia	74	europa	51	viciado	75	mckagan	78	regulador	64
facção	39	fumar	64	guarulhos	50	alameda	63	condutor	77	anticorpo	62
upp	38	thc	61	br_262	50	tratamento	60	multa	67	passivo	62
comunidade	37	permitir	60	procedente	48	atendimento	60	rhys	65	fabricante	62
suposto	36	califórnia	60	chapo	45	pt	60	motorista	60	açúcar	56
calderón	35	manifestação	59	pasta	45	dino	56	balada	60	artrite	55
operação	35	kg	57	perrella	44	internação	55	teste	58	kit	51
<i>cracolândia</i>	-102	cultivar	53	federal	44	bomba	53	howe	57	adição	47
<i>fumar</i>	-85	canabidiol	53	banana	41	alckmin	52	sangue_	57	dispositivo	43
<i>marcha</i>	-72	shops	52	mastigação	40	aglomeração	51	trainspotting	57	abstinência	41
<i>crack</i>	-69	denver	51	saatchi	40	toronto	49	festa	55	câncer	40
<i>lei</i>	-64	organizador	51	espanhol	40	trabalho	48	habilitação	54	issa	39
<i>cigarro</i>	-60	holandês	49	encontrar	38	bueno	47	psicomotor	54	aroma	37
<i>estudo</i>	-52	coffee	48	espanha	37	maternidade	45	influência	53	anvisa	36
<i>kg</i>	-48	loja	48	voe	36	caçada	43	estádio	52	adesivo	36

<i>motorista</i>	-48	rodoviário	47	evo	36	morador	42	dobra	52	tragar	34
<i>legalização</i>	-45	venda	47	destino	36	favelinha	42	limite	51		
<i>medicinal</i>	-45	motorista	46	equador	35	secretário	40	valer	50		
<i>álcool</i>	-45	clube	46	lawson	35	operação	40	contran	50		
<i>por_cento</i>	-44	imposto	45	transportar	34	cachimbo	40	índice	49		
<i>efeito</i>	-43	plantar	44	português	33	loemy	40	testemunho	44		
<i>colorado</i>	-42	km	43	poluição	33	braço	38	pâncreas	44		
<i>cannabis</i>	-40	veículo	43	<i>maconha</i>	-46	brandão	38	acidente	43		
<i>uso</i>	-37	coffeeshops	40			desirée	38	contraprova	42		
<i>usuário</i>	-37	plantio	39			guarda	38	volante	41		
<i>planta</i>	-35	holanda	39			ali	37	vodka	41		
<i>caminhão</i>	-35	farmácia	39			dispersar	37	bebedeira	41		
<i>consumo</i>	-35	apologia	39			magali	36	suspensão	40		
		washington	39			kassab	35	consumir	39		
		liberação	38			bala	34	prova	38		
		tablete	35			dispersão	34	rosar	36		
		votar	35			pinto	33	escritor	36		
		banco	35			rob	33	por_cento	36		
		<i>cocaína</i>	-125			<i>maconha</i>	-108	cachaça	35		
		<i>crack</i>	-79			<i>cocaína</i>	-52	williams	34		
		<i>tráfico</i>	-62					automedicação	33		
		<i>traficante</i>	-54					<i>maconha</i>	-46		
								<i>tráfico</i>	-42		
								<i>polícia</i>	-40		
								<i>cocaína</i>	-34		
								<i>droga</i>	-33		

ANEXO E – Ranking das drogas mais salientes em jornais e evocações

Número de matérias de jornal com referência a uma substância no título	F
Maconha	893
Cocaína	487
Crack	418
Álcool	167
Tabaco / Nicotina	47
Ecstasy	43
Psicotrópicos / medicamentos psiquiátricos	34
Heroína	30

Ocorrências de substâncias em respostas à questão sobre drogas conhecidas	F
Maconha	166
Cocaína	159
Crack	150
Álcool	123
LSD	120
Ecstasy	110
Cigarro	99
Heroína	94

Ocorrências de substâncias espontaneamente evocadas no cenário 1	F
Maconha	32
Álcool / Bebida / Cerveja	20
Crack	15
Cocaína / Pó	13
Cigarro / Tabaco	6

ANEXO F – Detalhamento estatístico da CHD aplicada a evocações livres

Classe 1

Ocorrência	Freq. na classe	Freq. total	Porcentagem (%)	Qui-quadrado
doença	28	29	96.55	43.33
violência	41	53	77.36	37.46
vício	74	123	60.16	32.62
crime	24	29	82.76	25.05
marginalidade	14	14	100.0	22.64
tráfico	40	60	66.67	22.48
família	16	18	88.89	19.66
destruição	15	17	88.24	18.04
medo	22	31	70.97	14.36
criminalidade	10	11	90.91	12.79
droga	8	8	100.0	12.75
ruim	9	10	90.0	11.19
errado	7	7	100.0	11.13
mal	13	17	76.47	10.45
solidão	9	11	81.82	8.7
fraqueza	9	11	81.82	8.7
pecado	5	5	100.0	7.91
desgraça	5	5	100.0	7.91
vagabundo	4	4	100.0	6.31
marginal	4	4	100.0	6.31
perigoso	4	4	100.0	6.31
deus	4	4	100.0	6.31
desigualdade	4	4	100.0	6.31
problema	13	20	65.0	5.96

Classe 2

Ocorrência	Freq. na classe	Freq. total	Porcentagem (%)	Qui-quadrado
prazer	69	81	85.19	93.2
diversão	35	43	81.4	37.62
realidade	18	19	94.74	26.82
liberdade	28	37	75.68	23.97
preconceito	17	19	89.47	22.05
relaxamento	13	13	100.0	21.61
necessidade	13	13	100.0	21.61
viagem	15	17	88.24	18.69
alegria	13	14	92.86	18.24
alívio	14	16	87.5	17.04
festa	12	13	92.31	16.56
amigo	10	10	100.0	16.5
curiosidade	9	9	100.0	14.82

felicidade	8	8	100.0	13.14
desejo	7	7	100.0	11.47
adrenalina	6	6	100.0	9.81
satisfação	7	8	87.5	8.35
barato	5	5	100.0	8.15
tranquilidade	5	5	100.0	8.15
escolha	5	5	100.0	8.15
socialização	5	5	100.0	8.15
euforia	5	5	100.0	8.15
sensação	6	7	85.71	6.77
risco	6	7	85.71	6.77
lazer	6	7	85.71	6.77
paz	4	4	100.0	6.51
refúgio	4	4	100.0	6.51
curtição	4	4	100.0	6.51
vontade	4	4	100.0	6.51
percepção	4	4	100.0	6.51

Classe 3

Ocorrência	Freq. na classe	Freq. total	Porcentagem (%)	Qui-quadrado
crack	33	40	82.5	90.06
cocaína	21	22	95.45	70.03
legalização	19	23	82.61	49.76
álcool	18	22	81.82	46.24
cigarro	9	9	100.0	31.32
jovem	8	8	100.0	27.78
ilícito	10	12	83.33	25.88
lícito	7	7	100.0	24.24
usuário	5	5	100.0	17.23
chapado	5	5	100.0	17.23
polícia	9	14	64.29	14.28
pó	4	4	100.0	13.76
medicamento	4	4	100.0	13.76
ignorância	4	4	100.0	13.76
maconheiro	5	6	83.33	12.76
política	3	3	100.0	10.29
saúde	8	14	57.14	9.79
drogado	4	6	66.67	6.71
proibição	4	6	66.67	6.71
lombrar	3	4	75.0	6.3
descriminalização	3	4	75.0	6.3
consciência	3	4	75.0	6.3
alteração	3	4	75.0	6.3